

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa De Pós-Graduação Em Educação: Conhecimento E Inclusão Social

Aryanne Martins Oliveira

**ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MINAS GERAIS DIANTE DA MERCANTILIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

Belo Horizonte
2025

Aryanne Martins Oliveira

**ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MINAS GERAIS DIANTE DA MERCANTILIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Savana Diniz Gomes Melo

Belo Horizonte
2025

O48a
T

Oliveira, Aryanne Martins, 1989-
Atuação e organização dos professores da Universidade Federal de Minas Gerais
diante da mercantilização da educação superior no Brasil [manuscrito] / Aryanne Martins
Oliveira. -- Belo Horizonte, 2025.
251 p. : enc., il., color.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Orientadora: Savana Diniz Gomes Melo.
Bibliografia: f. 213-231.
Anexos: f. 239-251.
Apêndices: f. 232-238.

1. Universidade Federal de Minas Gerais -- Professores -- Sindicalismo -- Teses.
2. Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e
Ouro Branco -- Teses. 3. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidades Federais Brasileiras -- Teses. 4. Educação -- Teses. 5. Sindicatos --
Professores universitários -- Teses. 6. Professores universitários -- Sindicalismo -- Minas
Gerais -- Teses. 7. Educação -- Política governamental -- Teses. 8. Educação e Estado --
Teses. 9. Política e educação -- Teses. 10. Ensino superior -- Política governamental -- Teses.
11. Privatização na educação -- Teses. 12. Professores universitários -- Trabalho -- Teses.
I. Título. II. Melo, Savana Diniz Gomes, 1959-. III. Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 378.0981

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

DEFESA DE TESE DA ALUNA ARYANNE MARTINS OLIVEIRA

Realizou-se, no dia 29 de abril de 2025, às 14:00 horas, na sala de Teleconferências da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 1007ª defesa de tese, intitulada *A ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS DIANTE DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL*, apresentada por ARYANNE MARTINS OLIVEIRA, número de registro 2021650027, graduada no curso de PEDAGOGIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Savana Diniz Gomes Melo - Orientadora (UFMG), Prof(a). Sadi Dal Rosso (UnB), Prof(a). André Rodrigues Guimarães (UNIFAP), Prof(a). Hormindo Pereira de Souza Junior (UFMG), Prof(a). Rosilene Horta Tavares (UFMG).

A comissão considerou a tese: **Aprovada**. A banca considerou que a tese apresentada contribuiu com os estudos sobre o movimento sindical docente e sugeriu a publicação de artigos sobre a temática abordada na tese.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2025.

Prof(a). Savana Diniz Gomes Melo (Doutora)

Prof(a). Sadi Dal Rosso (Doutor)

Prof(a). André Rodrigues Guimarães (Doutor)

Prof(a). Hormindo Pereira de Souza Junior (Doutor)

Prof(a). Rosilene Horta Tavares (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Hormindo Pereira de Souza Junior, Professor do Magistério Superior**, em 19/05/2025, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Savana Diniz Gomes Melo, Professora do Magistério Superior**, em 20/05/2025, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sadi Dal Rosso, Usuário Externo**, em 20/05/2025, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosilene Horta Tavares, Usuária Externa**, em 20/05/2025, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Vinicius Sales dos Santos, Subcoordenador(a)**, em 19/06/2025, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4219249** e o código CRC **5A5979DB**.

AGRADECIMENTOS

O retorno à vida acadêmica só fazia sentido se estivesse atrelado a discussões que ressoassem comigo. Nesse sentido, a defesa da universidade pública, que me proporcionou uma formação científica e política, foi o fator que me motivou e me fez seguir em frente, apesar dos desafios.

Muitas vezes, senti que o doutorado era um caminho acadêmico solitário, principalmente porque ingressei no contexto da pandemia, e a maior parte das disciplinas foi realizada de maneira remota. Mas eu nunca estive só. O percurso de uma mãe/trabalhadora/pesquisadora na universidade só é possível com uma rede de apoio. Por isso, sou grata às pessoas que me acolheram nos momentos de dificuldade, me ampararam e me deram condições para chegar até aqui. Dedico as próximas linhas para expressar minha gratidão a todos que fizeram parte desse processo.

Ao meu companheiro de vida, Richardson Ventura, agradeço por estar sempre ao meu lado, com apoio constante e calma presença. Sua parceria tornou possível cada etapa desta jornada. Obrigada por acreditar em mim, compartilhar os projetos e sonhar junto, com carinho e cuidado.

Sou grata aos meus filhos, Beatriz e Eduardo, que, apesar da pouca idade, compreenderam minhas ausências, minhas noites intermináveis de estudo e sempre me motivaram a ser uma pessoa melhor. Vocês, meus amores, são um dos motivos pelos quais defendo a existência da universidade pública.

Agradeço a toda minha família, em especial à minha mãe, pelo incentivo e pelo exemplo de força e resiliência, e à minha tia Júnia, que, nesta reta final, tem me dado apoio com tanto amor e carinho com as crianças.

Minhas ex-vizinhas, eternas amigas do Riviera — Erica, Gracielle e Francly —, mesmo que os andares e blocos tenham mudado, permanecem morando no coração. A amizade de vocês foi um presente que levarei para a vida.

À Lurdinha, por todo apoio que me ofereceu; sua generosidade e altruísmo são admiráveis.

Ao Moisés, o amigo que o doutorado me proporcionou. Sua escuta e paciência diante das minhas infundáveis lamúrias tornaram esse percurso menos solitário.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Ação Universitátis, pelos debates e aprendizados. A universidade precisa de intelectuais como vocês, comprometidos com a transformação social.

Ao Lecampo/UFMG, que me proporcionou uma experiência enriquecedora na docência no ensino superior por meio do Programa de Incentivo à Formação Docente. Em especial, à querida turma da LAL e às colegas monitoras, Meirielle e Trini.

Agradeço aos professores membros da minha banca avaliadora, em especial aos que participaram do exame de qualificação: Sadi, André, Hormindo e Rosilene, cujas leituras e contribuições foram fundamentais para este trabalho.

Aos docentes da UFMG que participaram ativamente da greve da Educação federal de 2024, permitindo-me aprender com esse momento.

Aos meus colegas de profissão, professores da escola pública, que, apesar da desvalorização, seguem fazendo o melhor possível. Em especial, à Nathalia e à Luciana, professoras admiráveis que se tornaram amigas especiais.

Por fim, agradeço à Professora Savana, que me orientou durante esse processo, respeitando minhas escolhas, compreendendo minhas limitações e contribuindo com suas valiosas reflexões.

A todos que participaram, direta ou indiretamente, do desenvolvimento desta pesquisa, enriquecendo meu processo de aprendizado, o meu mais sincero agradecimento.

“Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis” (Bertolt Brecht, 1933).

RESUMO

Esta tese analisa a atuação dos professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e das direções do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (APUBH) diante do processo de mercantilização da Educação Superior no Brasil, com ênfase em sua manifestação na UFMG, no período de 2007 a 2024. O recorte temporal adotado toma, como referência, a implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que consolidou medidas de reforço às práticas mercantilizantes na Educação Superior. A UFMG foi tomada como objeto de análise por sua expressão histórica e atual na constituição da Educação Superior no país. A investigação apoia-se no referencial marxista. A pesquisa foi realizada em três etapas: levantamento bibliográfico, análise documental e observação das atividades sindicais entre 2021 e a greve de 2024. A tese foi estruturada em cinco capítulos. O primeiro examina o processo de mercantilização da Educação Superior. O segundo investiga como e por que esse processo se manifesta no Brasil e suas manifestações na UFMG. O terceiro capítulo explicita a categoria de análise luta de classes, que fundamenta a análise sobre a ação dos docentes e de sua organização sindical. O quarto capítulo apresenta e analisa as ações dos professores, a partir das observações das atividades convocadas pelo APUBH no período de 2021 a 2023. O quinto e último capítulo analisa a participação da UFMG na greve da Educação federal de 2024, a partir das observações realizadas em seu desenvolvimento e desfecho. A pesquisa conclui que, no processo de reestruturação das universidades públicas, a organização e a oposição/aderência docente desempenham um papel central na defesa da universidade pública e das condições de trabalho dos professores. Apesar de seus limites e contradições, a organização sindical segue como um espaço essencial de enfrentamento à mercantilização da educação e à defesa dos direitos docentes. Na UFMG, essa dinâmica se manifesta como um campo de disputa entre diferentes concepções de organização política, refletindo as contradições da luta de classes, um cenário possivelmente observado em outras universidades com práticas sindicais semelhantes às da direção do APUBH.

Palavras-chave: Política Educacional; Mercantilização da Educação Superior; Trabalho Docente Universitário; Sindicalismo Docente Universitário.

ABSTRACT

This research analyzes the actions of professors at the Federal University of Minas Gerais (UFMG) and the leadership of the Union of Professors of Federal Universities of Belo Horizonte, Montes Claros, and Ouro Branco (APUBH) in response to the commercialization of higher education in Brazil, with an emphasis on its manifestations at UFMG from 2007 to 2024. The selected timeframe is based on the implementation of the Program for the Restructuring and Expansion of Federal Universities (REUNI), which reinforced commercializing practices in higher education. UFMG was chosen as the object of analysis due to its historical and current significance in shaping higher education in the country. The research is grounded in the Marxist framework. The study was conducted in three stages: a literature review, document analysis, and observation of union activities between 2021 and the 2024 strike. The thesis is structured into five chapters. The first examines the process of higher education commercialization. The second investigates how and why this process occurs in Brazil and its specific manifestations at UFMG. The third chapter outlines the analytical categories of class struggle, which underpin the analysis of faculty action and union organization. The fourth chapter presents and analyzes actions based on observations of activities convened by APUBH between 2021 and 2023. The fifth and final chapter examines UFMG's participation in the 2024 federal education strike, drawing from observations of its development and outcome. The research concludes that, in the restructuring process of public universities, faculty organization and resistance/adherence play a central role in defending public universities and faculty working conditions. Despite its limitations and contradictions, union organization remains an essential space for confronting the commercialization of education and defending faculty rights. At UFMG, this dynamic manifests as a field of dispute between different political organization conceptions, reflecting the contradictions inherent in class struggle, a scenario likely observed in other universities with union practices similar to those of the APUBH leadership.

Keywords: Educational Policy; Commercialization of Higher Education; University Faculty Work; University Faculty Unionism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Descrição de financiador privado em atividade de pesquisa e valor aprovado	82
Quadro 2 - Levantamento de bolsas pagas pela FUNDEP a servidores UFMG no período jan/2023 a jan/2024.....	85
Quadro 3 - Levantamento de bolsas pagas pela FCO a servidores UFMG no período jan/2023 a jan/2024.....	86
Quadro 4 - Registro de mobilizações e greves realizadas no século XIX.....	99
Quadro 5 – Síntese das greves ocorridas nas IFES de 1980 a 2024.....	109
Quadro 6 - Demonstrativo das publicações do APUBH no período de 2007 a 2023...	127
Quadro 7 – Membros da Diretoria Geral do APUBH no período de 2020 a 2026	152
Quadro 8 – Atividades com participação do APUBH - 2021.....	158
Quadro 9 – Atividades com participação do APUBH - 2023.....	171
Figura 1 – Registro da intervenção de membro do CLG/UFMG em ato realizado no dia 01/05/24.....	195
Figura 2 - Registro de participação de membros dos CLG/UFMG em ato convocado pelo SINDIFES em 09/05/24.....	195
Figura 3 – Registro do ato realizado no dia 15/05/24, dentro do <i>campus</i> da UFMG...	196
Figura 4 – Registro do ato realizado dia 27/05/24 em frente à Reitoria da UFMG	197
Figura 5 – Registro de membros do CLG/UFMG no carro de som durante o ato realizado em 03/06/24.....	200
Figura 6 – Registro de ato realizado em 03/06/24.....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
ADUNB	Associação dos Docentes da Universidade de Brasília
ADUNIFEI	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Itajubá
AG	Assembleia Geral
AGU	Advocacia Geral da União
ANDES/SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
APU	Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte
APUBH	Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco
APUFSC	Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina
BH	Belo Horizonte
BH Tec	Parque Tecnológico de Belo Horizonte
CAED	Centro de Apoio à Educação a Distância
CECOM	Centro de Computação
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CEU	Centro Esportivo Universitário
CF	Constituição Federal
CF	Conselho Fiscal
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CGU	Controladoria Geral da União
CLG	Comando Local de Greve
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMBH	Câmara Municipal de Belo Horizonte
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COB	Confederação Operária Brasileira
COLTEC	Colégio Técnico
CONAD	Conselho do ANDES/SN

CONFAP	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
CONFIES	Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica
CP	Centro Pedagógico
CR	Conselho de Representantes
CSB	Central dos Sindicatos Brasileiros
CSP-Conlutas	Central Sindical e Popular Conlutas
CT&I	Ciência, Tecnologia e Informação
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CU	Conselho Universitário
CUT –	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DF	Distrito Federal
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRU	Desvinculação das Receitas da União
EBA	Escola de Belas Artes
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EC	Emenda Constitucional
EHE	Ensino Híbrido Emergencial
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ENE	Encontro Nacional de Estudantes
FA	Fundação de Apoio
FACC	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica
FACE	Faculdade de Ciências Econômicas
FaE	Faculdade de Educação
FAFI-BH	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FALE	Faculdade de Letras
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FASUBRA	Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
FCO	Fundação Christiano Ottoni

FEPE	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
FESIDUAS	Federação de Sindicatos de Docentes Universitários da América do Sul
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FIES	Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior
FINATEC	Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNT	Fórum Nacional do Trabalho
FONASEFE	Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Federais
FORTEC	Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia
FS	Fórum Social
FUMP	Fundação Universitária Mendes Pimentel
FUNCATE	Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
FUNPRESP	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
GEOCAPES	Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
HC	Hospital das Clínicas
HU	Hospital Universitário
IAB	Instituto de Advogados Brasileiros
ICA	Instituto de Ciências Agrárias
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
ICEEx	Instituto de Ciências Exatas
ICT	Instituições Científicas e Tecnológicas
IEAT	Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares
IES	Instituições de Educação Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IGC	Instituto de Geociências
ILAESE	Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômico
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPI	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
IPEAD	Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas
IPE-ALC	Instituto de Pesquisas em Educação da América Latina e Caribe
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIT	Lei da Inovação Tecnológica
LOA	Lei Orçamentária Anual
MBA	<i>Master of Business Administration</i>
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação
MDIA	Movimento Docente Independente e Autônomo das Instituições Federais de Ensino
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MP	Medida Provisória
MPC	Modo de produção capitalista
MPDF	Ministério Público do Distrito Federal
NAF	Novo Arcabouço Fiscal
NCST	Nova Central Sindical dos Trabalhadores
OAP	Organização dos Aposentados e Pensionistas
OC	Observatório do Conhecimento
OMS	Organização Mundial de Saúde
OS	Organizações Sociais
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parcerias Público-Privadas
PR	Pró-Reitoria

PRCEU	Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária
PROIFES	Fórum Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI	Programa Universidades Para Todos
PRPG	Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PSD	Partido Social Democrático
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RDIDP	Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa
REUNI	Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJU	Regime Jurídico Único
RRF	Regime de Recuperação Fiscal
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais
SEDE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SINASEFE	Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica
SINDCEFET	Sindicato de Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
TCH	Teoria do Capital Humano
TCU	Tribunal de Contas da União
THE	<i>Times Higher Education</i>
UCMG	Universidade Católica de Minas Gerais
UF	Universidades Federais
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rey
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UMG	Universidade de Minas Gerais
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIRG	Universidade de Gurupi
UNIRV	Universidade de Rio Verde
USCS	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO: MERCADORIA A SERVIÇO DO CAPITAL.....	28
1.1 A Mercadoria em Marx.....	28
1.2 Fundamentos e antecedentes da mercantilização da Educação Superior no Brasil.....	33
1.3 A Mercantilização da Educação Superior no Brasil a partir da década de 1990.....	44
Conclusões.....	57
CAPÍTULO 2 – A UFMG NO PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	59
2.1 As Universidades públicas no Brasil e a UFMG.....	59
2.2 As Fundações de “Apoio” às Universidades.....	71
2.2.1 As Fundações de “Apoio” na UFMG.....	80
Conclusões.....	87
CAPÍTULO 3 - ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES DA UFMG.....	89
3.1 Luta de classes.....	89
3.2 Os sindicatos enquanto organizações históricas dos trabalhadores: potencialidades e limites.....	95
3.2.1 A organização dos trabalhadores no Brasil.....	98
3.3 Sindicalismo docente.....	104
3.4 O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN).....	106
3.5 A Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – PROIFES.....	113
3.6 O Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (APUBH).....	115
Conclusões.....	124
CAPÍTULO 4 - A LUTA SINDICAL NA UFMG.....	126
4.1 O que dizem as publicações do APUBH no período de 2007 a 2023 sobre a mercantilização da Educação Superior.....	126
4.2 Apresentação dos sujeitos da pesquisa.....	150
4.3 Ações de oposição e/ou adesão ao processo de mercantilização na UFMG por parte dos docentes e da direção do APUBH.....	157
Conclusões.....	175

CAPÍTULO 5 - A PARTICIPAÇÃO DA UFMG NA GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL 2024	177
5.1 A Greve da Educação Federal 2024	180
5.2 A Greve na UFMG	186
Conclusões	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
REFERÊNCIAS	213
APÊNDICE	232
Apêndice A – Registro das assembleias realizadas pelo APUBH de 2021 a 2024	232
ANEXOS	239
Anexo A – Outros registros fotográficos de algumas assembleias.....	239
Anexo B – Ofícios CLG/UFMG com orientações.....	241
Anexo C – Ofício sobre atividades essenciais	242
Anexo D – Fotos dos cartazes na Escola de Arquitetura, durante a greve na UFMG. Registro em 22/04/24. Acervo pessoal.	244
Anexo E -Mensagem difundida em grupos de aplicativo de mensagens entre professores da UFMG	245
Anexo F -Carta nº28/2024 e seu respectivo anexo	246

INTRODUÇÃO

A presente tese intitulada “Atuação e organização dos professores da Universidade Federal de Minas Gerais diante da mercantilização da Educação Superior no Brasil” está situada no campo dos estudos sobre o trabalho docente universitário, e tem como objetivo central identificar e analisar, no período de 2007 a 2024, as ações de adesão e/ou oposição dos professores e das direções do sindicato dos professores da Universidade Federal de Minas Gerais ante o processo de mercantilização da Educação Superior em curso no Brasil.

A pesquisa se ancora no referencial teórico marxista para compreender como a Educação Superior tem sido subordinada às demandas do capital e quais as possibilidades e limites da organização docente frente a essa realidade. Compreende-se que, no modo de produção capitalista, são utilizadas as mais variadas formas para a manutenção do capitalismo, entretanto essas formas são confrontadas das mais diversas maneiras. Esse confronto ocorre, pois, as diferentes formas e estratégias do capital para sua reprodução guardam, em seu interior, uma contradição principal: a contradição entre duas classes cindidas por esse modo de produção. Logo, a atuação e organização da classe explorada torna-se importante, pois à medida em que o capital avança sobre todos os setores da vida, somente a luta da classe explorada poderá impor derrotas ao capital e seu projeto de reprodução.

Nesse sentido, o interesse por essa pesquisa parte da indagação sobre os possíveis processos de oposição ou adesão dos professores universitários à mercantilização da Educação Superior, que tantas perdas têm imputado aos seus trabalhadores e estudantes. Como se configura e atua o Sindicato dos Professores de universidades federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (APUBH) diante desse processo de mercantilização do ensino superior público na UFMG, no período de 2007 a 2024? A partir dessa pergunta, outras surgiram. Em que medida o APUBH consegue organizar os professores para suportar e/ou subverter o processo de mercantilização da universidade pública? Como a diretoria do APUBH se posicionou ao longo desse período em relação à mercantilização da Educação Superior? Em que medida sua atuação contribuiu para organizar a luta ou, ao contrário, favoreceu a adesão dos docentes a esse processo? A organização sindical desses docentes corrobora a oposição ou a aderência ao projeto mercantilista da Educação Superior? Quais são as ações empreendidas pelos professores e por seu sindicato local? Qual é a direção e a

abrangência dessas ações, além das consequências e dos potenciais vislumbrados? Como é a relação entre docentes da base e direção sindical? Qual o papel das greves e da mobilização coletiva?

Para responder a essas questões, a pesquisa foi estruturada em três etapas: Pesquisa bibliográfica, com base em autores clássicos e contemporâneos, para discutir o contexto da mercantilização da Educação Superior no capitalismo; Pesquisa documental, incluindo leis, decretos, resoluções institucionais e publicações do APUBH e do ANDES/SN entre 2007 e 2023, a fim de examinar como o discurso e a prática sindical trataram a mercantilização e as formas de luta naquele período. A terceira etapa, de observação, foi realizada em duas fases: a primeira, no período de 2021 a 2023, em que observou-se as atividades convocadas pelo sindicato, buscando identificar os tipos de ações propostas pela direção sindical; e a segunda realizada em 2024, durante a greve da Educação federal deflagrada naquele ano, mediante observação das atividades desenvolvidas no período, com o objetivo de analisar como os professores e a direção sindical atuaram nesse processo em relação às reivindicações da pauta e o processo de mercantilização.

Ao iniciar os estudos da literatura sobre o tema, constatou-se que o processo de mercantilização do ensino superior está em curso há tempos, considerando o processo de constituição dessa etapa de ensino no país. Entretanto, para efeito de delimitação temporal para a investigação que se propôs realizar, elegeu-se como marco temporal nas IFES a aprovação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que “coroou” a “reforma universitária” empreendida pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2007. O ensino superior brasileiro passou por importantes reformas no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011), mas foi em 2007 que ocorreu a aprovação de uma das principais iniciativas de reforma das universidades federais em curso, a saber, o REUNI, por meio do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Léda e Mancebo (2009, p.51) destacam que o REUNI estava no bojo do conjunto medidas que compunham a “reforma universitária” de Lula, realizada ‘em fatias’ em “um quadro de continuidade, com as medidas tomadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)”. O REUNI, sob o argumento de democratização do acesso e de expansão de cursos e de vagas nas universidades, aprofundou a precarização do ensino e do trabalho e estabeleceu novas bases para o processo de mercantilização dessas instituições.

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN) produziu um dossiê denominado “Dossiê Nacional 3: Precarização das condições de trabalho I”, que desnuda as condições do ensino, da pesquisa e da extensão após cinco anos de implementação do REUNI (2008 a 2013). Dentre os fatos apresentados no dossiê, destaca-se a denúncia do crescimento desproporcional em relação ao número de vagas ofertadas pelas universidades e a quantidade de novos professores no mesmo período¹. Tal discrepância gerou consequências negativas aos docentes, “tais como carga horária excessiva de trabalho, queda da qualidade do ensino e prejuízos para a saúde” (ANDES/SN, 2013, p.25). Há que se mencionar, ainda, o crescimento de contratações precárias² de docentes substitutos e temporários. No próprio documento, afirma Lisboa que:

Essa precarização das condições contratuais de trabalho interfere direta e negativamente na qualidade do trabalho realizado pelo docente, da formação oferecida aos alunos e, por conseguinte, na realização dos fins da educação escolar, tanto básica quanto superior, qual seja, assegurar a todos o direito à uma educação de qualidade, socialmente referenciada (ANDES/SN, 2013, p.34).

Em sua análise sobre o REUNI, o ANDES/SN (2013, p.59) afirma que “mais do que negligenciar a infraestrutura e precarizar as condições de trabalho, a mudança afetou de forma negativa o *ethos* da Educação Superior brasileira como que a preparar o terreno para transformar esse direito social em mercadoria”. Entende-se, portanto, que a partir de 2007, a Educação Superior pública foi objeto de acelerado e intensificado processo de mercantilização.

O segundo objetivo específico foi identificar e analisar as ações de oposição e/ou adesão dos professores da UFMG e das direções do APUBH, em suas diferentes gestões no período de 2007 a 2024, acerca do processo de mercantilização da Educação Superior e da própria UFMG. Para alcançar o objetivo proposto, foram analisadas as publicações disponíveis no site do APUBH, no período de 2007 a 2023 buscando revelar qual foi o tratamento dado a temática da mercantilização e as ações de luta propostas pela diretoria do sindicato dos professores da UFMG. Também no escopo

¹Segundo o dossiê, o número de vagas nas universidades federais cresceu 111% entre 2003 e 2011, e a quantidade de novos professores foi apenas de 44% até 2012.

²Não são resguardados os direitos trabalhistas dos professores efetivos pois estão fora do Regime Jurídico Único (RJU) e da carreira de magistério superior. São contratados por tempo no máximo dois anos e com um salário sempre menor, apesar da carga horária e da titulação iguais. Os substitutos e temporários estão excluídos das atividades de pesquisa e de extensão (ANDES/SN, 2013, p.28).

desse segundo objetivo, buscou-se acompanhar, ainda, atividades convocadas pela diretoria do sindicato da categoria docente na UFMG a partir de 2021.

Este segundo objetivo foi pensado a partir do recorte temporal proposto, pois o ano de 2007 foi também um marco importante no campo da organização sindical dos professores da UFMG. Naquele ano, o Sindicato dos professores de Belo Horizonte, Montes Claros e São João Del Rey (APUBH) se desfilou do Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES/SN). Esse processo ocorreu após a movimentação de alguns membros da diretoria do APUBH³ que participaram, em 2004, da criação de outra entidade que disputou a representação docente com o ANDES/SN, exacerbando o conflito de posições políticas e de modelo sindical de representação. Da criação do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES)⁴ como fórum, passando pela sua transformação em sindicato, em 2009, até a desfiliação do APUBH do PROIFES em 2011, estiveram presentes, em sua diretoria, membros do APUBH, demonstrando a convergência de posicionamentos das duas entidades. A disputa pela representação sindical revelava, naquele período, a disputa de modelo de organização dos professores e a relação dos sindicatos de heteronomia ou autonomia em relação ao governo, principal agente indutor das reformas no campo da Educação Superior.

Como mencionado, dado o contexto da greve deflagrada pelos docentes da UFMG, compreendeu-se que se tratava de momento ímpar para aproximar do objeto em estudo, e conseguir verificar como atua a direção do sindicato e os professores frente a luta, manifestada no contexto pela greve. Nesse sentido, foram observadas as atividades realizadas durante os 50 dias de greve na maior universidade mineira. Foram acompanhadas as 7 (sete) assembleias que trataram de temáticas relacionadas à greve da Educação federal, 17 reuniões do Comando Local de Greve da UFMG, além de atos, seminários e atividades realizadas durante o movimento paredista na UFMG.

Apesar de reconhecer a importância e centralidade que o modelo de organização via sindicato tem, como um instrumento para a luta da classe trabalhadora, entende-se que ele não é único, e é nesse sentido que buscou-se observar também a outras formas de organização. Procurou-se, portanto, compreender, especialmente no contexto da UFMG, em que o sindicato dos professores atua como entidade local, sem vinculação

³ Em 2007, o presidente do APUBH, Robson Mendes Matos, era também vice-presidente do Fórum PROIFES.

⁴ O PROIFES desde sua fundação em 2004 até 2025 passou por mudanças e adotou nomenclaturas diferentes, inicialmente como fórum, passando a sindicato, posteriormente federação.

nacional, como se dá a atuação e organização docente frente às ações que atacam os direitos desses trabalhadores e caracterizam-se como medidas de viés mercantilizantes.

A conjuntura política atual no Brasil é marcada por uma continuidade de políticas neoliberais e de austeridade, que se refletem em cortes de verbas e em reformas que priorizam a lógica do mercado mesmo em áreas historicamente garantidas, como a educação. Essa dinâmica tem gerado tensões profundas na sociedade, sobretudo no setor educacional, onde a mercantilização e a privatização dos serviços públicos vêm comprometendo a existência do ensino público. A greve da Educação federal de 2024 foi uma resposta direta a esse cenário. Professores e demais trabalhadores da educação se mobilizaram para contestar não só a precarização das condições de trabalho, mas também exigindo recomposição orçamentária necessária para a garantia da oferta enquanto serviço público. A greve, portanto, não foi apenas uma reivindicação por melhores condições laborais; ela simbolizou uma luta contra o avanço de um projeto neoliberal que buscou reduzir o papel do Estado e transferir responsabilidades essenciais ao setor privado. Essa mobilização evidenciou a insatisfação de uma categoria que se via cada vez mais pressionada a conciliar a produção de conhecimento com a lógica de mercado.

No contexto desta tese, a atual conjuntura política e a greve de 2024 se interligam de maneira crucial. Uma vez que a imposição de reformas que intensificam a mercantilização da educação – como o congelamento de despesas sociais e a redução do financiamento público – que serve de pano de fundo para a emergência de estratégias de luta por parte dos docentes. O episódio da greve se configura como um marco que revela tanto a capacidade de mobilização da classe trabalhadora quanto os limites impostos pelo contexto político atual. Em outras palavras, a greve é uma manifestação concreta das contradições apontadas na análise teórica da tese: enquanto o Estado e as políticas neoliberais avançam na transformação da educação em mercadoria, os professores e seus sindicatos buscam, por meio da organização, reafirmar a defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Essa mobilização, por sua vez, está intrinsecamente ligada ao objeto de estudo, pois ilustra, na prática, as tensões entre o avanço das reformas neoliberais e a luta organizada dos docentes – um dos principais motores da luta pela manutenção dos direitos sociais e da defesa da educação pública.

Como referido, adota-se nesta pesquisa, como referencial para subsidiar as análises de fundo, as formulações de Karl Marx (2008, 2013). A categorias mercadoria

e luta de classe adquirem fundamental importância para auxiliar a análise do objeto que se pretende investigar.

O primeiro capítulo apresenta a categoria mercadoria com base nas formulações de Marx (2008; 2013) e Rubin (1999). A partir dessa discussão, discorre sobre o papel que a educação cumpre no processo de subordinação do homem ao modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que se configura como um mecanismo para desenvolvimento do capital, transformando-se também em uma mercadoria. Amparando nas formulações de Sguissardi e Silva Júnior (2020), Mancebo (2010), entre outros, expõe como as reformas ocorridas na década de 1990 corroboraram de maneira significativa para esse processo no ensino superior. Em seguida, apresenta uma síntese da reforma da Educação Superior no país realizada pelo governo Lula (2003-2011). Conclui-se o capítulo com um levantamento sobre as medidas empreendidas pelos governos no período de 2012 a 2022 que impactaram nas universidades públicas e, conseqüentemente, colaboram com o processo de mercantilização da Educação Superior.

Nesse primeiro capítulo, ao problematizar a categoria mercadoria a partir das formulações de Karl Marx, foi possível compreender que a mercantilização da Educação é um desdobramento da lógica de acumulação capitalista, que transforma direitos sociais em mercadorias passíveis de exploração e lucro. Marx mostra que, no capitalismo, tudo é transformado em mercadorias, o que implica que até a mesma educação, historicamente concebida como direito e bem social, passa a ser tratada como produto para consumo e geração de lucro. Esse processo, marcado pela transformação do valor de uso em valor de troca, revela a perversidade de um sistema em que o conhecimento e a formação humana, essenciais para o desenvolvimento crítico e emancipador, estão subordinados ao mercado. A educação, nesse sentido, deixa de ser um bem público e configura-se como instrumento para reprodução das relações capitalistas. As reformas implementadas no Brasil a partir da década de 1990, aprofundadas nos governos seguintes, evidenciaram essa tendência ao reconfigurar a Educação Superior em um espaço de negócios e oportunidades de acumulação para o capital.

O segundo capítulo apresenta e analisa como o processo de mercantilização manifesta-se na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e destaca o pioneirismo da instituição em algumas atividades de caráter mercantil. Em seguida, discute o papel das fundações de “apoio”, partindo da compreensão de que a presença e atuação dessas

entidades nas instituições públicas constituem medida que incentiva e catalisa o processo de mercantilização/mercadorização em curso. Para encerrar esse capítulo, a partir de informações levantadas nos canais oficiais da universidade, bem como no portal da transparência, apresenta-se alguns dados sobre as fundações de “apoio” que atuam na UFMG e problematiza-se tais dados. A análise de como esse processo de mercantilização se materializa na UFMG destaca o papel das fundações de apoio e dos mecanismos institucionais que facilitam a inserção da lógica de mercado na universidade pública, entre eles a resolução nº13/2022. O estudo revela que, embora a UFMG possua um proplado histórico de excelência acadêmica e compromisso social, as pressões neoliberais têm cada vez minado mais a sua autonomia e submetido sua produção científica e tecnológica às exigências atuais do capital. A atuação das fundações de apoio, ao gerenciar recursos públicos e firmar parcerias com empresas privadas, exemplifica como a universidade pública se converte em agente da reprodução capitalista na atualidade, priorizando a lógica da eficiência e da produtividade em detrimento de seu compromisso com a formação crítica e emancipatória, anteriormente anunciada como princípio fundante da educação. Nesse sentido, discutir o novo marco das fundações de apoio é fundamental para evidenciar como essas instituições atuam como instrumentos de reestruturação do espaço acadêmico, contribuindo para a mercantilização da Educação Superior. Esse processo tem implicações profundas na formação do conhecimento, na autonomia dos pesquisadores e na qualidade do ensino, pois a produção acadêmica passa a ser orientada por critérios de rentabilidade, muitas vezes em detrimento do compromisso social e crítico da universidade.

O terceiro capítulo apresenta, inicialmente, a categorias luta de classes a partir de escritos de Karl Marx (1963) e Marx e Engels (1998). Aporta, também, teorias explicativas de Bernardo (2009) acerca da luta dos trabalhadores. A partir desses autores, compreende-se que os sindicatos, embora tenham limites, constituem importante instrumento na luta de classe, por materializar as lutas no campo coletivo/ativo. Em seguida, apresenta-se um panorama geral sobre a organização dos trabalhadores e a organização via sindicatos, partindo do aporte também de Marx (2006), Engels (2008) e Lênin (1979). É, ainda, realizado um breve resgate sobre a organização dos trabalhadores no Brasil utilizando as contribuições de Mattos (2004) para, a partir de um olhar crítico da história, proceder com a exposição sobre a conformação dos sindicatos, aportando em Antunes (2023). Expõe-se o debate sobre a organização sindical dos docentes em geral, e dos docentes no ensino superior em

particular, tendo como referência os estudos de Rêses (2008); Dal Rosso (2009); Bauer e Paiva (2017). O capítulo é finalizado com a discussão sobre a organização sindical dos professores universitários no Brasil. Apresenta-se ANDES/SN, principal sindicato da categoria, a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROIFES), e o APUBH. Este terceiro capítulo, ao abordar as formas de organização dos docentes, com foco na atuação ANDES/SN e do APUBH, revela as tensões e disputas internas no movimento sindical docente, especialmente em relação às estratégias de luta e ao modelo de representação. A desfiliação do APUBH do ANDES/SN e sua relação com o PROIFES evidenciam o embate entre projetos sindicais de autonomia classista e outros mais alinhados às políticas governamentais. Apesar dos desafios e das contradições, a pesquisa demonstra que a organização sindical, ainda que fragilizada em alguns momentos, continua sendo um espaço fundamental de organização e mobilização dos docentes frente ao avanço da mercantilização.

O quarto capítulo apresenta os achados da pesquisa documental, que compreendeu o período entre 2007 e 2023, e das observações das ações envolvendo o APUBH e professores da UFMG realizadas no período de 2021 a 2023. As publicações do APUBH analisadas são examinadas destacando o tratamento dado pela diretoria do sindicato à mercantilização da Educação Superior. As ações convocadas pela diretoria do APUBH no período de 2021 a 2023 compreendem as seguintes atividades: assembleias, atos, reuniões e seminários, onde se busca identificar e analisar as dinâmicas da organização política dos sujeitos participantes. Antes da apresentação e análise dos dados obtidos nas observações, o capítulo apresenta os sujeitos da pesquisa, que participaram, de forma geral, dessas ações. A partir da pesquisa documental e observações realizadas é possível identificar o tipo de luta priorizada pela direção sindical no período investigado e a reduzida participação dos docentes da UFMG nas atividades sindicais.

No quinto capítulo, discute-se a participação dos professores da UFMG na greve da Educação federal de 2024. Durante o período da coleta de dados, por meio da observação, eclodiu a greve na instituição e considera-se este como um momento oportuno e privilegiado para a observação da luta docente na UFMG. Além da apresentação dos aspectos gerais da greve da Educação federal de 2024, neste capítulo examinam-se as particularidades e disputas que emergem na UFMG, buscando compreender como essa dinâmica influencia a organização e atuação dos trabalhadores.

Foram observadas todas as assembleias de greve realizadas no período, bem como as reuniões do Comando Local de Greve (CLG), e atividades relacionadas ao movimento paredista na universidade (reuniões em unidades, panfletagens, atos e seminários). A observação revela que, apesar da fragmentação da categoria e das divergências internas no sindicato, a greve constitui-se uma importante expressão da luta contra as políticas de desmonte da educação pública e precarização das condições de trabalho. O envolvimento dos professores e a atuação do Comando Local de Greve evidenciaram que, mesmo diante das adversidades, a luta coletiva permanece como ferramenta imprescindível para enfrentar os ataques aos direitos dos trabalhadores e à universidade pública. No entanto, as diferenças políticas e as limitações organizacionais mostram que a luta coletiva e ativa ainda precisa superar desafios relacionados à consciência de classe, à construção da unidade e à adoção de estratégias mais combativas e autônomas em relação ao Estado, ao capital e à direção sindical burocratizada.

A greve de 2024 foi um marco fundamental para a pesquisa, pois permitiu observar, em tempo real, a dinâmica, as posições, as manifestações de conflito, os limites e potencialidades da organização sindical docente e da direção sindical. A atuação do APUBH, a dinâmica do CLG e a relação entre docentes e Reitoria revelaram contradições profundas na luta sindical, apontando para a necessidade de uma mobilização mais autônoma e combativa dos trabalhadores docentes.

Por fim, a tese é concluída com uma reflexão sobre os desafios atuais para a organização docente e a defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada.

Dessa forma, a tese busca contribuir para o debate sobre o sindicalismo docente e sobre a mercantilização da Educação Superior, evidenciando que a luta contra a subordinação da universidade à lógica do mercado passa, necessariamente, pela luta coletiva e ativa do conjunto dos trabalhadores e extrapola o âmbito das universidades.

CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO: MERCADORIA A SERVIÇO DO CAPITAL

Compreender a mercadoria como categoria indissociável do capitalismo a partir das formulações de Karl Marx auxilia a refletir sobre o papel que a educação cumpre no processo de subordinação do homem ao modo de produção capitalista ao mesmo tempo em que se configura como um mecanismo para desenvolvimento do capital, transformando-se também em uma mercadoria. Portanto, para conseguir compreender o processo de mercantilização da Educação Superior no Brasil, contexto em que esta investigação está inserida, recorre-se ao estudo sobre o modo de produção que organiza a sociedade e o exame da categoria mercadoria, com base nas formulações de Marx, (2008, 2013) e outros autores que dialogam com suas obras.

Este capítulo está dividido em três sessões. A primeira detém-se ao exame da mercadoria, esmiuçando os fatores e características determinantes dessa categoria. Feito este esforço para compreender de maneira mais geral, a segunda parte examina a educação como elemento importante para a consolidação e reprodução do modo de produção capitalista. Realiza-se, também nessa parte, um breve retrospecto sobre a constituição da educação no Brasil. A partir de tal panorama, a terceira e última parte deste capítulo expõe como o processo de mercantilização da Educação Superior se materializou no Brasil, a partir da década de 1990, e as demais medidas implementadas nas décadas seguintes.

1.1 A Mercadoria em Marx

As reflexões realizadas a partir da leitura de Karl Marx e sua formulação sobre a constituição do modo de produção capitalista (MPC), bem como algumas categorias que alicerçam esse modo de produção auxiliam a compreender a discussão sobre a mercantilização e como ela assume a centralidade nos debates acerca da educação na contemporaneidade. O termo mercantilização deriva da ação de fazer com que algo seja comercializado; transformar (algo, alguma coisa) em mercadoria. Marx dedicou-se a compreender a mercadoria enquanto uma categoria e não como conceito, ou seja, compreender a mercadoria segundo sua materialidade, não fruto de uma representação do pensamento. Segundo Marx (2013), a mercadoria é a forma social mais simples em

que se corporifica o trabalho na sociedade capitalista, e é composta por dois fatores, o valor de uso e o valor⁵. Apresenta-se tais fatores adiante.

Inicialmente, Marx (2013, p.113) afirma que “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio das suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”. A mercadoria, na qualidade que lhe é atribuída, satisfaz tanto as necessidades “do estomago ou do espírito” (Marx, 2013, p.113). Pode-se dizer que, na aparência, a mercadoria é algo que satisfaz as necessidades humanas de qualquer tipo e carrega em si um valor de uso. Muitas coisas que o homem já produziu em outras formas sociais anteriores ao capitalismo tinham valores de uso, ou seja, eram úteis para satisfazer às necessidades humanas, como vestir, alimentar, transportar, entre outras. Portanto, o valor de uso não é suficiente para determinar ou definir a mercadoria.

Marx (2013) aprofunda sua análise sobre o tema e afirma que a subsunção formal do trabalho ao capital é um aspecto central do processo de generalização da forma-mercadoria, visto que é nessa subsunção que a força de trabalho se converte em mercadoria. Logo, é a partir da exploração da força de trabalho (e a expropriação dos resultados da atividade laboral) que se possibilita a realização de todo o valor que alimenta a reprodução do capital. Nessa perspectiva, não é apenas o trabalho, mas o trabalho expropriado, que mantém ou alicerça esse modo de produção.

Assim, para compreender, na essência, o que é a mercadoria faz-se necessário compreender a diferença entre valor de uso e valor. O valor de uso caracteriza-se qualitativamente, a qualidade do objeto remete à utilidade desse objeto. E a utilidade, por sua vez é determinada pelo corpo da mercadoria, ela não existe sem esse corpo, logo os valores de uso têm a característica de ser algo acessível aos sentidos. E Marx complementa que “O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta” (Marx, 2013, p.114). Como dito anteriormente, o valor de uso pode ser encontrado em outras formas de sociedade, firmando-se como característica que permeia a história do desenvolvimento humano, mas no capitalismo esta condição é o que dá o suporte material para a realização do valor, ele é um pressuposto, uma condição pela qual sem ela o valor (que se efetiva na troca) não pode se realizar. É a partir dessa compreensão que se pode passar à caracterização do valor.

⁵ O valor é expresso através da troca, ou seja, o valor de troca só aparece na relação entre as mercadorias. Dessa forma, trata-se as categorias como valor de uso e valor.

Segundo Marx (2013, p.114), o valor caracteriza-se inicialmente de forma quantitativa, “à proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo”. O valor que se efetiva na troca, diferentemente do valor de uso, caracteriza-se pelo tempo histórico em que se realiza, ou seja, ele é específico da sociedade capitalista. Em estágios diferentes do desenvolvimento do capitalismo, o valor pode mudar; tome-se como exemplo um determinado objeto de comunicação, que outrora possuía um valor, e com desenvolvimento de novas tecnologias, tal objeto torna-se obsoleto, perde seu valor de uso e conseqüentemente seu valor.

Destaca-se que, nessa forma de organização da sociedade atual, para que as pessoas possam usufruir do valor de uso dos objetos, ou seja, consumir, utilizar determinado objeto para satisfazer suas necessidades, impreterivelmente há que se realizar troca, e, portanto, consumir o valor. Portanto, a mercadoria se constitui por uma dupla dimensão, a do valor de uso e valor. Essa dupla dimensão tem uma contradição imanente, uma vez que, para ser valor de uso, não é preciso ser valor, mas o contrário não pode se realizar nesse modo de produção. Nem todo o produto do trabalho humano é feito (ou deveria ser feito) para o mercado, logo nem tudo deveria ser mercadoria. A imposição dessa condição é própria do modo de produção no qual estamos inseridos. Uma coisa poderia ser feita para consumo próprio ou distribuída por outra forma que não o mercado, mantendo sua característica enquanto valor de uso. Essa suposição implicaria uma nova forma de organização da sociedade. Vislumbrar essa possibilidade é importante, pois a noção que é inculcada nos indivíduos é de que as condições impostas pelo capitalismo são imutáveis, irreversíveis, não havendo, segundo essa falsa percepção, alternativas de mudança.

Ao aprofundar suas análises, Marx aponta para o caráter perverso do sistema capitalista, no qual absolutamente tudo é transformado em mercadoria, entretanto, há uma questão determinante para que uma ‘coisa’ ou um produto do trabalho se torne mercadoria: “é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso” (Marx, 2013, p.119). A mercadoria, portanto, não precisa ter valor de uso ao seu possuidor ou a quem a produziu, mas, necessariamente, precisa ser útil aos que irão “consumi-la”, pois somente assim lhe é atribuído valor. Dessa forma, não apenas na aparência, Marx define, nesse modo de produção, a mercadoria em sua dupla dimensão valor de uso (para quem irá consumir) e valor.

O valor, por sua vez, é um produto das relações de troca, condição para a definição de mercadoria, e no capitalismo tem a centralidade na organização da

sociedade. Marx, no processo de análise dessa categoria, ao comparar as mercadorias diversas entre si, explicou que o valor de uma mercadoria é definido pelo elemento comum a todas, que é o trabalho, compreendido a princípio de maneira genérica. Marx (2013) afirma que na mercadoria é possível identificar o duplo caráter do trabalho, o concreto e o abstrato, sendo este último o responsável pela atribuição de valor a uma mercadoria. Ele compreende o trabalho abstrato como “dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico” (Marx, 2013, p.124). Na busca por apreender melhor essa complexa teoria, Rubin (1999, p.150)⁶ frisa que “Marx não se cansou de repetir que o valor é um fenômeno social”, portanto, o trabalho abstrato deve ser compreendido como uma categoria social. Afinal, o processo de troca é essencialmente uma atividade humana, apesar da forma-mercadoria ocultar essa essência.

Dessa forma, o dispêndio de força humana de trabalho (seja ele mãos ou cérebro) ou o “dispêndio de energia fisiológica” (Rubin, 1999, p.152) constitui um dos pressupostos do trabalho abstrato, mas não sua definição absoluta. Outro pressuposto indicado por Rubin (1999) é o trabalho igualado⁷, mas ele reafirma que o trabalho abstrato é uma categoria específica da economia mercantil, portanto, “todo trabalho abstrato é trabalho social e socialmente igualado, mas nem todo trabalho socialmente igualado pode ser considerado trabalho abstrato” (Rubin, 1999, p.152). Nesse sentido, enquanto categoria social e histórica, e, portanto, específico da economia mercantil, ele caracteriza o trabalho abstrato como sendo “a abstração das formas concretas de trabalho, relação social básica entre produtores mercantis separados. O conceito de trabalho abstrato pressupõe uma determinada forma de organização do trabalho numa economia mercantil” (Rubin, 1999, p.159). Daí a centralidade do processo de troca para que se realize e desenvolva o trabalho abstrato, pois compreende-se que na produção baseada na troca o produtor não está interessado no valor de uso do produto produzido, mas sim no valor que tal produto vai lhe render. Segundo Rubin (1999, s.p.) “a troca cria a indiferença do produtor para com seu trabalho”. Ainda segundo Rubin (1999), sem o processo de troca como forma social de produção não pode existir trabalho abstrato.

⁶ Isaak Illich Rubin (1886-1937) era economista e também pesquisador da obra de Marx. Foi responsável por uma série de contribuições fundamentais para a reflexão crítica sobre a obra de Marx, em especial no tocante à questão da compreensão sobre o fetichismo da mercadoria, que para Rubin era inseparável da teoria do valor marxista e chave para compreender o capitalismo.

⁷ A igualação social do trabalho, por sua vez, implica na “homogeneidade fisiológica do trabalho”, caracterizando como uma condição biológica, mas não a determinante para o desenvolvimento da divisão social do trabalho.

Depreende-se, a partir desse referencial que as categorias mercadoria, valor e trabalho abstrato estão imbricadas, sendo todas específicas da forma mercantil da organização da produção; e a troca como processo social que permite a externalização do valor. E é a partir dessa relação de troca de mercadoria que Marx (2008, 2013) fundamenta a teoria explicativa da “metamorfose das mercadorias” em dinheiro. Marx (2013), esclarece que:

[...] a noção de que a forma-dinheiro da coisa é externa a ela mesma, não sendo mais do que a forma de manifestação de relações humanas que se escondem por trás dela. Nesse sentido, cada mercadoria seria um signo, uma vez que, como valor, ela é tão somente um invólucro reificado [*sachliche*] do trabalho humano nela despendido (Marx, 2013, p.165. Grifo nosso).

Segundo Marx (2013), o processo de circulação das mercadorias na economia capitalista originou o que designou de “metamorfose das mercadorias”. Resumidamente, isso ocorreu uma vez que as mercadorias precisavam de um denominador comum que permitisse a troca. É desse processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, ou da necessidade para consolidação desse modo de produção que surge o dinheiro. Inicialmente como um tipo de mercadoria ‘universalmente’ aceita, neste estágio, o dinheiro (D) tem a propriedade de ser uma mercadoria geral, aceita por todos. Entretanto, o dinheiro como parte da engrenagem do complexo capitalista, desempenha apenas valor de troca, ou seja, para adquirir outra mercadoria (M) que satisfaça suas necessidades. Portanto, o processo completo é M-D-M, onde o dinheiro é usado como meio para obter outra mercadoria, num ciclo de reificação das relações sociais. Assim,

O comportamento meramente atomístico dos homens em seu processo social de produção e, com isso, a figura reificada [*sachliche*] de suas relações de produção, independentes de seu controle e de sua ação individual consciente, manifestam-se, de início, no fato de que os produtos de seu trabalho assumem universalmente a forma da mercadoria. Portanto, o enigma do fetiche do dinheiro não é mais do que o enigma do fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão (Marx, 2013, p.167).

Uma questão fundamental afirmada por Marx e que é preciso ser enfatizada, é: “capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas” (Marx, 2013, p.836). Dessa forma, o dinheiro, os títulos de terra, as máquinas e todo emaranhado que se desenvolveu com a ampliação do modo de produção capitalista configuram-se como símbolos ou expressão do capital, mas que se constituem enquanto

tal a partir de uma relação social. Portanto, como relação social, necessita de todo um aparato para se conformar, desenvolver, subordinar e seguir em expansão. Nesse sentido, a educação formal, ou a escola, cumpre importante papel, pois nesse modo de produção há várias funções, entre elas a de formar a futura mão de obra, ou seja, a escola como instrumento que prepara os estudantes para se tornarem trabalhadores dentro do sistema capitalista. Outra função que a escola exerce tem caráter ideológico, pois sua organização, estrutura e profissionais são formados para transmitir os valores e normas que são fundamentais para o funcionamento desse modo de produção, como a competitividade, a disciplina, a obediência, a autoridade e a aceitação das hierarquias sociais. Isso contribui para a internalização de comportamentos que sustentam a ordem social existente.

1.2 Fundamentos e antecedentes da mercantilização da Educação Superior no Brasil

Como visto, a mercadoria é própria do modo de produção capitalista e assume centralidade nas relações sociais desenvolvidas, ou seja, todas as esferas da vida humana estão (são) suscetíveis a transformarem-se em mercadoria no capitalismo. Entretanto, a mercadoria só cumpre esse papel, pois se estabelece uma relação social que mantém inalterada as bases do MPC. A este propósito, cabe lançar reflexão sobre a educação, e a partir do referencial adotado, entende-se que ela, nesse modo de produção, configura-se como um mecanismo para desenvolvimento do capital, e transforma-se também em uma mercadoria.

Diferentemente da mercadoria, a educação formal, ou a escola como se conhece nos dias atuais não é fruto desse momento histórico, é fruto do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Encontra-se na literatura registro dessa prática, com diferentes objetivos e significados. Primeiro é preciso fazer a distinção de alguns termos, pois a educação compreendida enquanto processo de formação do ser, adquire uma dimensão mais ampla. Valle (2008, p.143), ao definir de maneira genérica o termo, diz que “chama-se ‘educação’ uma atividade social tão antiga quanto a própria instituição de uma sociedade minimamente organizada”. Manacorda (2006), em sua obra clássica, “História da Educação, da antiguidade aos nossos dias”, resgata e apresenta, de forma histórica, como essa categoria se constituiu desde a antiguidade até o século XX, explicitando as contradições que se apresentaram em cada momento

histórico. Trata-se, portanto, de uma categoria ampla que abrange significados distintos a depender do período e referencial que se propõe a analisá-la.

Compreende-se a educação sob uma dupla dimensão. A primeira, enquanto uma construção social do homem, existindo, portanto, em formações sociais concretas e integrando as estruturas de saber e poder de determinada sociedade. A segunda dimensão toma a educação como uma *práxis* humana, ou seja, integra o processo de formação humana e social. A primeira dimensão talvez seja mais compreensível se observa-se o sistema educacional moderno. Segundo Manacorda (2006), a fábrica e a escola moderna surgiram juntas, acompanhando o desenvolvimento da sociedade. Pode-se afirmar que foi com o advento do Estado moderno que a ampliação da primeira dimensão da educação aconteceu, com a criação dos sistemas educacionais. A segunda dimensão ultrapassa os limites dos sistemas escolares, como parte do processo de produção social do homem e de seu meio e realiza-se em diferentes esferas e momentos da vida. É principalmente a partir dessa segunda dimensão, da educação como *práxis*, que se compreende que ela pode ser um instrumento para se atingir a emancipação humana, através da superação desse modo de produção e das relações que este engendra. Segundo Mészáros (2008), esse caráter transformador está intimamente ligado a uma formação crítica/reflexiva. Ele afirma que:

[...] o significado real de educação, digno de seu preceito, é fazer os indivíduos viverem positivamente a altura dos desafios das condições sociais historicamente em transformação [...] todo o sistema de educação orientado à preservação acrítica da ordem estabelecida a todo custo só pode ser compatível com os mais perversos ideais e valores educacionais (Mészáros, 2008, p.83).

Considera-se, assim, que estas duas dimensões coexistem e estão em disputa, especialmente no momento presente.

Conforme já colocado, o aparecimento da instituição escolar é fruto do desenvolvimento da sociedade e do surgimento e desenvolvimento do capitalismo. Foi nesse modo de produção que o Estado passou a ter de controle sobre as escolas. “O Estado firma-se definitivamente no ensino por ocasião da revolução industrial, da superação dos ofícios e da emancipação do capital industrial dos entraves corporativos.” (Petitat, 1994, p.142). Logo, nesse modo de produção, a contradição central do capitalismo manifesta-se também nas instituições escolares e dessa forma a educação assume valores contraditórios a depender da classe a qual seu prisma é colocado. Na

perspectiva burguesa, a educação é útil na medida em que contribui para moldar a força de trabalho. Já na perspectiva proletária, o valor de uso da educação está associado quando estimula “a imaginação inventiva; quando proporciona ferramentas necessárias à leitura, compreensão e questionamento do mundo, bem como à intervenção na realidade” (Motta; Andrade, 2020).

Propõe-se, neste trabalho, refletir a partir da constituição do capitalismo, como a educação, que no curso da história já cumpriu papel importante na transformação da ordem social estabelecida, atualmente além de corroborar a manutenção desse sistema produtivo, configurou-se como um serviço lucrativo, esvaindo o seu caráter de transformador.

Ao formular a crítica ao materialismo contemplativo de Feuerbach, Marx e Engels (2010, p.122) frisam que “a doutrina materialista da transformação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias têm de ser transformadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado”. Partindo dessa afirmação, compreende-se que a educação faz parte dos instrumentos utilizados pela classe dominante para impor sua ideologia, seu pensamento dominante, indicando que há intencionalidade em um modelo de educação que reproduza os valores do capital.

Marx e Engels (2010, p.63) afirmam, ainda, que “a classe que dispõe dos meios para produção material dispõe, também, dos meios para produção espiritual [...]. As ideias dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes [...]”. Isso torna evidente a relação com o caráter de classe que a educação assume na sociedade capitalista. Nesse sentido, concorda-se com Mészáros (2008) quando afirma que é impossível desvencilhar o caráter subordinado da educação ao processo de reprodução do capital nesta sociedade, sendo, portanto, “necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente” (Mészáros, 2008, p.27). Para ele, as instituições escolares, por comporem um aparato do Estado, têm a função tanto de reproduzir a ideologia quanto de manter o caráter de classe do Estado, cumprindo essa função de forma sutil, não utilizando a violência, estabelecendo o consenso. Ainda segundo Mészáros (2008),

No sentido amplo do termo educação, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social [...] . Enquanto a internalização conseguir fazer o seu bom trabalho, assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema do capital, a brutalidade e a violência podem ser relegados a segundo plano [...] (Mészáros, 2008, p.44).

Dentro do MPC, a educação se tornou mais uma ferramenta do capital, que a utiliza tanto para formar mão de obra e agregar valor a esta mercadoria, quanto para reproduzir sua ideologia, como Motta e Andrade (2020) resumiram da seguinte maneira:

A subsunção do trabalho ao capital abarca a racionalização da produção e a especialização da força de trabalho, para os quais a adaptação física, cognitiva e psíquica dos trabalhadores é imperiosa. Nesse processo, algumas das qualidades psicológicas do trabalhador são separadas do conjunto de sua personalidade e objetivamente colocadas em oposição a ela como coisa – uma mercadoria que pode ser adquirida via treinamento, disciplina, entre outros. [...] Em suma, serve à acumulação capitalista como meio de potencialização da produção de mais-valor e de apassivamento, logrando êxito em fazer com que a classe trabalhadora comungue de sua ideologia (Motta; Andrade, 2020, p.4).

Percebe-se, portanto, que a educação formal cumpre a função importante para a manutenção do sistema, pois através/por meio dela é possível doutrinar e/ou dominar ideologicamente a maioria da população, com os valores da ordem social vigente. A esse respeito, Mészáros (2008, p.82) afirma que “A educação contínua do sistema do capital tem como cerne a asserção de que a própria ordem social estabelecida não precisa de nenhuma mudança significativa”. Dessa forma, naturaliza entre os indivíduos a ordem posta e reforça a crença de que não é possível romper com esse sistema.

Para além do papel de conformação ideológica, a educação cumpre também a função de preparação/instrumentalização da força de trabalho. É através do processo de educação que o homem adquire as habilidades necessárias para se “inserir” no mercado de trabalho, e esse processo também implica, segundo Marx, na definição do valor da mercadoria força de trabalho.

Para modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo do trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica, faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinados, que, por sua vez, custam uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias. Esses custos de formação variam de acordo com o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho. Assim, os custos dessa educação, que são extremamente pequenos no caso da força de trabalho comum, são incluídos no valor total gasto em sua produção (Marx, 2013. p.246).

Se na antiguidade a aprendizagem de ofícios era frequentemente transmitida de geração em geração, dentro de uma família ou comunidade, com advento do capitalismo e a divisão social do trabalho, exigiu-se uma formação específica da mão-de-obra.

Nesse sentido, instituição escolar é um dos locais onde o trabalhador irá iniciar a aquisição dos requisitos necessários à sua “boa” inserção no mercado de trabalho. A escola, no capitalismo “torna-se uma instituição para a produção de trabalhadores, com determinado tipo de formação e treinamento” (Santos, 1989, p.27). Dessa forma, a educação direcionada aos trabalhadores e aos filhos da classe trabalhadora tem como caráter principal formar novos trabalhadores submetidos à lógica do capital.

A centralidade da educação como processo importante para agregar valor à mercadoria força de trabalho foi resultado dessa condição no capitalismo, e ganhou contornos significativos através da Teoria do Capital Humano (TCH). Esta teoria surgiu no período de expansão desse modo de produção, especialmente nos Estados Unidos, e revelou-se, também, como uma resposta dos intelectuais orgânicos do capital ao contexto vivido no fim da década de 1950 e início da década seguinte, marcado, entre outras questões, pela Guerra Fria, pela experiência das Revoluções Cubana, Chinesa e de regimes ditatoriais na América Latina. Os acontecimentos históricos que marcaram o período conformaram experiências de oposição ao projeto do capitalismo ao mesmo tempo que escancarava sua questionável hegemonia.

Saul (2004) retoma historicamente as origens da teoria do capital humano, explicitando como essa teoria surge em momento de transformação do modo de produção capitalista. O autor demonstra como Theodore Shultz, ao interpretar os movimentos de reordenação das empresas e indústrias, a partir dos efeitos do taylorismo, desloca o trabalhador, e a única mercadoria que este possui (a força de trabalho) da condição de “custo” para empresa, para fator de maior produtividade e lucro, estabelecendo correlação entre capital e trabalho (mercadoria-trabalho). A teoria do capital humano, ao colocar a ênfase na qualificação do trabalhador como fator para mudanças sociais, dá centralidade ao processo educacional dessa força de trabalho, portanto, a escola, entendida como local que se realiza a educação, é o local para o qual deve ser garantido o acesso para a necessária qualificação dos trabalhadores.

Outra crítica apontada por Saul (2004) relaciona-se ao fato de a teoria do capital humano deslocar o problema central do modo de produção capitalista e responsabilizar o indivíduo, considerando-o não como pertencente a uma classe social que não detém os meios de produção, mas como sujeito que poderá “burlar” o sistema e galgar ascensão por meio da sua qualificação, o que fragmenta e fraciona a luta dos trabalhadores em geral. Segundo Saul (2004),

A noção de capital humano parece servir sob medida para atualizar soluções que estavam embutidas na racionalização da atividade produtiva, desde os tempos de Taylor, de modo a reverter a resistência sindical através do incentivo à competição entre os trabalhadores e à individualização dos salários. A identificação da qualidade do serviço, do seu capital individual, colocaria o trabalhador em pé de igualdade com o capital senso estrito, no mercado (Saul 2004, p.267).

Apesar de ainda hoje reverberar nas agendas educacionais, a teoria do capital humano sofreu várias críticas e teve que se remodelar para conseguir dar aporte, subsídios e auxiliar a manutenção do modo de produção vigente. O fato é que a teoria do capital humano não atinge radicalmente o cerne do capitalismo, e por isso não elimina as contradições que são inerentes ao sistema. Logo, os intelectuais orgânicos do capital reformam a teoria, de maneira a garantir a expansão do modo de produção com os ajustes necessários. Tem-se, a partir da falência da teoria do capital humano, a emergência da teoria do capital social.

Motta (2008) analisou as mudanças pela qual a teoria do capital humano passou, em especial nas políticas orientadas aos países de capitalismo dependente, que permitiram a conformação dessa “nova” teoria. A autora aponta as funções que tal teoria cumpriu em cada momento histórico e destaca como foi dada centralidade à educação, atribuindo-lhe valor econômico e social a partir da perspectiva da teoria do capital humano. Segundo ela, as promessas da teoria do capital humano, ao não se concretizarem, constatou-se um rompimento do vínculo “entre o ‘capital humano individual’ e o ‘capital humano social’”. Motta (2008) ainda destaca que

[...] na perspectiva da ‘teoria do capital social’, a educação passa a exercer a dupla função de aprimorar o capital humano para aumentar a competitividade e a produtividade do indivíduo e de construir uma ‘cultura cívica’ com o mecanismo de construção de uma sociedade solidária, harmônica, confiável, ‘da paz’, necessário para aliviar a pobreza. Alarga-se o papel da educação e restringe sua função política (Motta, 2008, p.561).

Portanto, pode-se resumir que no capitalismo a educação adquiriu múltiplas funções, entre elas a de internalização da ideologia da classe dominante e a de instrumentalização ou formação da força de trabalho, processo que interfere, inclusive, na determinação do valor da força de trabalho. Acrescenta-se, num período mais recente do desenvolvimento capitalismo, a educação como uma mercadoria capaz de gerar lucro ao próprio sistema através da mercantilização e da privatização da oferta.

É comum utilizar como sinônimos os processos de mercantilização e da privatização da educação, por estarem inseridos muitas vezes no mesmo contexto.

Compreende-se que a mercantilização se relaciona com o direcionamento do conhecimento no campo do mercado, ou seja, nessa definição, o processo educacional seria responsável pela geração de conhecimentos como produtos, necessariamente tais produtos teriam valor, pois desde sua gênese foi concebido para atender as necessidades do mercado. Outra definição que corrobora a definição adotada sobre a mercantilização da educação é realizada por Motta e Andrade (2020, p.06), que definem os conceitos de mercantilização e mercadorização da educação tendo como base a subsunção da educação ao modo de produção capitalista, revelando que “A subsunção da educação à forma-mercadoria é, pois, indissociável da sua subsunção à lógica da lucratividade”, e, portanto, “a mercantilização da educação é sincrônica à sua mercadorização”. A definição de mercadorização, entendida enquanto processo pelo qual a educação escolar é transformada em nicho de mercado, onde se tem a venda de materiais didáticos, cursos etc. Já a privatização refere-se ao processo de avanço dos interesses privados no setor educacional público. Tal relação pode ser caracterizada através da privatização do repasse de recursos público à educação privada. Ambos os processos se diferenciam na forma, mas representam, nesta investigação, estratégias do capital sobre a educação pública no país.

Tem-se, portanto, o entendimento de que o processo de mercantilização da educação é inerente ao MPC, e esse processo se aprofunda e ganha novos contornos dado o desenvolvimento do capitalismo e seu ímpeto em avançar de maneira predatória sobre tudo que é passível de retroalimentar seu complexo sistema. Se nos primórdios da divisão social do trabalho a necessidade de formação e especialização da mão de obra via educação escolar era fator de pouca preocupação dos capitalistas, com desenvolvimento da indústria esse processo ganhou contornos significativos, de modo que o próprio Estado capitalista se encarregou da tarefa de educar os filhos da classe trabalhadora, sendo, atualmente, a educação configurada como um serviço, tornando-se setor lucrativo.

Nesse sentido, utiliza-se o conceito de mercantilização da educação como o processo que consiste na transformação dessa prática em uma mercadoria, passível de ser comercializada e de gerar lucros. Esse processo ocorre com o aval do Estado, que renuncia seu posto outrora assumido, e transfere essa responsabilidade ao mercado, a fim de fomentar o aumento das taxas de lucro de seus setores.

Antes de prosseguir, é preciso retomar, mesmo que de forma sintética, como a educação em geral se configurou no país, para tentar melhor compreender a realidade investigada.

No Brasil, o acesso à educação foi algo limitado às classes dominantes durante um longo período. No processo de colonização, a educação restringia-se a atender as demandas da coroa portuguesa e atender as necessidades da Igreja Católica (focada na catequização dos povos indígenas e tentativa de conversão dos povos escravizados). Somente na constituição de 1934, pela primeira vez, desde a Proclamação da República é que a educação foi colocada como direitos de todos, sendo o ensino primário obrigatório e ofertado de maneira gratuita. No período em que antecedeu a Constituição de 1934, houve um aumento significativo nos movimentos de esquerda e intelectuais que defendiam a democratização do acesso à educação. Salienta-se que nesse período o ensino superior ainda se desenvolvia. A primeira universidade havia sido fundada na década anterior, fato que será abordado adiante.

Em 1937, período em que foi instituído o Estado Novo através de um golpe de Getúlio Vargas, a legislação foi alterada e no que se refere à educação, foi retirado o termo “direito de todos” e foi relativizada, no artigo nº 130⁸, a oferta gratuita do ensino primário. O governo fortaleceu o controle estatal sobre o sistema educacional, período em que foi dada ênfase na educação moral e cívica (como meio de controle ideológico), e o impulso ao ensino técnico e profissionalizante como forma de desenvolvimento nacional. É importante lembrar que o controle ideológico através da educação fazia parte da estratégia de combate à ameaça comunista⁹. E o impulso à formação técnica-profissional visava a preparação da mão-de-obra para atender ao mercado. Nesse período, evidencia-se a distinção do trabalho intelectual para as classes mais abastadas e do trabalho manual (preparado via ensino profissionalizante) para a classe desfavorecida.

Foi em 1946 que se realizou a Reforma Capanema, também conhecida como Reforma da Educação. A reforma incentivou a expansão do ensino técnico e profissionalizante, visando preparar os estudantes para o mercado de trabalho e para as demandas da indústria em crescimento no país. Na década de 1950, a rede federal de

⁸ O texto do referido artigo diz: “O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar.”

⁹ Nesse período havia uma experiência de socialismo concreta na URSS e a consolidação de Partido Comunista, fundado na década anterior.

Ensino Superior se expandiu, principalmente com a "federalização" de instituições estaduais e privadas. Segundo Martins (2009), o período de 1945-1965 foi marcado pelo crescimento do ensino superior público, período no qual as matrículas cresceram de 21 mil para 182 mil.

Em 1964, o país sofre um novo golpe que instaurou a ditadura militar, e a Constituição Brasileira foi alterada novamente em 1967, a fim de institucionalizar o regime então vigente no país. Neste novo texto, destaca-se a mudança relacionada à gratuidade na oferta do ensino público, uma vez que era prevista a substituição gradativa do Ensino Médio e superior gratuito pelo sistema de concessão de bolsas de estudo. Pode-se afirmar que foi a partir dessa Constituição que houve o fortalecimento do ensino privado no país. Segundo Martins (2009, p.17) “O ensino superior privado anterior à Reforma de 1968 se organizou de maneira bastante próxima ao ensino público. Não seria totalmente incorreto supor que o ensino privado então existente possuía um caráter semi-estatal”.

A educação como um direito de todos, portanto acessível e devendo ser garantida pelo Estado, consta na Constituição Brasileira de 1988. Período relativamente recente, mas que coincide com um período de reestruturação do próprio Estado brasileiro. Dos aspectos principais previstos nessa legislação destacam-se a universalização do acesso (estabelecendo a educação como um direito de todos e dever do Estado, garantindo o acesso à Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade) e a obrigatoriedade do ensino fundamental para todas as crianças brasileiras. Tal fato visava combater o analfabetismo, que anos 1960 e 1970 atingia mais de 40% da população, de acordo com dados do Ministério da Educação (MEC)¹⁰.

No que se refere à Educação Superior, Mendonça (2000) afirma que esse nível, como instituição específica da civilização ocidental, não foi, ao longo do período colonial, implantado no Brasil, constituindo-se, portanto, de forma tardia. Para a autora, durante o primeiro e o segundo Impérios, “a demanda pela constituição de uma universidade no país não desapareceu, sofrendo, porém, uma constante resistência por parte de distintos grupos” (Mendonça, 2000, p.135). Em outra perspectiva, Cunha (2007) defende que, ainda no período colonial (1572), as experiências dos Colégios Jesuítas, responsáveis pela oferta de cursos de Filosofia, Teologia e Matemática poderiam configurar como experiências de ensino superior. O autor defende que “as

¹⁰ Dados disponíveis em INEP (1996). Estatísticas da Educação Básica no Brasil. Brasília – DF.

lutas pela criação da universidade no Brasil são lutas diferentes, de pessoas e grupos diferentes, que, em momentos diferentes, buscaram instituições diferentes que de comum só tinham o nome de universidade” (Cunha, 2007, p.17). Em que pese as contradições sobre as origens, a obra de Cunha (2007) revela como o caráter econômico e político foram decisivos para a consolidação e transformações pelas quais passou o ensino superior, especialmente em períodos de reestruturação do sistema capitalista.

Em 1996 houve a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da Educação nacional pós-período de “redemocratização” no país. Nesse período, a associação entre a escolarização de população e o crescimento econômico, influência da TCH, reverberava a orientação das políticas de acesso e permanência. O relatório estatístico do governo lançado em 1996 demonstra como o Brasil durante as décadas de 1970, 1980 e 1990 figurava como um dos países com menor renda *per capita* da América Latina. Nesse contexto, várias reformas atingem a educação pública e como Oliveira (2004) destaca,

O argumento central dessas reformas poderia ser sintetizado na expressão largamente utilizada nos estudos produzidos pelos organismos internacionais pertencentes à ONU para orientação dos governos latino-americanos com relação à educação: transformação produtiva com equidade (Oliveira, 2004, p.1129).

Nesse breve retrospecto, observa-se o caráter elitista que o acesso à educação teve no país, e que sua “democratização” foi fruto de lutas de movimentos sociais, mas também coincidiu com processo de reestruturação do capitalismo no país, e a necessidade de que a força de trabalho se adequasse às novas exigências. Dentre os fatores que marcam a especificidade do desenvolvimento da educação no país pode-se citar a desigualdade social, que negou o acesso historicamente, e a internalização da lógica capitalista, que naturaliza a privatização e comercialização da educação enquanto um serviço. Motta e Andrade (2020) esclarecem que:

A educação escolar mercantilizada no Brasil apresenta, majoritariamente, baixos valores de uso para o trabalhador – pela histórica privação do acesso às bases dos conhecimentos elementares e científicos; pela dificuldade concreta dos trabalhadores de adentrarem o mercado de trabalho formal; e/ou pelas ocupações disponíveis, concentradas nos setores secundário e terciário e em cadeias produtivas de baixo valor tecnológico. No que tange os aspectos estruturais da formação social brasileira, pode-se dizer que, apesar das deficiências do campo educacional, o valor de uso da força de trabalho para os capitalistas manteve-se elevado, uma vez que essa educação é compatível com a maioria das ocupações brasileiras (Motta; Andrade, 2020, p.6).

Isto significa que no Brasil tem-se ainda o agravante de que a exigência da qualificação da mão de obra veio de maneira tardia, comparada a outros países.

Como exposto, no Brasil, o processo de garantia de acesso à educação foi permeado por mudanças que tinham por objetivo atender as necessidades da mudança na conjuntura política do país. Se durante o período da ditadura militar foi possível visualizar o crescimento e fortalecimento do ensino privado, após o período de 'redemocratização' o acesso à educação ganhou outros contornos, e a sofisticação no processo de transformação do direito em mercadoria. Essa sofisticação pode ser analisada com base na reestruturação do estado brasileiro.

A reforma do Estado brasileiro se deu por meio da aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), elaborado por Bresser Pereira, em novembro de 1995. Tal plano estabeleceu a setorização do aparato estatal de modo a redimensionar o próprio Estado, organizando-o em quatro núcleos estratégicos: a) Estratégico/burocrático: que compreende os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; b) Atividades exclusivas do Estado: previdência, tributação, fiscalização, diplomacia, justiça, fomento e segurança pública; c) Setor de serviços não exclusivos: educação, saúde, pesquisa científica, cultura e seguridade social; d) Setor de produção de bens e serviços para mercado: composto majoritariamente por atividades de infraestrutura conduzidas pelas estatais. A reforma empreendida conferiu à abrangência estatal um caráter mais minimalista, pois o Estado passou a restringir sua atuação aos setores estratégicos e de atividades exclusivas, e foi delegada à sociedade civil, por meio de "parcerias", a responsabilidade pelos outros dois núcleos.

O debate de fundo dessa reorganização do Estado brasileiro estava diretamente relacionado a duas questões centrais: a função e o tamanho do Estado diante das mudanças do capitalismo a nível mundial. Essa reforma propunha a mudança (ou) transição do modelo burocrático para o modelo gerencial do Estado, seguindo os parâmetros da administração do setor privado, que, segundo seus formuladores, superaria o modelo anterior. E é a partir dessa lógica que ganha corpo a ideia do público não exclusivamente estatal, principalmente nos debates acerca do papel do Estado, como se pode verificar em um trecho do documento do Plano Diretor no qual se lê: "reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado" (Brasil, 1995, p.17).

A educação que compunha o *hall* de setores de serviços não exclusivos do Estado teve, assim, o resguardo jurídico para sua mercantilização ou venda desse serviço em todos os níveis.

1.3 A Mercantilização da Educação Superior no Brasil a partir da década de 1990

Compreendendo o papel da educação em geral, estreita-se as reflexões sobre o ensino superior, a partir das mudanças ocorridas com a reestruturação do capitalismo no Brasil. Concorde-se com Oliveira e Santos (2022, p.16) quando afirmam que no Brasil a mercantilização da Educação Superior “está historicamente vinculada a sua expansão a partir da reorganização desse nível de ensino pelas reformas do Estado, evidenciando sua posição subordinada em relação às demandas impostas pela ordem do capital”. Neste sentido, recorre-se a Silva Junior (2009), que, ao analisar as reestruturações e formas de valoração do capital ocorridas na década de 1970 no mundo, e desde a década de 1980 no Brasil, destaca o papel das instituições escolares (de Educação básica), das universidades e do trabalho dos professores na formação de uma nova sociabilidade, exigida pelas novas formas de produção do capitalismo, denominada de “sociabilidade produtiva”. Na perspectiva do autor, as universidades são colocadas no centro do processo de formação de professores e de produção de ciência, tecnologia e inovação tecnológica, modificando a natureza da instituição universitária.

Neste mesmo período, houve a emergência da organização dos docentes do ensino superior em associações. As associações docentes desempenharam um papel fundamental no combate às políticas educacionais impostas pelo regime militar (1964-1985). Algumas das principais funções dessas associações incluíam a defesa da autonomia universitária, oposição à repressão política e a luta por melhores condições de trabalho e carreira. Dessa forma, as associações docentes não apenas serviram como espaços de mobilização e luta, mas também foram precursoras da organização sindical dos professores universitários no Brasil, que são embrionárias da estrutura sindical que existe atualmente, como será abordado no capítulo 3.

Outra perspectiva apontada por Bernardo (2006) caracteriza que o papel das universidades nesse processo de reprodução do capital é, também, de formação de mão de obra. O autor afirma que:

Num país como o Brasil – e, aliás, na esmagadora maioria dos países – é muito duvidoso que existam ainda estabelecimentos de ensino superior dedicados exclusivamente à formação das classes dominantes. As elites enviam os seus filhos e as suas filhas para escolas secundárias na Suíça e colocam-nos depois em meia dúzia de faculdades de administração localizadas nos Estados Unidos ou em França. Tudo o restante, e quaisquer que sejam as ilusões de professores e de alunos, se destina a formar força de trabalho qualificada, ou pretensamente qualificada (Bernardo, 2006, p.1).

Nesse sentido, as universidades são instituições que ganham relevância, especialmente no processo de reestruturação capitalista, pois, para a consolidação do processo de reestruturação do capital é necessária a conformação de um determinado tipo trabalhador.

Sobre a reestruturação capitalista mundial ocorrida na década de 1970, Bruno (2010) sintetiza tal processo, apresentando, principalmente, as implicações econômicas e políticas. Entretanto, esse processo repercutiu tardiamente no Brasil, pois, dadas as características sociais e econômicas, não havia um Estado de Bem-Estar Social concretizado como nos países desenvolvidos. Assim como outros países da América Latina, o Brasil viveu um longo período de ditadura militar, que acabou oficialmente na década de 1980. Ao se reestruturarem politicamente, esses países se viram em meio a crises econômicas e à pressão para se adequarem e se subordinarem ao capitalismo dos países mais desenvolvidos. E é, principalmente a partir da década de 1990, que são desencadeadas reformas estruturais no âmbito do Estado brasileiro, de forma a reverberar o processo de reestruturação que já estava ocorrendo mundialmente.

Na esfera educacional, as reformas no setor tiveram como referência a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, realizada em Jomtien, em 1990. Financiada pelas agências Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial. Essa Conferência representou um marco que exemplifica bem as diretivas dos organismos internacionais para a educação nos países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil. Em linhas gerais, o objetivo dessas diretivas era a urgência da implementação de mudanças no ensino para adequar o modelo educacional às demandas de reestruturação produtiva, vinculando, assim, a educação ao desenvolvimento econômico dos países.

Alguns marcos do processo de mercantilização e privatização da Educação Superior no Brasil, entre tantos, devem ser destacadas, como, por exemplo, a Reforma do Estado, iniciada no governo FHC, já citada anteriormente, e a Reforma da Educação

Superior, do governo Lula. Na obra de Silva Júnior e Sguissardi (2020), é possível entender o papel da Reforma do Aparelho do Estado (1995) para o início e um novo processo de transformação das universidades estatais. Para os autores, a reforma da Educação Superior foi produzida essencialmente em duas frentes, sendo uma delas através do Plano Diretor da Reforma do Estado, que evidenciou de forma mais explícita a transformação do ‘público’ em ‘privado’ na Educação Superior brasileira. A outra frente apontada pelos autores foi o próprio Ministério da Educação que propunha, de maneira “dissimulada”, através de “medidas menos incisivas ou parcialmente negociadas”, o viés privatista desse nível de ensino. É descrito na obra em questão, em detalhes, como se materializava o processo de mercantilização do ensino superior público no Brasil.

Vários estudos foram dedicados para compreender as consequências da Reforma do ensino superior, entre eles o de Bosi (2007), que analisou o transcurso da precarização trabalho docente no ensino superior brasileiro, no bojo dessas reformas de Estado. Silva Junior, Ferreira e Kato (2013), afirmam que esse processo de reforma do Estado brasileiro da década de 1990 foi a gênese a partir da qual se estabeleceu “um novo paradigma de produção de conhecimento e das novas funções sociais e econômicas da universidade pública, com severas consequências para o trabalho do professor universitário” (Silva Junior; Ferreira; Kato, 2013, p.442). Os autores esclarecem, ainda, a partir da análise sobre o trabalho do professor pesquisador no contexto de expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB, como as universidades estatais tornaram-se um “instrumento de produção em favor do capital produtivo amalgamado ao financeiro sob o atual regime de acumulação” (p.444). Nesse trabalho identificam-se as perspectivas para a intensificação do trabalho do docente no ensino superior, a acentuação do processo de precarização das relações de trabalho e da degradação das relações humanas na universidade.

Segundo Mancebo (2010, p.75), foi a partir da década de 1990 que se iniciou “um consistente processo de redução de gastos públicos federais para o conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e se desencadeou a retomada do processo de privatização desse nível de ensino”. Nessa perspectiva, Silva Junior (2017, p.26), ao apontar que “o que hoje no Brasil é tendência, nos Estados Unidos já é realizado e institucionalizado e não tem mais lugar na pauta da crítica, com raríssimas exceções”, demonstra que existe uma orientação internacional para a reorganização das universidades, tendo como referência as instituições de ensino superior estadunidenses.

O modelo de universidade implementado no Estado Unidos, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, foi adotado por diversos países, tendo, como princípio, a redução do financiamento público às universidades, o direcionamento dos investimentos governamentais em setores específicos, o que causou a dependência das instituições de setores ligados ao mercado. Tal modelo gerou uma distinção entre as universidades, em que as instituições que conseguiam manter relações com o mercado (indústrias/investidores) conseguiam recursos e financiamento para o desenvolvimento de pesquisa, e as instituições sem esse aporte financeiro direcionavam os esforços à formação profissional.

Entende-se, portanto, que a reestruturação do estado brasileiro teve impactos relevantes e contribuíram para o aprofundamento da mercantilização da Educação Superior. A pesquisa documental encontrou uma publicação do Fórum em Defesa das Universidades Públicas e Gratuitas, organizado a partir da Greve das Instituições Federais de Ensino, ocorrida em 2001¹¹. A publicação reuniu debates sobre a gratuidade do ensino e o crescimento das atividades pagas em universidades públicas de ensino, realizado no início dos anos 2000, apontando o caminho para a privatização em curso naquele período. Dal Rosso (2002, p.16), ao debater sobre tal problema, afirma que “É difícil datar o início e os motivos da introdução de atividades pagas dentro de instituições públicas”. O autor ainda aponta que variadas razões poderiam explicar a generalização de atividades pagas nas instituições públicas, entre elas:

[...] crises de financiamento do ensino superior público, à perda do poder aquisitivo dos salários dos profissionais de educação, à secundarização do sistema nacional de ensino superior público e aos empecilhos burocráticos que tais instituições enfrentam em sua gestão diária (Dal Rosso, 2002, p.16).

As razões elencadas por Dal Rosso no início dos anos 2000 permanecem presentes no cotidiano dos docentes, considerando as perdas salariais acumuladas e os sucessivos contingenciamentos no financiamento das universidades.

Após a reforma do aparelho do estado brasileiro, as universidades passariam por um processo de reestruturação, consequência de uma nova reforma, específica para o setor. A chamada reforma da Educação Superior, já anunciada nas reformas estruturais ocorridas desde a década de 1990, ganhou contorno mais expressivo a partir da Conferência Mundial sobre a Educação Superior, realizada em Paris em 1998.

¹¹ A greve durou 108 dias. A publicação foi iniciativa da Associação dos Docentes da UNB – ADUnB – Gestão 2000/2002, e reproduziu os debates realizados durante a assembleia dos docentes.

Damasceno (2021) descreve esse processo e destaca que foi nesta conferência que a UNESCO elencou ações prioritárias no plano nacional com o fim de criar marcos legislativo, político e financeiro que apontassem para um processo de reforma da Educação Superior acompanhado de política de ampliação do número de vagas. Contudo, foi no governo Lula (2002 a 2010), que tal reforma se efetivou de forma mais clara e contundente. Primeiramente por meio do Decreto nº 20/2003 e, posteriormente, para evitar as pressões populares, por meio de um conjunto de medidas que incluíam iniciativas para o ensino superior público e privado. Tal decreto instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), responsável por realizar uma análise da Educação Superior no país e propor um plano com medidas que visassem à reestruturação, ao desenvolvimento e à democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Otranto (2006) procedeu uma análise do relatório produzido pelo GTI que descreveu uma crise na Educação Superior, tanto no setor público quanto no privado e propôs duas medidas que “solucionassem” a crise identificada: a primeira seria mediante um programa emergencial de apoio ao ensino superior, especialmente destinado às universidades federais; a segunda, uma reforma universitária mais profunda, que estaria balizada em cinco ações: reposição do quadro docente; ampliação de vagas para estudantes; autonomia universitária; educação a distância; e financiamento. A autora concluiu que a reforma da Educação Superior brasileira teve seus princípios, seus fundamentos e suas diretrizes traçados pelo GTI, mas esse grupo destacou-se por seguir à risca as orientações dos organismos internacionais.

Desse modo, a “reforma” da Educação Superior foi conformada por meio de diversas medidas implantadas pelo governo de Lula através de conjunto de programas instituídos por decretos e leis aprovados isoladamente, mas imbricados entre si. Destacam-se alguns deles a seguir. A Lei n.º 11.096/2005, que instituiu o Programa Universidades Para Todos (PROUNI), que, a despeito de ampliar as vagas no ensino superior, promoveu a isenção fiscal a instituições privadas; houve a reformulação do Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior (FIES), que ampliou o número de contratos de financiamento estudantil, a partir da flexibilização das regras para esse financiamento. Com o FIES, o governo colaborou com a captação de estudantes para ocupação de vagas ociosas nas instituições particulares, de forma a amparar o setor privado que passava por uma crise. Já a Lei n.º 10.973/2004, denominada Lei da Inovação Tecnológica, que trata dos incentivos, da inovação e da

pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, que sob justificativa da necessidade de aproximação entre universidades e empresas privadas visando angariar recursos, criou distorções na verdadeira função pública da universidade no campo científico e da inovação. Pode-se dizer, então, que essa lei foi a chancela da subordinação da agenda universitária ao campo empresarial.

Na linha de cristalização da reforma do Estado, a abertura de capital na bolsa de valores, em 2007, das quatro primeiras empresas educacionais (Anhanguera, Estácio de Sá, Kroton e Sociedade Educacional Brasileira) coroou o processo no setor privado. Segundo Chaves (2010), essa abertura contribuiu para o aumento do capital dessas empresas e para a oligopolização do setor, uma vez que as grandes empresas compraram as instituições menores espalhadas pelo território brasileiro. A autora chama a atenção para o fato de o investimento de capital financeiro internacional no setor educacional possuir potencial de alta lucratividade, fato comprovado pelo faturamento das referidas empresas. Esse processo representa maior exploração aos trabalhadores desses grupos, a exemplo da Kroton, que figurou entre as 250 empresas mais exploradoras, ocupando a 157ª posição no ranking produzido pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômico (ILAESE), em 2019. O lucro dessas empresas advém, também, de um processo de exploração dos seus trabalhadores.

Em síntese, tais medidas direcionaram recursos públicos para as IES privadas, fizeram avançar o desmonte da universidade pública no país e instalaram um tipo de Educação Superior própria aos países periféricos, que não visa produzir ciência e tecnologia de ponta, e sim subordinar a Educação Superior aos interesses do mercado. Outra medida que corroborou esse processo foi a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007. Este programa mudou a concepção de universidade e estabeleceu um novo paradigma para o ensino superior no país. Conforme Filards (2014), os objetivos do programa foram traçados a partir da lógica da administração gerencial e da eficiência, características similares as da reforma do aparelho do estado que estava em curso desde a década de 1990. Mancebo (2010) elucida que:

[...] na exata medida em que o repasse regular de recursos para as instituições federais encontra-se praticamente congelado, desde meados dos anos 1990, configura-se um contexto fértil para a indução de políticas que forcem a elevação da produção [...] A partir de 2007, por exemplo, com a aprovação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais [...] até o custeio de atividades básicas dependerá de contratos de

gestão com o Estado. Com este Programa – operacionalização, na prática, dos contratos de gestão, ensaiados desde o governo de FHC –, recursos somente serão disponibilizados se a universidade alcançar metas de expansão (Mancebo, 2010, p.80-81).

Logo, a otimização dos recursos das universidades, a ampliação do uso de suas estruturas, recursos humanos, ampliação e expansão do sistema de ensino superior federal colocavam-se como objetivos centrais e o cumprimento dessas metas pelo REUNI permitiu que o Brasil cumprisse as recomendações dos organismos internacionais. Em essência, este programa modificou o conceito de universidade pública, ressignificou suas funções sociais e alterou a estrutura dos cursos de graduação e o trabalho docente desenvolvido nas universidades federais. Sobre esse último, Filards (2014, p.577) afirma que o processo de expansão através do REUNI “se dá, também, ao custo de intensificação do trabalho docente, que vem acumulando, progressivamente, funções técnico-administrativas, além de suas funções docentes e de pesquisa, na graduação e na pós-graduação”. Para além da intensificação apontada pelo autor, o trabalho docente já vinha sofrendo alterações desde as reformas da década de 1990, passando a ser regido pela mesma lógica da administração gerencial, que preza pela eficiência, em outras palavras pelo produtivismo ou, como designou Mancebo (2010), tornando-se um docente “produtivo, competitivo e empreendedor”, processo catalisado pela lógica que o REUNI impôs às IFES.

Pode-se afirmar que este programa coroou, no âmbito das IES públicas, as reformas empreendidas pelo governo do PT, e contribuiu para o processo de mercantilização da Educação Superior, ao adotar parâmetros que se alinham à lógica de mercado, como: a expansão rápida das vagas, que representou a massificação do ensino superior sem a devida infraestrutura; a ênfase na eficiência e produtividade, com o estabelecimento de metas e vinculando recursos ao cumprimento dessas metas; o incentivo à criação de cursos que atendessem às demandas do mercado de trabalho; entre outras questões.

Elucidando como o processo de reorganização do modelo capitalista se manifestou no campo das universidades públicas, e foi se aprofundando com outras medidas implementadas, Silva Junior (2017) destaca que:

O Estado também se retirou da universidade estatal e abriu espaço para a entrada do capital nesta instituição. As Parcerias Público-Privadas (PPP), os FS, a LIT, a “Lei do Bem”, o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (2011-2020) e O Novo Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação são a

objetivação do novo ordenamento jurídico que deu guarida à retirada do Estado de sua condição de garantidor da natureza pública da universidade. Aí reside, com contradições, mas de forma estrutural, o que se tem chamado de mercantilização da educação superior estatal para a criação das condições objetivas de produção do conhecimento matéria-prima (Silva Junior, 2017, p.172-173).

O conceito de conhecimento matéria-prima formulado por Silva Junior (2017) revela que o conhecimento se tornou um elemento central nas economias modernas, similar a recursos naturais como petróleo ou minerais. Logo, o conhecimento é tratado pelo autor como um bem que pode ser comercializado, protegido por direitos autorais e patenteado. Isso reflete a mercantilização do saber, na qual o valor econômico do conhecimento muitas vezes se sobrepõe ao seu valor intrínseco ou social. Nesse sentido, as instituições de ensino têm papel relevante, pois assim como outras matérias-primas, o conhecimento é produzido, distribuído e consumido e para que isso ocorra, as instituições de ensino e pesquisa tornam-se "fábricas" de conhecimento, onde a produção intelectual é medida em termos de quantidade e impacto econômico.

Portanto, pode-se afirmar que a mercantilização da Educação Superior no Brasil apresenta duas faces: das instituições genuinamente privadas, que além de receberem financiamento público, atuam de maneira oligopólica no setor; e das instituições públicas, que têm sua natureza reformada a fim de responder às demandas do mercado. No caso desta última, são vários fatores que caracterizam o processo de mercantilização, entre eles: o esvaziamento do seu financiamento; a perda da autonomia universitária; a gestão empresarial; a descaracterização do tripé ensino, pesquisa e extensão; a destituição de direitos trabalhistas; as reformas curriculares; a redução de quadros docentes e de técnicos; a venda e/ou a oferta ao mercado do conhecimento produzido nas instituições públicas; entre outros. Dessa forma, enquanto as IES públicas, gradativa e progressivamente, perdem seu status de serviço público e gratuito e assume a condição mercantil, as IES privadas expandem-se com o aporte de recursos públicos, conformando um promissor mercado educacional, sem precedentes na história da humanidade.

Depreende-se, ao confrontar a realidade com as pesquisas já publicadas, que está em curso no Brasil um processo de desmonte do ensino superior público, cujo objetivo é, de maneira genérica, atender às novas demandas do capital. Tal desmonte gera para os docentes, como efeito colateral e imediato, um aumento da precarização, da intensificação e da flexibilização do trabalho realizado nas instituições, como já

analisaram Bosi (2007), Souza, Lima e Sá (2012) e Locatelli (2017). Salienta-se que esse processo não é recente, como já descreveu Bosi (2007), mas há indícios de que se aprofunda, ameaçando, inclusive, a existência da oferta do ensino superior gratuito, o que demanda, por parte da classe trabalhadora, uma organização que consiga frear esses avanços.

Até aqui, apresentou-se as principais medidas empreendidas no governo Lula (2003 a 2011), lesivas às universidades e que contribuíram para o processo de mercantilização. Compreende-se, no entanto, que o processo de mercantilização do ensino superior supera as esferas governamentais. Há um projeto que avança independente do governo. O que diferencia é o grau de celeridade em que as medidas são propostas e a oposição ou aderência dos sujeitos envolvidos. Entende-se que está em curso um aprofundamento da reforma do Estado brasileiro, aprofundamento que está se dando por meio de medidas iniciadas ainda no governo do PT, mas que foram catalisadas nos governos subsequentes. Dentre as medidas, destacam-se: a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, a Lei 13.429/17 (que estabeleceu a reforma trabalhista), o lançamento do programa Future-se e a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, que versa sobre a reforma administrativa.

A sucessora de Lula, Dilma Rousseff (PT), foi austera nas medidas de ajustes na educação. Em 2015, ano em que foi escolhido como lema de governo “Brasil, pátria educadora”, o Ministério da Educação (MEC) teve um corte de R\$ 9,42 bilhões em seu orçamento, e somado a outro corte realizado no ano seguinte, totalizou mais de R\$ 18 bilhões de corte na pasta, configurando o maior da história. Em 2015 também foi lançado o documento “Ponte para o Futuro” (PMDB, 2015), pelo então vice-presidente Michel Temer (PMDB). O documento fazia uma defesa aberta da privatização dos serviços públicos, como pode se observar em um dos pontos destacados como fundamental:

[...] executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência (PMDB, 2015).

Pode-se afirmar que tal documento orientava a forma pela qual o estado brasileiro deveria enfrentar a crise que se colocava no primeiro ano do segundo mandato

da chapa Dilma/Temer. A estratégia não era nova, a saída apontada associava o crescimento econômico, a reforma do orçamento que “flexibilizaria” os destinos dos gastos públicos, a redução da taxa básica de juros e a reforma da Previdência Social. Colocava, como centro, o mercado e a iniciativa privada, e relegava ao setor público o peso da crise. Esse documento veio a orientar as medidas implementadas no Governo Temer (2016/2018) após o processo de impedimento sofrido por Dilma em 2016. A chegada de Temer à Presidência da República e a posterior eleição de Jair Bolsonaro desvelaram uma crise política no Brasil, e nesse contexto, as universidades públicas, sob tutela do MEC, passam a sofrer um processo de mercantilização catalisado. Se por um lado, no processo de reestruturação do Estado brasileiro, FHC não chegou a alterar de forma significativa o ensino superior, tal feito foi realizado sem grandes dificuldades pelos governos seguintes, de Luiz Inácio e Dilma. Entretanto, algumas questões não foram aprofundadas pelo governo do PT, mas vieram à tona nos governos subsequentes (Temer e Bolsonaro).

No governo de Michel Temer (2016-2018), foi aprovada a Emenda Constitucional nº95/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos. Houve diversas mobilizações nas universidades contra a aprovação da EC nº 95/2016. Registraram-se greves de ocupação nas instituições escolares¹² e massivas mobilizações, que reuniram vários setores do serviço público. Tal medida, associada à prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU)¹³, um mecanismo que permite ao governo federal usar livremente 30% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas, compuseram as medidas mais lesivas em relação ao financiamento da educação (e demais setores sociais). Dessa forma, o governo pôde aplicar os recursos destinados a áreas como educação, saúde e previdência social em qualquer despesa considerada prioritária e na formação de superávit primário. Tais medidas impulsionaram soluções via privatização e mercantilização, através de parcerias público-privadas. Para Leher e Santos (2020, p.228), as reduções orçamentárias a partir de 2016 são estruturais, denotando outras prioridades do Estado, tratando-se de uma “adesão ao novo momento do neoliberalismo”. Na análise dos autores, a aprovação da EC nº 95/2016 possibilitou que uma série de contrarreformas do Estado fosse implementada com mais “facilidade”, pois não exigiriam o uso explícito de

¹² Mais de 1000 escolas foram ocupadas pelos estudantes, num movimento que ficou conhecido como primavera secundarista. Mais de 70 *campi* universitários também foram palco de protestos contra a aprovação da então PEC 241/2016 (TOKARNIA, 2016).

¹³ A desvinculação da DRU foi realizada no governo anterior, de Dilma Rouseff.

instrumentos coercitivos em sua aprovação. A partir da EC nº95/2016 e sua justificativa pela questão fiscal, minimizaram-se as discussões sobre o mérito das reformas propostas pelo Estado. Outra consequência foi que, a partir desse contexto, o discurso governamental passou a enfatizar que “é preciso esquecer as verbas provenientes do Estado e buscar verbas privadas. Esse é o fulcro da primeira versão do Future-se” (Leher; Santos, 2020, p.228).

Também durante o governo Temer foi retomado o projeto de lei nº 4302/1998, que versava sobre o uso da terceirização em todas as áreas (atividade-fim e atividade-meio). Tal projeto sofreu algumas modificações e foi publicado como Lei nº 13.429/17, conhecida como a Reforma Trabalhista. Na rede privada, após essa reforma, agravou-se a situação dos professores desse segmento, ao possibilitar demissões em massa da categoria e a contratação de docentes por salários mais baixos, como foi o caso da Faculdade Estácio, que, utilizando as prerrogativas da nova legislação trabalhista, demitiu 1.200 professores, na época.

Já a gestão de Jair Bolsonaro (2019-2022) foi marcada pelos discursos invectivos às universidades públicas, que foram desde a desqualificação das instituições, ataque à autonomia das universidades e bloqueio de recursos. Dentre as medidas empreendidas por esse governo para o ensino superior, destaca-se o programa “Future-se”. Tal projeto foi apresentado em três versões durante o governo de Jair Bolsonaro: a primeira vez em julho de 2019; a segunda versão em outubro de 2019; a terceira versão em janeiro de 2020. O Future-se revelou a ameaça mais iminente de privatização e mercantilização nas instituições públicas de ensino superior, pois visava a privatização das IES públicas, através de novo modelo de financiamento e gestão via Organizações Sociais (OS). A consigna do programa era: promover maior autonomia financeira nas universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo. Araújo, Kato e Chaves (2020) analisaram as três versões do programa e destacaram que na primeira versão,

[...] a proposta anunciava o dismantelamento da estrutura patrimonial das IFES, o esvaziamento da autonomia universitária e a imposição dos princípios orgânicos do mercado financeiro [...] Outro aspecto previsto no documento se relacionava com a possibilidade de transferência dos bens patrimoniais das IFES para a transformação em ativos financeiros a serem rentabilizados em fundos privados, reforçando a natureza da economia financeirizada que fundamenta a proposta na sua primeira versão (Araújo; Kato; Chaves, 2020, p.8).

Essa primeira versão sofreu duras críticas, inclusive no ordenamento jurídico, e foram propostas alterações no projeto original, entretanto, tais alterações não significaram mudanças estruturais, mantendo a essência do projeto, que é o incentivo à captação de recursos e fontes de financiamento adicionais. Segundo Araújo, Kato e Chaves (2020), nesta segunda versão, o papel das OS foi reposicionado, mas a lógica do mercado e da financeirização permaneceram. O destaque, nessa segunda versão, estaria na autonomia universitária como um dos princípios do programa, articulada aos demais princípios da Administração Pública. Ainda para Araújo, Kato e Chaves (2020, p.10), “A segunda versão ensaiou, no plano formal, o enquadramento legal do projeto, a régua do ordenamento jurídico. Uma manobra política para afastar os questionamentos, as críticas e a rejeição amplamente direcionadas à primeira versão do programa”. Já a terceira versão apresentou o programa em três eixos: 1) pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; 2) empreendedorismo e; 3) internacionalização. Apesar da mudança da nomenclatura, a essência manteve-se “vinculada à concepção empresarial (diga-se mercado) e a economia financeirizada. Os seguintes instrumentos de captação de recursos, gestão dos fundos e avaliação da performance das IFES foram mantidos, com alterações sutis” (Araújo; Kato; Chaves, 2020, p.11).

O programa foi rechaçado pelas universidades, dado o iminente risco da perda de autonomia por parte das instituições. Entretanto, em junho de 2020, o projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados, e em dezembro do mesmo ano foi formada uma comissão especial para análise. Sem parecer de tais comissões, o projeto não foi votado na Câmara e, por conseguinte, não foi encaminhado ao Senado. Importante destacar que, a despeito disso, até 2024 não havia sido arquivado.

Outra proposta apresentada no governo Bolsonaro foi a PEC 32/2020, que versa sobre a reforma administrativa. Trata-se de mais uma medida para compor a reforma do Estado brasileiro. A PEC 32 foi apresentada ao Congresso Nacional em setembro de 2020. No primeiro semestre de 2021, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e em setembro daquele ano, por uma comissão especial criada para avaliar a matéria. Entretanto, após mobilização do funcionalismo, o texto não foi encaminhado ao plenário da Câmara, mas também não foi arquivado. Em 2023, o então presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Partido Liberal), sinalizou a intenção de retomar a discussão em plenário e disputar sua aprovação.

Novamente sob a justificativa de reduzir os gastos na esfera pública, transferindo a responsabilidade da crise econômica para esse setor, a proposta da reforma ancora-se na opinião erroneamente propagada de que o serviço público é um setor “inchado” e oneroso, e que a solução para tal problema seria reformar o setor, tendo como eixo central o fim da estabilidade e do regime jurídico que o ampara. O estudo comparado realizado por Mattos e Cardoso Júnior (2022, p.265) demonstra, através dos dados, que “não há nada de anômalo no que se refere às funções exercidas pelo Estado no Brasil e em especial na institucionalidade do serviço público brasileiro”. Ou seja, o argumento comumente utilizado de inchaço da máquina pública não se sustenta diante dos fatos.

A proposta de reforma administrativa prevê restrição da estabilidade no serviço público, redução dos salários iniciais dos novos servidores e impedimento da progressão automática na carreira. Há a proposta de criação de cinco novos tipos de vínculo para o setor público, sendo eles: vínculo de experiência, vínculo por prazo determinado, vínculo por prazo indeterminado, cargo típico de Estado; cargo de liderança e de assessoramento. Destes, os cargos de liderança e assessoramento e com vínculo determinado seriam ocupados através de seleção simplificada ou indicação, extinguindo a necessidade de concurso. Além dessas questões, a proposta da PEC 32/2020 é extinguir benefícios concedidos aos servidores, entre eles destaca-se: as férias superiores a 30 dias; os adicionais por tempo de serviço; o aumento de remuneração ou as parcelas indenizatórias com efeitos retroativos; a progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço e a licença-prêmio (férias-prêmio). A extinção dos benefícios foi justificada por Paulo Guedes (então ministro da economia e idealizador da reforma), no documento e apresentação da PEC que submeteu a proposta à análise como a oportunidade que “corrigem distorções históricas, contribuem para melhorar a imagem do setor público perante a sociedade e instituem políticas mais justas e equitativas” (Brasil, 2020).

O governo Lula, eleito para exercer seu terceiro mandato em 2022 em um dos pleitos mais disputados desde o período de “redemocratização” do país, além de representar a expectativa de milhões de brasileiros por mudanças e melhorias, significou, principalmente, a formalização da conciliação de classes (ao menos no âmbito político/institucional), a partir da constituição de uma frente ampla¹⁴. O terceiro mandato de Lula (Lula 3) caracteriza-se pela aliança explícita com setores que

¹⁴ A frente ampla reuniu adversários históricos do PT, representado principalmente pelo seu vice-presidente, Geraldo Alkimin, ex-governador de São Paulo pelo PSDB à época.

historicamente se colocaram de forma aberta contra os interesses da classe trabalhadora, e apesar de ainda não dar andamento à PEC 32 de maneira integral, parte de seu conteúdo já é tratado em medidas esparsas, da mesma forma como se operacionalizou a reforma universitária em seu segundo governo. Outro fato que demonstra a continuidade, por parte do governo Lula 3, das medidas iniciadas em governos ditos de oposição, tem-se o substitutivo da EC nº95/2016 pela Lei complementar nº 200/2023 (conhecida como Novo Arcabouço Fiscal – NAF). O NAF se estabelece em dois pilares resumidamente: o primeiro, a limitação do crescimento das despesas públicas, em que estabelece que as despesas poderão crescer até 70% da variação da receita nos anos anteriores, com um limite máximo de 2,5% ao ano, mesmo em períodos de aumento significativo da arrecadação. E o segundo pilar, a meta de déficit zero, por meio da qual o governo se comprometeu a zerar o déficit público até 2024, para estabilizar e reduzir a dívida pública. No entanto, já é de conhecimento que os setores sociais são os mais atingidos quando são necessários os cortes orçamentários para garantia do pagamento da dívida pública. Por isso, o NAF pode ser considerado um dos pilares da política de austeridade do governo Lula 3. Esse, ainda que com um discurso e abordagem que tentam disfarçar os efeitos mais severos sobre áreas sociais, não representou melhorias para a classe trabalhadora, pois não rompeu com a lógica da EC nº 95/2016.

Diante do quadro de aprofundamento da reforma do Estado brasileiro iniciada em 1995, as mudanças podem ser catalisadas pelo governo de conciliação de classe, uma vez que esse governo enfrenta menos oposição de setores afetados. No caso das universidades públicas no Brasil essas transformações ameaçam, principalmente, o caráter público das instituições. Nesse sentido, olhar para uma universidade pode auxiliar a compreender essa realidade.

Conclusões

O primeiro capítulo da presente tese buscou compreender a categoria mercadoria a partir das formulações de Karl Marx, com o objetivo de analisar como a educação, no modo de produção capitalista (MPC), se transforma em mercadoria e serve aos interesses do capital. Inicialmente, foi discutida a mercadoria como a forma social em que o trabalho se corporifica, possuindo valor de uso e valor de troca, cuja contradição é central para a compreensão do capitalismo. Destacou-se que, no capitalismo, todas as esferas da vida, inclusive a educação, estão sujeitas à mercantilização. A educação,

nesse contexto, é instrumentalizada para atender às necessidades da reprodução do capital, assumindo funções tanto de formação da força de trabalho quanto de disseminação da ideologia dominante.

Esse capítulo explorou, também, os fundamentos e antecedentes da mercantilização da Educação Superior no Brasil, evidenciando que, embora a mercantilização esteja presente historicamente, o processo se intensificou a partir da década de 1990 com as reformas do Estado. A análise evidenciou que essas reformas, guiadas por diretrizes neoliberais e orientações de organismos internacionais, visaram reconfigurar o papel do Estado e abrir espaço para a lógica de mercado no setor educacional. No ensino superior, isso se manifestou pela ampliação do setor privado, precarização das condições de trabalho docente e adoção de práticas gerenciais que subordinam as universidades públicas às demandas do mercado.

Examinou-se como as políticas educacionais implementadas a partir dos anos 2000, especialmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), reforçaram a mercantilização sob o discurso da democratização do acesso. Iniciativas como o REUNI e a expansão do FIES e PROUNI mostraram-se ambíguas: por um lado, ampliaram vagas, mas por outro, os recursos para essa ampliação no setor público foram escassos, contribuindo para a subordinação da educação às exigências do mercado e aprofundando a precarização do trabalho docente.

Conclui-se que a mercantilização da Educação Superior é intrínseca ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sendo impulsionada tanto por governos de diferentes espectros políticos quanto pela pressão de organismos internacionais e do mercado. Essa compreensão é fundamental para as discussões posteriores da tese, que abordarão como esse processo se manifesta na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e como os docentes se organizam para opor-se a essas dinâmicas.

CAPÍTULO 2 – A UFMG NO PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Neste capítulo busca-se apresentar e analisar como o processo de mercantilização se expressa na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Inicialmente apresenta-se, de maneira geral, como as Instituições de Educação Superior (IES) se organizam no Brasil, com ênfase para o setor público. Em seguida, discorre-se sobre o histórico da UFMG, com destaque para as medidas e ações implementadas nessa instituição que a colocam em posição de evidência, quando se discute a mercantilização da Educação Superior.

A partir dessa caracterização, discute-se o papel das fundações de “apoio”, para evidenciar como a presença e atuação dessas entidades nas IES públicas incentivam e catalisam o processo de mercantilização/mercadorização em curso. Nessa discussão problematiza-se a proposta do “Novo Marco Legal das Fundações de Apoio”, em tramitação na câmara dos deputados. O capítulo é finalizado com apresentação e análises de alguns dados sobre as fundações de “apoio” que atuam na UFMG.

2.1 As Universidades públicas no Brasil e a UFMG

O Brasil contava, até 2023 com 2.580 IES, distribuídas em cinco modalidades: 205 universidades, 393 centros universitários, 1.941 faculdades, 39 institutos federais e 02 Centros Federais de Educação Tecnológica.

O Decreto nº 5.773/2006, que regulamenta as instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino estabelece que, para galgar o posto de centro universitário e/ou universidade, as instituições devem ser credenciadas originalmente como faculdades. O credenciamento como universidade ou centro universitário é regido pelo decreto acima, que condiciona a instituição a estar em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.

Segundo dados do Censo de Educação Superior, realizado em 2023, 79% das IES eram privadas, compostas, majoritariamente, por faculdades. A maior parte das IES localiza-se na região sudeste, com 1.093 estabelecimentos, seguida pela região nordeste, com 604.

As IES públicas, além do menor número, se diferenciam por categoria administrativa, sendo 43,6% estaduais (138 IES); 38,2% federais (121); e 18,1%

municipais (57). No âmbito das universidades, as IES públicas somam 115 instituições e as IES privadas contam com 90 instituições.

As universidades federais são criadas por iniciativa do Poder Executivo, mediante projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional. Já as universidades públicas municipais e estaduais são criadas a partir da iniciativa das respectivas administrações, devendo seguir os trâmites legais e subordinação aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação. A justificativa de criação das instituições públicas para além da esfera federal é dada pela necessidade de promover o acesso ao ensino superior em regiões não abarcadas pelo sistema federal.

Segundo Pickler, Silveira e Souza (2021), a oferta municipal de educação Superior, mesmo não configurando como responsabilidade dessa esfera¹⁵ é realizada, pois a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (LDBEN) deixa margem para essa oferta pelos municípios, desde que “os níveis de ensino de sua competência estejam plenamente atendidos e que os percentuais destinados para a educação determinados pela CF/88, ou seja, 25% dos impostos e transferências, sejam aplicados na manutenção e desenvolvimento do sistema prioritário” (Pickler; Silveira; Souza 2021, p.232).

A criação das universidades privadas, por sua vez, se dá por transformação de IES já existentes e que atendam ao disposto na legislação pertinente.

A pós-graduação no Brasil, majoritariamente, é realizada pelas instituições federais. Segundo dados do Sistema de Informações Georreferenciadas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Geocapes) de 2022, 58,9% dos programas de pós-graduação concentravam-se nas instituições federais onde também o número de docentes é maior, representando 62,8% do total de docentes atuantes nas IES.

As universidades, conforme define a LDBEN, são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. As atividades de ensino, pesquisa e extensão devem ser desenvolvidas de forma indissociável nestas instituições, devendo ter um terço do corpo docente em regime de tempo integral, e pelo menos, um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado (BRASIL, 1996).

¹⁵ A LDBEN estabelece as responsabilidades de oferta educacional conforme a esfera administrativa, ficando a cargo dos municípios a oferta da educação infantil e Ensino Fundamental.

Além das IES públicas federais, são registradas universidades estaduais em 22 dos 26 estados brasileiros. Ao todo são 41 IES públicas estaduais, sendo o Paraná, com sete delas, o estado com maior número.

Em relação às IES públicas municipais, o Brasil contava, em 2022¹⁶, com cinco instituições. São elas: Universidade de Gurupi (UNIRG), Universidade de Rio Verde (UNIRV), Fundação Universidade Regional de Blumenau, Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), Universidade de Taubaté. Uma particularidade dessas instituições é que a gratuidade não é um pressuposto e apesar de não possuir fins lucrativos, tais IES cobram mensalidades e/ou taxa de matrícula¹⁷.

Em âmbito federal, até 2022 foram contabilizadas 69 universidades, localizadas nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. O estado de Minas Gerais é o que possui o maior número de Universidades desse segmento, com 11 instituições, seguido pelo Rio Grande do Sul, com 06 instituições, os estados da Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraná contam com 04 instituições cada.

Minas Gerais não se destaca apenas pelo número de universidades federais em seu limite territorial, mas o estado tem uma das principais universidades federais do país, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A instituição foi fundada em 1927, inicialmente como Universidade de Minas Gerais (UMG) e caracterizava-se como uma instituição privada e subsidiada pelo estado. Sua origem se deu a partir da união de quatro escolas de nível superior então existentes em Belo Horizonte (BH): a Faculdade de Direito (fundada em 1892 em Ouro Preto e transferida para BH em 1898), a Escola Livre de Odontologia (1907), a Faculdade de Medicina (1911) e a Escola de Engenharia (1911). O reitor nomeado para assumir foi Francisco Mendes Pimentel. A escolha não foi fortuita, Mendes Pimentel havia sido designado pelo então Governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, para organizar a criação daquela que viria a ser a Universidade de Minas Gerais. O primeiro reitor da instituição era figura relevante no cenário político do estado mineiro. Fundador do jornal Diário de Minas, em 1910, foi diretor da Faculdade de Direito, em 1911, e foi o primeiro presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) de Minas Gerais, criado em 1915.

No decênio entre 1940 e 1950, a UMG ampliou-se, com a incorporação de algumas escolas livres criadas na capital mineira, a saber: a de Arquitetura, em 1946, as

¹⁶ Dados do censo da educação superior de 2022.

¹⁷ Cada instituição pratica valores específicos, regulados pela legislação municipal. A UNIRG estabelece valores por crédito de disciplinas. Já na UNIRV e USCS o valor da mensalidade é fixo, mas varia por curso.

Escolas Livres de Filosofia, Ciências e Letras, as de Ciências Econômicas e Administrativas, em 1948, e a Escola de Enfermagem, em 1950. Em 1949, a instituição foi federalizada, mantendo o seu nome.

A partir da década de 1960, marcada pelo autoritarismo e por mudanças na estrutura política do país a partir da imposição do regime militar, transformações importantes atingiram a instituição, que teve ampliada a sua abrangência acadêmica, com a incorporação da Escola de Veterinária (1961), do Conservatório Mineiro de Música - precursor da Escola de Música - (1962), da Escola de Biblioteconomia – atual Escola de Ciência da Informação – (1963). O prédio onde funciona a Reitoria da universidade foi inaugurado no *campus* Pampulha em 1962 e no ano seguinte foi criada a Escola de Belas Artes¹⁸. Em 1964, a partir do golpe civil-militar contra o então presidente João Goulart, foi instituída no Brasil a ditadura militar. No ano seguinte, em 1965, foi adotado o nome Universidade Federal de Minas Gerais, por determinação do Governo Federal, e a instituição passou a ser pessoa jurídica de direito público, de ensino gratuito, mantida pela União, e, em teoria, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial. Destaca-se que era em teoria, pois o novo regime afetou todas as instituições do país, como aponta-se adiante, e na UFMG não seria diferente.

O regime militar impactou diretamente na organização das universidades em todo país, afetando tanto a estrutura quanto o funcionamento das instituições, como descrito por Germano (2011). Pode-se classificar, entre as principais medidas: 1) a intervenção e controle do governo militar nas universidades, impondo reitores indicados pelo regime, muitas vezes sem consulta à comunidade acadêmica. Havia também uma vigilância constante sobre as atividades docentes e estudantis. 2) A repressão e censura a professores e alunos que eram considerados subversivos ou que se opunham ao regime eram frequentemente perseguidos, presos ou exilados. Havia um controle rigoroso sobre o conteúdo programático, com censura de materiais considerados inadequados. 3) A reestruturação curricular, que levou as universidades a passarem por reformas curriculares que enfatizavam áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento nacional, como ciências exatas e engenharia, em detrimento das ciências humanas, vistas com desconfiança pelo regime. 4) A expansão do sistema universitário privado, como apontado por Cunha (2007), foi outra característica marcante desse período. A

¹⁸ Escola criada em 1957, inicialmente, sob a forma de Curso de Arte na Escola de Arquitetura da UFMG. Em 1963 é criado o prédio, onde passou a funcionar a unidade acadêmica (EBA/UFMG, 2024).

expansão do setor privado no nível superior em detrimento do crescimento do setor público foi funcional e estratégica nesse regime, e marcou o ensino superior no país. Isso porque as universidades públicas se tornaram mais dependentes do financiamento estatal, o que também as tornava mais vulneráveis ao controle do governo. O investimento era direcionado para áreas de interesse estratégico para o regime militar.

Ao longo de sua história, a UFMG se destacou no cenário nacional. Alguns exemplos demonstram o pioneirismo da UFMG em relação às medidas importantes no campo das mudanças institucionais e estruturais, que reverberariam em outras instituições. Uma delas foi a criação, em 1966, do Conselho de Pós-graduação, atualmente Pró-Reitoria de Pós-graduação. Os cursos de pós-graduação eram parte do plano de reestruturação universitária (reforma interna) que viria a acontecer no ano seguinte. Esta reforma realizada na universidade mineira em 1967 serviu como piloto da reforma universitária nacional, implementada em 1968 pelo governo militar¹⁹. Segundo Cunha (2007, p.??), a universidade mineira foi a responsável pela “difusão do modelo estrutural da Universidade e mesmo para a legislação federal. A reforma foi pretendida pela Universidade do Brasil, em 1963, mas realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1964/1967”. Conforme depoimento do ex-reitor da UFMG e ex-ministro de estado da Cultura (em 1985), Aluísio Pimenta:

A UFMG foi a pioneira na reforma do sistema universitário brasileiro, pois estabeleceu diretrizes para a transformação das universidades, então federações de faculdades e escolas. Nossa providência imediata ao assumirmos a direção da UFMG foi ser o primeiro reitor em tempo integral. Introduzimos mudanças no gerenciamento da Universidade e fortalecemos a administração central, que praticamente não existia na Reitoria e era totalmente feita nas faculdades e escolas. Não queríamos centralizar a execução orçamentária, mas coordenar o seu planejamento, aprovação e a própria execução. (UFMG,1970).

Na UFMG, em 1968, como parte do processo da reforma universitária, houve o desmembramento da Faculdade de Filosofia nas unidades: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Faculdade de Educação (FAE), Faculdade de Letras (FALE), Instituto de Ciências Exatas (ICEEx), Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e Instituto de Geociências (IGC). No mesmo ano, houve a transferência do Colégio Agrícola Antônio Versiani Athayde, de Montes Claros, criado pelo Ministério da Agricultura em 1964, para a universidade mineira. Esse colégio transformou-se no atual

¹⁹ Ver mais sobre a reforma universitária de 1968 em Fávero (2006).

Instituto de Ciências Agrárias (ICA), onde é ofertado os cursos de graduação em Administração, Agronomia, Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia de Alimentos, Engenharia Florestal e Zootecnia. Em 1969, a Escola de Educação Física foi anexada à universidade e no mesmo ano foi iniciada a construção de novas unidades no *campus* Pampulha, como o Instituto de Ciências Biológicas (ICB), a Biblioteca Central, o Centro Pedagógico (CP) e o Colégio Técnico (COLTEC).

No início da década de 1970, juntamente com a criação das fundações de apoio à universidade, que serão abordadas mais adiante, foram criados o Centro de Computação (CECOM) e o Centro Esportivo Universitário (CEU), em 1971. Em 1972, foi fundado o Observatório Astronômico Frei Rosário, em Caeté, que é operado e mantido pelo Departamento de Física da UFMG. Em 1976, foi instituído o *Campus* Regional de Montes Claros e o ICA deixou de ser uma unidade especial da UFMG, vinculada à Reitoria, para se tornar unidade acadêmica da Universidade. Em 1979, o Governo da República Federal da Alemanha cedeu à UFMG o Instituto *Eschwege* (com sede em Diamantina). O local passou a ser conhecido por Casa da Glória, e têm, como finalidade, dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto de Geociências e de outras unidades da UFMG. Ainda em 1979, foi implantado o primeiro vestibular integrado da instituição, com 28.234 candidatos concorrendo a 3.286 vagas ofertadas. Antes desse modelo, o ingresso dos estudantes em cada curso se realizava por meio de processos seletivos específicos: durante dois anos o candidato fazia um pré-curso oferecido pelas faculdades para depois se submeter ao concurso vestibular. O modelo de seleção unificado era uma das medidas da reforma universitária, iniciada na década anterior, e segundo Fávero (2006), tinha uma dupla finalidade: a racionalização no aproveitamento do número de vagas e admissão do ingresso para determinada área de conhecimento em lugar dos cursos.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pelo processo de “redemocratização” do país, por inaugurações de novos prédios no *campus* da Pampulha, como o da Biblioteca Central da UFMG, em 1981, e a Faculdade de Letras, que passou funcionar em sede própria em 1983. Em 1985, foi criada a Editora UFMG e em 1988, a Estação Ecológica foi incorporada à UFMG, com a proposta de criar uma área de preservação no *Campus* Pampulha e implementar um programa ecológico oficial, em parceria com a prefeitura da cidade. Em 1991, a FAFICH foi transferida para o *campus* Pampulha. Nesse ano foi inaugurado, também, um novo prédio da Escola de Biblioteconomia e o Centro de Desenvolvimento da Criança, onde atualmente funciona

a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Alaíde Lisboa. Apesar da expansão de prédios dentro do *campus* Pampulha, algumas unidades ainda se encontravam espalhadas pela cidade. Em 1998, através do projeto denominado *Campus 2000*, planejou-se a transferência de unidades acadêmicas localizadas na região central de Belo Horizonte para o *campus* Pampulha. O projeto contemplava a construção da Faculdade de Ciências Econômicas, da Escola de Engenharia e reformas da Faculdade de Educação, da Faculdade de Farmácia, do Departamento de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Escola de Educação Física, do Instituto de Geociências, do Departamento de Química do ICEx e do Hospital Borges da Costa. Os recursos para sua execução foram captados através da alienação de lotes urbanos e prédios da universidade, localizados na região centro-sul de Belo Horizonte, como os prédios das Faculdades de Odontologia e Farmácia, e os que ainda estavam em uso à época, como a Escola de Engenharia e Faculdade de Ciências Econômicas.

Nos anos 2000 verifica-se nova onda de expansão do *campus* Pampulha. Nessa década, a Faculdade de Odontologia passou a funcionar na Pampulha e foram inaugurados, respectivamente, os prédios da moradia universitária I e II, ambos no Bairro Ouro Preto, um bairro vizinho ao *campus* Pampulha. Houve, também, a inauguração das instalações do Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED) responsável pela oferta dos cursos à distância da instituição e conforme previa o projeto *Campus 2000*, foram inaugurados os novos prédios da FACE (2008) e da Engenharia (2010).

Pode-se afirmar que a UFMG é a maior universidade do estado mineiro. É composta, atualmente, por quatro *campi*: o *campus* Pampulha, que reúne a Reitoria, os órgãos da administração central e a maioria das Unidades Acadêmicas (com exceção da Faculdade de Direito e a Escola de Arquitetura que localizam-se na região central de Belo Horizonte); o *campus* Saúde, onde se localizam a Faculdade de Medicina, a Escola de Enfermagem e o Complexo do Hospital das Clínicas; o *campus* regional em Montes Claros, onde se localiza o Instituto de Ciências Agrárias (ICA); e o *campus* cultural da UFMG em Tiradentes. A instituição figura nas primeiras posições em *rankings* nacionais e internacionais²⁰.

²⁰ A UFMG está entre as 07 universidades latino-americanas mais bem classificadas no *ranking* regional da *Times Higher Education* (THE) (UFMG, 2023). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) classificou, em 2023, a UFMG como melhor universidade do país. (G1 Minas, 2023).

Conforme dados divulgados pela instituição até novembro de 2024²¹, a comunidade acadêmica da UFMG conta com 3.288 professores ativos, 4.119 servidores técnicos-administrativos e 48.392 alunos, distribuídos da seguinte maneira: 33.287 estudantes de graduação (presencial), 23 estudantes de graduação (à distância), 1.366 estudantes de Educação básica e profissional, 12.834 estudantes de pós-graduação (presencial), 2.120 estudantes de pós-graduação (à distância) e 905 residentes médicos. É importante destacar que apesar de não aparecer em dados institucionais referentes à comunidade universitária, a UFMG tem, aproximadamente, 1.270 funcionários terceirizados²², esse número não engloba os trabalhadores que atuam nas fundações de apoio existentes na UFMG e, conseqüentemente, os que atuam nos restaurantes universitários, que são geridos pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP). Em 2022, a FUMP contava com 322 funcionários.

São 94 cursos de graduação presencial, 10 cursos de Educação básica e profissional, 93 programas de pós-graduação, distribuídos entre 23 unidades. Segundo levantamento feito pela própria instituição, no ano de 2024 havia 8.925 projetos de pesquisa em andamento, 2.368 projetos de extensão em andamento, 753 grupos de pesquisa (CNPq) e 751 bolsas de produtividade (CNPq). No mesmo ano há o registro de 1.391 patentes, distribuídas principalmente entre as seguintes unidades: Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Ciências Exatas, Escola de Engenharia, Faculdade de Farmácia, Colégio Técnico, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia e Escola de Arquitetura. As patentes, conforme definição do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) são um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. A partir do registro de uma patente, o inventor ou o detentor da patente tem o direito de impedir terceiros, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar produto objeto de sua patente e/ ou processo ou produto obtido diretamente por processo por ele patenteado. Conforme o INPI, as instituições de ensino superior públicas são as que mais registram patentes no Brasil, sendo que a UFMG se destacou entre as IES públicas como a universidade brasileira que registrou o maior número de patentes entre 2010 e 2019²³.

²¹ Informações disponíveis em UFMG (2024a).

²² Conforme dados disponíveis em UFMG (2024b).

²³ Informação disponível em: Rodrigues (2021).

Segundo Silva Junior (2017, p36), a UFMG representa “uma das mais avançadas instituições federais de Educação superior, tendo função estratégica na Educação Superior estatal pública no país”. Dessa forma, é possível identificar novamente nessa instituição uma espécie de laboratório no qual medidas pioneiras são testadas para posterior aplicação nas demais universidades do país, otimizando nacionalmente o processo de mercantilização do ensino público.

De fato, a UFMG serve de exemplo para outras universidades, inclusive em medidas inconstitucionais. Para ilustrar, cita-se o descumprimento do artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que estabelecia, como princípio, a gratuidade no ensino em estabelecimentos oficiais. Isso porque até 2008, a UFMG cobrava semestralmente uma taxa de matrícula, denominada de fundo de contribuição ao fundo de bolsas. A extinção da cobrança aconteceu apenas após decisão judicial que considerou ilegal a cobrança de qualquer taxa em instituições públicas de ensino. A cobrança era praticada em outras instituições, porém, na UFMG ela foi criada dois anos após sua fundação, em 1929, vinculada à criação da Associação Universitária Mineira, que se configurou como a primeira estrutura de assistência estudantil da então Universidade de Minas Gerais (UMG). A justificativa utilizada pelas gestões da instituição foi de que não se tratava de uma taxa de matrícula, e sim uma contribuição que se destinava à manutenção da assistência estudantil. Entretanto, tal argumento não se sustentava, uma vez que o estudante que não efetuasse tal “contribuição” semestralmente ficava impedido de realizar a matrícula. A arrecadação proveniente dessa taxa gerava, aos cofres da universidade, mais de 10 milhões de reais por ano. A extinção da cobrança revelou, entre outras questões, como a UFMG utilizava de meios próprios para driblar problemas orçamentários, ao invés de se opor às políticas que comprometessem a qualidade do ensino. Em nota assinada pela Reitoria da universidade em 2008 à época do julgamento da ilegalidade da cobrança, foi destacado que a falta da arrecadação comprometeria a adesão ao REUNI, por exemplo.

Está interrompida, assim, uma tradição de solidariedade criada em 1929 e que viabilizou, seja o acesso, seja a formação, de incontáveis estudantes. [...] Em consequência da decisão do STF todo este cenário acha-se sob ameaça, o que foi salientado, inclusive, por alguns dos juízes na sessão do Tribunal. Cortes em programas serão inevitáveis e novos programas, pensados na vigência da Contribuição ao Fundo de Bolsa, serão revistos e adequados aos recursos agora disponíveis. Esta situação é na UFMG, duplamente agravada, seja em vista da criação de cursos noturnos associados à nossa proposta de

participação no projeto REUNI, o que acarretará necessidade de novos recursos no campo da assistência estudantil, seja em vista das recentes deliberações do Conselho Universitário referentes à criação dos bônus relativos à escola pública e à declaração de raça, ambas as medidas de nitida feição inclusiva (UFMG, 2008).

Destaca-se que a adesão ao REUNI na UFMG foi aprovada em outubro de 2007 sob protestos e denúncias de entidades como o ANDES/SN e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG, além de uma parcela do movimento estudantil sem vinculação com o DCE, mas que atuava de forma independente e crítica ao governo.

Como abordado no capítulo anterior, o REUNI compôs o campo de reformas na esfera federal que deram substrato ao processo de mercantilização do ensino superior. Tratava-se de um programa encabeçado pelo governo Lula, que em seu lançamento em 2007 já contava com o apoio de parcela do movimento estudantil cooptado desde o período de ascensão do PT ao governo, como a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Outro exemplo que revela como a UFMG tem destacada importância no processo de mercantilização da Educação Superior é a institucionalização das parcerias público-privadas, com destaque para a criação do Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-Tec), em 2006. O parque institucionalizou a parceria da universidade com o Governo do Estado de Minas Gerais, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE) e a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG). Conforme descrição própria, o BH-Tec foi planejado por um “grupo de acadêmicos da UFMG” e hoje é considerada uma sociedade de empresas e centros de pesquisa e de desenvolvimento que investigam e produzem novas tecnologias. A função do parque tecnológico é realizar o intermédio entre o conhecimento científico gerado na Universidade e sua aplicação produtiva pelo setor empresarial.

A adesão da UFMG à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), para reestruturar os hospitais universitários, também se enquadra nos exemplos de destacada participação da UFMG nas medidas de viés mercantilizante. A EBSEH foi criada pelo governo Dilma em 2011, constituindo-se como uma empresa de caráter público-privado para gerir os hospitais universitários, como estratégia do governo para driblar a suposta crise financeira vivida pelos hospitais. O modelo foi amplamente criticado, dado o caráter privatista, uma vez que a administração dos recursos que os hospitais recebem é gerida pela empresa e a contratação de novos funcionários para suprir as demandas do hospital passaria a ser realizada sem concursos, via terceirização,

ampliando a precarização do trabalho. A UFMG foi a 13ª instituição a autorizar a assinatura do contrato de gestão do Hospital das Clínicas (HC) com a empresa, em dezembro de 2013.

Segundo Primo e Borges (2018), quando a EBSEH foi criada, as pressões sobre a direção do Hospital das Clínicas da UFMG se acirraram. Os autores relembram que dias antes da aprovação pelo Conselho Universitário da assinatura do contrato com a empresa, houve um Parecer de Força Executória, expedido pela Advocacia Geral da União (AGU), que proibiu a contratação de terceiros ou por cooperativas para atividades assistenciais ou a elas atreladas, fixando, inclusive, uma multa de mil reais por contratação irregular. Além dessa questão, já havia uma ação do Ministério Público do Trabalho que atribuiu à UFMG o descumprimento das decisões judiciais. Tal ação solicitava ao Ministério Público Federal a instauração de procedimento legal para apuração de improbidade administrativa e crime de desobediência, o que implicava em detenção e multa. Diante de tais fatos, Primo e Borges (2018) destacam que:

O Conselho Diretor do Hospital, em Reunião de Urgência no dia 9 de dezembro de 2013, requereu ao Conselho Universitário incluir a pauta: “Proposta de adesão da UFMG à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)” em REGIME DE URGÊNCIA, tendo em vista que a não deliberação da proposta de contratualização implicaria no fechamento gradativo do HC/UFMG (Primo; Borges, 2018, p.98).

O modo que o governo utilizou para pressionar a adesão das instituições à EBSEH seguiu a lógica das outras medidas já implementadas no curso da reforma da Educação Superior, citada no capítulo anterior. Toda a articulação para a pré-aprovação da adesão à EBSEH na UFMG foi destacada por Primo e Borges (2018) como uma solução, na verdade, “planejada *a priori*”, e estava em consonância com o modelo de Estado pós-reforma ocorrida em 1995 (PDRAE). O reitor, na época da aprovação da EBSEH, Célio Campolina, deixou a Reitoria em março de 2014, poucos meses após a articulação da aprovação para assumir o cargo de ministro da Ciência e Tecnologia a convite da então presidente Dilma.

Mais um exemplo de medida adotada na UFMG que revela seu destacado papel no processo de mercantilização da Educação Superior no país foi a reformulação da resolução interna, nº 10 de novembro de 1995, que regulamentava a prestação de serviços na instituição, em 2022. Na prática, tal resolução versava sobre os critérios gerais para que o servidor público da instituição (docente ou servidor técnico-

administrativo) pudesse prestar serviço à instituição privada. A discussão sobre a reformulação da resolução iniciou em 2019, com a formação de uma comissão para realizar estudos sobre o novo texto. Esse período coincide com os reiterados cortes orçamentários impostos pelo governo federal e que impactaram as universidades. A temática foi apresentada pelos membros da comissão no órgão máximo de deliberação da universidade, o conselho universitário (CU), em duas oportunidades: no dia 06 de outubro de 2022 e no dia 01 de dezembro de 2022, quando foi aprovada. A nova resolução, nº 13, de dezembro de 2022, era justificada pelos membros da comissão sob os seguintes argumentos:

[...] revisão da Resolução n. 10/95, destacando que desde 1997 há registros de iniciativas com vistas à sua atualização. Observou que tal necessidade se justifica, entre outros, na compreensão de que a prestação de serviços não abrange as diversas modalidades de extensão realizadas pela UFMG e já não se adequa às normas da UFMG e à legislação vigente, além do fato de que inexistente regulamentação sobre o ressarcimento à Universidade pelo uso de sua infraestrutura em outras atividades de ensino, pesquisa e extensão que podem gerar financiamentos externos públicos e privados (UFMG, 2022).

Na verdade, a resolução nº13/2022 não trata apenas da regulamentação da prestação de serviços, pois ela trata também as atividades acadêmicas realizadas com recursos externos dos setores público e privado e o ressarcimento à universidade. Segundo a nova resolução, “conceituam-se como Atividades Acadêmicas as relacionadas ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional, incluídas as atividades Artísticas, Culturais, Desportivas, Científicas, Tecnológicas e de Inovação” (UFMG, 2022). Tratou-se, portanto, de mecanismo interno para, a pretexto de obtenção de que uma parcela do recurso retorne à universidade, ampliar o rol de atividades realizadas com financiamento privado no âmbito da UFMG. Frisa-se que se tratava de um pretexto, uma vez que a antiga resolução (nº 10, de 1995) já previa, porém de forma restrita, o fomento acadêmico e formação e treinamento de recursos humanos.

Art. 9º - Do total do valor da prestação de serviços, um percentual de 2% (dois por cento) será destinado à Universidade, para as atividades de fomento acadêmico e de formação e treinamento de recursos humanos.

Art. 10 – Do total do valor da prestação de serviços, um mínimo de 10% (dez por cento) será destinado à Unidade Acadêmica ou Órgão Suplementar (UFMG,1995).

O texto da nova resolução flexibilizou tanto a abrangência quanto o repasse do valor mínimo de 10% às unidades, estabelecendo que tal valor poderá ser reduzido, “a critério das Unidades Acadêmicas, Unidades Especiais ou Órgãos Suplementares, com base em resolução específica interna aprovada pelo respectivo órgão colegiado superior” (Resolução nº 13/2022) (UFMG, 2022).

No contexto em que tal resolução foi alterada, em meio a sucessivos cortes orçamentários às universidades, as agências públicas de fomento à pesquisa se induziram ainda mais o direcionamento de todas as atividades acadêmicas basilares da universidade pública aos interesses do setor mercantil. Diante desse quadro, um agente existente em todas as IFES assume destacado papel na execução de projetos e expressa como a mercantilização vem avançando sobre o setor público. Trata-se das fundações de “apoio” (FA). Estas FA, criadas em 1970, assumem papel de destaque na discussão sobre a mercantilização do ensino superior, especialmente em momentos em que os orçamentos das universidades públicas estão sendo cortados. Elas aparecem como as instituições que farão o papel abertamente privado nas instituições públicas, criando, inclusive, empresa de investimentos no mercado de ações, como será abordado a seguir.

2.2 As Fundações de “Apoio” às Universidades

A existência de fundações de “apoio” às instituições é mais uma expressão da mercantilização do ensino superior, como já apresentaram Chrispino (2005) e Teixeira (2002). Compreende-se que não é possível abordar o problema da mercantilização nas universidades públicas sem abordar a presença e atuação dessas fundações.

As fundações de “apoio” são entidades de direito privado que administram recursos arrecadados diretamente pelas instituições públicas. Sua origem, nas universidades em geral, remonta o período da ditadura militar no Brasil (1964 a 1985), inicialmente para organização dos vestibulares unificados, pedra de toque do novo modelo universitário, conforme designou Leão (1985). Tais entidades ganharam novos contornos quando figuraram como uma alternativa para contornar os entraves de ordem administrativa e jurídica, e viabilizar parcerias e captar recursos externos, sob o argumento de fortalecimento das atividades universitárias como a pesquisa, extensão e o desenvolvimento institucional.

Apesar da origem das fundações de apoio ocorrer no período da ditadura, como referido, foi no processo de “redemocratização” do país, em 1988, que elas ganharam

unidade, através da criação de uma entidade nacional para congregá-las: o Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES). Trata-se de uma associação civil com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos que agrega e representa ao menos uma centena de fundações afiliadas em todo o território nacional. Atualmente, a administração do CONFIES é exercida por uma Diretoria Executiva, composta de sete membros, a saber: Presidente; Vice-Presidente; e um Diretor de cada uma das cinco regiões brasileiras, escolhidos pela Assembleia Geral, dentre os representantes legais das Fundações associadas. O atual presidente, Antônio Fernando Queiroz, é Professor Titular da Universidade Federal da Bahia e Diretor Executivo da Fundação Fapex, que apoia a UFBA e outras Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) da Bahia.

O CONFIES promove encontros nacionais, além de articular, nos órgãos deliberativos, temas de interesse das suas filiadas e compartilhar informações entre elas. A criação da entidade está diretamente relacionada à consolidação e expansão da atuação das fundações nas IFES, e assume papel importante na defesa de suas associadas em momentos de crise. Este conselho teve papel fundamental na regulamentação das fundações, ocorrida em 1994. Segundo Queiroz (2023), o CONFIES “nasceu para ajudar a aprovar em tempo recorde uma legislação que regulamentaria as Fundações de Apoio”.

A regulamentação das fundações de apoio que atuam na esfera federal foi feita inicialmente através da Lei nº 8.958/1994, entretanto, o Decreto nº 5.205/2004, que regulamentaria a lei das fundações foi editado quase dez anos depois, e mais de vinte anos após o surgimento das primeiras fundações. Essa regulamentação difere-se em âmbito estadual. Nessa esfera, as fundações devem ser credenciadas conforme regras dos estados, para atuarem junto às instituições de ensino estaduais ou centros de pesquisa. A consequência da falta de regulamentação foi que se criou uma relação orgânica entre as universidades e as fundações, como se a primeira não pudesse existir sem a segunda. Segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN),

[...] as fundações privadas acabaram por gerar profundas distorções nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na universidade, submetendo-as à lógica do mercado e suas prioridades – incompatíveis com a produção de conhecimento crítico e socialmente referenciado, parte central das obrigações da universidade pública (ANDES/SN, 2008, p.3).

Tal distorção das atividades é apenas um dos problemas. Chrispino (2005) questiona a incoerência na defesa da garantia de ensino público e oferta de atividades pagas no mesmo espaço, pelos mesmos docentes e com o reconhecimento das instituições nos certificados.

Amaral (2008, p.670) relaciona a queda no financiamento federal para as instituições de 1995 a 2003 com a crescente presença das fundações nas universidades. Argumenta que as quedas no orçamento provocaram “uma diminuição nas condições de as instituições elaborarem novos projetos e implementá-los sem a presença de recursos de fontes oriundas do setor privado, o que exige a presença do serviço das fundações de apoio na gerência desses recursos”. O autor aponta, ainda, que a partir da Lei n. 8.958/1994 “houve uma “corrida” das IFES em direção às fundações de apoio [...] Houve, portanto, de 1995 para 2001, um crescimento de 129% no número de fundações de apoio credenciadas pelo MEC e MCT” (p.674). Essa “corrida” era justificada como estratégia utilizada pelas instituições para a captação de recursos. Entretanto, tal justificativa, se confrontada com os dados de prestação de contas das fundações evidencia inconsistências, uma vez que a maior parte dos recursos captados por elas têm origem nas agências públicas de financiamento. Ou seja, a despeito de auxiliar na arrecadação de recursos, as fundações eram as principais beneficiadas.

Entretanto, o debate em torno do papel das fundações nunca foi consenso. Denúncias ao Ministério Público que vieram à tona em 2007, questionaram a forma de funcionamento das fundações de apoio nas instituições públicas de ensino superior do país. Tais denúncias ganharam mais repercussão após a renúncia do então reitor da Universidade de Brasília (UNB). Na época, o reitor da UNB estava sendo investigado desde que a relação entre a universidade e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC) foi questionada pelo Ministério Público do Distrito Federal (MPDF). Entretanto, o caso da UNB não era isolado, apesar de ser o de maior repercussão. O Tribunal de Contas da União realizou, no ano de 2008 (entre julho e setembro), auditorias em 14 universidades federais²⁴. Entre os problemas encontrados destacaram-se o desrespeito aos procedimentos previstos na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993); fragilidade dos mecanismos de transparência e prestação de contas; concessão irregular de bolsas de estudo; e o amplo uso da expressão “desenvolvimento institucional” para justificar contratações indevidas (Brasil, 2008). A

²⁴ As instituições auditadas foram: UFMG, UFOP, UFRRJ, UFF, UFSC, UFPR, UFG, UFRR, UFAM, UFAC, UFC, UFRN, UFPE e UFBA.

partir dessas auditorias, o TCU publicou um relatório²⁵ direcionado às IFES, tratando do relacionamento com suas fundações de apoio, apontando diversas falhas e contendo, ainda, determinações e recomendações às instituições no país.

Diante da crise aberta pelas denúncias de irregularidade entre as fundações e as universidades, o Governo Federal se viu pressionado a intervir na questão. Era a oportunidade de romper com esse vínculo “quase orgânico” entre as instituições e as fundações, mas o que ocorreu foi o contrário. Várias medidas paliativas foram tomadas, entre elas o Decreto nº 7.423/2010, que revogou o decreto anterior (Decreto nº 5.205/2004), e dentre as mudanças, estabeleceu que os projetos fossem realizados com no mínimo dois terços de pessoas vinculadas à instituição apoiada (considerando docentes, servidores técnico-administrativos, estudantes regulares, pesquisadores de pós-doutorado e bolsistas com vínculo formal a programas de pesquisa da instituição apoiada). Tal medida, além de não resolver o problema de intermediação do recurso público pelas fundações, fortaleceu a cooptação dos trabalhadores e estudantes vinculados à instituição. Essa cooptação realizou-se, principalmente, através das bolsas recebidas pelos servidores que atuam nas fundações, fato que será apresentado mais adiante.

Em 2012, a Portaria Interministerial nº 191/2012 regulamentou o registro e credenciamento das fundações de apoio para apoiar Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e demais Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), inicialmente pelo período de um ano, prorrogável por igual período²⁶. Levantamento realizado no portal do MEC (2024) informa que até 2020 havia 102 fundações autorizadas/credenciadas a apoiar as Universidades Federais (UF) e as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e as ICT. Neste levantamento, destaca-se a atuação das seguintes fundações: a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), que atua em 33 instituições; a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE), que atua em 19 instituições; e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica (FACC), que atua em 11 instituições.

Nas universidades estaduais, esse levantamento torna-se mais complexo, pois cada estado goza de autonomia na regulação das fundações de “apoio”. Das 41 universidades estaduais existentes, cabe citar o emblemático caso da Universidade de

²⁵ Acórdão nº 2731/2008 (TCU, 2008).

²⁶ Esse período foi alterado para cinco anos, conforme Portaria Conjunta nº 42, de 24 de julho de 2017.

São Paulo (USP), que contava, até 2020, com 31 fundações de “apoio”. A Reitoria desta universidade tem estreita relação com as fundações, fato denunciado pelo sindicato docente local (ADUSP), em 2019.

A USP transferiu a aprovação e controle dos cursos pagos, antes a cargo da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), para a alçada da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU), aceitando a alegação das próprias fundações de que tais cursos configuram “extensão” e não ensino. [...] Outra vitória das fundações privadas “de apoio”, esta mais recente, se deu em dezembro de 2018, quando a Reitoria da USP decidiu realizar uma reforma relâmpago do Estatuto do Docente, claramente destinada a atender a pressões e interesses dessas entidades. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), que já fora “flexibilizado” na gestão Goldemberg²⁷, em 1988 (com a liberação de oito horas da jornada semanal para atividades privadas), passou a comportar novas exceções, de modo a facilitar a venda de serviços de docentes a terceiros (ADUSP, 2019, p. 2).

O caso da USP tornou-se emblemático não apenas pelo elevado número de fundações que atuam na instituição, mas também pelos inúmeros cursos pagos, que passaram a ser considerados de extensão, embora sejam cursos de pós-graduação *latu sensu* (Especialização e MBA - *Master of Business Administration*), e que, segundo seus defensores, compõe a estratégia de arrecadação da instituição. Reitera-se que a oferta dos cursos pagos nas universidades públicas desvirtua o princípio constitucional e segue a lógica da mercantilização/mercadorização da educação em curso.

Em 2013, após chancela dada pelo governo através da Portaria nº 191/2012, as fundações de apoio avançaram em seu projeto mercantil dentro das instituições públicas, criando empresas vinculadas às FA, para gerir fundos de investimentos com o capital arrecadado junto às instituições públicas e em parceria com o setor privado. Esse avanço será exemplificado ainda neste capítulo, ao examinar o caso da FUNDEP na UFMG. Antes, porém, é preciso entender como a questão política interfere e potencializa a atuação das FA nas IFES.

Após a aprovação da EC nº 95/2016, o debate em torno do contingenciamento orçamentário das universidades, bem como os cortes no financiamento para desenvolvimento das atividades das instituições tornam-se os argumentos centrais para a defesa de captação de recursos pela via iniciativa privada e, entre as fundações, cresce a

²⁷ José Goldemberg foi presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência) de 1979 a 1981; presidente da Companhia Energética de São Paulo (CESP), de 1983 a 1985, até se tornar Reitor da Universidade de São Paulo, de 1986 a 1990. Ocupou, também, cargos na política, como Secretário do meio ambiente do Estado de São Paulo (2002-2006) e Ministro da educação (1991-1992), dentre outros. Atualmente, é presidente da Fapesp, uma das maiores agências de fomento à pesquisa do país (USP, 2024).

pressão para captação em órgãos em que a atuação ainda é limitada. O CONFIES tem articulado com mais agilidade uma nova proposta de alteração da Lei das Fundações de Apoio (Lei nº 8.958/1994). O debate a respeito está sendo realizado desde 2020, mas ganhou objetividade e materialidade em abril de 2023, quando foi apresentado um texto-base para mudança na atual legislação no Encontro do Colégio de Procuradores (órgão de assessoramento jurídico das fundações de apoio)²⁸. A partir de então, o CONFIES passou a articular o apoio de diversas instituições para seguir com os tramites legais para estabelecer o “Novo Marco Legal das Fundações de Apoio”. Em outubro de 2023, o representante do CONFIES apresentou a proposta de alteração da legislação vigente (CONFIES, 2023) à presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e à presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados, solicitando apoio de ambas. Em novembro do mesmo ano, foram discutidos, na Reunião Ordinária do Conselho Pleno da ANDIFES, os principais pontos do chamado “Novo Marco Legal das Fundações de Apoio” (JC Notícias, 2023).

Concomitante à busca de apoio institucional dos reitores das instituições federais, o CONFIES participou de audiência pública no Senado, que tinha, por finalidade: “Debater a simplificação da legislação de Ciência, Tecnologia e Inovação e disseminar boas práticas já adotadas no Brasil”. A audiência contou com a exposição de representantes do âmbito jurídico, como o Consultor Jurídico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), representantes da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). Além destes, estiveram na audiência e defenderam a necessidade de alteração na legislação, sob diferentes perspectivas, o Conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Presidente da Comissão de Ciência & Tecnologia e Empreendedorismo da ANDIFES, o Presidente da Associação Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC) e o Vice-presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP). Em 21 de dezembro de 2023, foi apresentado, então, o Projeto de Lei (PL) nº. 6184/2023, pela Deputada Luísa Canziani (PSD/PR), com a proposta de alteração da atual legislação que regula as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica com as fundações de “apoio”. Em fevereiro de 2024, o presidente do CONFIES reuniu-se com o Diretor

²⁸ A programação com as temáticas discutidas neste encontro encontra-se no Anexo I.

Científico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), também para tratar da mudança na legislação. A movimentação para a aprovação do “Novo Marco Legal das Fundações de Apoio”, que está sendo construída em diversas frentes, pode representar um aprofundamento da mercantilização nas IFES.

Destaca-se que o principal argumento para esse “Novo Marco Legal das Fundações de Apoio” é de que a legislação atual está desatualizada e não consegue acompanhar os rumos que as demais normativas orientadoras do desenvolvimento da pesquisa científica nas universidades demandam. Entretanto, percebe-se que as fundações de “apoio” querem ganhar ainda mais espaço e autonomia na gestão dos recursos captados, seja no fundo público ou privado. A proposta de simplificar ou “desburocratizar” o processo de prestações de contas ao qual as fundações de apoio estão submetidas é sintomático, como se verifica na fala do presidente do CONFIES:

Nós estamos sendo cobrados pelo financeiro e não pelo resultado. Quando a gente apresenta uma prestação de contas, aí o pessoal quer saber quantos cliques você tem, e não o resultado do projeto, o que o projeto fez, o resultado objetivo do projeto, o que ele fez pra sociedade. E isso pra gente é bastante pernicioso. (Queiroz, 2023a).

Entre as mudanças propostas pelo PL nº 6.184/2023, e que também foram apresentadas na audiência realizada no senado por Queiroz (2023a), a primeira refere-se à flexibilização das regras de aquisições de bens e serviços, propondo simplificar e ampliar os valores para essas compras. Segundo apresentou Queiroz (2023b),

Atualmente nosso decreto de compras dispõe sobre uma “mini” licitação, que não acompanha a celeridade necessária à pesquisa, desenvolvimento e inovação. O ideal é que a FA faça ampla pesquisa de mercado e adquira o menor preço, tornando o processo mais célere e mantendo a economicidade (QUEIROZ, 2023b).

Deixar a cargo das fundações de apoio a prerrogativa de realizar ou não o processo é sempre um risco. As licitações, sejam para contratação de obras, serviços, compras e alienações, têm como princípio na esfera pública beneficiar a administração pública, conforme descrito na Lei nº 14.133/2021, em seu 11º artigo. Destaca-se que este processo também visa evitar contratações com sobrepreço ou com preços inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos e garantir igualdade de oportunidade entre os licitantes (tratamento isonômico). Entretanto, tal legislação que rege as licitações na esfera pública abre espaço para a dispensa do processo em alguns

casos, e é exatamente nesta lacuna que a alteração proposta no PL nº 6.184/2023 se ampara no artigo 1º do PL. Além de ampliar os instrumentos que as IFES e ICT podem celebrar junto as fundações, inclui a dispensa de licitação (inclusive as agências financeiras oficiais de fomento e empresas públicas, como o CNPq) e prevê que os recursos repassados diretamente às fundações oriundos dos projetos não ingressem na Conta Única do Tesouro Nacional. Desta maneira, as fundações de “apoio”, além de conseguirem gerenciar os recursos em contas próprias, são dispensadas de dar transparência pública sobre as suas movimentações financeiras.

Ademais o que se pleiteia com a alteração da legislação robustece a lógica do produtivismo acadêmico. Salienta-se que, na atualidade, é exigida do pesquisador a apresentação dos resultados das pesquisas em forma de produto, via de regra, cobrados ao final do exíguo prazo de execução. A quantidade de produção científica em detrimento da qualidade e relevância social das pesquisas corrobora o aumento da quantidade desses produtos, contribuindo para o produtivismo acadêmico. Esse fato, segundo Silva Junior (2013), deve ser compreendido no contexto de reestruturação do capital e as consequentes reformas empreendidas no Brasil que alteraram a lógica do trabalho em geral, das universidades e, conseqüentemente, o trabalho dos docentes. No âmbito das pesquisas desenvolvidas pelos docentes, Silva Junior (2013) destaca que:

[...] o professor pesquisa o que lhe é financiado e a política de editais induz a pesquisa feita na universidade pública. A consequência imediata disso consiste em que, na maioria dos casos, os prazos e o dinheiro são comprimidos e o professor investiga sem autonomia, razão pela qual acaba por não se identificar com o que faz, com o resultado do que faz e, por isso, não se identifica com ele mesmo no que faz e que lhe rouba a própria vida privada (Silva Junior, 2013, p.61).

O segundo ponto de alteração da legislação defendido pelo CONFIES era a simplificação do processo de credenciamento e credenciamento das fundações de apoio. Ao invés de compor um processo que pressupõe a entrega de relatórios, relação de pagamentos, prestação de contas, entre outros documentos que comprovem que a fundação está em conformidade com a lei, passa a bastar que os reitores das instituições apoiadas atestem, por meio de declaração, que as fundações cumprem os requisitos da lei e, portanto, estão aptas a atuar nas instituições. Entregue tal declaração, num prazo de sessenta dias, os titulares dos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação, homologam, por ato conjunto, o processo. Esse era um dos motivos da necessidade de apoio da ANDIFES à proposta de alteração da legislação atual. Era

necessário que os reitores aceitassem emitir tal declaração. Entretanto, a redação do PL nº 6.184/2023 entregue em dezembro não contemplou a proposta original defendida pelo CONFIES e a alteração proposta foi de que o processo de credenciamento ocorresse no mínimo a cada cinco anos.

A terceira alteração destacada é sobre a inclusão do §4º ao artigo 3º, que previa:

§ 4º - Os ajustes firmados entre as IFES ou ICTs, as instituições de apoio, agências de fomento, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, empresas públicas ou sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas e as entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, cujo objeto seja compatível com a finalidade desta Lei poderão prever a destinação de, no mínimo, cinco por cento, até o máximo de quinze por cento do valor total dos recursos financeiros destinados à execução do projeto, para cobertura de despesas operacionais e administrativas da fundação, necessárias à execução desses acordos, convênios e contratos (BRASIL, 2023. Grifo nosso)

Esta previsão de recursos para as despesas operacionais e administrativas é colocada como um ponto central para as fundações de “apoio”, sob a justificativa de risco para a manutenção dos projetos e das próprias fundações pela ausência desse recurso. Caso esse risco fosse real, não haveria a multiplicação das fundações como constatado. A destinação de parcela do recurso já é realizada quando a IFES ou ICT contrata uma fundação de apoio. Entretanto, ao inserir esse dispositivo na lei, há a institucionalização da remuneração variável das fundações, de 5 a 15% do total do projeto, através de direcionamento direto do recurso captado para a gestão da fundação.

E a quarta alteração guarda relação com a anterior. Há a flexibilização para a contratação de pessoal administrativo, de manutenção, docentes ou pesquisadores para prestar serviços ou atender às necessidades de caráter permanente das contratantes, desde que essas contratações não sejam realizadas com recursos provenientes dos projetos. A flexibilização consistiria na possibilidade de uma contratação cruzada, ou seja, docentes ou técnicos seriam contratados de maneira permanente e remunerados por verbas originárias de projetos coordenados por seus pares. Com essa alteração, as fundações passam a ampliar seus quadros de pessoal próprio, remunerado com recursos provenientes dos projetos sob sua administração, como uma empresa.

Outra proposta ainda não contemplada diz respeito à alienação dos produtos e serviços gerados pelas IFES e ICT, como meio de gerar potenciais rendimentos e lucros às fundações. Ou seja, a venda de serviços e produtos oriundos do trabalho desenvolvido nas instituições públicas para gerar ainda mais capital para as fundações.

A relação entre as instituições, assumindo, aqui, o caráter explicitamente mercantil, onde as IFES entram com a força de trabalho e as FA como a instituição que intermediam a venda dos produtos do trabalho e se apropriam dos lucros. Esse tipo de prática já tem sido realizada através das empresas criadas pelas fundações de maior expressão, como a FUNDEP, talvez por esse motivo não seja prioridade que esse ponto seja contemplado na alteração da lei proposta.

Outras alterações defendidas pelo CONFIES, a princípio, não foram contempladas no texto original do PL nº 6.184/2023, mas podem integrar a mudança na legislação a depender da sua tramitação nas esferas competentes. Uma das propostas ainda não contempladas refere-se a não tributação de impostos sobre as bolsas relacionadas aos projetos de ensino, pesquisa, extensão e de estímulo à inovação.

As mudanças na legislação não são realizadas de maneira isolada, pois elas acompanham a tendência de reordenação do Estado Brasileiro, em seus diferentes momentos. A proposta de criação de um “Novo Marco Legal Das Fundações De Apoio” chega para deliberação em forma de projeto de lei durante a gestão do terceiro governo de Lula, que foi responsável pelas edições anteriores, quer sejam, os Decretos nº 5.205/2004 e Decreto nº 7.423/2010.

2.2.1 As Fundações de “Apoio” na UFMG

Ao discutir as fundações de apoio em geral novamente desponta no cenário nacional a principal universidade mineira, a UFMG, justamente pela sua relação com as FA, o pioneirismo dessas entidades que atuam na universidade e a relação estabelecida entre seus dirigentes. A UFMG é uma das IFES com maior número de fundações vinculadas e destaca-se pela atuação das mesmas. Em matéria publicada em 2000, veiculada no jornal Folha de São Paulo, destaca-se que:

A UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) é constantemente lembrada pelos técnicos e dirigentes do MEC como exemplo de instituição cuja gestão mais se aproxima do conceito de autonomia proposto pelo ministério. [...] No ano passado, a UFMG arrecadou, por meio de sua fundação de apoio, R\$ 85,9 milhões. A verba é mais que o triplo do orçamento de custeio e capital (usado só para investimento em infraestrutura e manutenção) do MEC, que foi de R\$ 26,7 milhões em 2000 (Folha de São Paulo, 2001).

Mas, assim como denunciou Teixeira (2002) ao analisar as fundações na USP, a expressiva quantia arrecadada é oriunda dos próprios recursos públicos. A reportagem citada acima afirma que “A maioria das fontes de financiamento é de entidades de pesquisa como a FAPEMIG, a FINEP, a CAPES e o CNPq. Os recursos, na maior parte dos casos, são públicos, mas a universidade precisa ter projetos para captá-los” (Folha de São Paulo, 2001).

Atualmente, existem seis fundações vinculadas à UFMG: i. a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FEPE), criada em 1973, por um grupo de professores da Escola de Veterinária da UFMG; ii. a Fundação Christiano Ottoni (FCO), criada em 1974 por professores da Escola de Engenharia; iii. a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), criada em 1975, a partir da mobilização de grupos de pesquisa dos Departamentos dos Institutos de Ciências Biológicas (ICB) e Ciências Exatas (ICEEx) da Universidade; iv. a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas²⁹ Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD), de 2003; v. a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, credenciada em 2022 para dar apoio às atividades da área cultural; e vi. a Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), de caráter assistencial, que possui relação com a Universidade praticamente desde sua fundação, uma vez que sua origem está ligada à Associação Universitária Mineira de 1929, mas converteu-se em fundação em 1973.

O reconhecimento das parcerias público-privadas na UFMG mantém-se nos dias atuais. Em 2021, uma matéria veiculada no Jornal “O Tempo” (2021) apontou-a como exemplo a ser seguido para minimizar os impactos dos cortes orçamentários nas universidades públicas. A matéria destacava que:

Em um momento em que o orçamento das universidades públicas fica mais achatado pelo governo federal – a UFMG deve receber R\$ 76 milhões a menos do que em 2020 - as parcerias com a iniciativa privada e entes públicos se tornam ainda mais valiosas. Em 2020, a UFMG arrecadou mais de R\$ 27 milhões em recursos próprios, que são provenientes de parcerias, doações e prestações de serviços captados em todas unidades. Em 2021, até o momento, a arrecadação foi de R\$ 11,5 milhões (O Tempo, 2021).

²⁹ Inicialmente foi criado o Instituto de Pesquisas Econômicas e Administrativas, em 1948, por iniciativa de professores da FACE/UFMG, com o apoio de instituições dos segmentos comercial, financeiro e industrial do Estado. O instituto foi convertido em fundação em 2003.

Na ocasião da reportagem acima, o então pró-reitor de Pesquisa da UFMG, Mário Montenegro, apresentou a seguinte explicação sobre o investimento privado na universidade.

As empresas podem fazer doações para o desenvolvimento de pesquisas, mas elas são mais raras. A forma mais comum de investimento acontece quando uma instituição tem algum problema específico e procura a universidade para encontrar a solução. “Nesse caso, a empresa entra em contato com a universidade com uma demanda de pesquisa ou para uma prestação de serviços, como uma consultoria, por exemplo (O Tempo, 2021).

A afirmação do pró-reitor de pesquisa da UFMG só reforça que a iniciativa privada tem compromisso e interesse com suas próprias demandas, ficando a cargo da universidade, instituição pública, a tarefa de amparar e auxiliar quando se faz necessário. A mediação desses projetos, atividades de pesquisa e formação para a iniciativa privada é feita através das fundações de “apoio”.

Todas as fundações de apoio vinculadas à UFMG disponibilizam, em *site* específico, as informações sobre projetos desenvolvidos nos últimos 10 anos. A FUNDEP, por exemplo, além das informações de contratos e servidores envolvidos em projetos que se encontravam em andamento em cada unidade gestora, especifica a quantidade de projetos por origem do recurso financeiro (nacional e internacional), tipo de financiamento (público, privado, internacional e/ou outro), quantidade de projetos por esfera orçamentária (federal, estadual, municipal, privado e/ou outro). A partir da análise dessas informações, constata-se que a maior fonte de captação de recursos para desenvolvimento de projetos continua sendo a esfera pública. Verifica-se, nos dados informados pela fundação, que 77,46% do financiamento é público e 18,84% do financiamento é privado. Destaca-se o financiamento de algumas empresas privadas que financiaram pesquisas de 2014 a 2023 (Quadro 1).

Quadro 1 - Descrição de financiador privado em atividade de pesquisa e valor aprovado

Financiador	Valor Aprovado por projeto (Em R\$)	Valor total
VALE/AS	1.415.386,57	3.837.370,44
	1.001.521,27	
	1.085.025,66	
	335.436,94	
SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA	6.947.600,60	6.947.600,60

AMPLO ENGENHARIA E GESTÃO DE PROJETOS LTDA,	4.914.165,85	4.914.165,85
COMPANHIA BRASILEIRA DE LÍTIO	888.554,86	888.554,86
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA	18.367.799,48	18.367.799,48
CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA NO RIO DE JANEIRO	5.371.833,97	5.371.833,97
NORTE ENERGIA S/A	2.415.008,38	2.415.008,38
HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	4.288.025,00	4.823.656,00
	535.631,00	
EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA	919.560,02	919.560,02
UNIMED BELO HORIZONTE - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	5.000.000,00	5.000.000,00
CENTRO DE INTELIGÊNCIA TERRITORIAL	2.680.756,76	2.680.756,76
	2.969.130,16	20.997.776,06
	8.327.200,42	
	1.445.146,43	
CENTRO DE PESQUISA DA PETROBRAS – CENPES	8.256.299,05	
	453.308,43	
SAMARCO MINERACAO S/A	618.300,00	

Fonte: FUNDEP (2024).

Esta é apenas uma pequena amostra das empresas privadas que financiam atividades de pesquisa através de contratos com a FUNDEP. Dentre essas empresas, destacam-se as mineradoras Vale e Samarco³⁰, responsáveis por grandes crimes ambientais em Minas Gerais³¹.

Frisa-se que nos dados disponibilizados pela FUNDEP relativos à gestão dos recursos destinados à pesquisa de 2014 a 2023, o financiamento público supera o privado, com participação correspondente a 88,48% dos recursos. Desse percentual, 72,73% são provenientes da esfera estadual; 0,33% da esfera municipal; e 15,42% da esfera federal.

Vale ressaltar, nesse ínterim, que quando se afirma sobre os princípios da universidade pública, gratuita, de qualidade social, leva-se em consideração que ela seja mantida com recursos públicos, e que se pautem pelo interesse da maioria da população que a sustenta, ou seja, referencie-se nos interesses da classe trabalhadora. Pressupõe-se, ainda, que sua produção científica, suas atividades de ensino, pesquisa e extensão estejam orientadas para a superação das desigualdades sociais, de forma a contribuir

³⁰ O rompimento da Barragem de Fundão, da Empresa Samarco, em Mariana (MG), e o rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, da Empresa Vale S.A., em Brumadinho (MG). Ver análise crítica em Rocha (2021).

³¹ Ver sobre a temática em: Silva (2023).

para o desenvolvimento do país. Entretanto, tais princípios são formais e a partir do momento em que, na prática, a pesquisa e outras atividades são orientadas por interesses privados, esses princípios não se efetivam e não é possível que se efetivem no capitalismo. Por essa razão é necessário desvelar os discursos falaciosos. Essa discussão não é nova, porém carece de problematização e debate, pois em consonância com a análise de Ruiz (2002), compreende-se que a privatização da universidade não se dará através de um modelo clássico, através da concessão à iniciativa privada, como foi feito com as empresas públicas, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce (no governo FHC), de hidrelétricas e aeroportos (nos governos de Lula e Dilma) e Companhia Brasileira de Trens Urbanos, responsável pelo metrô de Belo Horizonte (processo de leilão realizado no governo Bolsonaro e concluído pelo governo Lula). A privatização das IFES está se dando de maneira interna, através da orientação de suas atividades pelo mercado, e com participação do seu corpo docente, que participa e corrobora o desenvolvimento de projetos de diversas naturezas, com objetivo principal e cada vez mais explícito de atender às demandas das empresas privadas.

Não se trata de um julgamento moral dos servidores que atuam em projetos financiados por entidades privadas, pois supõe-se que há vários fatores envolvidos na decisão, que vão desde a necessidade de complementação da renda, ao interesse por reconhecimento ou mesmo o alinhamento com gestores institucionais e os interesses mercantis. Fato é que a prática tem se naturalizado e deixa de ser questionada, problematizada, debatida no meio acadêmico. Além do problema na orientação das pesquisas desenvolvidas na instituição, tem-se a multiplicação das atividades pagas, entre elas cursos de extensão e de especialização com a chancela da universidade. Levantamento feito na página da instituição informa a oferta de 82 cursos de especialização pagos (UFMG, 2024c). O levantamento dos cursos de extensão pagos é mais complexo, pois cada curso é ofertado no âmbito das unidades de ensino, através do Centro de Extensão.

Ao longo dos anos acumulando perdas salariais, os trabalhadores da IFES utilizam as bolsas obtidas em projetos administrados pelas fundações como meio para complementação de renda, situação que se tornou, ao longo dos anos, frequente e recorrente. Muitas vezes acumula-se o recebimento de mais de uma modalidade de bolsa, conforme regulamento interno da instituição. Entende-se que esta prática se configura como um mecanismo que fragmenta a organização e a luta dos servidores, tanto pela recomposição salarial quanto contra a atuação das fundações nas

instituições. Quando se afirma que a cooptação dos servidores materializa-se principalmente pela questão econômica, leva-se em consideração a remuneração recebida pelos servidores através das fundações. Em levantamento realizado no portal da transparência de duas FA que atuam na UFMG, verificou-se que alguns professores da instituição receberam, no período de janeiro de 2023 a janeiro de 2024, bolsas de pesquisa em que o valor mensal representava o dobro da remuneração recebida por docentes que ingressam no quadro do magistério superior, como pode ser observado nos Quadros 2 e 3 a seguir.

Quadro 2 - Levantamento de bolsas pagas pela FUNDEP a servidores UFMG no período jan/2023 a jan/2024

CPF	FAVORECIDO	VALOR TOTAL RECEBIDO DE JAN/2023 A JAN/2024	MÉDIA DE VALORES RECEBIDOS POR MÊS
***.665.362-**	FABIANO TEODORO DE REZENDE LARA	R\$ 355.295,44	R\$ 27.330,41
***.206.760-**	FLAVIA GOMES FALEIRO FERREIRA	R\$ 261.500,00	R\$ 20.115,00
***.388.212-**	CAMILA COSTA DE AMORIM AMARAL	R\$ 256.165,80	R\$ 19.705,06
***.231.767-**	JANDIRA MACIEL DA SILVA	R\$ 250.560,97	R\$ 19.273,97
***.237.680-**	RICARDO MACHADO RUIZ	R\$ 249.012,13	R\$ 19.154,77
***.274.860-**	CRISTIANE VALERIA DE OLIVEIRA	R\$ 234.947,54	R\$ 18.072,88
***.831.769-**	ANTONIO LUIZ PINHO RIBEIRO	R\$ 224.912,71	R\$ 17.300,97
***.609.388-**	CLAUDIA CARVALHINHO WINDMOLLER	R\$ 215.462,85	R\$ 16.574,06
***.603.769-**	WAGNER MEIRA JUNIOR	R\$ 201.876,13	R\$ 15.528,93

Fonte: FUNDEP (2024).

Quadro 3 - Levantamento de bolsas pagas pela FCO a servidores UFMG no período jan/2023 a jan/2024

CPF	FAVORECIDO	VALOR TOTAL RECEBIDO DE JAN/2023 A JAN/2024	MÉDIA DE VALORES RECEBIDOS POR MÊS
***.654.386-**	MARCELO FRANCO PORTO	R\$ 327.149,31	R\$ 25.165,33
***.112.471-**	NILSON TADEU RAMOS NUNES	R\$ 311.119,02	R\$ 23.932,23
***.019.206-**	JOSÉ GUILHERME COELHO BAETA	R\$ 305.247,04	R\$ 23.480,54
***.604.046-**	FABRICIO JOSE PACHECO PUJATTI	R\$ 240.176,00	R\$ 18.475,08
***.754.166-**	LUCAS VINICIUS RIBEIRO ALVES	R\$ 162.736,68	R\$ 12.518,21
***.108.526-**	DOUGLAS BATISTA MAZZINGHY	R\$ 155.520,08	R\$ 11.963,08
***.713.306-**	NATACHA SILVA ARAÚJO RENA	R\$ 153.000,00	R\$ 11.769,23
***.974.966-**	RENATA MARIA ABRANTES BARACHO PORTO	R\$ 152.264,68	R\$ 11.712,67
***.485.996-**	ANDREIA BICALHO HENRIQUES	R\$ 151.812,91	R\$ 11.677,92
***.865.138-**	FERNANDO COTTING	R\$ 151.245,48	R\$ 11.634,27

Fonte: FCO (2024).

Reafirma-se que a complementação da remuneração recebida pelos servidores via FA não é ilegal, mas do ponto de vista da organização enquanto categoria, configura-se como fator que divide e segmenta a classe, especialmente em contexto de luta por valorização da carreira e recomposição salarial. Ante o problema da mercantilização da Educação Superior, e tendo em perspectiva que objetivo central dessa investigação consiste em compreender como e se havia oposição ou aderência ao processo em curso, levar em consideração esses dados permitem problematizar o objeto de estudo.

Conclusões

Este segundo capítulo da tese buscou analisar como o processo de mercantilização da Educação Superior se manifesta na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), evidenciando que, apesar de ser uma instituição pública e de referência nacional, não somente está isenta das dinâmicas impostas pela lógica de mercado, como nela esse processo se desenvolve com rapidez e profundidade. Inicialmente, discutiu-se o contexto das universidades públicas no Brasil, destacando a crescente pressão por resultados, eficiência e adequação às demandas do setor produtivo, que tem reconfigurado o papel das instituições de ensino superior públicas.

Em seguida, examinou-se o papel das fundações de apoio como instrumentos que intensificam a mercantilização dentro das universidades públicas em geral e na UFMG em particular. Essas entidades, ao estabelecerem parcerias com o setor privado e gerirem recursos públicos para pesquisa e extensão, criaram formas de gestão e financiamento que, embora apresentem a justificativa da agilidade administrativa, subvertem a lógica pública ao priorizarem projetos com potencial de retorno financeiro. Destacou-se, ainda, a proposta de criação de um “Novo Marco Legal da Fundações de Apoio” que pode representar um aprofundamento da relação mercantil entre fundações e universidades públicas.

A análise dos dados obtidos por meio de documentos institucionais e informações do Portal da Transparência revelou a expressiva atuação das fundações na UFMG, evidenciando o crescente volume de recursos geridos por elas, contratos voltados para demandas mercadológicas e pagamento de bolsas a docentes que ultrapassam a remuneração recebida, sobretudo pelos pares.

Outro ponto relevante abordado foi a transformação das atividades de pesquisa e extensão em mercadorias, direcionadas cada vez mais para interesses do setor privado. Esse fato reforça a lógica de subordinação da universidade às exigências do mercado, afastando-a de seu compromisso social e da promoção de conhecimento crítico e emancipador. A análise revelou, também, que a inserção da UFMG nesse processo não é um caso isolado, mas parte de um contexto mais amplo de reestruturação das universidades públicas brasileiras, impulsionado por reformas estatais e pela pressão de políticas de austeridade fiscal.

Conclui-se que é crucial a luta pela preservação do caráter público da UFMG, uma vez que a adoção de práticas gerenciais e a dependência de recursos provenientes

de parcerias público-privadas evidenciam sua inserção no processo de mercantilização da Educação Superior. Esse cenário impõe desafios à autonomia universitária e ao papel social da universidade, questões que serão aprofundadas nos capítulos seguintes, especialmente no que tange à organização dos docentes frente a essas dinâmicas.

CAPÍTULO 3 - ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS PROFESSORES DA UFMG

Este capítulo busca caracterizar e analisar o sindicato dos professores da UFMG em perspectiva histórica e suas atuais ações. Para tanto, procura-se descrever as categorias luta de classes em Marx (1963) e em Marx e Engels (1968), posto que elas são intimamente interligadas e têm centralidade na dinâmica da história. A partir desse referencial, compreende-se que os sindicatos, mesmo com seus limites, constituem importante instrumento na luta de classe, por, potencialmente, materializar as lutas coletivas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho.

Em seguida, apresenta um panorama geral sobre a organização dos trabalhadores e a organização via sindicatos, partindo do aporte também de Marx (2006), Engels (2008) e Lênin (1979). Para tentar compreender melhor como organização dos trabalhadores se conformou no mundo e no Brasil, utiliza-se as contribuições Bernardo (2009) e de Mattos (2004) para, a partir de uma perspectiva crítica da história e da luta dos trabalhadores, proceder à exposição sobre a conformação dos sindicatos, aportando, também, em Antunes (2023). A partir da mirada histórica sobre os sindicatos, entende-se que estas organizações possuem limites intrínsecos, ligados, principalmente, à sua origem e pelos avanços do capitalismo sobre as instituições em geral. Entretanto e dialeticamente, ainda figuram como instituições importantes para organização da classe trabalhadora.

Posteriormente, expõe-se o debate sobre a organização sindical dos docentes em geral e dos docentes no ensino superior em particular, tendo, como referência, os estudos de Rêses (2008); Dal Rosso (2009); Bauer e Paiva (2017). Partir da organização geral dos docentes da Educação básica permite afirmar, em que pese as contradições sobre o caráter produtivo ou não do trabalho dos professores, que a necessidade de organização dessa categoria foi fator fundamental para o surgimento das instituições sindicais.

Este capítulo finaliza com a exposição sobre a organização sindical dos professores universitários no Brasil via Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN) e na UFMG, em particular, através do sindicato da categoria, o APUBH.

3.1 Luta de classes

Karl Marx anuncia, nas primeiras páginas do Manifesto Comunista, que “A história da sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes” (Marx; Engels, 1998), evidenciando que o desenvolvimento da humanidade foi marcado pelo antagonismo de classe, luta entre as classes exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas, havendo, necessariamente, resistência das classes oprimidas aos processos a que eram/são subjugadas. A teoria social de Marx, formulada no final do século XIX, auxilia a analisar como a luta dos trabalhadores expropriados e explorados permeou a história das sociedades cindidas em classes experimentadas pela humanidade até os dias atuais.

Engels afirma o brilhantismo de Marx, ao ser o primeiro a descrever a categoria luta de classes, a partir da análise histórica. E completa: “[...] a existência, e, portanto, também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo seu precedente.” (Engels, 1968, p.12). Ou seja, a luta de classe se manifestou de diferentes formas ao longo da história. No modo de produção capitalista, a luta surge essencialmente da exploração econômica, na qual os capitalistas buscam maximizar seus lucros ao pagar salários baixos e extrair o valor excedente gerado pelo trabalho dos trabalhadores. Os trabalhadores, por sua vez, resistem à exploração, buscando melhores condições de trabalho, salários justos e, em última instância, a superação do modo de produção capitalista.

O próprio Marx (1963), porém, afirmou que a novidade em sua teoria social consistia em:

Demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que essa ditadura nada mais é que a transição para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes (Marx, 1963, p.253-254).

Ou seja, Marx não criou o conceito luta de classes. Ele, a partir da análise da realidade e estudo da história, conseguiu descrever, de maneira ímpar, como esta categoria assume centralidade no desenvolvimento do processo de exploração capitalista.

Apesar da luta de classes ser observada historicamente, a perspectiva apontada é da superação da divisão da sociedade em classes, processo que passa necessariamente pela tomada de poder do proletariado como parte do processo que conduzirá à

emancipação humana. Desse modo, a luta de classes é entendida como um componente essencial da dinâmica histórica e da mudança social. Como bem aponta Lênin (1979), Marx não se dedicou apenas a compreender os problemas da perspectiva teórica, logo, as questões de tática da luta de classe do proletariado eram postas no mesmo movimento analítico.

Nesse contexto, faz-se necessário retomar o debate sobre a luta de classes, compreendendo que se trata de um processo contínuo e inerente à sociedade capitalista, uma vez que essa sociedade se alicerça justamente na contradição entre duas classes: a classe trabalhadora (que vende sua força de trabalho para sobreviver) e da classe capitalista (composta pelos que possuem os meios de produção e controlam os recursos econômicos). Reafirmando o que Marx (2004) elucidou, a essência do modo de produção capitalista está alicerçada na separação radical entre o produtor e os meios de produção, separação que se torna cada vez mais acentuada e numa escala progressiva. Apesar de alguns teóricos pós-modernos defenderem a centralidade nas lutas identitárias, argumentando que a luta de classes é um conceito simplista ou limitado para entender a diversidade das experiências e identidades sociais, compreende-se que a contradição principal e não superada na nossa sociedade capitalista, portanto a que sustenta o sistema, é da luta de classe, expressando esta como a contradição principal.

Compreende-se, a partir das formulações de Marx e Lênin, que no atual estágio do capitalismo, e em seu grau mais desenvolvido o imperialismo, a luta de classes também se desenvolveu e tomou formas mais difusas, nunca deixando de existir, pois é inerente ao sistema capitalista.

Logo, a contradição que define a mais-valia é o que sustenta a definição de classes sociais e seu antagonismo intrínseco. A mais-valia, conforme Marx (2013), refere-se à diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o valor pago a ele na forma de salário. Em outras palavras, é o excedente de valor apropriado pelo capitalista no processo de produção. Esse conceito é central para a teoria marxista da exploração, pois evidencia como o lucro do capitalista decorre da apropriação do trabalho não remunerado do proletariado. Em sua obra, Marx (2013) distingue ainda a mais-valia em dois tipos: a mais-valia absoluta, que é obtida pela extensão da jornada de trabalho, e a mais-valia relativa que é obtida pelo aumento da produtividade e intensificação do trabalho sem elevação proporcional dos salários.

As formas de extração da mais-valia se modificaram, modernizaram na contemporaneidade. Atualmente, pode-se citar os processos de uberização e

plataformização do trabalho, por exemplo. Porém, ao contrário do apregoado por alguns teóricos, como Milton Friedman e Thomas Sowell, defensores da manutenção do capitalismo, a luta de classe persiste. Ela é falseada pelo mito de que a classe trabalhadora pode se aproximar da classe dominante, sem se apropriar dos meios de produção; que no capitalismo há espaço para todos que estejam dispostos a vender e “reinventar” sua força de trabalho. A atual consigna do empreendedorismo, em tempos de crise, por exemplo, responsabiliza indivíduo pela sua condição social, e incute a falsa ideia de que é possível mudar a sociedade sem transformar as bases materiais que a sustentam.

Apesar de a classe dominante lançar mão de várias estratégias para sua manutenção, a classe trabalhadora também recorre a formas distintas de luta. Bernardo (2009, p.71) afirma, categoricamente, “que não há organização capitalista do processo de trabalho que não tome em conta estas formas de luta e de revolta e que não se destine a eliminá-las ou a assimilá-las”. Antes mesmo da conformação de uma classe trabalhadora clássica no Brasil, tem-se registro de organização e luta contra o processo de trabalho a que estavam submetidos os escravizados.

Mattos (2004) descreve episódios de greves e levantes de trabalhadores escravizados em estabelecimentos fabris no Rio de Janeiro no século XIX, bem como a existência de associações como locais de organização e luta coletiva dos sujeitos explorados naquele período. Na análise procedida pelo historiador, ele considera tais manifestações formas embrionárias do processo de formação da classe trabalhadora no país.

Há registros históricos que demonstram essas formas distintas de revolta e luta dos trabalhadores, como a greve dos 100 mil trabalhadores da cidade de São Paulo, em 1917 (historicamente a primeira grande mobilização dos operários); a greve dos metalúrgicos em Contagem (MG) e Osasco (SP), em 1968, e a Revolta dos Pedreiros, em 1979, como ficou conhecida a mobilização dos operários da construção civil em plena ditadura militar, entre tantas outras. Com estratégias distintas, tais mobilizações guardavam em comum a luta por melhores condições de trabalho, contra o arrocho salarial, e nas mobilizações ocorridas no período da ditadura, a pauta também era o rechaço ao regime militar.

Ao descrever as formas de luta, Bernardo (2009) elucida que estas podem ser variadas e complexas, e as classifica pelas formas de organização, que podem ser individuais ou coletivas. Estas ainda apresentam o caráter ativo ou passivo.

Ainda segundo Bernardo (2009), as formas de luta individuais/passivas incluem a preguiça, o absentéismo, o alcoolismo, o uso de entorpecentes e, em suma, todos os modos práticos de reduzir o tempo de trabalho despendido sem, para isso, entrar em conflito aberto com o patronato e sem que tal atitude resulte de uma deliberação conjunta dos trabalhadores - daí o seu caráter individual. Já as formas de luta individuais/ativas podem incluir as sabotagens (individuais) da produção, o roubo de meios de produção ou de matérias-primas, por exemplo; podem, ainda, manifestar-se através das agressões individuais a fiscais ou superiores responsáveis pelo controle dos processos de produção. Porém, o autor destaca que as formas individuais de organização expressam, por seu conteúdo restrito e localizado, a fragmentação em que se encontram os trabalhadores, reforçando, por isso, as próprias bases disciplinares do capitalismo, e complementa que “todas as formas de organização individual dos conflitos condenam-se de antemão a não ultrapassar o âmbito do capitalismo e a não contestar o seu principal fundamento” (Bernardo, 2009, p.355), demonstrando o limite intrínseco do formato individual.

Já nas formas coletivas de luta, “os trabalhadores reúnem-se num organismo único, de modo que a luta não tem como ponto de referência cada um dos participantes, mas sim a globalidade dos que nela estão empenhados” (Bernardo, 2009, p.337). Porém mesmo nas formas coletivas, o autor classifica como lutas ativas ou passivas. Segundo ele, as formas de luta coletivas/passivas materializam-se, principalmente, através da organização dos trabalhadores nos sindicatos das respectivas categorias, “de modo que a luta não tem como ponto de referência cada um dos participantes, mas sim a globalidade dos que nela estão empenhados” (p.337). Entretanto o caráter passivo é atribuído à luta coletiva “sempre que a sua condução se deve à burocracia sindical ou a quaisquer outros dirigentes que mantêm com a massa trabalhadora um tipo de relação em que cabe a eles a iniciativa da luta, onde as massas se limitam a aclamar os dirigentes” (Bernardo, 2009, p.337). Nessa forma de organização, quando é organizada a luta, aos dirigentes sindicais interessa manter o trabalhador afastado das ações diretas. Pode-se dizer, em relação a essa modalidade de luta, que elas ocorrem exclusivamente no nível dos aparelhos burocráticos. Por exemplo, em caso de greve, os piquetes estão a cargo da burocracia sindical central ou da empresa, contentando-se os grevistas em se ausentar do trabalho e em se recolher aos respectivos domicílios. O autor conclui que “se as formas individuais de organização dos conflitos não rompem com o quadro de autoridade do capitalismo, as formas coletivas e passivas reproduzem-se no seu interior” (Bernardo, 2009, p.338).

Nesse sentido, as formas de organização coletiva, que estão atreladas à burocracia sindical, não podem fazer oposição efetiva ao capital.

As formas organizadas de lutas coletivas/ativas, por sua vez, caracterizam-se de maneira oposta às anteriores. Cada participante tende a empenhar-se ativamente enquanto coletivo. A principal característica desta forma é que todos os participantes se engajam ativamente nas lutas, não sendo estas conduzidas (pelo menos não exclusivamente) por aparelhos burocráticos. São estabelecidos, entre os trabalhadores, vínculos de solidariedade, e procura-se romper com a hierarquia capitalista. Segundo Bernardo (2009, p.340), “as formas coletivas e ativas de luta são antagônicas a disciplina capitalista [...] é impossível que não rompam com o conjunto das normas vigentes na empresa e não instituam outras regras, decorrentes do modelo coletivo e ativo”. Por essa razão, afirma Bernardo (2009) que as formas de luta coletivas/ativas são as violentamente mais combatidas pelo capital. Coloca-se, então, como elemento fundamental para a superação desse modo de produção, que a organização dos trabalhadores se dê de forma coletiva e ativa, pois

Apenas num confronto coletivo e ativo com o capital os trabalhadores ultrapassam o fracionamento, e a atividade de cada um fundamenta uma nova unificação da classe no interior do coletivo, em vez da dispersão pela passividade. É impossível, portanto, que uma luta rompa efetivamente com a disciplina capitalista sem ao mesmo tempo, no mesmo gesto, constituir um novo modo de relações sociais (Bernardo, 2009, p.341).

Compreende-se, portanto que as formas de lutas coletivas/ativas são as que expressam maior consequência frente ao capitalismo e podem vislumbrar outras formas de organização que consigam propor alternativas ao processo de mercantilização da educação em curso. Logo, a escolha pela investigação de formas de organização coletivas ativas constituiu a prioridade nesta pesquisa. Nesse sentido, a luta docente tem como base as formulações de uma luta mais ampla, que vai além do mero economicismo, da melhoria por salários ou de melhorias pontuais para uma parcela dos trabalhadores.

Tem-se o entendimento de que a organização dos trabalhadores de forma coletiva/ativa pode ser observada na formação e atuação dos sindicatos de maneira histórica, não apenas neles, mas enquanto organização de classe trabalhadora os sindicatos têm destacado potencial.

3.2 Os sindicatos enquanto organizações históricas dos trabalhadores: potencialidades e limites

O surgimento dos sindicatos materializa a necessidade da organização dos trabalhadores ante a exploração dos capitalistas. Na perspectiva histórica, a gênese do sindicalismo tem, como marco temporal, o desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa e toda reordenação dos processos de trabalho que implicaram em ampliação da exploração da força de trabalho. Pode-se afirmar que o sindicalismo surge a partir do desenvolvimento das contradições do próprio meio de exploração capitalista, como resultado de um desdobramento das relações de produção, e constituiu-se como um instrumento para a organização da classe trabalhadora.

As teorizações de Marx e Engels, sobre a organização da classe trabalhadora constituem a base da perspectiva crítica adotada nessa pesquisa. Marx (2006), ao discutir sobre as coligações de trabalhadores na Inglaterra, relata que a autorização para que os trabalhadores se organizassem foi dada pelo próprio parlamento, à época, forçado pelo sistema econômico. Marx (2006, p.149) afirma que:

Quanto mais a indústria moderna e a concorrência se desenvolvem, mais elementos existem que provocam e favorecem as coligações, e logo as coligações se tonam um fato econômico, adquirindo dia a dia maior consistência, não podem tardar em tornar-se um fato legal.

Destaca-se, porém, que a expansão atingida pelas coligações revelava, naquele período, o grau de desenvolvimento das indústrias e, conseqüentemente, das transformações ocorridas na organização do trabalho. Ao analisar o desenvolvimento e crescimento dessas coligações permanentes (*trade-unions*), entendidas como embrionárias dos sindicatos na Inglaterra na primeira metade do século XIX, Marx e Engels reconheceram a importância dessa organização dos trabalhadores ingleses como sendo uma ação necessária para o desenvolvimento do proletariado inglês e de todo o restante do mundo. Especificamente para Marx (2006, p.150), “[...] a formação dessas greves, coligações, *trade-unions* caminhou a par com as lutas políticas dos operários que agora formam um grande partido político [...]”. Importante destacar que sendo o sindicato imbricado ao próprio sistema, constituiu-se como um polo de luta, tendo como tarefas, nesse sentido: organizar a luta econômica; educar, do ponto de vista da consciência, a classe trabalhadora; e amparar os trabalhadores diante da ganância do capital.

Porém, o crescimento dessas organizações e a legalidade a elas conferida não impediram que economistas e socialistas utópicos condenassem esse tipo de coligação dos proletários, sob argumentos diversos. Isto significa que, desde sua gênese, a organização dos trabalhadores é combatida por setores da sociedade que a condenem ou desaconselhem, visto que pode levar à ruptura da ordem vigente. Entretanto, Marx apontava os limites dos sindicatos nesse sentido. Em documento contendo instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório (1866), para constituição da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), Marx escreveu “[...] o objetivo imediato dos sindicatos limitou-se às exigências do momento, enquanto meio de defesa contra os permanentes assaltos perpetrados pelo capital, em uma palavra: limitou-se às questões relacionadas com salário e jornada de trabalho” (Marx, 2022, s.p.). Ao apontar os limites dos sindicatos, Marx sinalizava a necessidade de avançar na luta a partir das ações via sindicatos. Daí a necessidade das lutas, a princípio de caráter econômico, se atrelarem às lutas de caráter político, de forma que as primeiras desenvolvam todos os elementos para a segunda. Novamente, cabe lembrar que o capital é compreendido como uma relação social (Marx, 2013, p.836). Dessa forma, torna-se imperiosa a tarefa de transcender as lutas apenas na esfera econômica.

Nesse sentido, Engels (2008) afirmava que os sindicatos são instrumentos importantes para o enfrentamento da classe trabalhadora contra o próprio capital. Dessa maneira, e entendendo que a luta no campo econômico faz parte de uma luta mais ampla, Lênin (1979) faz apontamentos precisos, ao lembrar que Marx propõe a emancipação dessa classe explorada e oprimida, tarefa essa que transcende os limites da organização sindical. Ao abordar sobre um dos instrumentos de luta, as greves, Lênin afirma que “[...] durante cada greve cresce e desenvolve-se, nos operários, a consciência de que o governo é seu inimigo e de que a classe operária deve preparar-se para lutar contra ele pelos direitos do povo” (Lênin, 1979, p.??). E destaca, ainda, que “as greves são um dos meios de luta da classe operária por sua emancipação, mas não o único”. Percebe-se, assim, que, ao abordar a esfera econômica, considera a importância e sua relevância, mas sem deter-se apenas a ela.

A luta sindical, portanto, na perspectiva marxista, pode ser considerada como um dos instrumentos que contribuem para a tomada de consciência, ou para a *práxis*, compreendida como atividade/ação que transforma as circunstâncias da classe proletária. Entretanto, entende-se, também, que os sindicatos têm servido, ao longo de sua história, para o exercício de acirrado controle sobre os trabalhadores, com vistas ao

arrefecimento das suas lutas e o atendimento aos requerimentos patronais em sua ânsia de superexploração, em claro detrimento dos interesses de seus representados e da classe trabalhadora em geral. Esse movimento de desvirtuação do propósito original dos sindicatos foi designado por Ernest Mandel como “burocratização sindical”. Mandel e Perry (2005) argumentam que a burocracia sindical se origina com o próprio processo de divisão social do trabalho na sociedade capitalista, onde há um processo de especialização do trabalho:

[...] a especialização provoca num plano mais profundo certos fenômenos de fetichização e de reificação: numa sociedade baseada na divisão do trabalho, numa diferenciação excessiva de tarefas, onde os trabalhadores fazem os mesmos gestos durante toda a sua vida, encontramos no seu comportamento o reflexo ideológico dessa situação - eles têm tendência para considerar a sua atividade como um fim em si. Do mesmo modo, as estruturas das organizações, concebidas como objetivos em si, em particular por aqueles que se identificam mais diretamente e mais nitidamente com essas organizações, ou seja, por aqueles que aí vivem permanentemente: os indivíduos que compõem o aparelho, os funcionários permanentes, os burocratas em embrião (Mandel; Perry, 2005, s.p).

Mandel e Perry (2005) argumentam, ainda, que a burocratização ocorre quando dirigentes sindicais se distanciam das bases, especialmente quando os sindicatos passam a negociar dentro das regras do sistema capitalista. Em muitos casos, os sindicatos burocratizados tendem a se concentrar mais em manter suas próprias estruturas, privilégios, numa espécie de reprodução capitalista, em lugar de alavancar a luta por direitos e condições de trabalho dos trabalhadores e a superação desse modo de produção. Dessa maneira, a burocracia sindical pode levar à alienação dos membros e à perda de eficácia na representação dos interesses dos trabalhadores. Além disso, a burocratização leva a uma perda de democracia interna, onde as lideranças se perpetuam no poder e as decisões são tomadas de forma centralizada, com pouca participação da base.

É válido mencionar que o Estado e o próprio sistema capitalista incentivam a burocratização dos sindicatos como uma estratégia para minar a organização dos trabalhadores. Isso porque, ao assumirem uma postura burocratizada, os sindicatos tendem a priorizar acordos e concessões em vez de uma postura de enfrentamento com os representantes do Estado.

Uma consequência do processo de burocratização sindical, conforme Bernardo e Pereira (2008), é o desenvolvimento do capitalismo sindical. Os autores esclarecem que essa realidade se torna evidente a partir do investimento, por parte dos sindicatos, em

fundos de capitalização, com fins de obtenção de lucros. Desse modo, direcionam os recursos das contribuições dos sindicalizados para esse fim em lugar de utilizá-los em ações de organização e luta. A administração desses investimentos é realizada por decisões de um pequeno grupo de sindicalistas burocratas, afastadas dos trabalhadores. Tais burocratas sindicais se convertem, portanto, em capitalistas sindicais que atuam para a diminuição da combatividade sindical e aumento dos investimentos econômicos. “Quanto mais rico for um sindicato, menos combativo ele será” (Bernardo; Pereira, 2008, p.11).

Portanto, para cumprir com os objetivos de defesa dos interesses da classe trabalhadora e servir como instrumento dessa classe, a luta sindical deve estar comprometida de maneira orgânica com a emancipação da classe trabalhadora. Compreender, sob esse campo conceitual, a necessidade de existência dos sindicatos, bem como suas limitações, contribui para validar a atualidade da teoria marxista e, a partir dela, analisar essas organizações na contemporaneidade.

Em suma, não é possível falar de sindicatos sem considerar a luta de classes e o desdobramento político pela emancipação humana. O fato de o capitalismo ter se desenvolvido e consolidado de maneira distinta em cada país, não anula o fato de a luta de classe ter se manifestado, claro, com suas particularidades, e a organização dos trabalhadores se materializar de diferentes formas, como foi no caso do Brasil, como será abordado no próximo item.

3.2.1 A organização dos trabalhadores no Brasil

O Brasil, assim como outros países da América Latina, sofreu um processo de colonização que deixou marcas profundas, e ainda hoje reverberam na sociedade. No campo do trabalho, perdurou, durante o processo de colonização, a utilização de mão-de-obra escravizada, principalmente de negros trazidos forçadamente do continente africano, e de indígenas que ocupavam o território nacional.

Mattos (2004) descreve e analisa o surgimento de organizações de trabalhadores escravizados e/ou ex-escravizados ainda no período colonial. Para o historiador, as irmandades constituem as raízes do associativismo no país. Ele define as irmandades como sociedades católicas que reuniam devotos de um santo padroeiro e que possuíam, além do objetivo de culto a este padroeiro, funções de apoio aos membros “irmãos”. Apesar de, na origem, as irmandades negras não vislumbrarem a luta pela liberdade, em

alguns momentos acabaram adquirindo o papel de espaço de aglutinação de abolicionistas (Mattos, 2007, p. 5). Segundo ele, era possível observar “conotações de organização, chegando mesmo em alguns casos ao papel de aglutinação de lutas coletivas” (Mattos, 2004, p. 240), entretanto, constata que tais organizações ainda se restringiam a demandas de seguridade social.

A partir da Proclamação da República, se desenvolvem outras formas de organização desses trabalhadores, como as associações e sociedades de cunho profissional. Segundo Mattos (2004, p.238),

[...] tal espírito associativo poderia ser definido, em termos mais amplos, como não apenas um mecanismo compensatório para suprir carências e permitir a ascensão e o reconhecimento social de seus membros, mas também como embrião de um modelo menos desigual de organização social, em que a cooperação entre as classes predominasse sobre a exploração.

Emergia, portanto, entre os trabalhadores, a necessidade de organização para barrar, inclusive, os interesses patronais, como foi o caso descrito por Mattos (2004) da Associação dos Empregados do Comércio, cuja origem remetia à luta dos caixeiros contra a abertura das casas comerciais aos domingos. Destaca-se que:

Nos anos seguintes, surgiriam e se desenvolveriam outras formas de associativismo entre trabalhadores que, com denominações diferentes (ligas, uniões, resistências, coletivos e etc.), possuíam um sentido mais próximo da representação dos interesses de classe típica dos sindicatos (Mattos, 2004, p.239).

Nessa perspectiva, rompe-se com a ideia de que o sindicalismo no Brasil nasce a partir da imigração europeia, pois sua gênese está atrelada à organização de trabalhadores (escravizados, ex-escravizados e assalariados) que apesar de não se reconhecerem enquanto classe, já possuíam formas de organização que permitiam essa caracterização. Alguns registros históricos de mobilização de trabalhadores corroboram essa afirmativa. A partir de Mattos (2004, 2007, 2023), sintetiza-se no Quadro 4 algumas dessas mobilizações:

Quadro 4 - Registro de mobilizações e greves realizadas no século XIX

Ano	Local de trabalho	Reivindicação
1820	Fábrica de pólvora em	Melhorias nas condições de trabalho, incluindo diárias e dieta

	Ipanema (RJ)	alimentar dos trabalhadores escravizados cativos e livres.
1854	Fábrica de Velas e Sabão, Rio de Janeiro (RJ)	Um grupo de escravizados paralisou as atividades para que se efetuasse a sua imediata venda a outro senhor.
1857	As ruas de Salvador (BA) Greve dos ganhadores	Opor-se ao ato da Província que buscava obrigar “os africanos escravizados e libertos a se registrarem na Câmara Municipal, a pagarem um imposto profissional e a se submeterem a uma série de medidas de controle policial, incluindo a utilização de placa no pescoço”. (Paralisação de 10 dias foi parcialmente exitosa – mantido o uso da chapa no pescoço)
1858	Greve dos tipógrafos, Rio de Janeiro (RJ)	Aumento salarial devido à carestia dos gêneros de primeira utilidade na época e a alta dos aluguéis na Corte. Essa greve foi protagonizada por trabalhadores do Jornal do Comércio, do Correio Mercantil e do Diário do Rio de Janeiro.
1876	Greve dos padeiros Inicialmente em Santos, mas também ocorreu em São Paulo (1877) e no Rio de Janeiro (1880)	Consistia na organização de todos os escravizados que trabalhavam nas 5 padarias de Santos (com o apoio dos livres que com eles compartilhavam o ofício) para paralisarem o trabalho e fugirem, em ato contínuo. Durante o planejamento da ação, eram forjadas cartas de alforria que permitiriam que os fugitivos encontrassem trabalho no campo, como livres.

Fonte: Mattos (2004, 2007, 2023).

Logo, a existência das formas de organização e lutas protagonizadas pelos trabalhadores, sejam eles escravizados, ex-escravizados e assalariados, constituem-se importante registro e constatação da validade histórica da afirmação de que onde há exploração e opressão, há oposição e luta. Reconhecendo as formas embrionárias de organização dos trabalhadores no Brasil, compreende-se, também, que a organização do modo de produção capitalista engendrou a organização dos trabalhadores em sindicatos, como organismos de defesa dos interesses da classe.

Conforme argumenta Pinto (2020), a primeira legislação sindical foi instituída pelo Decreto nº 979/1903, sancionado pelo presidente Rodrigues Alves. Esta lei facultava “aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para a defesa de seus interesses”. No início do século XX, o trabalho no Brasil era predominantemente rural e a economia voltada para a exportação de produtos primários, como café, borracha e açúcar. A mão de obra era, em grande parte, composta por trabalhadores livres, ex-escravizados e imigrantes, muitos dos quais viviam em condições de pobreza e trabalhavam em regime de semifeudalismo. A lei de 1903

atingiu, principalmente, os colonos do café, que iniciavam movimentos de luta e contestatórios às condições de trabalho vigentes.

Foi em 1907, através do Decreto nº 1.637/1907, que foi permitida a criação de sindicatos e cooperativas no país, de forma livre, sem a necessidade de autorização do Governo. As condições de trabalho extremamente precárias e a presença de imigrantes contribuiu para a organização dos trabalhadores, somando a experiência adquirida em seus países de origem. Outro marco histórico na organização dos trabalhadores foi a criação, em 1908, da Confederação Operária Brasileira (COB), que reunia, aproximadamente, 50 associações de classe das principais cidades brasileiras com maior número de operários fabris: Rio, São Paulo, Salvador, Recife. Dentre as atividades da COB, as principais eram: realização de campanhas contra as arbitrariedades policiais e organização de fundos e mobilizações de solidariedade às lutas em outros países, a operários em greve e a operários estrangeiros expulsos.

A preocupação com a influência dos imigrantes europeus era tamanha que a legislação que permitiu a criação de sindicatos limitou a participação de estrangeiros. Com o processo de industrialização, tem-se uma mudança na configuração dos processos de trabalho e o movimento sindical passa a ser influenciado por correntes de vertente socialista. Fator decisivo para a influência dessa nova corrente no movimento operário foi o triunfo da Revolução Russa, em 1917, que reverberou na organização do movimento operário em nível mundial. Pinto (2020, p.22), citando Everardo Dias (1962) sobre essa influência, escreve que:

[...] logo após a desarticulação da greve revolucionária em preparo (1919), organizara-se de forma rápida e eficaz e tomara a ofensiva contra os trabalhadores. Uma palavra de ordem geral viera de fora, partida de Londres e Paris, e se espalhou por toda a América do Sul: - “O bolchevismo – eis o perigo”.

A partir de 1930, se abre uma nova fase do sindicalismo brasileiro. Pinto (2020) afirma que em 1930 encerra-se o período combativo do movimento sindical, para dar início à época do controle ou submissão. Em sua análise, Antunes (2023) elucida que a partir de Vargas, até o golpe de 1964, um projeto burguês se consolidava no Brasil. Portanto, era preciso, inicialmente, dar condições para a consolidação de uma política industrial burguesa, e para que fosse possível dar um “salto industrializante”, era necessário estabelecer uma relação de domínio com a classe operária. Nessa perspectiva, durante o governo de Getúlio Vargas, foram implementadas políticas

trabalhistas que tiveram um grande impacto no sindicalismo brasileiro, todas direcionadas ao controle e ao domínio da classe operária.

Das medidas implementadas pelo governo Vargas, as principais foram: a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, e o Decreto nº 19.770/1931, que estabelecia o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, inclusive proibindo a utilização destes recursos em períodos de greve; a participação do Ministério nas assembleias sindicais; proibição de atividades políticas e ideológicas por parte dos sindicatos; veto à filiação de trabalhadores a organizações sindicais internacionais; proibição da sindicalização dos funcionários públicos; definição do sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado; participação limitada dos operários estrangeiros nos sindicatos e garantia de sindicato único por categoria, a chamada unicidade sindical. Tais medidas deram o aparato jurídico para o controle e intervenção do Estado, e demarcaram, inclusive, as posições que os sindicatos adotariam à época e adotam ainda hoje. Segundo Antunes (2023), o Decreto nº 19.770/1931 foi uma expressão da regulamentação do capital e do trabalho no Brasil.

Ainda nesse âmbito, foi instituída, por meio do Decreto-Lei nº 5.452/1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que, para Antunes (2023), compôs uma estratégia de Vargas para ter a classe operária sob a sua dominação, para, então, gerir de maneira mais harmônica os interesses da burguesia. Em sua avaliação, a CLT apresenta uma dupla dimensão: ela estampa os direitos que eram anseios da classe trabalhadora, mas no que se refere à organização sindical, ela é completamente estatal e inibe a organização do sindicalismo autônomo no Brasil. Apesar dessas medidas, ocorrem vários movimentos protagonizados pelos trabalhadores, organizados via sindicatos nas décadas de 1940 e 1950. Exemplar foi a greve de 1945, no Rio de Janeiro, uma das maiores greves ocorridas no Brasil no período do Estado Novo, marcada por uma série de manifestações e paralisações que envolveram diversos setores da economia da cidade. Em 1953, houve a greve dos ferroviários, envolvendo cerca de 500 mil trabalhadores ferroviários em todo o país. Os trabalhadores exigiam melhores salários e condições de trabalho, além de protestarem contra a repressão política do governo de Getúlio Vargas. Outro exemplo a ser citado é a greve dos trabalhadores do setor têxtil, em 1957, que mobilizou cerca de 70 mil trabalhadores do setor têxtil na cidade de São Paulo.

Com o golpe militar em 1964, os sindicatos viveram momentos de mais intensa perseguição e foram duramente reprimidos. Muitos líderes sindicais foram perseguidos,

presos e mortos. Conforme relata Pinto (2020, p.31), “Para ocupar os lugares deixados por dirigentes cassados, o Ministério do Trabalho designou sindicalistas de oposição, da confiança do governo”. O aparato repressivo do Estado atuava em favor do empresariado, parte da classe dominante, para reprimir violentamente as greves e manifestações de campanhas salariais. No entanto, isso não impediu a luta sindical e o movimento operário teve papel importante no processo de derrocada da ditadura no Brasil.

Já no final da década de 1970 e durante a década seguinte, com a luta pelo fim da ditadura militar e o processo de “redemocratização” do país, os sindicatos passaram novamente por mudanças. Inaugurava-se a era conhecida como do novo sindicalismo. Esse termo pretendia expressar a mudanças na atuação que os sindicatos tiveram, protagonizando lutas sociais nos últimos anos da ditadura. Segundo Bauer, Diniz e Paulista (2013, p.37), “o novo sindicalismo assume o papel de protagonista das lutas pela democracia no país, ultrapassando as reivindicações de caráter trabalhista.” E foi com o novo sindicalismo, que nasceu o PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A década de 1980 foi marcada pela criação das centrais sindicais como estratégia de unificação dos sindicatos de diferentes categorias. As centrais sindicais constituem-se pessoas jurídicas de direito privado compostas por organizações sindicais dos trabalhadores. Além da CUT, ligada ao PT, fundada em 1983, em 1986 teve origem a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). A disputa de concepções e ideologias permeou todo esse movimento e após a chegada do PT (2003) e o não rompimento com as medidas neoliberais em curso, agudizaram o movimento de crítica e, conseqüentemente, o surgimento de novas correntes no movimento sindical.

Um importante elemento que marcou a discussão sindical e que representou uma cisão ainda maior no âmbito da organização dos trabalhadores com a cooptação dos dirigentes das centrais sindicais foi a reforma sindical instituída pela lei nº 11.648/2008. As discussões e articulações acerca dessa reforma foram iniciadas ainda no primeiro mandato do governo Lula (2003 a 2007), através do Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Neste espaço, o governo justificava a reforma, dizendo ser necessário, primeiro, fortalecer os sindicatos para, depois, negociar a reforma trabalhista (Galvão, 2007). Entretanto, como aponta Almeida (2007, p.64), o FNT teria “[...] como objetivo a conciliação de interesses classistas e a promoção da colaboração de classes através da mediação e coordenação do Estado”. O projeto de reforma sindical, apresentado pelo

então governo e fruto dos debates desse fórum foi alvo de críticas como as realizadas por Druck (2006), Galvão (2007), Almeida (2007) e Santos (2008), por não superar a estrutura sindical corporativa e representar entraves à liberdade e à autonomia sindical. Conforme explicita Santos (2008, p.115) “O conceito de reforma sindical desejada pelo governo Lula trazia em si a ideia de controle, travestido como “consenso”. Os principais aliados foram a CUT e a Força Sindical”.

Dados de 2016 apontavam que no Brasil havia nove centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), a Central Sindical e Popular (CSP-CONLUTAS) e a Intersindical. Entretanto, há que se analisar de maneira crítica o crescimento e multiplicação dessas entidades que, em tese, devem ser polo aglutinador de sindicatos e organizações populares e de trabalhadores, mas na prática, a multiplicação de Centrais corroboram o fracionamento e controle da classe trabalhadora, assim como a formação e perpetuação de uma casta de burocratas que usufrui e ascende à custa das contribuições financeiras dos trabalhadores e compensações do patronato por serviços prestados.

3.3 Sindicalismo docente

Partindo-se da premissa de que o docente, seja da esfera pública ou privada, ainda que possa possuir remuneração e outros direitos acima da média salarial da massa de trabalhadores brasileiros, é um proletário, entende-se que, enquanto tal, compõe a classe trabalhadora e é alvo de alienação. Ele não detém os meios de produção e, por isso, necessita vender a sua força de trabalho para a subsistência. Logo, nesse modo de produção, sua atividade é submetida às regras de acumulação e reprodução do capital. Considera-se que a hierarquia do trabalho docente, expressa na base e no topo dos sistemas escolares, revela o grau de maior ou menor proletarização dos professores. Dito isso, é factível que, assim como nas demais categorias profissionais, os professores passam por processos de exploração, alienação, fragmentação, precarização das condições de trabalho, perdas salariais etc. Partir dessa premissa é fator importante para a compreensão da necessidade histórica de organização dessa categoria profissional enquanto classe trabalhadora.

A organização sindical dos trabalhadores docentes foi alvo de alguns estudos, como os de Rêses (2008); Dal Rosso (2009); Dal Rosso, Cruz e Rêses (2011); Bauer, Paiva (2017), entre outros. Rêses (2008) menciona que sindicato docente existe no Brasil desde o início da década de 1930, com o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino do Rio de Janeiro, configurando como a primeira organização sindical docente propriamente dita, criada em 1931, embora essa existência represente uma exceção, uma vez que a organização sindical dos docentes que atuam na esfera pública era proibida até a Constituição de 1988. O autor aponta que outras formas de organização, como as associações, precederam os sindicatos na defesa de direitos dos professores.

Os sindicatos docentes, conforme definiu Chiroque (2010), configuraram-se como entidades de defesa em três instâncias principais, sendo elas: as condições de trabalho, as condições de ensino e as políticas educativas. Acrescenta-se às tarefas dos sindicatos docentes a discussão sobre o pertencimento de classe dessa categoria, como sinalizou Dal Rosso (2009, p.12). O autor debate a função e a atuação dos aparatos sindicais, numa perspectiva marxista, afirmando que “o papel do sindicato é de contestação e desafio à ordem estabelecida. O sindicato vai além da ordem. Questiona a validade desta ordem e apresenta parâmetros para sua mudança”.

Na perspectiva de ampliação do papel sindical docente para além dos interesses corporativos, a década de 1980 torna-se um marco para a organização dos professores. Segundo Melo e Gindin (2011, p.278), “os professores se identificaram como trabalhadores em educação, filiaram-se à principal central operária, politizaram as suas demandas, construíram entidades de luta e deflagraram combativas greves de massas”.

Sobre a gênese do sindicalismo docente universitário, Bauer e Paiva (2017), ao compararem elementos para a formação das entidades sindicais docentes universitárias da Argentina, do Brasil, da Colômbia e do México, destacaram que, apesar do surgimento das universidades nesses países se distinguirem, a conformação do “sindicalismo docente universitário é um fenômeno quase coincidente nos quatro países mencionados, emergindo no decurso da década de 1970, ainda que houvesse anteriormente outras formas de organização” (Bauer; Paiva, 2017, p.112). Logo, o movimento sindical dos docentes universitários surgiu a partir da expansão do número de instituições e de matrículas no ensino superior na segunda metade do século XX, o que permitiu a “transformação do ensino superior, sua politização e a criação de entidades sindicais docentes” (p.146). Os autores ressaltam, ainda, que, no caso do Brasil, a organização sindical docente universitária está associada à formação de uma

parcela de ativistas, oriunda do movimento estudantil da década de 1960, revelando o nível de consciência política desse movimento naquele contexto.

Uma questão que permeia o debate sobre o sindicalismo docente é a discussão sobre a concepção de organização sindical dessa categoria, especialmente a dos professores das IFES. Isso porque a organização sindical no Brasil é considerada vertical devido à sua estrutura hierárquica, que distribui as entidades sindicais em diferentes níveis de representação e abrangência. Esse modelo é caracterizado por um sistema de organização em camadas, onde cada nível tem funções e responsabilidades específicas. No primeiro nível, ou na base dessa estrutura, localizamos os sindicatos locais, que representam os trabalhadores de uma categoria específica dentro de uma determinada base territorial, que pode ser municipal, intermunicipal, estadual ou interestadual. Já no segundo nível, existem as Federações, que teriam a função de coordenar as atividades dos sindicatos filiados, oferecendo apoio técnico e organizacional, e podem atuar em negociações que afetam toda a categoria no Estado. E no terceiro nível desse modelo vertical localizam-se as confederações, que reúnem várias federações de uma mesma categoria em âmbito nacional, e atuam em questões de interesse nacional, representando a categoria em instâncias superiores, como negociações com o governo federal e entidades patronais de âmbito nacional. Entretanto, os docentes das IFES organizam-se de maneira particular da estrutura vertical descrita acima, organizando-se através de um Sindicato Nacional da categoria, o ANDES/SN. Essa organização é alvo de disputas e será abordado no próximo item.

3.4 O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN)

O sindicalismo docente universitário no Brasil possui, como referência, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN), que é o maior do país e um dos maiores da América Latina, com cerca de 65 mil pessoas filiadas, entre suas 124 sessões sindicais. O ANDES/SN representa os docentes das instituições de ensino superior em todo o Brasil, incluindo universidades federais, estaduais, municipais, Institutos Federais e os dois Centros Federais de Educação Tecnológicas.

Fundado no início da década de 1980, inicialmente como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), transformou-se em sindicato em 1988,

após a promulgação da Constituição Federal, adotando a nomeação de Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN). Pode-se afirmar que este sindicato rompeu com a estrutura sindical autoritária implantada no Brasil na década de 1930, primando pela organização de base nos locais de trabalho. Como apontado anteriormente, a organização através de um sindicato nacional colocou o ANDES/SN em posição distinta aos demais sindicatos de representação docente.

Remetendo à estrutura vertical descrita anteriormente, o ANDES/SN representa diretamente seus membros em negociações e articulações nacionais, substituindo o papel das federações e confederações. Uma das vantagens em ser um sindicato nacional para operar diretamente em nível nacional é que o ANDES-SN pode lidar de maneira autônoma com negociações e políticas que impactam as instituições de ensino superior, enquanto coordena ações conjuntas através de suas seções sindicais. Outra vantagem seria o fortalecimento da representação, uma vez que ele proporciona uma representação unificada para os docentes, pressionando para que suas demandas sejam consideradas em negociações com o governo e outras entidades educacionais em nível nacional.

Apesar de diferenciar-se do modelo vertical, a organização do sindicato nacional prevê a existência de seções sindicais nas instituições onde há professores sindicalizados. Dessa forma, as seções sindicais constituem a base desse sindicato. A estrutura atual do ANDES/SN é composta pela diretoria nacional, diretorias regionais e seções sindicais, que possuem autonomia financeira, política, patrimonial e administrativa, com regimento geral e diretoria própria (ANDES/SN, 2021).

Conforme explicitam em seu histórico, o ANDES/SN tem a perspectiva de que, “o movimento docente constituiu-se na relação permanente com as experiências de outros trabalhadores que lutam pelo reconhecimento de direitos sociais para todos os brasileiros.” (ANDES/SN. 2021). No *site* da entidade são explicitados os compromissos assumidos pela entidade, entre os quais se destacam:

Lutar pela educação pública de qualidade, pela valorização do trabalho docente e pela autonomia das instituições públicas de ensino superior [...]. Reforçar a unidade da classe trabalhadora no Brasil, internacionalmente e, em particular, na América Latina. Lutar contra toda forma de cerceamento à liberdade de organização sindical e de expressão. Lutar contra as reformas neoliberais que retiram direitos dos trabalhadores, especialmente a reforma universitária privatizante. Combater todas as formas de mercantilização da educação. (ANDES/SN. 2021).

O compromisso do ANDES/SN com a unidade da classe trabalhadora foi expresso também em sua filiação a centrais sindicais. Inicialmente, filiou-se à CUT, em 1989. Guimarães e Silva (2021, p.241) afirmam que “A filiação à CUT se deu no sentido de defender e apoiar, no interior dos fóruns realizados pela central, propostas que se opunham ao modelo de estrutura sindical centralizada e burocratizada, conhecido como “sindicalismo orgânico”. No entanto, essa filiação não se deu de maneira acrítica, na medida em que a CUT foi “paulatinamente abandonando sua perspectiva combativa e autônoma e, em substituição, adotando um sindicalismo colaboracionista e negocial” (Guimarães; Silva, 2020, p.241). O ANDES/SN, através de intensa discussão com a base, desde o início dos anos 2000, rompeu com a CUT em 2005. O processo de rompimento, que já vinha sendo discutido, teve, como estopim, o processo de aprovação da Reforma da Previdência, ocorrida em 2003 (no primeiro mandato do governo Lula), que implicou significativas perdas ao funcionalismo público e à classe trabalhadora em geral, como denuncia Granermmman (2003).

Debates nas seções sindicais ocorreram após a ruptura com a CUT, até que em 2007 foi deliberado, pelo 26º Congresso da entidade a filiação à Conlutas. Ainda conforme Guimarães e Silva (2021, p.244), essa “[...] deliberação reafirmou a postura e a concepção sindical historicamente defendida pelo sindicato nacional. Ao mesmo tempo, evidenciou seu papel ativo no processo de reorganização da classe trabalhadora diante da derrocada política da CUT”. Tal filiação não se deu sem alterações, que permaneceram presentes nas disputas internas da entidade, até que em 2011, durante o 30º Congresso do Sindicato Nacional, foi questionada tal filiação. Entretanto, naquele momento, a plenária referendou sua filiação à nova Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas) e a proposição de colaboração mais efetiva na construção e consolidação da referida Central. O contexto político que permeou esse debate remetia novamente ao governo do PT, que estava chegando ao final do seu segundo mandato.

A disputa interna sobre essa vinculação manteve-se no debate, e a mudança no cenário político no que se refere à gestão do Estado Brasileiro, após o *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) e posterior eleição de Jair Bolsonaro (2018) foi acirrada. Em 2022, no 40º Congresso Nacional do sindicato, a direção da entidade modificou sua posição e propôs a realização do 14º Conad Extraordinário do ANDES/SN, com o tema "CSP-CONLUTAS: balanço sobre atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação da Central" com resultado a ser levado ao 41º Congresso do ANDES/SN. O 14º Conad Extraordinário indicou a aprovação da

desfiliação a ser encaminhada para ser deliberada no 41º Congresso, de 2023. Por 262 votos favoráveis, 127 contrários e 7 abstenções, o 41º Congresso do ANDES/SN deliberou pela desfiliação do Sindicato Nacional da CSP-CONLUTAS.

O ANDES/SN permanece, desde então, sem vinculação a qualquer central, enquanto em seu interior as forças disputam três posições: retorno à CUT, ingresso na Intersindical e retorno à CSP-CONLUTAS. A disputa por vinculação às centrais revelam o caráter dinâmico e a luta de posições distintas que implicam inflexões na direção da entidade em função da correlação de forças em seu interior e na conjuntura política do país.

Em relação às disputas no sindicato nacional e pelo segmento que representa, destaca-se a figura do sindicato dos professores da UFMG, o APUBH, que em razão de profundas divergências com o ANDES/SN, entre elas do modelo sindical adotado pela entidade, durante o governo Lula, participou da fundação de outro sindicato para disputar a representação nacional dos professores da IFES, o PROIFES, tema que será abordado adiante.

O ANDES/SN destaca-se, também, pelas mobilizações da categoria e pela formulação teórica (compartilhada em publicações da entidade) que contribuem não apenas para a formação dos seus sindicalizados, mas também para a sociedade em geral. Sobre a mobilização da categoria, destacam-se as greves sob a direção da entidade, compreendendo a greve como ação de luta coletiva que representa medida de força mais consequente. A partir de publicação do ANDES/SN (2022a), informações coletadas no site da entidade e os estudos de Guimarães e Silva (2021), sintetiza-se, no Quadro 5, as greves ocorridas desde a década de 1980 até 2024.

Quadro 5 – Síntese das greves ocorridas nas IFES de 1980 a 2024

Ano	Duração	Nº de Instituições que aderiram à greve
1980	26 dias	19 IFES
1981	20 dias	19 IFES
1982	32 dias	18 IFES
1984	84 dias	19 IFES
1985	45 dias	19 IFES
1987	44 dias	45 IFES
1989	66 dias	42 IFES

1991	107 dias	45 IFES
1993	28 dias	43 IFES
1994	50 dias	38 IFES
1995	23 dias	Sem informações
1996	56 dias	45 IFES
1998	103 dias	51 IFES
2000	87 dias	31 IFES
2001	108 dias	51 IFES
2003	59 dias	35 IFES
2005	112 dias	40 IFES
2008	112 dias	39 IFES
2012	125 dias	60 IFES
2015	139 dias	39 IFES
2016	26 dias	44 IFES
2017	03 dias*	Não houve greve nacional e sim paralisações
2019	02 dias*	Não houve greve nacional e sim paralisações
2021	Greve sanitária	Greve local em apenas 01 universidade
2022		Greve local em apenas 3 universidades
2024	74 dias	65 IFES
*Dias de mobilização específicos, com data de início e término já definidos a priori.		

Fonte: Dados disponíveis no *site* do ANDES/SN (2025), ANDES/SN (2022a) e Guimarães e Silva (2021).

Guimarães e Silva (2021) apresentam uma análise por período das referidas greves, destacando as principais pautas. Pelo recorte temporal proposto nesta investigação, que compreende o período de 2007 a 2024, ressalta-se que as greves mais extensas em quantidade de dias foram protagonizadas durante os governos Lula e Dilma, respectivamente nos anos de 2008, 2012 e 2015.

As greves de 2008 (marco na implementação do REUNI nas universidades) e de 2012 guardavam a semelhança na reivindicação referente à carreira docente, que incluíam a incorporação das gratificações e recomposição salarial emergencial. Porém, a semelhança não se restringiu à pauta. A intransigência do governo em não negociar com

o Sindicato Nacional também marcou o período. Em 2015, já sob o governo Dilma, a reivindicação salarial era de reajuste de 27,3%.

A partir de 2017, há um arrefecimento no movimento de greve docente nas universidades federais. O levantamento documental a partir das publicações do ANDES/SN revelaram que houve quatro dias de mobilizações, denominados de greve geral, nos dias 15/03/17, 28/04/17, 30/06/17 e 10/11/17. No ano de 2018 nenhuma greve foi deflagrada. Em 2019 verificou-se greves em universidades estaduais (Piauí e na Bahia) com as pautas específicas e dois dias de mobilização, denominados de “Greve Nacional de 48h da Educação”. Esta mobilização nacional foi iniciativa conjunta com outras entidades. Conforme circular nº 387/19, de 26/11/19, enviada às seções sindicais, o objetivo era “construir grandes atos de rua “Em defesa da Educação, Ciência e Tecnologia públicas, contra o FUTURE-SE e os cortes de verbas e pela imediata recomposição do orçamento das instituições de ensino” (ANDES/SN, 2019a).

No final de 2019, houve o indicativo de greve para o primeiro semestre letivo de 2020. Em nota publicada em dezembro daquele ano, a diretoria nacional do ANDES/SN afirmou que o objetivo desse indicativo era “colocar o conjunto da categoria docente em estado de alerta e mobilização para pressionar os respectivos governos e preparar-se para um movimento paredista” (ANDES/SN, 2019b). Com a pandemia de Covid-19³² e fechamento das instituições de ensino, o debate e a construção da greve anunciada não evoluíram e a greve não ocorreu.

Em 2021, algumas universidades discutiram sobre a necessidade da greve sanitária, contra o retorno presencial as aulas sem a devida imunização da população, mas a greve efetivamente se deu apenas na Universidade Federal de Lavras. No ano de 2022, além da Universidade de Montes Claros (estadual) apenas docentes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Pará protagonizaram a greve, de forma isolada e com pautas específicas.

A eleição presidencial, ocorrida em 2022, foi priorizada nos debates no interior do ANDES/SN. O mote das discussões do 40º congresso da entidade, realizado no fim de março de 2022, foi luta pela derrota de Bolsonaro, conforme evidenciado no relatório

³² A pandemia de COVID-19 foi uma crise sanitária global causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que se espalhou rapidamente pelo mundo a partir do final de 2019. Declarada oficialmente como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, a doença resultou em milhões de mortes e impactos significativos nos sistemas de saúde, na economia e na vida social. Cientistas recomendaram que governos adotassem medidas como isolamento social, fechamento de escolas e universidades, restrições à mobilidade e campanhas massivas de vacinação. No Brasil, a pandemia evidenciou desigualdades sociais e teve forte impacto na educação, no trabalho docente e na organização sindical.

de tal congresso. “O debate de conjuntura e movimento docente trouxe elementos para qualificar a análise dos desafios e enfrentamentos necessários para derrubar Bolsonaro, centralidade de nossa luta [...]” (ANDES/SN, 2022, p.106). O plano de lutas, que expressa o resultado dos debates do congresso e orientador para as sessões sindicais também revelaram a centralidade que as eleições assumiram nesse ano.

Como afirmado ao final do primeiro capítulo, a eleição de Lula para o terceiro mandato representou, para grande massa de trabalhadores, a expectativa de mudanças e de rompimento com um governo de tendência fascista. Entretanto, para a derrota de Bolsonaro também foi realizada uma espécie de pacto entre partidos na chamada frente ampla, que inclui representantes da burguesia imperialista de distintos setores, fato que sinalizava a continuidade de medidas lesivas sobre a classe trabalhadora. Afinal, a conciliação de classes no MPC não passa de uma ilusão, pois essa é uma das condições para o manter o instável equilíbrio entre as classes, equilíbrio que é inegavelmente rompido nos processos de reestruturação capitalista, em que é necessário elevar a produtividade e reduzir salários.

Em 2023, ao Lula assumir o terceiro mandato, a necessidade de organização da luta da classe trabalhadora de forma independente do governo colocava-se como questão central. Isso porque, já no processo de transição do governo, a gestão petista já dava sinais de que o cenário era mais de conciliação do que de rupturas com as medidas empreendidas desde o *impeachment* sofrido, que escanteou o partido. Esse contexto reverberou no ANDES/SN, com acirramento das disputas de concepções políticas e de táticas internas, resultando, inicialmente, na desfiliação da CSP-CONLUTAS. Posteriormente, o aceite da proposta do governo de reajuste de 09% de recomposição salarial em 2023, quando a perda já era reconhecida pela entidade em aproximadamente 39%, além de não se constituir consenso em sua base, deixou de fora os aposentados.

Outro reflexo de como essa disputa se manifestou no ANDES/SN foi através da eleição para a diretoria da entidade, também em 2023, que contou com três chapas concorrentes ao pleito. Foi uma das maiores eleições em termos de inscrição de chapas e disputa de posições no ANDES/SN, desde 1996. Esse fato revelou as distintas posições ideológicas presentes no movimento docente nacional: de maneira classista e autônomas ou de maneira governista e atrelada ao governo Lula 3. Essa disputa será abordada no próximo capítulo.

3.5 A Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – PROIFES

A origem da PROIFES está diretamente associada às disputas ocorridas no interior do ANDES/SN e naquele momento representava, também, a disputa pela manutenção do caráter autônomo frente ao governo Lula. O grupo político que criou o Fórum Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior estava dentro do ANDES/SN e disputou, em 2004, a direção da entidade com a chapa “Outra ANDES é possível”. Esta chapa se apresentava como oposição à diretoria e à outra chapa concorrente ao pleito “ANDES – Autônoma e Democrática”. Entre as divergências, além da concepção política mais alinhada ao governo característica da chapa “Outra ANDES é possível”, também existia a contradição com o modelo e concepção sindical adotado pelo Sindicato Nacional. Ao perder a eleição, parte desse grupo cria, em setembro do mesmo ano, o Fórum Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES). No site da entidade, a justificativa apresentada é que o Fórum constituiria “[...] um novo espaço sindical de organização plural e democrática dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, [...] como reflexo de uma postura crítica e independente em relação ao movimento docente” (PROIFES, 2024).

O PROIFES demarcava, desde sua origem, a independência em relação ao movimento docente organizado e não ao governo. Essa relação é compreensível, uma vez que a criação do PROIFES, como afirmado por Mattos (2013), foi apoiado e impulsionado pelo próprio governo do PT. Antes mesmo de tornar-se sindicato, o fórum de professores de oposição ao ANDES/SN sentava-se nas mesas de negociação com o governo. A relação com o governo foi escancarada tanto por intelectuais críticos como por aqueles que apoiavam a fundação do Fórum. Segundo esses últimos:

A CUT, durante o primeiro mandato do Lula, transformou-se numa super-Central e, como parte da ação política do Ministro José Dirceu, aparelhou os ministérios. Com a mão da CUT, o PROIFES pode sentar-se nas mesas de negociação dos ministérios, ainda que não gozando de uma condição de sindicato (Phillipe; Lisboa, 2011, p.188-189. (Grifo nosso).

A existência da PROIFES materializou, no seio da organização dos docentes universitários, o conhecido popularmente como “sindicato pelego”. Sua tarefa, além de ser um braço do governo na representação sindical dos docentes, escancarava

novamente a divergência sobre o modelo sindical a ser adotado entre os docentes das IFES.

O PROIFES decidiu transformar-se em sindicato nacional em setembro de 2009, entretanto o modelo de organização sindical defendido pelo PROIFES contrapunha ao modelo sindical adotado pelo ANDES/SN, e a criação de um sindicato nacional era um passo para transformar-se, anos depois, em federação. Segundo relato histórico da entidade, “A criação do sindicato nacional, hoje SINDPROIFES, permitiu representação nacional para os docentes das IFES que não optaram ainda por formarem sindicatos de base local” (PROIFES, 2024. Grifo nosso). Os fundadores do PROIFES defendiam o modelo de federação, e, para isso, incentivaram a criação de sindicatos locais, processo que ocorreu a partir de 2007, com a desvinculação de algumas entidades do ANDES/SN, como APUBH, ADUFSCAR E ADUFRGS, que entraram com pedido de registro sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Conforme descrevem Phillipe e Lisboa (2011, p.190),

Da mesma forma, o Proifes Sindicato entrou com o seu pedido de registro imediatamente após a assembléia de fundação, em setembro de 2008 e, ainda que posterior aos pedidos da Apubh, Adufscar e Adufrgs, foi a primeira entidade a ter o seu pedido de registro publicado no DOU (em julho de 2009). Os pedidos da Apubh e Adufrgs só foram publicados em março de 2010. O pedido da Adufscar foi devolvido por problemas técnicos na documentação.

Em julho de 2011, foi realizado um encontro onde se aprovou o estatuto da nova federação e em dezembro do mesmo ano os sindicatos que compunham o PROIFES-Fórum fundam o PROIFES-Federação e elegem sua primeira Diretoria Executiva (2012-2015) (PROIFES, 2024). O PROIFES-Federação passa a existir oficialmente em janeiro de 2012. O papel que o PROIFES cumpria no meio do movimento docente, disputando a representação da categoria e atuando como um braço do governo no movimento sindical desde 2005 teve uma inflexão com a greve desencadeada em 2012, conforme avaliou Mattos (2013). Na greve de 2012, apesar de a maioria do movimento docente ser contrária à proposta apresentada pelo governo federal, o PROIFES assinou um acordo com o governo, desconsiderando as decisões tomadas nas assembleias de base. A assinatura desse acordo foi usada como justificativa para que se encerrassem as negociações com o ANDES/SN. O termo firmado representou um grave ataque aos aposentados, aprofundou a desestruturação da carreira, intensificou a desvalorização salarial da categoria e chancelou o PROIFES como sindicato pelego.

Em 2024, novamente a partir de grande mobilização da categoria docente, que protagonizou uma greve de mais de 70 dias, o PROIFES ressurgiu. A atuação dessa entidade será abordada no próximo capítulo que discute sobre a greve da Educação federal, mas do ponto de vista da sua organização, vale ressaltar que, após a atuação na desarticulação da greve, o governo Lula concedeu o registro sindical à PROIFES – Federação. O pedido desse registro tramitava desde 2009, quando se tornou sindicato nacional. Do ponto de vista formal, o registro ou carta sindical é o ato administrativo do Poder Executivo Federal que torna pública a existência de uma organização e confere a ela uma personalidade sindical. Ou seja, apesar de atuar nas greves de 2012 e na de 2024, a entidade sequer possuía legitimidade jurídica para tal.

3.6 O Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (APUBH)

Assim como muitos sindicatos docentes do ensino superior, a história do sindicato dos docentes da UFMG tem origem como uma associação: Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (APU), fundada em 1977. Maia e Menezes (1998) resgatam que dois fatos levaram à fundação da associação. O primeiro, que inclusive consta nos registros do APUBH, foi a invasão da polícia ao *campus* saúde, em 04 de junho de 1977, durante a realização do Encontro Nacional de Estudantes (ENE). O segundo fato, ocorrido um mês antes da realização do ENE, foi o episódio de ameaça seguida de agressão física a um professor da Universidade Católica de Minas Gerais (atual PUC/MG) e que também era técnico da UFMG. Conforme destacam Maia e Menezes (1998, p.41), “A situação particular vivida pelo Professor Palhano traduziu-se em uma questão de “classe”. A ameaça individualizada foi compartilhada e generalizada por integrantes do corpo docente da UFMG e da PUC”.

Na época de sua fundação, a associação representava, além dos docentes da UFMG, os da Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte (FAFI-BH). Em sua origem, a APU “tinha como objetivo coordenar as ações políticas, mais do que as trabalhistas, dos professores universitários de Belo Horizonte” (Informativo APUBH nº 9, de 1992, citado por Maia e Menezes, 1998). Entretanto, já na votação do estatuto da entidade, realizada em novembro de 1977, as divergências de compreensão sobre qual deveria ser o caráter da instituição apareceram de maneira mais clara. Maia e Menezes (1998)

resgatam relatos de docentes que participaram do debate à época, que evidenciam que “O pano de fundo era um estatuto que daria uma cara mais política e, portanto, mais descentralizada [...] A outra proposta buscava posicionar a coisa menos politicamente e mais próxima daquilo que seriam as reivindicações mais do dia a dia dos professores” (Maia; Menezes, 1998, p.50). A segunda proposta foi eleita por margem pequena de votos, 56 a 52. Dessa maneira, nota-se que o perfil político conservador que motivou a criação da entidade deu lugar à luta econômica mais imediata.

As divergências expressavam-se, também, nas publicações dos informativos da associação. “A decisão sobre o que poderia ou não ser publicado nos boletins, e como seria publicado, podia ser objeto de discussão ampliada, que se arrastava por horas a fio” (Maia; Menezes, 1998, p.60). Os boletins constituíam forma de denúncia das medidas autoritárias praticadas pelo governo militar da época, e demarcavam uma contraposição em relação aos dirigentes da UFMG que cooperavam com informações aos órgãos de segurança nacional. A denúncia se caracterizou como forma de atuação política da associação nos dois primeiros anos de existência.

Em 1978, a APUB teve participação ativa na construção do movimento nacional docente, que viria a resultar na conformação da ANDES, em 1981. Esteve na coordenação do movimento nacional das associações docentes, participou dos primeiros Encontros Nacionais das Associações Docentes, e compôs, com um representante, a diretoria provisória da ANDES. Esse processo não se deu sem divergências, que, todavia, não impediu sua participação. No âmbito das universidades federais, a UFMG era uma das maiores instituições e havia a preocupação em não “burocratizar o movimento,” como expressou uma das lideranças, ao lembrar que “havia muito debate dentro do movimento docente [...] esse debate tem a ver justamente com o fato de que se você, ao criar uma associação nacional, você está de certa forma burocratizando ou pelo menos tirando força das bases” (Maia; Menezes, 1998, p.106). Com a fundação da ANDES, o movimento docente na UFMG amplia seu espaço de discussão para além dos pares associados e estudantes. Inaugura-se uma nova fase, marcando a “atuação como reivindicação e ação propositiva” (Maia; Menezes, 1998, p.159).

Em 1979, os docentes da UFMG se inserem no movimento docente nacional, inicialmente com uma paralisação parcial das atividades e uma tentativa de boicote à realização do vestibular. Com isso, a APUB modifica a forma de atuação e luta da entidade, ampliando sua capacidade de influência. Destaca-se, nesse sentido, a participação da APUB, em 1980, na primeira greve nacional da categoria. A

participação dos docentes da UFMG nessa greve contribuiu tanto para o fortalecimento do movimento docente em nível nacional, quanto para consolidação do movimento docente local. Conforme destacam Maia e Menezes (1998, p.104), a greve nacional de 1980 “possibilitou aos docentes da UFMG, de Faculdade em Faculdade, Departamento em Departamento, travarem discussões e avaliarem as perspectivas do movimento. Naquele momento a APUBH estava se fortalecendo”.

Melo e Tavares (2020) também destacam a participação ativa nas mobilizações que reivindicavam a democratização do país, em 1984. Se por um lado o embrionário movimento sindical na UFMG participava das lutas pela democratização da sociedade, questionando a forma autoritária do governo militar, internamente as relações institucionais eram apaziguadas através de relações próximas entre os reitores e integrantes do movimento docente e da vida da APUBH. “Inicialmente, na trajetória da APUBH, várias reivindicações do movimento passaram a integrar os “arranjos” institucionais ou as atividades universitárias” (Maia; Menezes, 1998, p.190). Se por um lado a aproximação significou avanços internos, como a inclusão de um representante sindical no conselho universitário da instituição, por outro lado tem-se comprometida a independência da associação de professores.

Com a constituição de 1988 e a permissão de organização dos servidores públicos em sindicatos, a ANDES torna-se sindicato nacional e assume a denominação de ANDES/SN e todas as associações que compunham a entidade deveriam passar a se vincular como seção sindical do ANDES/SN. O debate sobre a transformação da APUBH em seção sindical do ANDES/SN não teve consenso. Dirigentes da época argumentavam que deveria ser preservada a autonomia das seções sindicais. No cenário nacional, o grupo da APUBH defendia que, ao invés de sindicato nacional, a ANDES deveria ser transformada em confederação de sindicatos. O debate de fundo sobre o formato estava relacionado, também, à estrutura já consolidada, ao patrimônio adquirido e à personalidade jurídica, que assegurava o direito da APUBH em representar judicialmente a categoria nas ações trabalhistas locais (Maia; Menezes, 1998). Percebe-se que o autonomismo era já um traço na organização dos docentes da UFMG desde a conformação de um sindicato nacional.

Em 1990, a APUBH articulou uma solução interna para o problema de se tornar ou não seção sindical do ANDES/SN. A solução consistia em preservar o estatuto da entidade, conferindo-lhe o adjetivo sindical, e tal estatuto seria submetido ao estatuto do Sindicato Nacional. “Ou seja, para efeito de Seção Sindical da ANDES/SN na UFMG, o

Estatuto da APUBH-Sindical se transforma em regimento” (Boletim da APUBH de março de 1991, citado por Maia; Menezes, 1998, p.197). A solução dada pela APUBH não resolvia a contradição principal da entidade, e, na prática, tal solução caracterizava-se como a proposta defendida de criação de uma confederação, inicialmente defendida pela APUBH no processo de transformação da ANDES em ANDES/SN. O ANDES/SN, após análise da proposta, deu parecer negativo à proposta do APUBH, mas deixou a decisão a cargo do Congresso nacional da entidade, que seria realizado em novembro de 1991. No hiato entre os dois congressos, e por decisão da assembleia de professores da UFMG, a direção encaminhou o processo de registro das alterações estatutárias, transformando a APUBH em associação sindical, sem que houvesse nova discussão no âmbito nacional. A modificação foi comunicada no congresso nacional do ANDES/SN, em 1991, o que gerou intenso debate, pois o duplo caráter assumido pelo APUBH (Seção sindical e Associação Sindical) ia contra o princípio de unicidade sindical defendido pelo ANDES/SN. Portanto, 1991 foi o marco em que a APUBH se tornou seção sindical do ANDES/SN, porém, como descrito, sem consenso e de maneira autonomista. A forma de vinculação do APUBH ao ANDES/SN reverberou, ainda, em outros encontros do sindicato nacional, mas a questão se estancou com a filiação à CUT (Maia; Menezes, 1998).

O histórico do sindicato que representa os professores da UFMG é complexo e expressa as lutas políticas que se revelaram desde sua fundação, mas, principalmente, após a chegada do governo do PT ao poder, que levou ao processo de cooptação de parte das organizações dos trabalhadores.

Em 2004, O APUBH rompeu com o sindicato nacional. Na época do rompimento, o ANDES/SN debatia a ruptura com a CUT e acirrava a crítica ao Governo Lula, conforme mencionado na seção 3.4 desse capítulo. Em 2007, o APUBH promoveu uma assembleia que aprovou a desvinculação formal do sindicato nacional. Na mesma assembleia que aprovou a desfiliação formal do ANDES/SN, em 2007, foi aprovada a transformação do APUBH em sindicato local. Como um sindicato local, a entidade não poderia se filiar a outro sindicato, de abrangências municipal, estadual ou nacional. Como revelado no histórico da entidade, desde a fundação do ANDES/SN o APUBH apresentou condição *sui generis*, tendo um estatuto e regimento separados, e independência do sindicato nacional. Essa condição facilitou o processo de criação do APUBH como sindicato local.

Tal ruptura no APUBH foi impulsionada pelo mesmo movimento que ocorreu no interior do ANDES/SN que resultou na criação do PROIFES. Segundo Moreira (2020, p.133), o PROIFES foi a expressão, no caso das IFES, de uma prática do governo Lula que se caracterizava pelo estímulo a “disputas e cisões no meio sindical de modo a impedir que movimentos de oposição pudessem se expressar.”. Fato é que as mudanças operadas no APUBH conformaram neste sindicato um tipo de sindicalismo peculiar, no qual houve

[...] uma gradativa transformação no caráter da APUBH que, devido à predominância de ações não propriamente sindicais, como um Clube de Benefícios e investimentos financeiros, dentre outras coisas, parecem revelar a recriação de um sindicalismo de tipo assistencialista; mas também com tendências empresariais, e marcado fortemente por políticas interinstitucionais (Melo *et al*, 2013, p.20).

Em 2011, por disputas internas em relação ao modelo sindical defendido pela diretoria da APUBH, que era o de Federação (o mesmo desde o debate ocorrido no final da década de 1988), o APUBH desfilou-se do PROIFES sem consulta aos professores da UFMG. Apesar da desfiliação, o APUBH manteve ações de unidade e os mesmos princípios gerais daquela organização.

Conforme consta no *site* da instituição, houve tentativas das diretorias do APUBH para aproximar o sindicato de outras entidades. A primeira tentativa foi marcada pelo lançamento do Movimento Docente Independente e Autônomo das Instituições Federais de Ensino (MDIA). Esse movimento contou com representantes do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (APUFSC-Sindical), da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Itajubá (ADUNIFEI) e da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUNB). O outro movimento relatado foi a tentativa de ligar o APUBH à Federação de Sindicatos de Docentes Universitários da América do Sul (FESIDUAS) e à fundação do Instituto de Pesquisas em Educação da América Latina e Caribe (IPE-ALC), que não possuem representatividade e efetiva ação no movimento docente nacional (APUBH, 2023a).

Moreira (2020) demonstra, através de sua investigação, como no período de 2004 a 2016 o mesmo grupo político esteve atuando na direção do APUBH. Segundo a autora, “por mais de 10 anos a burocracia à frente do sindicato dos professores da UFMG exerceu hegemonia sem que quase nenhuma oposição consistente surgisse até

2012” (Moreira, 2020, p.196). Em 2012, com a deflagração da primeira greve³³ dos professores das IFES no governo Dilma, o sindicato dos professores da UFMG foi surpreendido pela mobilização da categoria. Esta greve foi aprovada na UFMG à revelia da direção do sindicato, como evidencia Moreira (2020), e fez surgir um movimento de oposição à direção do APUBH. “O Coletivo de Professores da UFMG, que surgiu no seio da greve de 2012, desde uma dimensão programática crítica e combativa, incomodou a paz do agrupamento político que por mais de 10 anos esteve à frente do sindicato de professores da UFMG” (Moreira, 2020, p.144).

A partir da greve de 2012, a oposição à direção do sindicato se consolidou, e nas eleições para a diretoria de 2014 e 2016 foi apresentada formalmente a chapa de oposição. Apesar de não ganhar as eleições, os professores que faziam oposição à direção sindical tentaram se manter organizados, o que deixou de ocorrer formalmente em 2016. Esse tema será retomado no capítulo 4.

Em 2015, a diretoria do APUBH propôs a ampliação da base territorial do Sindicato para o Município de Ouro Branco, onde o sindicato teria a prerrogativa de representar os professores da Universidade Federal de São João Del Rey. A medida visava retirar esses docentes da área de representação do ANDES/SN e disputar a hegemonia sindical no estado. Em assembleia com forte oposição, tal ampliação foi aprovada.

Nas eleições realizadas em 2018, o grupo político que dirigiu a APUBH até então, claramente identificado ideologicamente com o PC do B, perde a eleição e deixa a direção da entidade. Uma “nova” composição de forças assumiu a diretoria do APUBH, sob a hegemonia de integrantes do PT em aliança com militantes do PC do B, PSOL e PCB. As consignas de fortalecer a luta em defesa de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, sindicato ativo, participativo, mobilizador e alinhado às lutas contra as ações golpistas que a educação tem sofrido retornou ao discurso da direção deste sindicato. Na campanha da chapa eleita, frente ao desgaste da entidade por sua situação de afastamento do movimento docente nacional, se pautou a necessidade de definição de vinculação a alguma organização sindical nacional, sendo elas PROIFES ou ANDES/SN.

³³ A greve tinha, como pauta de reivindicação, a defesa do caráter público da universidade, da autonomia constitucional, da função social da atividade docente; financiamento público estável e suficiente para as IFES; condições de trabalho adequadas ao docente; aposentadoria integral, contratação do corpo docente exclusivamente pelo Regime Jurídico Único (RJU); garantia da gratuidade, integralidade e universalidade das ações dos Hospitais Universitários (HU) com a incorporação de medidas contra sua privatização.

Nesse sentido, a nova diretoria do APUBH, composta por um novo grupo de professores, a partir de 2018 assume uma decisão política de reaproximação com o movimento docente nacional. A partir de então, a diretoria do sindicato de professores da UFMG se aproxima das duas entidades nacionais que “disputavam” a representação dos docentes do magistério superior: o ANDES/SN e a PROIFES. Conforme nota da direção no boletim “Acontece no APUBH” (APUBH, 2024),

Entre 2018 e 2020 a Diretoria do APUBH tentou entender os espaços do ANDES-SN e PROIFES, optando pelo aprofundamento das pautas e lutas das entidades e, obviamente, mantendo a sua condição de Sindicato Autônomo. Entre 2020 e 2022 a gestão Travessias na Luta do APUBH assumiu a posição oficial, com apoio da base, de construir um processo que poderá retornar o APUBH ao ANDES-SN e aprofundou o trabalho de compreensão do ANDES-SN e orientação da base da UFMG.

Sob a justificativa de que estavam conhecendo os espaços, o APUBH coloca-se num jogo duplo, de sindicato que transitava entre as entidades que em comum só tinham a finalidade de representação. As formas, métodos, e condução política das entidades nacionais são divergentes, como descrito anteriormente na seção em que se aborda a criação de ambas. Para além das contradições e divergências sobre a origem e o caráter das entidades nacionais, é incontestável a superioridade do ANDES/SN em relação ao PROIFES no que se refere à representação e número de filiados. Talvez esse tenha sido um dos principais elementos que pesaram na decisão do APUBH de escolher o retorno ao ANDES/SN e não ao PROIFES.

Essa decisão política, entretanto, ficou explícita a todos os docentes somente a partir de 2022, quando essa postura é expressa em uma das propostas da campanha que elegeu a chapa que disputou e venceu as eleições em 2022. A sinalização de mudança de postura da direção desse sindicato em relação ao afastamento do ANDES/SN, iniciou um movimento efetivo de aproximação com o movimento docente nacional. Foi criado, em dezembro de 2022, através de reunião com a diretoria do sindicato, o Setor de Organização da Política Sindical do APUBH em Âmbito Nacional. Este setor teria a incumbência de propor iniciativas e discutir sobre as possibilidades de vinculação do APUBH ao movimento docente nacional. Dentre as iniciativas anunciadas e/ou realizadas pelo setor, foram destacadas oito (8) na Carta à categoria docente da UFMG (APUBH, 2023b), são elas: 1. Reativação da Revista Caminhos (publicação do APUBH), 2. Realização de reuniões específicas com docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), com novatos, negras, indígenas, e com deficiência, para

a discussão das pautas que afetam estes segmentos da categoria e tratar de suas condições de trabalho e carreira; 3. Realização de entrevistas com docentes das diretorias de outros sindicatos filiados ao ANDES-SN e com professores que já foram da diretoria do APUBH; 4. Desenvolver conteúdo para uma aba específica no site do APUBH que trata da divulgação das ações de Organização da Política Sindical do APUBH em Âmbito Nacional; 5. Participação nos espaços de discussão, informação e construção de política salarial promovidos e/ou divulgados pelo ANDES-SN; 6. Envio de documento formalizando 47 perguntas ao ANDES-SN para compreensão da situação do sindicato da UFMG em relação ao sindicato nacional; 7. Construção do processo de reaproximação com o Sindicato Nacional (neste ponto reivindica-se que na eleição para a nova diretoria do ANDES-SN os docentes da UFMG tenham direito a voto); e 8. Informes sobre a participação no 41º congresso do ANDES³⁴.

No processo de debate sobre o retorno do APUBH à base do ANDES/SN, a discussão ganhou contornos ainda mais relevantes no ano de 2023. Além da participação em encontros do ANDES/SN, como o 41º congresso do sindicato nacional, em que membros da diretoria do APUBH e alguns docentes da UFMG (base do sindicato, mas sem ligação com a diretoria) participaram na condição de delegação convidada; e o 97º Encontro da Regional Leste do ANDES-SN, para discutir as deliberações do Congresso Nacional, e o processo de eleição para a nova diretoria do ANDES/SN revelaram essa aproximação e as contradições latentes. A eleição para diretoria do sindicato nacional foi a mais disputada em termos de inscrição de chapas desde 1996, e havia representantes da UFMG nas três chapas concorrentes. Na chapa 1 - Andes pela base: ousadia para sonhar, coragem para lutar, que foi a vencedora, o presidente da chapa é professor na Faculdade de Direito da UFMG. Na Chapa 2 - ANDES-SN Classista e de Luta, uma professora aposentada da FaE integrava na condição 2ª vice-presidente da regional Leste. E na Chapa 3 – Renova ANDES, a presidente do APUBH (gestão 2022/2024) integrava a chapa na condição de 1ª secretária da regional Leste.

Entretanto, nos dias da votação para a eleição do sindicato nacional, a comissão eleitoral que coordenava o processo não autorizou a abertura de urnas de votação no *campus* da UFMG, sob alegação de que na UFMG, formalmente não estava constituída

³⁴ O 41º Congresso do ANDES-SN foi realizado no *Campus* da Universidade Federal do Acre (UFAC), em Rio Branco/AC.

uma seção sindical do ANDES/SN. Os docentes, que apesar de integrarem as chapas, para votar no pleito, deveriam dirigir-se a outros locais de votação em que havia seção vinculada ao sindicato nacional. Apesar de avançar nos debates sobre o retorno ao ANDES/SN, não houve, até o início de 2024, convocação de assembleia docente com a finalidade de deliberar pelo retorno formal ao sindicato nacional. Ambos os processos estão permeados de disputas políticas e negar isso é desconsiderar que os sujeitos que integram as diretorias têm seus posicionamento e afinidades partidárias distintas, fato que será abordado no capítulo quatro dessa tese.

Após a eleição para a diretoria do ANDES/SN, a diretoria do APUBH emitiu nota repudiando a rejeição de instalação de urnas na UFMG, reiterou que a margem de votos que fez a chapa 1 vencedora foi pequena, fato que poderia ter sido revertido se houvessem urnas de votação nos *campi* da UFMG. No entanto, a diretoria seguiu defendendo o retorno do APUBH à base do ANDES/SN. Nas três assembleias convocadas pela diretora do sindicato dos professores das UFMG, após a eleição do ANDES/SN, em duas delas houve falas sobre a importância do retorno ao sindicato nacional, destacando, principalmente, o fato de que com a forma isolada em que o APUBH atua, não é possível estabelecer uma relação de forças que, de fato, represente a categoria em âmbito nacional. Considerando que os docentes da UFMG são uma categoria de trabalhadores subordinadas ao governo federal, as negociações e acordos que afetam tal categoria não são pensadas em âmbito local, uma vez que atinge a todos que atuam no magistério superior de instituições federais de ensino superior.

As eleições para a diretoria do sindicato nacional revelaram as divergências existentes. Entretanto, as divergências não impediram que a direção do APUBH seguisse participando das atividades promovidas pelo sindicato nacional. Ainda em 2023, a presidenta do APUBH participou do 98º Encontro da Regional Leste do ANDES-SN, explicitando a divergência com a direção nacional. Nele,

A Presidenta do APUBH reafirmou a necessidade de “lutarmos em conjunto para o reconhecimento das prerrogativas sindicais e a liberdade de ação e informação, sobretudo dentro dos espaços das nossas escolas. Sem uma normativa de tutela forte, que contemple uma tutela repressiva das condutas antissindicais corremos o risco de ser equiparados, dentro dos espaços primordiais da nossa atuação, a qualquer terceiro. Se esquece que somos entidades com reconhecimento constitucional e com direitos e prerrogativas tuteladas por normas e convenções internacionais. A defesa da classe trabalhadora e a luta dos sindicatos dentro do espaço de trabalho, mesmo que público, não pode se submeter aos limites e as autorizações que,

erroneamente e inconstitucionalmente se querem impor” (ANDES, 2023a. Grifo nosso).

Essa intervenção, divulgada no *site* da entidade com um relato da participação do sindicato dos docentes da UFMG em uma atividade do sindicato nacional, demonstrava as contradições existentes no processo de retorno e participação no sindicato nacional, e, revelava, mais uma vez, que a relação com a vinculação ao ANDES/SN era ambígua. Ao mesmo tempo em que a direção do APUBH defende a vinculação nacional do sindicato ao ANDES/SN, também reafirma a condição de sindicato autônomo, defendendo que, apesar dessa condição, seja garantida nos espaços do sindicato nacional sua participação e atuação nas atividades do ANDES/SN. Este fato tem relevância mais adiante, quando instalado o comando nacional de greve em decorrência da deflagração do movimento paredista em 2024, fato descrito no capítulo 5.

O ano de 2023 terminou e nenhuma assembleia de caráter deliberativo foi convocada pela diretoria do APUBH para que os docentes decidissem sobre o retorno à base do ANDES/SN. No entanto, a necessidade de organização e luta aproximou ainda mais o APUBH do sindicato nacional. Isto porque a continuidade da agenda de desmonte dos serviços públicos, que se explicita pelo contínuo esvaziamento do orçamento das universidades públicas e aprofundamento das perdas salariais dos docentes, escancara um empobrecimento da universidade e seus servidores de maneira geral, e unifica a categoria docente em todo o país. A partir dessa realidade que não apontava perspectivas de reversão, levou à construção de uma greve nacional da categoria, que eclodiu no ano seguinte.

Conclusões

O terceiro capítulo desta tese buscou analisar as formas de atuação e organização dos professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) frente ao processo de mercantilização da Educação Superior, com foco na atuação sindical. Partindo das categorias de luta de classes baseada nas formulações de Karl Marx, o capítulo discutiu o papel histórico dos sindicatos como instrumentos da classe trabalhadora, seus limites e potencialidades no contexto do ensino superior.

Inicialmente, foi traçado um breve panorama sobre a organização dos trabalhadores no Brasil e a trajetória do sindicalismo docente, destacando a importância do ANDES/SN como principal representante nacional da categoria. Em seguida, a análise concentrou-se no Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (APUBH), evidenciando as disputas internas em torno da filiação a entidades nacionais e as divergências políticas e estratégicas que marcam sua história recente.

A análise demonstrou que os sindicatos, apesar de suas limitações e disputas internas, continuam a ser um dos principais instrumentos de luta coletiva para os docentes, especialmente diante do avanço da mercantilização da universidade pública, embora estes fiquem presos às legislações que regulamentam o trabalho e os direitos dos trabalhadores. A experiência do APUBH revelou um histórico marcado por disputas políticas e mudanças de posicionamento, incluindo sua desfiliação do ANDES/SN e sua relação íntima com o PROIFES. Essas transformações impactaram diretamente a capacidade de mobilização e ação dos docentes da UFMG, evidenciando os desafios da luta sindical no atual cenário.

Conclui-se que a organização sindical dos professores da UFMG reflete as contradições próprias da luta de classes, oscilando entre a oposição e a adesão às políticas hegemônicas. Essa ambivalência evidencia tanto os limites impostos pelo contexto político e econômico quanto as potencialidades da luta coletiva enquanto ferramenta de enfrentamento à mercantilização da Educação Superior. Esses aspectos são aprofundados nos próximos capítulos, que apresentam os dados referentes à pesquisa realizada e discute a participação da UFMG na greve da Educação federal de 2024 e suas implicações para a atuação e organização docente na UFMG.

CAPÍTULO 4 - A LUTA SINDICAL NA UFMG

Neste capítulo são apresentados e analisados os achados da pesquisa documental e das observações das ações envolvendo o APUBH e professores da UFMG realizadas no período de 2021 a 2023, compreendendo que tais procedimentos foram complementares. Todo material coletado foi analisado à luz do referencial marxista exposto nos capítulos 1 e 3 dessa tese, e disposto em três itens neste capítulo.

No primeiro item são analisadas as publicações do APUBH no período de 2007 a 2023, evidenciando o tratamento dispensado à temática da mercantilização da Educação Superior por parte da diretoria do sindicato e as manifestações de luta protagonizadas pelos docentes da sua base.

No segundo item, são apresentados os sujeitos da pesquisa que compuseram, de maneira geral, as ações observadas no período de 2021 a 2023 e analisadas as dinâmicas presentes na organização política desses sujeitos.

O terceiro item analisa as ações observadas no período de 2021 a 2023. Foram observadas assembleias, reuniões em unidades, seminários, mesas temáticas e atos e/ou mobilização em que a diretoria do sindicato participou. Tais ações foram convocadas pela diretoria do APUBH neste período. Tentou-se identificar, ainda, formas de organização autônomas e/ou independentes à diretoria do APUBH.

4.1 O que dizem as publicações do APUBH no período de 2007 a 2023 sobre a mercantilização da Educação Superior

Uma das fontes utilizadas na investigação para compreender como o sindicato dos professores tratou a temática da mercantilização da Educação Superior foram os documentos produzidos pela entidade e disponibilizados em seu *site*³⁵. Além de analisar como reverberou a temática da mercantilização da Educação Superior no Brasil e sua expressão na UFMG, buscou-se compreender, ainda, se e como, nestas publicações, o sindicato apontou alguma forma de luta dos professores ou de sua diretoria ao processo de mercantilização da Educação Superior (em geral) e da universidade (em particular). No período em que se analisou as publicações do ANDES/SN, de 2007 a 2023 os materiais já denunciavam medidas como o REUNI, a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP), o Future-se,

³⁵ Disponível em: <https://bit.ly/49pRMJC>. Acesso em: 4 mai. 2023.

entre outras medidas anunciadas e/ou implementadas pelos governos, que representavam uma faceta da mercantilização da educação superior. Isso porque tais medidas corroboravam a o avanço da lógica mercantil nas universidades federais.

O levantamento abrangeu o período de 2007 a 2023. O Quadro 6 expõe o demonstrativo das publicações do APUBH levantadas nesse período. Inicialmente a pesquisa recorreu aos jornais publicados, e constatou-se que a entidade não disponibiliza todos os jornais digitalizados e mantém apenas duas edições da revista disponíveis em seu acervo digital. Não se obteve acesso aos jornais publicados nos anos de 2015 e 2016. Identificou-se que a partir de 2018 as publicações das edições do jornal e informativos direcionados à categoria não ocorreram ou não foram disponibilizados via *site* da entidade. A comunicação com os filiados a partir deste ano foi priorizada por outros meios, como o *e-mail* e aplicativo de mensagem. Por esse motivo e para abranger o período analisado, o levantamento documental foi expandido, abarcando, também, as notícias veiculadas no *site* da entidade no período de 2018 a 2023, na seção “Acontece APUBH”. Dentre as mais de 1.000 notícias publicadas, foi realizada a busca de informações sobre o tratamento dado à mercantilização da Educação Superior e as manifestações de ações propostas pela direção do sindicato dos professores da universidade diante dessa realidade.

A busca das informações na seção “Acontece APUBH” a partir do termo mercantilização, localizou apenas dez matérias, às quais seis referiam-se ao programa Future-se, publicadas em 2019. Compreendendo, a partir do acompanhamento de debates nacionais realizados pelos ANDES/SN que outras medidas relacionavam-se a temática da mercantilização da educação superior realizou-se a leitura de todas as matérias publicadas no período de 2018 a 2023, buscando evidenciar informações relevantes e possivelmente negligenciadas pela diretoria do sindicato durante aquele período.

Quadro 6 - Demonstrativo das publicações do APUBH no período de 2007 a 2023

Ano	Jornais	Revista	Matérias (Acontece APUBH)	Informativos
2007	3			
2008	1			
2009	3			
2010	3			
2011	2			

2012	1	1		
2013	2			
2014	1			
2015	-			
2016	-	1		
2017	3			
2018	-		127	
2019	-		120	
2020	-		220	2
2021			290	
2022	-		288	
2023	-		153	
Subtotal	23	2	1.198	2
Total de publicações: 1.225				

Fonte: *site* do APUBH (2024) e dados da pesquisa.

Ao realizar a análise das publicações, evidenciou-se que a temática da mercantilização foi tangenciada de maneira esporádica. Na edição nº 11/2007 do Jornal da APUBH, verificou-se o relato de um debate promovido pelo sindicato, com participação da Reitoria da universidade sobre o REUNI. Na ocasião, a diretoria do APUBH, através do seu presidente, manifestou apoio ao programa, ressaltando que as discussões deveriam ter sido mais amplas, como se observa no trecho destacado abaixo:

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni é bastante positivo, pois disponibiliza uma soma de recursos nunca vista antes para investimento nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES do país. No entanto, para uma melhor avaliação dos seus reflexos na estrutura administrativa e docente da UFMG, a Reitoria deveria ter realizado uma discussão interna mais ampla sobre a proposta de adesão da universidade ao programa do MEC (APUBH, 2007).

De forma deslocada das discussões nacionais que já apontavam para os problemas da expansão nos moldes propostos pelo programa e das críticas ao caráter impositivo com o qual o governo utilizou para a adesão das instituições, o sindicato insistiu em afirmar que o programa era bastante positivo. Ao finalizar o relato do debate, a diretoria do APUBH confirma que as críticas ao programa já eram de conhecimento da Reitoria da universidade, e mesmo assim não se posicionaram contra o REUNI no debate, deixando claro que as críticas feitas miravam mais na administração da universidade do que no programa em si, e que as críticas lançadas visavam a melhoria do programa, e não contra sua implementação nos moldes propostos.

Para o presidente da APUBH, Robson Matos, o papel da entidade é mesmo o de criticar de forma construtiva o que considera equivocado e elogiar o que está no caminho correto de defesa da vida acadêmica. “No caso do Reuni, as discussões deveriam ter começado mais cedo, pois o MEC lançou o programa em abril e a Reitoria, mais por pressão das unidades, somente abriu timidamente os debates em junho. O debate promovido pela APUBH serviu para demonstrar claramente a posição da Reitoria sobre dois dos pontos que a APUBH vem criticando na proposta da UFMG para a adequação ao Reuni. [...] deixaram claro que a interpretação da APUBH em relação ao acréscimo de 20% no orçamento de custeio e pessoal está correto, ou seja, o acréscimo será gradativo ao longo de cinco anos. Já a Profa. Carmela disse que o projeto prevê sim a utilização de alunos de pós-graduação como docentes, principalmente nas disciplinas básicas da graduação” (APUBH, 2007).

Apesar da confirmação das críticas, não houve posicionamento contrário à adesão da diretoria do sindicato ao REUNI naquele momento. No entanto, em publicação do ano seguinte, no jornal edição nº 12/2008, em um balanço da gestão da diretoria do sindicato, é afirmado que a entidade buscou expressar a oposição da maioria dos professores, sem assumir, novamente, que a direção do sindicato era contrária ao programa:

Da melhor maneira possível, procuramos expressar a oposição da grande maioria dos professores da UFMG ao plano de adesão ao Reuni apresentado pela Reitoria, informando as inconsistências e incoerências contidas na proposta da universidade (APUBH, 2008).

A oposição da maioria dos docentes não era exclusividade da UFMG, pois professores de universidades federais de todo país já vinham se manifestando contrários à política de expansão nos moldes propostos pelo REUNI. O que se evidencia do trecho acima é a forma apartada como a direção do sindicato coloca a oposição ao programa, como se a direção não estivesse de acordo com a maioria dos docentes. Como mencionado no capítulo 3, a adesão da UFMG ao REUNI se deu em meio à luta, principalmente do movimento estudantil, devido a forma antidemocrática que não promoveu o amplo debate e desconsiderou as oposições ao plano.

Após a implementação do programa, verificou-se no jornal edição nº 23/2009 o relato de um seminário promovido nos dias 05 e 06 de junho de 2009, pelo APUBH em parceria com PROIFES, com a presença de nove instituições a ele vinculadas (UFRR, UFRN, UFPB, UFBA, UFG, UNB, UFRGS, UFSCAR e UFMG) e um representante do Ministério da Educação. Novamente, a expressão da mercantilização nas universidades públicas a partir do REUNI apareceu nos relatos e denúncias, como a da falta de autonomia das instituições, a incerteza sobre os recursos financeiros necessários à

reestruturação das instituições, a lógica das metas a serem cumpridas e a precarização do trabalho, compreendida em duas frentes - a utilização de alunos de pós-graduação como professores dos novos cursos e relatos de que professores estavam trabalhando sem terem sido efetivamente contratados. Apesar das denúncias e constatações, o informe do seminário contido do jornal edição nº 23/2009 blinda o governo federal das críticas, e encerra da seguinte maneira:

O compromisso de realizar mais discussões sobre o programa e formatar uma proposta com sugestões de melhorias foi firmado ao final do seminário, visando garantir o cumprimento das metas do REUNI, melhores e mais condições de acesso às IFES, garantindo também a melhoria das condições de trabalho para os docentes (APUBH, 2009a, p.13).

A postura conciliatória adotada pelo sindicato dos professores da UFMG era condizente com o que se propunha o PROIFES.

No jornal nº24/2009, há denúncia sobre a precarização do trabalho e revela a diversificação das contratações de docentes na UFMG. O enfoque da matéria era a denúncia de que o salário de professor substituto era inferior ao salário-mínimo, contrariando a lei que orienta a remuneração desse tipo de docente. Segundo a matéria, em 2009, o Centro Pedagógico possuía cerca de 65% docentes substitutos. A forma de precarização do trabalho manifesta neste caso se concretiza através de contratos precários, o que representa uma das faces da mercantilização da educação na universidade. Os professores nesta condição tentaram lutar contra as condições precárias, como é relatado na matéria:

Houve uma tentativa de boicote ou greve no Centro Pedagógico, mas após um período de tempo, a direção (da Unidade Acadêmica) enviou uma ordem aos professores mandando-os voltar, pois do contrário seriam demitidos. Numa última tentativa de sensibilização da administração da Universidade, os professores optaram por voltar às aulas, mas usando uma blusa preta como sinal de protesto (APUBH, 2009b, p.8).

Apesar de a diretoria do sindicato anunciar a questão, não fica claro, no texto da publicação, se a oposição dos docentes contou com apoio necessário da entidade. Desde a identificação do tipo de ação adotada pelos docentes até o relato da represália da direção da unidade, o sindicato aparece como entidade omissa e passiva, e a estratégia alternativa de luta apresentada pela diretoria é a via judicial.

Já nas publicações do ano de 2010 não aparece a discussão sobre a mercantilização da educação ou suas consequências na UFMG. As discussões

privilegiadas são relacionadas ao âmbito jurídico do sindicato, destacando a forma de luta privilegiada pela direção sindical naquele período.

Em 2011, ainda sofrendo as consequências do REUNI, os servidores técnico-administrativos realizaram uma greve que pressionou o sindicato a se posicionar, abrindo o editorial da edição nº 30 do jornal da APUBH:

Greve. Essa é a realidade na UFMG hoje. Greve dos técnico-administrativos, não dos docentes. [...] E os professores, nossos colegas, começam a nos perguntar se a APUBH não fará greve. Eu sempre explico que sindicato não faz greve. Quem faz greve são os trabalhadores, pois nós que recebemos salários que não serão ajustados, somos nós que temos demandas de melhorias nas condições de trabalho [...] (APUBH, 2011, p.2).

A luta ativa e coletiva ultrapassa o desejo individual dos trabalhadores, e, nesse sentido, o papel impulsionador do sindicato é crucial. No entanto, partindo de uma premissa verdadeira de que são os docentes que fazem greve, a direção do APUBH se eximiu de sua responsabilidade enquanto entidade responsável pela organização da luta coletiva dos trabalhadores docentes da UFMG. Haveria a possibilidade de deflagração de uma greve, caso a entidade convocasse os docentes, mas essa hipótese apenas se conformaria se houvesse a iniciativa da diretoria do sindicato, o que não ocorreu. Nessa mesma edição do jornal, consta o relato de uma audiência pública com representante dos três segmentos universitários e o reitor para debater o corte de verbas anunciado pelo governo Dilma naquele ano, na ordem de 3 bilhões de reais. O pronunciamento do presidente do sindicato é contrário aos cortes nos recursos e à contratação de professores substitutos, mas a solução apontada para tais problemas é inócua, como se observa no trecho abaixo:

José de Siqueira, presidente da APUBH, chamou atenção para as condições do trabalho docente e dos servidores técnico-administrativos na UFMG que tiveram a sua carga de trabalho aumentada em função do Reuni. Por isso, os concursos e a contratação de pessoal novo são fundamentais para garantir a saúde da educação que se quer oferecer aos milhares de alunos da universidade. Siqueira também se posicionou contrário à contratação de professores substitutos, pois é uma solução temporária para um problema que só pode ser sanado com a realização de concursos para professores efetivos. E finalmente, ressaltou a importância da publicação de uma moção contrária aos cortes nos recursos (APUBH, 2011).

As evidências e motivos para a organização dos trabalhadores eram constatados no curso da implementação do REUNI, e novamente revelavam-se os efeitos do processo de mercantilização da educação; neste caso, através do processo de

intensificação do trabalho de técnicos e docentes e realização de contratos precários. E a forma de ação apresentada pelo sindicato foi passiva, através de uma moção contra os cortes de recursos.

Ainda em publicação de novembro de 2011 encontrou-se uma matéria no jornal nº 31/2011 sobre um seminário promovido pelo sindicato dos professores em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES) e a Organização dos Aposentados e Pensionistas (OAP), para discussão sobre aposentadoria, tema de grande tensão na ocasião, pois já se faziam sentir, na prática, grandes perdas imputadas aos aposentados e pensionistas. Em um dos dias do seminário, foi abordado sobre a criação da FUNPRESP. Tal fundação introduziu o modelo privado de gestão de aposentadoria para os servidores públicos, e pode ser vista como parte de um movimento mais amplo de mercantilização do serviço público, que inclui não só o ensino, mas também a forma como os trabalhadores são tratados em relação a direitos previdenciários, sociais e benefícios. A criação dessa fundação contribuiu para um cenário no qual o serviço público deixa de ser uma responsabilidade integral do Estado e passa a ser, em maior grau, gerido e financiado por mecanismos privados e pelo mercado. No seminário promovido pelo sindicato, além de representantes do governo que elucidaram que a motivação da criação da FUNPRESP estava diretamente relacionada à redução de gastos estatais, participou também uma consultora de previdência do Banco do Brasil, que apresentou, como alternativa aos docentes presentes, a participação em outro fundo de previdência privada, ligada ao Banco do Brasil. Apesar da temática sobre a mercantilização aparecer novamente em debate, não houve, por parte da direção do sindicato, uma indicação de problematização da FUNPRESP e proposta de luta em defesa do regime de previdência público. Ao contrário, a alternativa apresentada aos docentes foi a indicação de outro fundo privado alternativo à FUNPRESP.

No ano de 2012, apenas um jornal é publicado, e nele há um panorama da greve realizada naquele ano. Apesar de trazer um retrospecto da greve, reconhecendo a importância da mobilização, não fica explícita a maneira como o sindicato conduziu o movimento paredista. No trabalho de Moreira (2020), a autora afirma que a greve de 2012 ocorreu por iniciativa de um grupo de oposição à diretoria do sindicato.

Para ocorrer na UFMG, a greve de 2012 teve que se enfrentar com a concepção político-sindical de tipo lobista da diretoria do APUBH. Tal condição se concretizou a partir de iniciativas do único agrupamento de

oposição que se estabeleceu durante o período de 2011 a 2016 (Moreira, 2020, p.192).

Apesar de a UFMG participar da greve de 2012, esse processo foi caracterizado, principalmente, pela luta de docentes que não compunham a direção sindical, como revelado por Moreira (2020). A greve de 2012 foi uma das mais longas e teve, como reivindicação central, a reestruturação da carreira, a valorização da educação pública e melhores condições de trabalho e de ensino. Em avaliação política sobre a greve, a diretoria ANDES-SN sintetizou que os motivos que levaram a categoria docente à greve foram “ausência de uma carreira estruturada com remuneração digna e as precárias condições de trabalho e de infraestrutura que hoje ocorrem no interior das instituições federais de educação.” (ANDES-SN - circular nº 211/2012, p.2). A greve, que havia sido gestada desde 2010, lutava, dentre outras questões, contra o sucateamento promovido pela implementação do REUNI nas instituições federais, e, por isso, compreende-se que se configurava como processo de luta contra a mercantilização das universidades públicas.

A luta pela participação de maneira ativa na greve de 2012 desnudou as contradições e conflitos entre a direção do sindicato e docentes da UFMG de maneira geral, e evidenciou quão perigoso é para a organização dos trabalhadores a relação próxima das direções sindicais com o governo. Isso porque o desfecho da greve foi encaminhado pelo próprio governo federal, a partir da assinatura de um acordo com o PROIFES “entidade criada e alimentada pelo próprio governo, desrespeitando a totalidade das manifestações de assembleias de base (aí incluídas as das bases que o PROIFES alegava representar) que rejeitaram a proposta do governo.” (Mattos, 2013, p.138).

Prosseguindo a análise dos documentos produzidos pelo APUBH, em 2013 verificou-se a existência de duas edições do jornal, de número 33 e 34. A edição de número 33, publicada em julho, noticia situações que se relacionam com a mercantilização da educação e ações passivas apresentadas pelo sindicato. A primeira matéria se trata de uma resposta da diretoria da entidade ao questionamento feito em assembleia de professores sindicalizados realizada em março de 2013 sobre o plano de lutas do sindicato, onde são apresentadas as justificativas da diretoria quanto à inexistência de um plano de lutas:

Salientamos aos presentes que aquela era uma assembleia ordinária – prevista no estatuto para acontecer anualmente no mês de março – com pauta exclusiva de apreciação das contas do exercício anterior e do relatório de atividades da diretoria. Não há um documento intitulado “Plano de Lutas da APUBH”. Mas temos propostas de ações, delineadas no programa da chapa que concorreu à eleição [...] E temos resultados que apresentamos nos relatórios anuais de atividades das diretorias [...] Nem tudo são lutas: temos momentos de descontração, momentos de lazer inteligente e temos lutas também (APUBH, 2013a).

A resposta acima expressa o conflito aberto no processo da greve de 2012 na UFMG. A publicação do jornal é colocada, ainda, como uma espécie de relatório das atividades que a diretoria da entidade promove. Esta mesma edição traz duas questões referentes à mercantilização da educação pública: a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e a luta contra a implementação do ponto eletrônico para os docentes da carreira EBTT. Sobre a EBSERH, a análise da proposta foi realizada e assinada pela assessoria jurídica do sindicato. Detendo-se a uma descrição da proposta do governo dos objetivos da empresa, a Assessoria Jurídica do sindicato realiza a análise da minuta de contrato que seria assinado pela UFMG e que havia sido apresentada às congregações das unidades. A análise se atém a indicar que existiriam inconsistências no contrato, sem questionar a existência de tal empresa para gerir os hospitais públicos. A matéria conclui, apontando a via judicial como alternativa para não assinatura do acordo. “Por tudo isso, conclui-se que muito há para ser debatido antes da contratação da EBSERH pela UFMG, podendo até mesmo ser avaliada a adoção de medidas judiciais para a anulação da contratação [...]” (APUBH, 2013a).

A segunda matéria da edição do Jornal da APUBH de número 33/2013 abordava a implantação do ponto eletrônico para docentes da carreira EBTT a partir de uma portaria publicada pela Reitoria. Há o relato de assembleia dos professores realizada com docentes do Colégio Técnico, do Centro Pedagógico e do Instituto de Ciências Agrárias. A implementação de controle de frequência via ponto eletrônico é contestada pelos professores, pois pode ser interpretada como um elemento relacionado ao processo de mercantilização da educação pública. Embora não seja uma forma direta de mercantilização, essa prática reflete transformações gerenciais inspiradas pela lógica do mercado no setor público. Entre as questões que podem aproximar a adoção do controle de frequência por meio do ponto eletrônico com o processo de mercantilização pode-se citar que este tipo de medida prioriza o controle e a mensuração da produtividade do trabalho docente, características típicas de ambientes mercantilizados. Essa lógica desconsidera, ainda, as especificidades do trabalho acadêmico, que vai além das horas

de ensino presenciais e remotas, incluindo pesquisa, extensão, planejamento, correções, orientações, entre outras, além de atividades realizadas fora do ambiente institucional, tais como participação em bancas, eventos acadêmicos, intercâmbios interinstitucionais etc. A obrigatoriedade do ponto eletrônico poderia, ainda, reduzir a autonomia dos professores, submetendo o docente a mecanismos típicos de controle empresarial, o que poderia levar à desvalorização das dimensões mais amplas do trabalho acadêmico. E, em última instância, a implementação do ponto eletrônico pode caracterizar-se como a preparação para reformas mais amplas no campo do trabalho docente, uma vez que medidas como o ponto eletrônico são frequentemente associadas a políticas de reforma administrativa que visam reduzir custos e adaptar o setor público às exigências de eficiência do mercado.

Tais argumentos acima expostos não foram apontados na matéria do jornal do sindicato, que se atém à denúncia da forma impositiva com a qual a Reitoria publicou a portaria, e a afirmação de que a exigência do ponto para os servidores técnicos-administrativos tinha caráter político, em represália ao movimento paredista protagonizado por essa categoria.

Em audiência anterior com o Reitor e o pró-reitor de Recursos Humanos [...] a diretoria da APUBH questionou o até então rumor de que a reitoria cobraria ponto eletrônico dos docentes do EBTT [...] “A resposta evasiva naquele instante foi que a lei exigia o controle de ponto, omitindo o real motivo que foi um acordo de gabinete firmado com os sindicatos dos servidores técnicos-administrativos da UFMG objetivando o fim da greve daquela categoria”, disse Azevedo (APUBH, 2013a).

A proposta de encaminhamento adotada pela diretoria do APUBH é caracterizada, novamente, como ação passiva institucional, de baixo ou nulo efeito, pois não enfrenta o problema junto com os docentes. Foi protocolado um recurso administrativo, junto à Reitoria, solicitando a anulação da portaria, e uma indicação de ação, mas com ressalva de que essa seria ajuizada apenas se estivessem esgotadas as tentativas de barrar a medida via recursos administrativos. A Reitoria, momentaneamente, suspendeu a portaria que obrigava a cobrança de ponto, mas a proposta não foi extinta. Inclusive o tema retornou ao debate na greve da Educação federal de 2024.

Já na edição de número 34 (APUBH, 2013b), publicada no mesmo ano, não foi localizada a abordagem da temática da mercantilização da Educação Superior. Essa era uma edição especial que tratava, exclusivamente, de informes jurídicos, na qual os

filiados são colocados a par das ações movidas pelo sindicato. Naquele período, a aposta da diretoria do sindicato era de que a garantia dos direitos era possível através de relações amistosas com a Reitoria, ou, em última instância, pela via administrativa ou judicial. A diretoria do sindicato, em uma das seções dessa edição, orienta os docentes da seguinte maneira:

A Reitoria e a Administração central têm, sistematicamente, retirado direitos dos docentes da UFMG. A APUBH rejeita esta atitude e tem feito todos os esforços para reverter essas situações através do diálogo com a Reitoria. No entanto, quando falha o diálogo, o que tem sido a norma, a APUBH orienta os professores para que ajam pela via administrativa e, como também têm sido rechaçados os recursos administrativos, a APUBH propõe ações judiciais. Infelizmente a via judicial tem levado mais de uma década para trazer resultados aos professores, nem sempre positivos. Por isso, é sempre a última alternativa que a APUBH procura oferecer a seus filiados (APUBH, 2013b).

O processo de precarização e intensificação do trabalho está intimamente ligado ao processo de exploração do trabalho no modo de produção capitalista. Logo, a priorização da luta via ação passiva é insuficiente para a superação das contradições de classe, pois está inserida em um quadro de conformidade com as estruturas de dominação capitalista. Essa edição se configura como mais uma evidência de que o tipo de ações priorizadas pela direção do APUBH pode comprometer a luta dos docentes ante os ataques sofridos.

Em 2014, somente foi possível ter acesso a uma edição do jornal, a de nº 35, publicada em julho (APUBH, 2014). Nesta edição, consta um informe sobre o início de uma nova gestão da diretoria do sindicato, em continuidade à gestão anterior. Não se teve acesso às edições do jornal publicados em 2015 e 2016. A análise das publicações é retomada na edição de nº 40, somente publicada em março de 2017 (Jornal APUBH, nº 40, 2017), em que também não aparece qualquer discussão sobre a temática da mercantilização da Educação Superior. O enfoque dado nesta edição, para além dos usuais informes jurídicos, foi a iminência da reforma da previdência social do país, proposta pela PEC n.º 287/2016. A reforma da Previdência afeta diretamente os trabalhadores da educação, que enfrentam condições de trabalho mais precarizadas, aposentadoria mais tardia e benefícios reduzidos. Esses fatores desestimulam a carreira docente e podem fomentar a busca por alternativas privadas de formação e emprego, fortalecendo setores educacionais privados. Ademais, a reforma da previdência e a mercantilização da educação estão interligadas dentro de um projeto mais amplo de

reestruturação do estado brasileiro, que, assim como as reformas ocorridas na década de 1995, visaram reduzir os direitos sociais, precarizar o setor público e criar oportunidades de mercado para o setor privado. Destaca-se, dessa pauta, a forma de ação passiva apontada pelo sindicato. O editorial do jornal diz: “É tempo de, a exemplo, dos demais sindicatos do país, promover ações de esclarecimento da categoria para a mobilização contra o desmonte da previdência. A informação e o conhecimento são as nossas principais armas contra a PEC.” (APUBH, 2017). Das ações unificadas, verificou-se atividades conjuntas do APUBH com o PROIFES, na promoção de um seminário na universidade e a participação em ato unificado convocado pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo Sem Medo, grupos que reúnem sindicatos, entidades estudantis e outras organizações dos movimentos sociais próximos ou vinculados a partidos da base ao governo do PT. Não há informações de convocações ou mobilizações da categoria por parte do APUBH após a publicação da última edição do jornal disponibilizada e que se teve acesso, a de número 41.

Além dos jornais publicados, analisaram-se as duas edições da Revista “Caminhos” a que se teve acesso, quer sejam de 2012 e 2016, e verificou-se que o tema da mercantilização aparece apenas na primeira. Em um artigo assinado por Fernando Pimentel de Souza, o docente faz uma análise sobre o “A nova previdência para os servidores públicos” (APUBH, 2012), a FUNPRESP. Além de um retrospecto sobre a previdência no país e críticas a supersalários em algumas carreiras do setor público, o autor mescla opiniões sobre a existência da FUNPRESP, defende que o fundo deveria ser de direito privado, critica o investimento na bolsa de valores e apresenta alguns dados que questionam o propalado déficit do regime de previdência social. Apesar de concluir que a criação da FUNPRESP tratava-se de um engodo, no geral, o artigo coloca a posição de que o governo deveria considerar algumas sugestões ao projeto de lei complementar, que na época estava em tramitação, e que essa seria uma solução às contradições apresentadas pela nova previdência privada.

É válido mencionar que a Revista “Caminhos” é uma publicação do sindicato direcionada aos professores, tendo como um dos eixos temáticos a “Mercantilização da Educação”. No entanto, foi anunciado na assembleia de professores realizada em 14/03/23 que o Setor de Organização da Política Sindical do APUBH, em Âmbito Nacional, decidiu reativar a Revista “Caminhos”, indicando que seria divulgada a composição do conselho editorial e a abertura para submissão de artigos, mas tal medida não se concretizou até o ano de 2024.

Como mencionado, a partir de 2018, na ausência de publicações do jornal e de novas edições da revista, buscou-se, através do *site* do APUBH, notícias que reportassem à questão da mercantilização, tendo como referência a luta empreendida pela sindicato nacional da categoria e suas formulações. Foram encontradas mais de mil publicações na seção “Acontece APUBH” e “Notícias APUBH”, no período de 2018 a 2023. Desse quantitativo, a partir da leitura de todas as notícias do período, selecionou-se apenas as reportagens/reproduções que reportavam à temática em estudo. Este trabalho permitiu analisar de maneira mais qualificada tais publicações. Verificou-se que algumas publicações eram notícias repostadas no *site* do APUBH, que, na verdade, consistiam em reprodução de matérias veiculadas no *site* de outras entidades, como ANDES/SN ou de outros veículos de comunicação, como a Agência Brasil.

Os cortes e bloqueios orçamentários promovidos no final da gestão do governo Temer apareceram em três publicações do APUBH no ano de 2018. Compreende-se que os cortes e restrições orçamentarias impostas pelas medidas citadas se relacionam com a mercantilização, pois se constitui como um mecanismo de esvaziamento do financiamento das instituições públicas, que induz as instituições a buscarem formas alternativas para manutenção de suas atividades.

Na primeira publicação, datada de 22/06/18, intitulada “MP 839? Somos Contra!” (APUBH, 2018a), a diretoria do APUBH divulgava que os totens e *Outdoors* da entidade estavam ocupados com imagens que faziam referência à Medida Provisória (MP) nº 839, editada pelo governo Temer em resposta à greve dos caminhoneiros de 2018. Tal medida cortava R\$ 9,5 bilhões de áreas essenciais como CNPq, MEC, Ministério da Saúde e outras instituições estratégicas, afetando diretamente a educação, a pesquisa e a saúde públicas. Conforme exposto na publicação, as consequências da MP nº 839 foram debatidas no dia 06/06/2018, em uma roda de conversa promovida pela nova diretoria da APUBH, com o tema “A greve dos caminhoneiros, a Petrobras e os reflexos da MP 839 na Universidade”. A MP nº. 839 representava a intensificação do desmonte de direitos sociais iniciado com a Emenda Constitucional nº 95 (PEC do Teto de Gastos), aprofundando cortes que impactavam as universidades em ensino, pesquisa e extensão. A publicação foi encerrada com uma convocação da diretoria do sindicato para que os docentes se mobilizassem contra a medida, sem indicar, entretanto, quais ações seriam realizadas naquele momento.

A segunda publicação, de 03/08/18 (APUBH, 2018b) consistia em uma nota de repúdio da diretoria da APUBH contra os cortes orçamentários em Ciência, Tecnologia,

Saúde e Educação para o ano de 2019. A publicação finalizava com a convocação de assembleia da categoria para deliberação sobre participação na paralisação e ato que se realizaria no dia 10/08/18.

E a terceira publicação, de 04/09/18, tratava-se de uma nota da diretoria da APUBH sobre a MP 849, que adiava o reajuste dos servidores federais de 2019 para 2020, denunciando a quebra do acordo firmado com o governo em 2016 (APUBH, 2018c).

Em 2018, também foram encontradas duas publicações referentes à FUNPRESP, a primeira, datada de 20/07/18 (APUBH, 2018d) e a segunda, de 25/07/18 (APUBH, 2018e), ambas assinadas pela assessoria jurídica do sindicato. A primeira, além do caráter explicativo, apresentava o fundo privado e destacava que, no plano jurídico, tramitava uma ação para que fosse suspensa qualquer restrição temporal para migração para o fundo, até que a Suprema Corte apreciasse a constitucionalidade da criação da FUNPRESP (APUBH, 2018d). A segunda publicação divulgava a cartilha intitulada “FUNPRESP: O QUE SABER ANTES DE ADERIR”, publicada pelo APUBH e assinada por um escritório de advocacia (APUBH, 2018e). A cartilha apresentava os prós e os contras da adesão ao fundo, sem nenhum tipo de problematização.

Identificou-se, também, a reprodução de uma matéria originalmente publicada em *site* oficial do governo federal Agência Brasil, que tratava da edição do Decreto nº 9.507, que estabelece diretrizes para a contratação de serviços terceirizados pelas administrações públicas, incluindo órgãos da União, estados, municípios e Distrito Federal (Vilela, 2018). O Decreto nº 9.507 e a mercantilização da Educação Superior estão interligados no contexto de que a terceirização é uma ferramenta que pode reduzir a presença do Estado nas atividades essenciais das universidades, criando uma dinâmica na qual interesses empresariais e de mercado influenciam a gestão educacional. Isso reflete uma lógica mercantil que prioriza eficiência econômica e redução de custos em detrimento de aspectos sociais, educacionais e de qualidade de vida dos trabalhadores e estudantes. Em realidade, as universidades públicas já convivem com a terceirização de atividades em atividades como segurança e limpeza, no entanto, a discussão não foi problematizada em outras publicações do sindicato.

Em 2019, primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro, verificou-se que as publicações do APUBH reverberaram o novo contexto político. A direção do sindicato sob nova gestão, deu visibilidade à participação na primeira reunião do comitê executivo do Observatório do Conhecimento (OC), realizada em 11 de junho de 2019,

conforme relatado na publicação de 12 de junho de 2019 (APUBH, 2019a). O OC foi criado em abril de 2019 sob o protagonismo de dez associações e sindicatos de docentes (Observatório, 2024). A iniciativa se deu após a eleição de Jair Bolsonaro, sob premissa de defender as universidades públicas dos ataques desse governo. Tal organização não se vincula de maneira explícita a nenhum partido ou sindicato nacional, mas pelas sessões sindicais que compõem a organização, pode-se verificar que se trata de uma iniciativa protagonizada pelo PROIFES. Em um trecho divulgado, lê-se: “diretor do APUBH chamou a atenção para a necessidade de o Observatório refletir e combater o processo em curso de mercantilização da educação brasileira que tende a oprimir a educação pública.” (APUBH, 2019a). Apesar de indicar a necessidade de combate a tal processo em curso, o relato da reunião não indica nenhum encaminhamento concreto nesse sentido. Inclusive, um dos membros do observatório presente nesta reunião revela o caráter não reativo da organização: “Eduardo Valdoski, da ADUFRJ, lembrou as motivações iniciais do observatório, destacando que a ideia não era ser reativo, mas sim produzir insumos para a defesa da educação, da liberdade acadêmica e o combate aos cortes” (APUBH, 2019a).

Como mencionado no capítulo três, o APUBH não possui, desde 2011, vinculação nacional formal com nenhuma das entidades sindicais que se propõem a representar os docentes das instituições federais de Educação Superior em âmbito nacional - ANDES/SN e PROIFES. A diretoria do APUBH transita por essas entidades sem, contudo, assumir efetiva organicidade e participação dos professores que compõem a base da categoria em nenhuma delas. Verifica-se, entretanto, grande aproximação ao PROIFES no cenário de lutas, mesmo após sua desvinculação formal dessa federação. Como evidência dessa aproximação, tem-se, além da adesão ao OC, o relato da participação de um diretor do APUBH no XV Encontro Nacional do PROIFES em Belém do Pará, em agosto de 2019. Segundo o “Acontece no APUBH” do dia 09/08/2019 (2019b), um dos resultados deste encontro foi uma nota conjunta sobre o assunto com a meta primordial de “Luta mundial contra a mercantilização e privatização da educação” (APUBH, 2019b). Apesar de se propor a uma luta contra o processo de mercantilização, não há, posteriormente, indicativos de como e se esse pretenso enfrentamento foi organizado.

Constatou-se, a partir da pesquisa documental realizada, que o Future-se³⁶, que revelou a ameaça mais iminente de privatização e mercantilização nas instituições públicas de ensino superior, apareceu em algumas publicações do APUBH em 2019. No dia 22 de julho de 2019, a diretoria executiva do APUBH publicou uma nota sobre o referido programa, em que denunciavam o programa e afirmavam a necessidade de envolvimento da comunidade universitária na luta contra esse ataque, como se verifica no trecho extraído:

Na prática, o incentivo à captação de recursos próprios via “Future-se”, submetida aos interesses do mercado, é uma forma de privatização vinculada à perda da autonomia universitária. A óbvia consequência é o direcionamento das atividades acadêmicas (ensino, pesquisa e extensão) para o lucro sob o ponto de vista do mercado. É urgente que a Comunidade Universitária se envolva nesta discussão e lute contra este gravíssimo ataque à Universidade Pública. A Diretoria do APUBHUFMG+ prepara para agosto a chamada de reuniões e assembleia para que os Professores e Professoras se envolvam mais ainda nesta luta (APUBH. 2019c).

Posteriormente, em 25/07/2019, a diretoria do sindicato noticiou a realização de uma “campanha de sensibilização e mobilização da categoria docente sobre a grave ameaça representada pelo Future-se” (APUBH, 2019d). Tal campanha fez parte das ações anunciadas pelo sindicato, que relatou que já havia reunido com a reitora e o vice-reitor da UFMG, na companhia do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES), representante dos servidores técnico-Administrativos da UFMG e do Diretório Central dos Estudantes (DCE/UFMG); e que o Projeto “Future-se” seria um dos pontos de pauta da próxima assembleia marcada para o início do segundo semestre letivo. Havia, ainda, a indicação de que o sindicato promoveria “uma ocupação visual dos *campi* e unidades acadêmicas da UFMG e *campus* de Ouro Branco da UFSJ, com a divulgação da campanha, em 26/07/2019, cuja palavra de ordem era: Defender a Educação é Derrotar o Projeto “Future-se”!”. (APUBH, 2019e).

Verifica-se que a campanha contra o “Future-se” foi a principal frente de luta contra a mercantilização da educação naquele período, e o formato privilegiava atividades de caráter institucional, como identificado nas publicações referentes ao segundo semestre de 2019. Há o registro de uma audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no dia 09 de setembro de 2019, em que duas representantes do APUBH

³⁶ O “Future-se” foi abordado no capítulo 3 dessa tese. Ver mais em Giolo; Lehr; Sguissard (2020).

fizeram falas contra o programa e em defesa da universidade pública (APUBH, 2019f). Em outubro desse mesmo ano foram registradas participações do APUBH em duas atividades relacionadas à campanha contra o programa Future-se. A primeira, realizada no dia 02/10, contou com a presidente do sindicato em uma mesa de análise de conjuntura, organizada pelo DCE/UFMG dentro das atividades da Greve Nacional da Educação (APUBH, 2019g). E a segunda, realizada no dia 16, durante o “Colóquio Educação Superior: dimensões e perspectivas transdisciplinares: Future-se em perspectiva”, promovida pelo APUBH, em parceria com o Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG (IEAT/UFMG) e a Faculdade de Educação da UFMG, no qual se debateu a mercantilização e o autoritarismo presentes no programa. (APUBH, 2019h).

No mês de novembro de 2019, o APUBH participou da Mesa Redonda intitulada “A Reforma Empresarial da Educação”, promovida pelo sindicato e o Projeto de Extensão “Contradição: Formação do Pensamento Crítico”, da Faculdade de Ciências Econômicas. Na oportunidade, o professor Luiz Carlos Freitas, principal expositor, tratou da racionalidade neoliberal que norteia as reformas empresariais da educação no Brasil e no mundo. O representante da diretoria do APUBH, em sua fala, abordou sobre o programa Future-se, alertando que o programa representava “o fim da universidade pública e o fim da universidade em geral”³⁷ (FACE UFMG, 2019).

Apesar da mobilização e participação nas atividades acima destacadas, algumas matérias veiculadas eram aportadas no setor jurídico da instituição, seguindo a prática das diretorias anteriores. A nota da minuta do projeto de lei do Future-se (APUBH, 2019i) e a matéria de 24/01/2020, intitulada “2020 inicia com mais um ataque à educação pública, gratuita e de qualidade: nova minuta do Projeto de Lei que visa implementar o Future-se é apresentada” (APUBH, 2020), também assinada pela assessoria jurídica do APUBH, são indícios que permitem tal afirmação. Entende-se que o setor jurídico de um sindicato possui o papel de dar suporte e orientação aos dirigentes da entidade, em lugar de substituir a voz política do sindicato. O predomínio de textos assinados apenas por advogados pode indicar uma inversão de prioridades, onde a defesa de direitos é mais técnica do que resultado de decisões políticas tomadas coletivamente.

³⁷ Fala do representante do APUBH registrada em 1:43:41 do vídeo.

A luta importante e necessária encampada nas universidades públicas, que rechaçou o projeto, fez com que o governo não conseguisse aprová-lo nas instâncias legislativas. O projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados em 02/06/2020 e, sem parecer das comissões específicas, não foi votado na Câmara. Por conseguinte, não foi encaminhado ao Senado. Importante destacar que, a despeito disso, até dezembro de 2024 não havia sido arquivado, porém, com a pandemia do Covid-19 e a necessidade de fechamento das universidades devido ao risco de contaminação em sala de aula, foi adotado, nas IFES, o regime de ensino remoto emergencial. Tal medida tomada, como o próprio nome sugere, em caráter emergencial, dada a ausência de vacina capaz de imunizar a população naquele íterim, foi alvo de preocupação por parte da comunidade acadêmica e do ANDES/SN, que promoveu vários debates de maneira remota, entre eles o debate “EAD, Trabalho remoto e a precarização do trabalho docente na pandemia”, realizado em 2 de junho de 2020 (ANDES/SN, 2020a) e o debate “Mundo do trabalho e organização sindical em tempos da pandemia”, realizado em 28 de julho de 2020 (ANDES/SN, 2020b). O ANDES/SN lançou também, em setembro de 2020, a cartilha “Projeto do capital para a educação, volume 4: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente” (ANDES/SN, 2025). Sobre esse tema, a diretoria do APUBH posicionou-se reproduzindo uma matéria elaborada pelo ANDES/SN que faz referência ao processo de mercantilização da Educação Superior pública. Com título: “MEC cria grupo de trabalho para ampliar oferta de EAD nas universidades federais”, publicado em 26 de outubro de 2020, (APUBH, 2020). Tratava de uma matéria em caráter de denúncia, novamente sem proposições ou problematizações por parte da diretoria do APUBH.

Em 2021, duas matérias que se relacionam com a temática da mercantilização são encontradas. A primeira, de 14 de maio de 2021, divulga um documento intitulado “Análise de Conjuntura: cenários internacional, nacional e da Educação superior”, assinado pela diretoria do APUBH. Neste documento, há a denúncia dos cortes promovidos pela gestão de Bolsonaro e o chamado para que a construção de uma greve da educação esteja na pauta de lutas da categoria. Enfatiza o documento que:

Especificamente em relação à nossa categoria, o cenário é de extrema gravidade: corte de verbas, aumento da descontinuidade das atividades básicas das universidades, descrédito, por parte do governo federal, à ciência e ameaça de volta presencial das atividades de ensino, mesmo sem vacinação em massa. [...] Com relação à UFMG, o corte de gastos deixa a universidade com os mesmos recursos que possuía em 2008, quando tinha 20 mil alunos.

Hoje há 60% a mais e cerca de 8,5 mil deles são apoiados em ações afirmativas. [...] Por tudo isso, a perspectiva que se aproxima é de acirramento das tensões contra o Governo Federal. A proposição de uma greve geral e nacional da educação deve estar na ordem do dia das nossas próximas lutas (APUBH, 2021a).

Apesar de anunciar a proposição de uma greve geral nacional da educação, essa temática não apareceu em outros informes ou convocações à categoria. A referência à greve nesse ano foi localizada apenas no edital de convocação da última assembleia realizada com a categoria, em 11 de agosto de 2021, com a proposição de “Adesão à Greve Nacional do Setor Público / Dia nacional de mobilização contra a PEC-32 (dia 18 de agosto)”. (APUBH, 2021b)

A segunda matéria encontrada, datada de 24 de junho de 2021, tratava da divulgação do ofício enviado à Reitoria a respeito da alteração da resolução nº 10/95. Este ofício havia sido aprovado em assembleia que contou com a participação da reitora da universidade. Como abordado no capítulo 2 dessa tese, a alteração dessa resolução representou na UFMG a abertura para captação de recurso por meio de parcerias com a iniciativa privada. Nesse sentido, a diretoria do APUBH, que havia aprovado o texto da carta em assembleia docente, enviou o ofício destacando que:

O APUBH tem por princípio a defesa da concepção de uma instituição pública mantida pelo Estado, não financiada pelo setor privado. A proposta de revisão da Resolução 10/95, entretanto, estabelece um vínculo perigoso da universidade com as organizações privadas, incentivando relações mercantis na UFMG. A abrangência conceitual ilimitada do vocabulário que constitui o referido documento, sobretudo a expressão “financiamento privado”, carrega conotações várias, prejudiciais às definições claras e precisas quanto ao cerceamento das atividades previstas. [...]O Sindicato alerta, então, para o risco do atendimento da referida resolução aos desígnios do projeto neoliberal em curso no nosso país, ao retirar o Estado de suas obrigações sociais (APUBH, 2021c).

Ao finalizar o ofício, que traz elementos importantes e necessários sobre a alteração da resolução, faz um apelo para que a Reitora não aprecie a temática na pauta do conselho universitário.

Assim, diante dos riscos que a nova resolução traz para a autonomia e a independência crítica da nossa Universidade, e considerando o momento atual, no qual a luta central da universidade pública é para frear os cortes e ter um orçamento condizente com as suas funções, o APUBH UFMG+ solicita à Reitora a não apreciação do referido documento pelo Conselho Universitário. Estamos em um contexto em que precisamos unir esforços em defesa da universidade pública, financiada pelo Estado, e convidamos o Conselho Universitário a se manter inflexível nesse propósito (APUBH, 2021c).

Além dessas duas matérias, nas publicações disponíveis na Seção “Acontece APUBH”, de 2021, foram encontradas denúncias de cortes e bloqueios orçamentários promovidos pelo governo Bolsonaro. Tais denúncias, via de regra, eram acompanhadas de convocação da categoria docente para participação das atividades e/ou manifestações contra o governo Bolsonaro, que compuseram o *hall* de atividades principais do sindicato naquele ano.

Em realidade, os cortes e bloqueios orçamentários promovidos pelos governos em geral (não apenas na gestão bolsonarista) às universidades públicas não apenas prejudicaram o funcionamento dessas instituições, mas também corroboraram a mercantilização da Educação Superior. O estrangulamento orçamentário vem obrigando as universidades públicas a buscarem fontes alternativas de financiamento, como: parcerias com fundações privadas e empresas; prestação de serviços pagos; projetos financiados pelo setor privado, com interesses voltados para inovação tecnológica e demandas do mercado.

O ano de 2022 foi marcado por publicações e convocação para atos contra o governo Bolsonaro, e pela campanha para eleição de Lula. Apenas duas publicações encontradas no *site* do APUBH relacionavam-se com a temática da mercantilização, ambas veiculadas na sessão “Acontece APUBH”. A primeira, intitulada “Conferência da UNESCO discutiu o papel do ensino superior no desenvolvimento sustentável” (APUBH, 2022a). Tratava-se de uma reportagem que relatava a participação da reitora da UFMG na conferência anunciada. Na análise apresentada pelo APUBH, “Reinventar o ensino superior, tal qual proposto pela UNESCO, reafirma o papel da mercantilização da educação e dos processos formativos institucionalizados na lógica do capitalismo, descaracterizando a educação como bem público” (APUBH, 2022a).

A reportagem conclui afirmando que “fazer frente à mercantilização da Educação continua sendo pauta central a todas as pessoas e entidades comprometidas com a educação pública e a universidade pública [...]” (APUBH, 2022a). Novamente, a direção do sindicato afirma a necessidade de organização para combater a mercantilização, mas sem apontar caminhos pelos quais realizaria tal reação.

A segunda publicação que faz alusão à questão da mercantilização foi a intitulada “Os Custos da Eadização da Educação” (APUBH, 2022b). A matéria problematiza a qualidade da formação dos estudantes dos cursos presenciais e aqueles formados em cursos EAD, contestando a mercantilização dessa forma de ensino

difundida nas universidades privadas. Ao concluir a reportagem, é afirmada a necessidade de não normalizar o avanço da EAD na universidade pública. Aponta-se, ainda, a questão do avanço da EAD como fator de maior preocupação, principalmente após a adoção do regime de ensino remoto. Entretanto, não há questionamentos relativos aos demais cursos EAD ofertados na universidade há anos, com cobrança de mensalidade, por exemplo.

Destaca-se que não se constatou nenhuma publicação relacionada à alteração da resolução nº 10/95 pelo CU da UFMG ocorrida em dezembro daquele ano.

Em 2023, verificou-se que, nas publicações do sindicato, de maneira geral, as análises reafirmavam a importância da eleição de Lula, fato apontado como “o início de um período de esperanças e luta” (APUBH, 2023a). A esperança, conforme a primeira matéria publicada em 06/01/23, residia em acreditar que Lula cumpriria o que anunciou em seu discurso de posse. Mas o texto é encerrado, afirmando que:

Somos também um país refém de um ilógico teto de gastos, que leva a sistemática redução de investimentos em áreas estratégicas para a população brasileira, como saúde, educação e seguridade social. Assim, cabe a nós, movimento sindical, político e movimentos sociais cobrar e agir para que de fato as promessas de posse sejam cumpridas (APUBH, 2023a).

Portanto, a necessidade da luta era afirmada. No entanto, nas publicações seguintes verificou-se um abrandamento da responsabilização de Lula quanto aos problemas relacionados à previdência dos servidores públicos, à iminência da reforma administrativa, e até mesmo às denúncias quanto à atuação de grupos privados dentro do MEC (APUBH, 2023b). Essas foram as temáticas encontradas em publicações de 2023 que se relacionam diretamente com o objeto de estudo dessa tese, porém, ainda se encontrou duas matérias referentes à FUNPRESP, publicadas em 03/02/23. A primeira, intitulada “Rombo bilionário das Americanas S.A. causou prejuízo à FUNPRESP” (APUBH, 2023b) assinada pela diretoria do sindicato, e a segunda intitulada “Nota Jurídica sobre o caso FUNPRESP e as Americanas S/A” (APUBH, 2023c). A primeira matéria aborda a crise financeira desencadeada pelo rombo bilionário das Americanas S.A., que afetou diretamente o fundo de previdência complementar dos servidores públicos federais (FUNPRESP) e impactou diretamente o fundo de aposentadoria da categoria. A matéria destaca, inicialmente, que apesar da melhora inicial de indicadores econômicos no início do governo Lula, o escândalo envolvendo a varejista expôs a vulnerabilidade dos investimentos baseados no mercado financeiro. Apesar de a

FUNPRESP ter sido criada pelo governo Dilma, a matéria enfatiza a importância da luta contra a Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência) promovida por Bolsonaro. Numa espécie de responsabilização seletiva, a diretoria do APUBH destaca apenas a reforma da previdência promovida por Bolsonaro, sem problematizar que a criação da FUNPRESP foi uma das medidas preparatórias para reformas mais profundas (levadas a cabo pela gestão bolsonarista), uma vez que já sinalizava um movimento de equiparação entre os regimes previdenciários dos setores público e privado. Em realidade, as políticas de desmonte foram combinadas e executadas independente de partidos. Já a segunda matéria localizada sobre a mesma temática apresentava abordagem jurídica, e expunha, conforme análise apresentada, que a principal fragilidade identificada na FUNPRESP era a dependência da rentabilidade dos investimentos sem garantia de retorno, deixando os servidores à mercê das flutuações do mercado e ao risco de perda do valor investido.

Na publicação de 10/02/23 (APUBH, 2023d) foi apresentado levantamento de dados³⁸ sobre o quantitativo de estudantes que perderam bolsas de pesquisa do Governo Federal entre 2014 e 2021, evidenciando o desmonte da pesquisa científica no Brasil. A partir desse contexto, a matéria destaca a fala da ministra Luciana Santos sobre a possibilidade de reajuste das bolsas de pesquisa (o que realmente ocorreu posteriormente à veiculação). A publicação conclui, reafirmando a necessidade da luta em defesa da universidade pública, principal responsável pela produção de ciência no país:

Assim, os números demonstram, na prática, como o processo de desmonte da pesquisa científica brasileira foi colocado em prática, nos últimos anos. E por outro lado, não podemos esquecer os contínuos cortes/contingenciamentos na Universidade Pública, a principal produtora de Ciência no Brasil, assim como o sucateamento da carreira das pessoas que trabalham nessas instituições. A luta pela sobrevivência da área de CT&I, portanto, não pode ter trégua. Se acreditamos no papel da produção de conhecimento socialmente reverenciada, inclusiva e que se reverta em benefícios para a sociedade, a nossa mobilização precisa continuar (APUBH, 2023d).

Apesar de a publicação encerrar com discurso de mobilização, não se verificou proposta concreta para tanto e tampouco outras publicações que evidenciam mobilização nesse sentido. O que foi encontrado sobre a temática da falta de investimento nas universidades foi localizado em outra matéria publicada em 05/09/23

³⁸ Os dados apresentados são da matéria publicada da Revista Piauí, intitulada “Pesquisa científica na penúria”.

(APUBH, 2023e). Esta relatava sobre a participação da diretoria do APUBH em audiência pública na ALMG para debater a importância do investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), destacando a atuação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública que financia pesquisa em instituições de pesquisa e empresas brasileiras. A iniciativa e promoção da audiência, conforme relatado na matéria, foi do Bloco Democracia e Luta, presidida pela deputada Beatriz Cerqueira (PT). O destaque dessa reportagem foi o anúncio do diretor-presidente da Finep durante a audiência, de investimento de R\$ 240 milhões para parques tecnológicos no Brasil, sendo R\$ 36,5 milhões destinados a Minas Gerais, contemplando projetos da Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal de Lavras e o BH-Tec/UFMG. Como abordado no capítulo 2 dessa tese, o BH-Tec/UFMG representa a institucionalização das parcerias público-privadas no âmbito da UFMG, fato não problematizado na matéria.

Em março de 2023, foi encontrada publicação que fazia referência à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020. Tal referência fazia o anúncio do reajuste de 9% proposto pelo governo petista. A diretoria do APUBH destacou que “Nas negociações, o Governo também se comprometeu, na cláusula quarta do acordo, a fazer negociações com o Congresso Nacional para retirar da pauta a PEC 32/2020, a Reforma Administrativa” (APUBH, 2023f). A PEC nº 32/2020, que versa sobre a reforma administrativa, propõe mudanças significativas na estrutura e funcionamento do serviço público no Brasil. Sua relação com a mercantilização da Educação Superior se manifesta em diversos aspectos, sobretudo no que diz respeito à lógica de gestão, financiamento e concepção do papel do Estado na oferta de serviços públicos. A reforma administrativa prevê a quebra da estabilidade e redução dos direitos dos servidores públicos, incluindo docentes e técnicos das universidades federais, o que pode enfraquecer ainda mais a autonomia universitária e a qualidade do ensino e da pesquisa. Ao permitir maior contratação de pessoal via vínculos precários e terceirizações, abre-se espaço para a lógica de mercado, com a substituição de servidores concursados por profissionais com vínculos temporários ou contrato. A luta pelo arquivamento dessa PEC colocava-se na ordem do dia. No entanto, a pauta seguiu em tramitação.

Em setembro, outubro e novembro de 2023 foram encontradas três matérias nas publicações do APUBH sobre a temática PEC nº32. A primeira, datada de 14/09/23, constava relato de mobilização do funcionalismo público federal pelo arquivamento da

referida PEC. A mobilização incluía a realização de debate na Câmara dos Deputados e indicativo de uma Plenária Nacional dos Servidores Federais para discussão do tema. A segunda publicação, de 06/10/23, intitulada “Boatos e fatos sobre Reforma Administrativa” (APUBH, 2023g) constituía-se uma defesa do governo das “especulações” geradas a partir de declaração da ministra da Gestão e Inovação. Em entrevista, a ministra anunciou que “nosso ministério foi criado para discutir não a reforma administrativa no âmbito da PEC 32, mas para uma transformação do Estado, para ter Estado mais ágil, mais eficiente” (APUBH, 2023g). Na avaliação da diretoria do sindicato, uma “intensa pressão parlamentar, capitaneada por Arthur Lira (PP/AL), tem levado a tentativas de apuração, por parte da imprensa tradicional, do que seria a proposta do poder executivo para “transformar o Estado” (APUBH, 2023g). Como se pode observar, a diretoria do APUBH tentou amenizar as declarações da ministra, enfatizando que o próprio MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) divulgou notas esclarecendo pontos sensíveis ao funcionalismo. A publicação conclui afirmando que:

Fato é que o clima atual sobre uma eventual reforma administrativa no governo Lula, acuado pelo legislativo, é favorável à divulgação de desinformação. Quanto antes o poder executivo evidenciar seus posicionamentos sobre sua proposta de Reforma Administrativa ou, para usar as palavras da ministra Dweck, explicitar o que está entendendo por “transformação do Estado”, melhor será. A partir daí poderemos, concretamente e com as informações corretas, pressionar o governo e lutar em defesa dos direitos dos servidores públicos federais (APUBH, 2023g).

O indicativo de que o governo afirme seu posicionamento, para, a partir disso, mobilizar a categoria e pressionar o governo, é revelador da relação próxima da direção do APUBH com os gestores estatais e do distanciamento de seus representados. A forma difusa com que o governo Lula tem encaminhado as reformas em seus governos é fator que chama a atenção, e não pode ser desconsiderado pelas entidades que se propõem a defender os interesses da classe trabalhadora.

Após essa publicação, encontrou-se um último registro sobre o tema naquele ano, em matéria publicada em 9/11/23 (APUBH, 2023h). Tratou-se de relato sobre a participação da presidente do APUBH em audiência na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), convocada pelo vereador Bruno Pedralva (PT). Conforme relatado na matéria, o encontro abordou os desafios enfrentados pela educação pública no Brasil, como a redução de investimentos, a precarização do trabalho docente, a privatização de

serviços e políticas neoliberais que fragilizaram a educação e os direitos dos trabalhadores. Em Minas Gerais, destacaram-se críticas à adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), enquanto no âmbito federal foram debatidos os riscos da PEC 32/2020 (Reforma Administrativa). Como encaminhamento, houve o relato da criação de um grupo de trabalho (GT) com representantes das entidades presentes para aprofundar temas centrais como terceirização, criminalização docente, financiamento da educação, democracia nas instituições e valorização profissional.

Em síntese, na análise das publicações levantadas no período, verificou-se que a temática da mercantilização foi tangenciada, aparecendo em relatos sem a problematização e aprofundamentos necessários e, principalmente, sem o indicativo de organização da categoria docente para sua informação, problematização e motivação para o enfrentamento. As publicações analisadas forneceram elementos que permitiram o entendimento de que as formas de ação protagonizadas pela direção do APUBH no período analisado (2007 a 2023) caracterizam-se como institucionais, ou seja, um tipo de atuação que se dá dentro das regras e limites legais estabelecidos pelo sistema, frequentemente subordinada às dinâmicas de negociação estabelecidos pelos representantes do Estado (governos e reitorias) e distantes das necessidades e demandas do universo de seus representados.

4.2 Apresentação dos sujeitos da pesquisa

A coleta dos dados referentes à organização e atuação dos professores na UFMG foi realizada por meio da observação de atividades realizadas pelo sindicato no período de 2021 a 2024. O objetivo dessa observação era identificar e analisar as propostas e ações da diretoria do APUBH e dos diferentes sujeitos participantes das atividades, com foco sobre o tema da mercantilização da Educação Superior.

Antes de tratar das ações observadas, apresentam-se os sujeitos da pesquisa, que se distribuem em dois grupos: o primeiro composto por diretores do APUBH e o segundo por professores da UFMG sindicalizados ou não, em atividade ou aposentados, que constituem o universo de representados do sindicato.

Os 3.288 professores ativos que a UFMG registrou em janeiro de 2025 estavam distribuídos em 23 unidades, conforme dados institucionais disponíveis no *site* da universidade (UFMG, 2024d). As unidades com maior número de docentes são: a faculdade de Medicina, com 370 docentes; seguido do Instituto de Ciências Exatas, com

327 docentes; e da Escola de Engenharia, com 298 docentes. As unidades com menor número de docentes são o Teatro Universitário, com 07 professores; a Escola de Ciência da Informação, com 45 docentes; e o Colégio Técnico, com 59.

Do quantitativo de professores ativos da UFMG, 1201 eram filiados ao sindicato dos professores da UFMG em 2025 (APUBH, 2025), o que representava quase 40% dos docentes. O sindicato contava, ainda, com 1.468 docentes aposentados filiados à entidade neste período, conforme dados divulgados. Entre os 2.669 sindicalizados, 55,01% eram docentes aposentados e 44,99% eram professores em atividade. Dentre o número total de filiados, a entidade esclarece, ainda, que existem 18 docentes que atuam no *campus* de Ouro Branco da Universidade Federal de São João Del Rey (UFSJ) filiados ao APUBH³⁹.

A diretoria geral do APUBH é composta por membros efetivos da Diretoria Executiva e por membros da Diretoria Setorial. A Diretoria Executiva é o órgão de deliberação, gestão e representação do sindicato, e, conforme o estatuto da entidade, é composta por 09 (nove) membros, sendo 7 (sete) efetivos e 2 (dois) suplentes, a saber: I – Presidente; II – Primeiro Vice-Presidente; III – Segundo Vice-Presidente; IV – Secretário Geral; V – Vice-Secretário Geral; VI – Diretor de Finanças; VII – Vice-Diretor de Finanças; VIII – Primeiro Suplente; e IX – Segundo Suplente. A Diretoria Setorial é formada, conforme o estatuto da APUBH, por oito diretorias diferentes⁴⁰, entretanto a sua formação e composição pode ser modificada de acordo com a conveniência de cada chapa que concorre às eleições para a Diretoria Executiva. As chapas concorrentes podem, inclusive, criar ou extinguir diretorias setoriais de acordo com a sua conveniência. Cada Diretoria Setorial pode ter mais de um diretor e as atribuições específicas de cada membro estão definidas em regimento interno do sindicato. Na gestão de 2018/2020, a diretoria setorial era composta por 25 docentes que se dividiam em 6 diretorias; na gestão de 2020/2022, a diretoria setorial foi composta

³⁹ A partir do dia 20/11/2015, foram associados ao APUBH alguns docentes que atuam no *campus* de Ouro Branco da Universidade Federal de São João Del Rey (UFSJ). Tal representação ocorreu em meio à disputa com a Seção sindical do ANDES/SN naquela instituição, conforme relatado no capítulo 3 desta tese.

⁴⁰ A diretoria setorial, conforme o estatuto, é formada por: I – Diretoria de Ciência e Tecnologia; II – Diretoria de Etnia, Gênero e Classe; III – Diretoria de Hospitais Universitários; IV – Diretoria de Política de Ensino Básico e Profissional; V – Diretoria de Política Educacional; VI – Diretoria de Política Sindical; VII – Diretoria de Política Cultural; VIII – Diretoria de Seguridade Social, mas conforme § 3º – A formação e composição da Diretoria Setorial podem ser modificadas de acordo com a conveniência de cada chapa que concorrer às eleições. As chapas concorrentes podem, inclusive, criar ou extinguir diretorias setoriais de acordo com a sua conveniência.

por 19 docentes distribuídos em 4 diretorias; na gestão de 2022/2024, esta diretoria contou com 18 docentes que se dividiam em 5 diretorias setoriais; e na gestão de 2024/2026, 13 docentes integram as 4 diretorias setoriais existentes. No período em que foram observadas as atividades (2021 a 2024), a diretoria geral do sindicato foi composta, conforme disposto no Quadro 7.

Quadro 7 – Membros da Diretoria Geral do APUBH no período de 2020 a 2026

Gestão	Presidente	1º Vice-Presidente	2º Vice-Presidente	Secretário Geral	Vice-Secretário Geral	Diretor de Finanças	Vice-Diretor de Finanças	Primeiro Suplente	Segundo Suplente
2020/2022	Maria Rosaria Barbato (Dir.)	Análise de Jesus da Silva (FaE)	Mateus de Moraes Servilha (FAE)	Maria Luiza G. Araújo (IGC)	Luiz Carlos Villalta (Fafich)	Eliezer Raimundo De Sousa Costa (Coltec)	Marly Nogueira (IGC)	Solange Cervinho Bicalho Godoy (Enf.)	Maria Auxiliadora Pereira Figueiredo (ICA)
2022/2024	Maria Rosaria Barbato (Dir.)	Análise de Jesus da Silva (FaE)	Maria Auxiliadora Pereira Figueiredo (ICA)	Maria Luiza G. Araújo (IGC)	Elaine Leandro Machado (Med)	Marly Nogueira (IGC)	Eduardo Mendes Nascimento (FACE)	Solange Cervinho Bicalho Godoy (Enf.)	Carlos Henrique Rezende Falci (EBA)
2024/2026	Helder De Figueiredo e Paula (Coltec)	Andréa Mara Macedo (ICB)	Marco Antônio Sousa Alves (Dir.)	Verona Campos Segantini (EBA)	Giulia Villela Giovanni (EBA)	Marly Nogueira (IGC)	William James Nogueira Lima (ICA)	Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues Alves (CP)	Luciene Bruno Vieira (ICB)

Fonte: *site* do APUBH (2025).

As diretorias dos biênios 2020/2022 e 2022/2024 sofreram poucas alterações em seu quadro, se comparadas com a diretoria do biênio 2024/2026, mas pode-se afirmar, a partir da análise do programa apresentado durante as eleições desta última diretoria, que se trata de uma gestão de continuidade. Inclusive o atual presidente já havia ocupado, ao lado de Maria do Rosaria Barbato (presidente nas gestões de 2020/2022 e 2022/2024), o cargo de 2º vice-presidente da entidade na gestão de 2018/2020, assim como a secretária geral da gestão de 2024/2026, Verona Campos Segantini, já havia integrado a diretoria do sindicato em 2018/2020. E Maria do Rosaria Barbato, que está na gestão do APUBH desde 2018, integra uma das quatro diretorias setoriais que a gestão do biênio 2024/2026 manteve em sua proposta de campanha.

Conforme consta em documento divulgado durante o processo eleitoral, a gestão do biênio 2024/2026 se apresenta como “um coletivo de docentes da UFMG que, a partir de 2018, resgatou a relação do APUBH com as professoras e professores e aumentou o diálogo entre o sindicato e a categoria” (Panfleto Chapa 1 – Dialoga

APUBH). Isso porque, em 2018, o sindicato dos professores da UFMG teve mudanças substanciais no quadro de docentes que compunha a diretoria geral da entidade. Essa mudança na direção da entidade se deu após o desgaste do grupo político que comandou a entidade por mais de 13 anos. Essa mudança no quadro que compunha a diretoria será apresentada e analisada adiante.

Na estrutura atual do APUBH, há, também, um Conselho de Representantes (CR) e um Conselho Fiscal (CF). Os membros do CR são, em tese, escolhidos por seus colegas dentro das unidades acadêmicas para um mandato de dois anos, que coincide com o período da diretoria. Esse conselho tem caráter consultivo e funciona como um canal de interlocução entre a diretoria e a base sindical. Já o CF exerce a função de órgão fiscalizador, responsável por acompanhar as finanças e o patrimônio do sindicato. Seus integrantes são eleitos no mesmo processo eleitoral da diretoria. Os membros que integram os conselhos, em certa medida, coadunam com as práticas e propostas da diretoria eleita.

Nas atividades observadas no período de 2021 a 2023, predominantemente, verificou-se a participação de membros da diretoria do sindicato (geral ou setorial) e de poucos docentes da base, sendo estes apoiadores da diretoria ou não. Alguns podiam fazer parte de uma oposição à diretoria, e outros remanescentes do Coletivo de Professores da UFMG, conformado durante a greve de 2012, que será tratado à frente, e/ou ainda, professores recém-ingressos na UFMG. Antes de abordar as atividades e ações observadas, é pertinente localizar as aproximações políticas que orientam as práticas dos sujeitos.

Todos os sujeitos observados são trabalhadores docentes e estão orientados a partir de uma concepção política, tendo plena consciência dela ou não. Estes trabalhadores, ao assumirem uma posição de classe, podem se organizar para defender e promover suas ideias e interesses. Isso pode se dar por meio de movimentos sociais, sindicais, partidos políticos, entre outras. Dessa forma, buscou-se identificar, a partir das observações realizadas, como os sujeitos se organizam, e qual a relação que as direções sindicais estabelecem com os governos, partidos políticos e administração da universidade.

A partir do trabalho de Moreira (2020), que analisou o APUBH no período de 2003 a 2016, verificou-se que o grupo que esteve à sua frente revelou-se alinhado ao governo do Partido dos Trabalhadores. Segundo a autora, este grupo “abre mão de unir forças ao Movimento Docente nacional e assume a prática de *lobby* em Brasília, para o

qual contou com um assessor especial remunerado, o professor aposentado Elias Jorge, ex-presidente do sindicato.” (Moreira, 2020, p.237). Esse grupo identificava-se politicamente com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que compunha a coligação do governo do PT. O apoio e a forte relação com o partido que governava o país foi fator preponderante para que houvesse o arrefecimento das lutas na UFMG, pois a blindagem do governo em relação às medidas executadas era incompatível com a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Embora detendo forte controle sobre a máquina sindical há anos e obstruindo a organização coletiva dos docentes da UFMG, a hegemonia do grupo dirigente do APUBH foi questionada a partir de 2011, com a conformação de um grupo de oposição à direção da entidade. Em 2011, antes mesmo da grande greve de 2012, o grupo opositor se identificava como o movimento de “Professores Autoconvocados” da UFMG, mas, após a greve, passou a se chamar “Coletivo de professores da UFMG”. Esse coletivo de oposição era diverso, fato expresso, inclusive, na atuação durante a greve nacional de 2012. Conforme exprimem Tavares e Melo (2018, p.11), as “formas de participação dos professores da UFMG [...] foram multifacetadas, devido a distinções nas condições e relações de trabalho e também às diferenciadas motivações de caráter ideológico, ou mesmo pragmáticas”. Ou seja, constituía-se como uma frente, com várias forças atuando em seu interior, e, aparentemente, o que conformava a sua unidade era, além das pautas do movimento de greve, o desejo de ruptura com a inércia em que se encontrava o movimento sindical na universidade.

Durante a assembleia que marcou o fim da greve na UFMG, o Coletivo distribuiu aos presentes, e posteriormente nas Unidades Acadêmicas da UFMG, um documento intitulado “Para seguirmos Indignados!”, que deu nome ao coletivo de professores⁴¹, que consistia em um programa sindical e um convite aos professores para aderirem a tal programa, o que surtiu algum efeito. Durante sua existência, este coletivo aproximou-se da direção do ANDES/SN, organizou reuniões em diferentes unidades da UFMG, promoveu debates sobre temas diversos, ofertou cursos, disciplinas de graduação e pós-graduação, participou da construção da candidatura de dois membros para a Reitoria da UFMG, como também incentivou a formação de duas chapas de oposição que concorreram às eleições do APUBH em 2014 e 2016. Apesar de não lograr êxito nos pleitos eleitorais, as chapas de oposição tiveram expressiva votação e

⁴¹ Ver registros em: <https://coletivoprofsufmg.wordpress.com/?s=para+seguirmos&submit=Pesquisa> -

conformaram um campo de oposição à diretoria que estava à frente do APUBH há mais de uma década. Ademais, possibilitou formação sobre atuação sindical de professores da base, há anos alijados desse tipo de formação. Por diferenças internas, o Coletivo foi implodido em 2015, embora ainda tenha lançado chapa para direção do sindicato em 2016, já com menos força do que na eleição anterior. Em seu lugar surgiu outro movimento, que apesar de se apresentar como inovador, guardava muitas afinidades com a direção do APUBH.

Isso pode ser analisado à luz da mudança no contexto político nacional, inicialmente com o processo de impedimento de Dilma Roussef (2016) e, posteriormente, com a eleição de Jair Bolsonaro (2018). As forças políticas de apoio ao governo petista se reorganizam também nas universidades e em seus sindicatos, sob as chamadas, tais como “Lula Livre”, “Volta Dilma” e “Movimento pela Democracia”. O grupo que integrava a direção do APUBH desde 2004, apesar de ser apoiador do governo do PT, já vinha se desgastando no enfrentamento com uma oposição consolidada (que concorreu nas eleições para a diretoria do sindicato em 2014 e 2016). No pleito de 2018, ocorre uma nova configuração dessas forças políticas que apresentam uma chapa, e em seu programa consta que ela “foi gerada no interior do “Movimento Professores UFMG em Luta”, que tem atuado, especialmente, a partir do Golpe Jurídico-Parlamentar de 2016, diante dos sucessivos ataques à universidade Pública” (Panfleto da Chapa 2 - Participa APUBH: dialogar, criar e resistir). Pode-se verificar que essa nova chapa reunia docentes que tinham proximidade com os partidos: Partido dos Trabalhadores, frações do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), todos alinhados a partir da luta contra o processo de *impeachment* de Dilma Roussef.

Diante dessa reorganização, alguns professores do já extinto Coletivo de Professores da UFMG lançaram uma nota com um chamado para que a próxima diretoria do APUBH mantivesse alguns princípios, como “a independência em relação a partidos políticos e em relação ao Estado, a governos, às mantenedoras e às administrações universitárias e classismo” (APUBH, 2018e). Como afirmado no capítulo 3 dessa tese, houve a desarticulação do grupo de oposição que surgiu em 2011, mas tal grupo contribuiu de maneira significativa para que a hegemonia fosse questionada e talvez tenha aglutinado pessoas a partir desse movimento, mas a relação com o PT, que havia deixado de ser governo, foi o fator preponderante na conformação da chapa que ganharia a eleição para direção sindical em 2018.

Como visto anteriormente, o grupo que se elege em 2018 permanece na direção do sindicato por dois mandatos consecutivos, e se reelegeu concorrendo como chapa única para o biênio 2024/2026, em pleno curso da greve, com alterações significativas no grupo de professores que compunha a diretoria, sem, no entanto, representar rompimento com as duas gestões anteriores. Do ponto de vista de posicionamento político, este grupo veta, ainda mais, as críticas ao governo do PT, assume aproximação com a CUT, e considera como recorte temporal exclusivo os ataques à universidade a partir de 2016.

Como se pode verificar, a relação de apoio ao PT, que se tornou governo novamente em 2023, evidenciou-se como um problema a ser enfrentado no interior do movimento docente na UFMG. Isso porque a proximidade com governos compromete a essência de luta dos trabalhadores empreendida pela via dos sindicatos e prejudica sua função crítica, autônoma, de independência e combatividade, princípios essenciais para a organização dos trabalhadores e para a defesa de seus direitos. Esses são princípios fundamentais a serem respeitados por sindicatos que pretendem ser instrumentos autênticos de luta da classe trabalhadora.

Alguns dos problemas oriundos da relação estreita entre sindicato e governo são a perda da independência e a desmobilização política. Sobre o primeiro problema, entende-se que, quando as direções dos sindicatos se alinham ou estabelecem relações muito próximas com o governo, fica comprometida sua autonomia, ou seja, a entidade torna-se menos disposta a criticar ou confrontar políticas governamentais que prejudiquem os trabalhadores, mesmo que essa oposição seja necessária para defender os interesses da categoria. Sobre o segundo problema, a proximidade com o governo pode criar uma falsa sensação de segurança ou uma expectativa de que conquistas virão por meio de negociações institucionais, em vez de ação direta. Isso reduz a politização, o protagonismo da base sindical e o resultado das lutas empreendidas.

A relação de proximidade com a Reitoria da universidade também é um ponto que guarda semelhança entre as gestões que já participaram da direção do sindicato. Como as reitorias são parte da administração universitária, e, portanto, subordinadas às políticas governamentais e às regras orçamentárias definidas pelo Estado, elas representam, nas instituições de ensino, os governos. Essa representação, inclusive, é garantida pela adoção da famigerada lista tríplice, regulada pela lei da época da ditadura

milita no país⁴². Quando a diretoria do sindicato dos docentes desenvolve relações muito próximas com a Reitoria, esta prioriza acordos administrativos/institucionais em detrimento da luta relacionada a demandas mais amplas que afetam os interesses de classe dos docentes. Outro problema é que as reitorias, frequentemente, adotam uma postura conciliatória, defendendo o diálogo e soluções administrativas, mas sem, necessariamente, ser consequente com a pauta dos docentes. A relação muito amistosa entre Reitoria e sindicato resulta, ainda, em uma postura mais burocrática e menos combativa do sindicato, comprometendo a luta em defesa dos interesses dos professores.

Verificou-se, no período observado, que as direções sindicais mantiveram postura crítica em relação ao governo somente até retorno do PT à presidência. Essa postura, no entanto, se mostra comprometida a partir de 2023. Também se evidenciou que as relações foram amistosas com a Reitoria da universidade, sem problematizações das implicações dessa relação, como será abordado no próximo item desse capítulo. A atuação do grupo de oposição, que se colocava de forma independente dos governos, mostrou-se sem força de organização/atuação após o retorno do PT ao governo. Parte dessa desarticulação dos grupos que atuam de forma independente do sindicato também pode ser explicada pela falta de unidade política entre os docentes que assumiram o protagonismo nas atividades, fato que se demonstrou mais evidente no desenrolar da greve da Educação federal em 2024.

4.3 Ações de oposição e/ou adesão ao processo de mercantilização na UFMG por parte dos docentes e da direção do APUBH

A partir de 2021, iniciou-se uma forma complementar de coleta de dados: a observação das atividades convocadas pela diretoria do APUBH. De maneira geral, verificou-se baixa participação dos docentes da base do sindicato nas atividades promovidas pela diretoria do APUBH no período de 2021 a 2023. Na maior parte das ações acompanhadas antes dessa greve observou-se maior presença de membros da direção sindical, apoiadores e alguns docentes que, apesar de oposição à direção, integravam as atividades convocadas. O contexto da observação foi dinâmico, com

⁴² A Lei nº 5.540/68 estabelece que, nas universidades, os reitores e vice-reitores são nomeados a partir de uma lista triplíce, ou seja, o presidente pode nomear o segundo ou terceiro que não foi eleito pela comunidade acadêmica.

várias atividades. Assim, para melhor apresentar os resultados, optou-se por expor, inicialmente, o período de 2021 a 2023, e no próximo capítulo apresentar as observações realizadas em 2024, ano da greve da Educação federal.

No ano de 2021, o país enfrentava a crise sanitária decorrida da pandemia do Covid-19, momento em que a luta que unificava quase todos os movimentos sociais era por vacina para toda a população, defesa da vida e contra o negacionismo. O governo era de Jair Bolsonaro (2018/2022) que havia derrotado o candidato do PT nas eleições presidenciais. No âmbito da UFMG, as atividades naquele ano ainda ocorriam, em sua maioria, de maneira remota. O retorno integral das atividades administrativas e aulas de forma presencial se deu somente em 2022. Essa especificidade não impediu que fossem acompanhadas as atividades convocadas, especialmente as que ocorreram a partir de maio de 2021.

Em 2021, o APUBH realizou 06 assembleias com a categoria, que, excepcionalmente pelo contexto, aconteceram de maneira remota. Na primeira assembleia nesse ano, em 16/03/2021, com 48 participantes, foi deliberada a participação do APUBHUFMG+ em atividades promovidas por outras entidades contra o governo Bolsonaro e suas pautas. A partir dessa diretiva aprovada, o APUBH foi representado, nos atos realizados no primeiro semestre de 2021, principalmente por meio de representantes de sua diretoria. Tais atos e atividades eram de iniciativa de organizações e movimentos sociais diversos, como pode se observar no Quadro 8:

Quadro 8 – Atividades com participação do APUBH - 2021

Data	Atividade	Local	Promotores
23/01/21	Carreata <i>pró-impeachment</i> de Bolsonaro	Concentração no portão da Escola de Veterinária	APUBH, SINDFES, SINPRO, ANDES DCE/UFMG, UNE, SINDUTE, SINDREDE, AMES, APG, UCMG, AGB, FASUBRA, SINDCEFET, FITEE, ADPUC
31/01/21	Abracasso Fora Bolsonaro e Mourão	Concentração Rua Sapucaí	APUBH
20/02/21	Carreata pela vida / Fora Governo Bolsonaro	Praça da Estação	APUBH

30/03/21	Ato Simbólico “Vida, pão, vacina e Educação”	Portaria da Faculdade de Medicina	UNE, UEE, APG, e SINDIFES, APUBH
14/04/21	Entrega de abaixo assinado reivindicando <i>lockdown</i> ao prefeito de Belo Horizonte	Prefeitura de Belo Horizonte	APUBH - Apenas representantes da diretoria do sindicato
19/05/21	Participação APUBH no Dia nacional de Luta	Praça do PAPA	CTB, APUBH, SINDFES, SINPRO, ANDES DCE/UFGM, UNE, SINDUTE, SINDREDE, AMES, APG, UCMG, AGB, FASUBRA, SINDCEFET, FITEE, ADPUC
29/05/21	Ato Nacional Fora Governo Bolsonaro	Concentração na Praça da Liberdade	CTB, APUBH, SINDFES, SINPRO, ANDES DCE/UFGM, UNE, SINDUTE, SINDREDE, AMES, APG, UCMG, AGB, FASUBRA, SINDCEFET, FITEE, ADPUC
19/06/21	Ato Nacional Fora Governo Bolsonaro	Concentração na Praça da Liberdade	CTB, APUBH, SINDFES, SINPRO, ANDES DCE/UFGM, UNE, SINDUTE, SINDREDE, AMES, APG, UCMG, AGB, FASUBRA, SINDCEFET, FITEE, ADPUC
01/07/21	Live Debate “História do APUBH e os desafios da vinculação nacional”	Debate <i>online</i> ⁴³	APUBH
03/07/21	Ato Nacional Fora Governo Bolsonaro	Concentração na Praça da Liberdade	CTB, APUBH, SINDFES, SINPRO, ANDES DCE/UFGM, UNE, SINDUTE, SINDREDE, AMES, APG, UCMG, AGB, FASUBRA, SINDCEFET, FITEE, ADPUC
13/07/21	Ato Nacional Fora Governo Bolsonaro	Concentração na Praça da Liberdade	CTB, APUBH, SINDFES, SINPRO, ANDES DCE/UFGM, UNE, SINDUTE, SINDREDE, AMES, APG, UCMG, AGB, FASUBRA, SINDCEFET, FITEE, ADPUC

⁴³ Vídeo do debate *on line* está disponível em APUBH (2021m).

24/07/21	Ato Fora Governo Bolsonaro	Concentração na Praça da Liberdade	CTB, APUBH, SINDFES, SINPRO, ANDES DCE/UFGM, UNE, SINDUTE, SINDREDE, AMES, APG, UCMG, AGB, FASUBRA, SINDCEFET, FITEE, ADPUC
18/08/21	Ato em defesa dos serviços públicos/Fora Governo Bolsonaro	Praça Afonso Arinos	CTB, APUBH, SINDFES, SINPRO, ANDES DCE/UFGM, UNE, SINDUTE, SINDREDE, AMES, APG, UCMG, AGB, FASUBRA, SINDCEFET, FITEE, ADPUC
02/10/21	Fora Governo Bolsonaro	Concentração na Praça da Liberdade	CTB, APUBH, SINDFES, SINPRO, ANDES DCE/UFGM, UNE, SINDUTE, SINDREDE, AMES, APG, UCMG, AGB, FASUBRA, SINDCEFET, FITEE, ADPUC
22/10/21	Educação na praça – Ação em defesa da educação democrática	Praça Sete de Setembro – Centro BH	APUBH em parceria com ANPG, APG- CEFET/MG, APG-UFGM, APG- FIOCRUZ/MG, APG PUC Minas, DCE- UFGM, ANDES-SN, ABJD, NUDEM – Defensoria Pública de Minas Gerais, Rede Emancipa, SINDCEFET-MG, SINDREDE-BH, SINASEFE IFMG, SINPRO MINAS e Sind-UTE/MG.
26/10/21	Dia de mobilização nacional em defesa da ciência	Assembleia Legislativa de Minas Gerais	ANPG, UNE, SBPC
29/10/21	Educação na praça – Ação em defesa da educação democrática	Barreiro	APUBH em parceria com ANPG, APG- CEFET/MG, APG-UFGM, APG- FIOCRUZ/MG, APG PUC Minas, DCE- UFGM, ANDES-SN, ABJD, NUDEM – Defensoria Pública de Minas Gerais, Rede Emancipa, SINDCEFET-MG, SINDREDE-BH, SINASEFE IFMG, SINPRO MINAS e Sind-UTE/MG.
20/11/21	Fora Governo Bolsonaro Racista	Concentração na Praça da Liberdade	Frente Fora Bolsonaro e Movimentos Negros

27/11/21	Fora Bolsonaro nas Periferias	Aglomerado da Serra	Unidade Popular pelo Socialismo – MG, o MLB – Minas Gerais e o Movimento Luta de Classes – MG
04/12/21	Mulheres pelo Fora Governo Bolsonaro	Concentração na Praça da Liberdade	CTB, APUBH, SINDFES, SINPRO, ANDES DCE/UFMG, UNE, SINDUTE, SINDREDE, AMES, APG, UCMG, AGB, FASUBRA, SINDCEFET, FITEE, ADPUC
08 e 09/12/21	Ato contra a PEC 32	No dia 08/12 - Anexo II da Câmara dos Deputados. Em frente à residência oficial do deputado Arthur Lira. No dia 09/12, em frente ao Ministério da Educação.	ANDES/SN

Fonte: Informações coletadas no *site* do APUBH e registros de observação.

Os atos contra o governo Bolsonaro ganharam vultuosidade, principalmente, a partir de maio de 2021, fato explicado, em parte, pela insegurança da população em relação à aglomeração de pessoas. A partir do segundo semestre de 2021, verificou-se, além da participação de membros da diretoria do sindicato nos atos, a participação de docentes da base da UFMG, mas não foi possível quantificar e qualificar essa participação. A luta contra o governo Bolsonaro e suas medidas teve centralidade em praticamente todo o movimento social do país, por representar um governo de extrema direita com muitos ataques aos trabalhadores. Essa centralidade ganhou novos contornos no ano seguinte, ano em que a política de cortes orçamentários na universidade persistiu e se aprofundou, e a eleição para presidente teve prioridade nas discussões políticas.

A segunda assembleia de 2021, realizada em 31/03/2021, contou com 25 presentes e foi destinada à aprovação do Relatório de Atividades da diretoria em 2020, a prestação de contas de 2020 e o plano orçamentário para o exercício de 2021. Na terceira assembleia, realizada em 17/05/2021, com 39 participantes, foi informado que o sindicato iria se reunir com a Reitoria da UFMG para apresentar as preocupações da

entidade sobre a substituição da Resolução nº 10/95. Segundo informe dado pela direção do APUBH, houve o estudo sobre o tema pelo sindicato, com a participação de vários diretores e a assessoria jurídica do APUBH. No entanto, não houve nenhuma campanha direcionada aos filiados sobre a temática, que retornou ao debate na quarta assembleia, em junho. No dia 21/05/2021 houve o informe no *site* da APUBH sobre a reunião entre a presidente e diretores do sindicato com a Reitora e membros da comissão de alteração da Resolução nº10/95 (APUBH, 2021c). No relato é expresso que:

O Sindicato entendeu ser importante refletir e pesquisar sobre os argumentos trazidos pela Reitora e membros da comissão; contudo, manifestamos nossa preocupação com a aprovação do documento. Consequentemente, solicitamos uma extensão de prazo, para que a categoria pudesse ter tempo para conhecer e discutir a referida proposta (APUBH, 2021c).

E a partir dessa reunião, o sindicato conclui considerando necessário que:

[...] os professores e professoras da UFMG realizem uma leitura cuidadosa dos termos da minuta em elaboração, para que tenham oportunidade de conhecer e principalmente debater em suas unidades os princípios e as normas incorporadas na proposta de alteração da Resolução 10/95, para, em seguida, encaminhar à direção das unidades as posições e os encaminhamentos de seu corpo docente (APUBH, 2021c).

Novamente, essa fala denota não haver indícios de uma campanha aberta contrária à alteração da resolução e deixando a cargo da iniciativa individual de cada docente o debate nas unidades e posterior encaminhamento nas diretorias das unidades.

Da pauta discutida ainda nesta terceira assembleia realizada em 17/05/21, com 39 participantes, destaca-se que foi aprovada a participação do Sindicato nas mobilizações convocadas por diversas entidades e centrais, para o dia 19/05/21, o Dia Nacional de Luta “A Educação precisa resistir” – Vacina, Pão, Saúde e Educação. Na pauta do movimento, estava a oposição ao projeto de lei nº 5595 e à Reforma Administrativa (PEC 32), além da exigência de recomposição do orçamento público para a Educação e a revogação da Portaria MEC 983/2020. A participação do Sindicato consistiu na adesão ao movimento virtual, designado de *Twittaço* nacional em defesa da educação pública, na divulgação de *cards* produzidos pelo Setor de Comunicação do APUBH e na integração do ato público, em conjunto com outras entidades, conforme demonstrado no Quadro 8.

A quarta assembleia, realizada em 22/06/2021, contou com 52 presentes, e apesar de na pauta constar a discussão de pelos menos 4 itens, foram debatidos apenas dois pontos: os impactos dos cortes orçamentários na UFMG e na Universidade Pública em geral e a alteração da Resolução 10/95. A relação próxima com a Reitoria da universidade expressou-se de forma clara nesta assembleia, que contou com a presença da reitora da UFMG, explanando sobre os cortes no orçamento da instituição. Além da exposição sobre os cortes, foi abordada, nesta assembleia, a alteração da resolução nº 10/95. Como colocado no Capítulo 2, a alteração dessa resolução significou a abertura da UFMG para o financiamento privado. O tema foi debatido durante a assembleia e o encaminhamento final foi o envio de um ofício à Reitoria da universidade registrando o posicionamento contrário da categoria sobre a Proposta da UFMG de alteração da referida resolução. Um trecho do ofício evidencia a concepção privatista contida na resolução:

A minuta de alteração da Resolução 10/95, por sua vez, tem outra perspectiva e descaracteriza a natureza do serviço público e da universidade pública, ao colocar em evidência que todas as atividades acadêmicas – Ensino, Pesquisa, Extensão e Desenvolvimento Institucional, incluídas as atividades Artísticas, Culturais, Científicas, Tecnológicas e de Inovação – poderão ser financiadas por recursos externos do setor público ou do setor privado. A proposta de alteração da Resolução 10/95 se constitui em mais do que uma simples atualização da Resolução em vigor (APUBH, 2021c).

Apesar de o ofício apontar elementos centrais da privatização contidas na proposta de resolução, a ação não se mostra eficiente, pois finaliza solicitando “à Reitora a não apreciação do referido documento pelo Conselho Universitário” (APUBH, 2021c) e não encaminha ações de mobilização dos docentes para enfrentar a mudança. A referida resolução foi apresentada no ano seguinte e aprovada.

Em 28/07/2021, foi realizada a quinta assembleia da categoria naquele ano, e contou com 23 participantes. Na ocasião, a presidente do sindicato relatou que a entidade estava participando de todos os atos “Fora Bolsonaro” chamados nacionalmente e localmente, e da Frente Mineira em Defesa do Serviço Público. Informou, ainda, que participaria, nos dias 29 e 30 de julho, do Encontro Nacional de Trabalhadores do Serviço Público contra a PEC-32. Uma professora, que na época era representante do sindicato junto ao Conselho de Representantes, fez um relato do andamento dos trabalhos da Comissão de Vinculação Nacional, momento em que se apresentou um vídeo sobre o APUBH, resgatando o histórico de importantes lutas do

sindicato desde sua fundação. Ainda nesta assembleia foi discutido sobre uma resolução que visava regulamentar as atividades acadêmicas curriculares para o Ensino Híbrido Emergencial (EHE). O encaminhamento dado à assembleia e aprovado foi que o sindicato aviasse à Reitoria o pedido de adiamento de aprovação da referida proposta de resolução para que a comunidade acadêmica da UFMG tivesse mais prazo para discutir e se posicionar coletivamente. Além disso, o sindicato deveria expressar à Reitoria sua posição contrária em relação à regulamentação da oferta de atividades acadêmicas no formato híbrido na UFMG para todos os seus cursos durante o período de pandemia da covid-19. Os termos sempre amistosos indicavam que havia uma relação de confiança de que as medidas institucionais seriam capazes de garantir que as demandas dos docentes fossem atendidas.

A sexta e última assembleia, realizada em 11/08/2021, tinha como pauta “1. Adesão à Greve Nacional do Setor Público / Dia nacional de mobilização contra a PEC-32 (dia 18 de agosto); 2. Critérios de avaliação da CAPES; 2.1 Proposta de atuação do APUBH; 2.2 Aprovação de GT’s.”. Essa assembleia contou com 38 participantes. Em relação ao primeiro ponto da pauta, apesar da denominação de “greve nacional do Setor Público”, a mobilização consistia em paralisação de um dia, e não uma greve unificada do setor. Tal mobilização previa a paralisação das atividades e participação em ato realizado na Praça Afonso Arinos, em conjunto com outras entidades, conforme descrito no Quadro 8, acima. A adesão e participação na mobilização foi aprovada pela assembleia, que encaminhou, também, que a diretoria do sindicato elaborasse um modelo de texto curto para ser utilizado como *e-mail* de resposta automática pelos docentes, no dia da greve. Tal proposta foi justificada como forma de elucidar as pessoas que eventualmente fizessem contato por *e-mail* no dia da paralisação os motivos da greve e da adesão da categoria. Sobre o segundo ponto da pauta dessa assembleia, a diretoria do APUBH apresentou aos presentes um parecer técnico elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) responsável pelo estudo sobre o sistema de avaliação da pós-graduação⁴⁴ e informou sobre a atuação do setor jurídico do sindicato, que partir do parecer elaborado por esse GT, ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) referente ao Sistema CAPES de Avaliação da Pós-Graduação (APUBH, 2021a). Após essa apresentação de ações já encaminhadas, foi apresentada a proposta de realização de uma

⁴⁴ Conforme consta em relato da assembleia, esse GT foi criado em 2020, e era composto por membros da Diretoria, do Conselho de Representantes do Sindicato e por outros professores filiados, além de contar com o apoio do Setor Jurídico do APUBH e a contratação de dois estagiários para realização de pesquisa sobre o tema.

Mesa Redonda com objetivo de elucidar, junto à categoria, o funcionamento do sistema de avaliação da Pós-Graduação. Esta mesa aconteceu no formato remoto, no dia 14/09/21, conforme consta registro no *site* do APUBH (APUBH, 2021d), mas não há informações detalhadas sobre o evento.

Em 2022 foram realizadas 12 assembleias com a categoria docente, o dobro do ano anterior. Estas assembleias ocorreram inicialmente no formato remoto e a partir de 16/03/22 no formato presencial. Em janeiro desse ano, na pauta da primeira assembleia, realizada em 13/01/2022, previa-se a discussão sobre o retorno presencial das atividades administrativas com ocupação de 100% dos espaços dos *campi* UFMG e o recrudescimento da pandemia; e o posicionamento dos professores da UFMG sobre a reposição salarial e construção de greve geral do funcionalismo público federal. Esta assembleia contou com 59 participantes. A partir da discussão realizada, os docentes posicionaram-se críticos ao retorno presencial, indicando diversas medidas de prevenção para garantir um retorno seguro. Em relação ao segundo ponto de pauta, foi apresentado aos professores o encaminhamento feito pelo ANDES-SN na Reunião Extraordinária do Setor das IFES, que o APUBH participou, no qual se propunha:

Realização de uma rodada de assembleias até 11 de fevereiro, para deliberar sobre a construção de greve unificada do(a)s Servidore(a)s Público(a)s Federais com a pauta da reposição salarial (índice definido no FONASEFE); condições de trabalho; revogação da EC 95; luta contra a aprovação da PEC32; e a construção de uma pauta específica da educação com as demais entidades que atuam nas IFES. Construção, onde for possível, do “Dia de Paralisação e Luta”, conforme proposto pelo FONACATE, em 18 de janeiro e que a Diretoria Nacional apoie e defenda no FONASEFE a construção da data (ANDES/SN, 2022b).

A proposta foi debatida e aprovada pelos presentes na assembleia. Apesar do APUBH não ser seção sindical do ANDES/SN, a proposta encaminhada visava, conforme explicou a presidente do sindicato, retirar o sindicato do isolamento causado por não estar vinculado a uma instituição que pautava a luta em escala nacional (APUBH, 2022).

Na segunda assembleia, realizada em 17/02/2022, com 43 presentes, a discussão sobre a construção de uma greve nacional do serviço público, reivindicando, principalmente, a recomposição salarial, foi pautada, mas surgiu a discussão sobre as implicações dessa mobilização estar sendo feita no período de férias acadêmicas e as implicações relacionadas ao movimento paredista ser realizado em ano de eleições presidenciais. Apesar de aprovarem a manutenção do estado de greve, mesmo estando

em período de recesso, e a deflagração da greve para dia 09/03 daquele ano, essa construção não ocorreu. Na terceira assembleia realizada em 08/03/22, com 44 presentes, o edital de convocação para a assembleia já explicitava que a deflagração da greve havia sido postergada, e a nova indicação era para 23/03/22. Nesta assembleia, que teve quórum de 44 participantes, foi aprovada a adesão da categoria à Paralisação Nacional do Funcionalismo Público Federal, no dia 16/03, data em que seria realizada nova assembleia docente para deflagração da greve anunciada.

A quarta assembleia docente de 2022 foi realizada dia 16/03, de maneira híbrida, com 7 participantes, e na ocasião não foi aprovada a deflagração da greve por tempo indeterminado da categoria docente da UFMG. Uma proposta alternativa encaminhada para a mobilização foi a realização de paralisações periódicas de um dia, em conjunto com a realização de novas assembleias. Como demonstrado no capítulo anterior, no ano de 2022 apenas três universidades realizaram greve, e os esforços para organização da luta da categoria por parte das direções sindicais estavam centradas, principalmente, na eleição presidencial.

A quinta assembleia, realizada em 29/03/2022, contou com 15 participantes e teve como pauta a aprovação do Relatório de Atividades da Diretoria Geral do APUBH 2021 e a aprovação do Plano Orçamentário do sindicato APUBH para o ano seguinte. A sexta assembleia, realizada em 06/06/2022, com 45 participantes, debateu e aprovou a proposta de paralisação dos professores da UFMG (*campi* Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco, no dia 09/06/2022, contra o corte orçamentário das Universidades Públicas e em defesa da reposição Salarial da categoria. A sétima assembleia de 2022 foi realizada no dia 09/06/2022, data em que se realizou o ato aprovado na assembleia anterior. Esta assembleia ocorreu em frente à Faculdade de Direito da UFMG e foi um espaço para debate sobre os cortes de verbas, reposição salarial e outros ataques à Universidade Pública. Participaram dessa assembleia 32 pessoas.

A oitava assembleia, realizada em 23/06/22, também teve caráter encaminhativo, e contou com 25 participantes. Deliberou sobre a participação na paralisação proposta para o dia 27/06/22 contra os cortes orçamentários, contra as privatizações, em defesa da educação pública e pela reposição salarial da categoria. Foi aprovada, também, a adesão ao movimento “Ocupa UFMG”, de iniciativa do DCE/UFMG e a participação na Semana de Lutas em Brasília (DF), de 04 a 07/07/22. A nona assembleia, por sua vez, foi realizada em 22/08/22, com 14 presentes, e contou com informe do setor jurídico do

sindicato sobre uma ação movida pelo APUBH direcionada aos aposentados, que visava a revisão da vantagem remuneratória e as reposições ao erário que estavam em vias de serem implementadas pela UFMG. Também foi deliberado sobre pedido de apoio financeiro ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais. A décima assembleia de 2022 foi realizada em 27/09/2022 e teve como pauta a aprovação do relatório de atividades da diretoria geral do APUBH naquele ano e prestação de contas de 01 de janeiro a 31 de agosto de 2022. Essa assembleia contou com 11 participantes.

As atividades encaminhas na maior parte das assembleias realizadas em 2022 foram direcionadas para a discussão e deliberação sobre a participação em atos convocados pela “Campanha Fora Bolsonaro”. Alguns desses atos foram realizados em: 09/04/2022, 01/05/2022, 09/06/2022, 11/08/2022. Houve também dois atos na UFMG, sendo um no dia 21/06/22, denominado de Dia Nacional de “Não aos cortes em Educação e Ciência!” (APUBH, 2022c), promovido pelo sindicato dos professores da UFMG, pelo sindicato dos servidores técnico-administrativos e pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) em frente à Reitoria da universidade. O segundo ocorreu no dia 27/06/22, dia em que foi aprovada uma paralisação dos docentes contra os cortes orçamentários na Educação e na Ciência, contra as privatizações e em defesa da reposição salarial do funcionalismo público federal. Nesta oportunidade, a diretoria do sindicato realizou uma agitação em frente à UFMG, e no fim da manhã realizou um ato simbólico em frente à Reitoria (APUBH, 2022d).

A penúltima assembleia realizada no ano de 2022, ocorrida em 10/10/2022, tinha como pauta a realização de uma análise de conjuntura; os novos cortes na Universidade, adesão às mobilizações locais e o posicionamento da categoria acerca do segundo turno das eleições presidenciais. Essa assembleia contou com 63 presentes. Na oportunidade, após a diretoria do sindicato realizar a análise de conjuntura, explicitando que não houve melhora quanto ao cenário de cortes e bloqueio de verbas impostos pelo governo ao Ministério da Educação, o que comprometia a existência das universidades públicas, a plenária deliberou o apoio à candidatura da chapa Lula/Alckmin no segundo turno, compreendendo que se tratava de uma “alternativa necessária para se contrapor ao projeto ultra neoliberal, com viés fascista [...]”. (APUBH, 2022e). Nos encaminhamentos dessa assembleia, foi deliberada a participação em ações convocadas por apoiadores da chapa Lula/Alckmin e foi criada uma Comissão de Mobilização da UFMG, responsável por propor ações na universidade relacionadas à campanha

eleitoral. Três dias após, realizou-se a última assembleia da categoria naquele ano, dia 13/10/2022, com 20 presentes, e na pauta constava a apreciação sobre adesão à paralisação das atividades no dia 18/10/22 contra os cortes em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade social e científica. Durante a assembleia, além de deliberarem que a categoria participaria da referida paralisação, foi encaminhado o envio de representantes docentes para participarem da reunião no Comitê Central do Lula (APUBH, 2022f).

Além da participação no ato realizado no dia 18/10/22 em conjunto com outros movimentos sociais, sindicais e partidos políticos, registrou-se intensa mobilização na semana que antecedeu a data da eleição. No dia 24/10/22, registrou-se a participação de dirigentes do APUBH em reunião realizada com entidades de professores, estudantes, técnicos-administrativos e lideranças de universidades, institutos e faculdades de Minas Gerais para elaboração de ações conjuntas para o 2º turno, em prol da candidatura de Lula/Alckimin. No dia 26/10/22 alguns diretores do APUBH e professores da base compareceram em ato convocado pelo DCE da UFMG em frente à Reitoria da universidade. E no dia 27/10/22 a diretoria do APUBH promoveu a performance artística na portaria da UFMG, também com o objetivo de sensibilizar eleitores para o 2º turno das eleições.

Após a eleição presidencial, não houve mais assembleia docente na UFMG em 2022, registrando-se apenas atividades como a visita, no dia 11/11/22, a uma unidade acadêmica, para apresentar a nova gestão do sindicato e a participação de uma diretora do APUBH em debate *online*, no dia 15/11/22, organizado pelo Sindicato de Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (SINDCEFET-MG), como parte da Jornada de luta contra os cortes orçamentários nas Universidades, nos Institutos Federais de Ensino e nos CEFET.

Em 2023, um novo cenário político se configura com o governo Lula 3. A eleição para a diretoria do ANDES/SN também foi fator de importante movimentação dentro da UFMG. Esse contexto reverberou nas atividades observadas naquele ano.

Na primeira assembleia docente, convocada pelo APUBH, realizada dia 14/03/2023, com 33 participantes, a expectativa de que o novo governo agiria em prol da classe trabalhadora foi apresentada pela direção do sindicato, através do texto sobre a análise de conjuntura lido e disponibilizado aos docentes.

Aqui no país, por força da destruição movida pelo governo Bolsonaro, além da força dos movimentos sociais, políticos e sindicais, conseguimos eleger Luiz Inácio Lula da Silva presidente do país pela terceira vez. Não nos enganemos: foi a força de nossa luta que elegeu Lula e é pela nossa força e pela nossa luta que conseguiremos fazer este governo atual agir em prol dos nossos interesses de classe (APUBH, 2023i).

A luta empreendida em 2022 com a participação da direção do APUBH aparece na análise como elemento central no processo para a garantia de que o governo atendesse às expectativas. Logo após a análise apresentada, a direção do sindicato encaminhou a discussão sobre a campanha de reajuste salarial do funcionalismo público. Sobre esse ponto, foi apresentado, de maneira virtual, o andamento das negociações da campanha salarial. Apesar do ANDES/SN estar na mesa de negociação, quem deu informe sobre o andamento foi o coordenador do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE). A leitura apresentada por ele, otimista e carregada de expectativa com novo governo, ressaltava que o diálogo com o Planalto representava uma conquista para os trabalhadores, apesar de apontar que o reajuste de 9% aprovado pelo governo não era suficiente para cobrir as perdas salariais sofridas pela categoria. A favor do governo, e de forma a minimizar sua responsabilidade, apresentava a justificativa de que não havia recursos suficientes para atender à demanda do funcionalismo, uma vez que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023 havia sido elaborada ainda no governo Bolsonaro. A questão dos percentuais definidos para pleitear o reajuste também foi alvo de debate nesta assembleia, fato relatado no informe sobre a assembleia divulgado aos associados:

No espaço da assembleia dedicado ao debate sobre a campanha de reajuste salarial, foi trazido à tona o fato de que, embora o governo Bolsonaro tenha sido um período sem precedentes de retrocessos para o funcionalismo público federal, o processo de perdas remuneratórias antecede essa gestão em específico. Assim, a assembleia concordou que a mobilização pela recomposição salarial do funcionalismo público deve abranger todo o período de estagnação e retrocessos, não devendo, portanto, se limitar à gestão bolsonarista (APUBH, 2023j).

Apesar desse debate ter sido aberto em assembleia, não houve nenhuma mobilização relacionada à campanha salarial de 2023 e dez dias após a realização dessa assembleia, dia 24/03/23, as entidades que compunham a mesa de negociação, entre elas o ANDES/SN, o Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Federais (FONASEFE) e o SINASEFE, assinaram o acordo com o governo federal que instituiu o reajuste de 9%, a ser implementado a partir de 1º de maio daquele ano.

Ao todo foram realizadas seis assembleias da categoria em 2023, três no primeiro semestre, realizadas nos meses de março e abril; e as outras no segundo semestre, nos meses de agosto, outubro e dezembro. A segunda assembleia realizada em 30/03/23 com 12 participantes, teve como pauta: a aprovação do relatório de atividades da Diretoria Geral do sindicato no ano anterior, da prestação de contas referentes ao ano de 2022 e a aprovação da previsão orçamentária para o ano de 2023.

Sobre as eleições para diretoria do ANDES/SN, esse episódio caracterizou um novo capítulo no processo de reaproximação do APUBH com o sindicato nacional. Como abordado anteriormente, a diretoria do APUBH participava, desde 2018, de atividades no ANDES/SN, ora na condição de convidado, ora na condição de observador, mas sem chamar assembleia para eleições de participantes, e sem abrir mão de seu registro sindical próprio, uma das condições necessárias para o retorno efetivo à condição de seção sindical do ANDES/SN. Em 2023, na maior eleição registrada para a escolha da diretoria do ANDES/SN em termos de inscrição de chapas e disputa de posições no desde 1996, docentes da UFMG tiveram destacado papel. Isso porque, como anunciado no capítulo 3, havia três docentes da universidade concorrendo em chapas distintas naquele pleito. O professor Gustavo Seferian, do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito da UFMG, já foi candidato a vereador pelo PSOL em São Paulo em 2012, e encabeçava a chapa 1, da situação, intitulada “ANDES pela base: ousadia para sonhar, coragem para luta”. Essa chapa era composta por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). A professora aposentada Rosilene H. Tavares, foi docente no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino na Faculdade de Educação da UFMG, militou no final da década de 1970 nas greves da educação pública em Belo Horizonte, e integrou a Chapa 2, denominada “ANDES-SN Classista e de Luta”. Essa chapa era composta por militantes do PSOL (oposição), do PSTU e independentes. E Maria do Rosaria Barbato, que é professora de Direito do Trabalho e Direito Sindical da Faculdade de Direito da UFMG, e esteve como presidente do APUBH por dois mandatos consecutivos, inclusive era presidente do APUBH no período em que integrou a Chapa 3- “Renova Andes”. A chapa 3, também de oposição à atual diretoria do ANDES/SN, era composta e apoiada pelo PT e, portanto, com forte relação com o governo Lula. Todas essas chapas foram lançadas e aprovadas no Congresso do ANDES-SN, ocorrido em fevereiro de 2023. Das três chapas concorrentes, apenas uma gozava de ter a presidente do sindicato dos professores da universidade em seu quadro

(a professora Maria do Rosaria Barbato, presidente do APUBH), o que lhe conferia informações privilegiadas para divulgar e angariar apoio dos professores sindicalizados da UFMG.

Na terceira assembleia, realizada em 03/04/23, com 28 presentes, a temática da disputa pela diretoria do sindicato nacional obteve relevância na pauta, que continha o debate sobre a participação dos professores da UFMG filiados ao APUBH nas eleições do ANDES/SN e demais encaminhamentos necessários. Na verdade, não se tratava apenas de uma consulta aos filiados, pois o direito de participar do pleito já lhes era garantido⁴⁵, tratava-se de um movimento da diretoria do APUBH para que o sindicato da UFMG, mesmo sem caracterizar-se como seção sindical do ANDES/SN, conseguisse organizar a eleição na UFMG, ou seja, garantir a colocação de urnas e a votação dos sindicalizados do APUBH na eleição. A deliberação pela participação no processo não foi unânime entre os docentes presentes naquela assembleia, e não garantiu que a comissão eleitoral que organizava o processo no sindicato nacional afiançasse a reivindicação feita pela diretoria do APUBH. A comissão eleitoral considerou que a UFMG não poderia se constituir como colégio eleitoral, uma vez que não era seção sindical regularizada do sindicato nacional, embora os candidatos dessas chapas tenham sido validados no processo. Este fato foi questionado e denunciado pela direção do APUBH nos canais de comunicação com seus filiados, que apontou para os docentes da universidade mineira as disputas internas que ocorrem nos espaços de organização do movimento docente nacionalmente. O resultado da eleição para a escolha da nova diretoria do ANDES/SN foi a vitória da Chapa 1 – “Andes pela base: ousadia para sonhar, coragem para lutar”, com 7.058 votos, com pequena margem para a Chapa 3 – “Renova ANDES”, que obteve 6.763 votos. A chapa 2 obteve 2.253 votos. Foram registrados, ainda, 103 votos em branco e 174 nulos.

Além das assembleias, ocorreram outras atividades com participação da diretoria do APUBH em 2023, conforme descrito no Quadro 9:

Quadro 9 – Atividades com participação do APUBH - 2023

Data	Atividades	Local	Participação
17/05/23	Roda de conversa sobre a	Auditório Luiz	Diretores do APUBH e 6

⁴⁵ Os docentes filiados ao APUBH podiam exercer seu direito a voto em seções sindicais do ANDES, desde que estivessem com situação regular junto ao sindicato nacional.

	FUNPRESP na FAE	Pompeu - Faculdade de Educação da UFMG	docentes da base do sindicato
28 e 31/08/23	Jornada de Lutas	Brasília	Apenas a 2ª vice- presidente do APUBH participou.
3/10/23	Ato conjunto com outros sindicatos pela valorização dos Servidores Públicos.	Praça Sete de Setembro – Centro de Belo Horizonte	Presença da presidente. Não foi possível verificar a quantidade de docentes da base do sindicato por se tratar de ato em local de grande circulação de pessoas.
08/11/23	Ato dos servidores públicos federais	Em frente ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados, em Brasília.	Apenas uma diretora do sindicato representando o APUBH
13/11/23	Mesa debate: “Movimento docente: ANDES-SN em debate”	Auditório Luiz Pompeu - Faculdade de Educação da UFMG	Diretoria do sindicato e três docentes da base do sindicato.

Fonte: Site do APUBH (2025).

Como se observa no Quadro 9, o volume de atividades com participação da diretoria do APUBH e sindicalizados foi pequena, especialmente no primeiro semestre. Fato explicado, em parte, pela prioridade no processo de campanha eleitoral para diretoria do ANDES/SN. Já no segundo semestre, as atividades acompanhadas não contaram com participação expressiva dos docentes da base do APUBH, mas sinalizavam que o sindicato da UFMG, mesmo após o imbróglio do processo eleitoral

no ANDES/SN, continuava a participar das atividades e seguia, apenas algumas das orientações do sindicato nacional. Esse fato é explicado a partir da quarta assembleia realizada em 18/08/2023, com 16 participantes, momento em que foi realizada a discussão sobre a campanha salarial de 2024. Na oportunidade, a presidente do APUBH fez a análise sobre a instalação da mesa de negociação permanente e informou que, para participar das negociações, eram aceitas apenas entidades nacionais de representação dos docentes. A presidente do APUBH admitiu, publicamente, a impossibilidade de a entidade participar diretamente de negociações com o governo federal, afirmando que:

Infelizmente, o APUBH não compõe essa mesa. O APUBH é um sindicato com carta sindical e teria todas as condições para assentar na mesa de negociações, porém, como nosso chefe é o governo federal, se alcançou um acordo para que na mesa, a representatividade dos sindicatos fosse feita apenas pelas entidades nacionais [...] a nossa carta sindical, infelizmente, não serve para efeito da luta de nossa categoria. A gente tentou entender se haveria alguma possibilidade de participação, mas nesse caso, não podemos. Tentaremos nas mesas setoriais (ANDES/SN, 2023).

A partir desse informe, na quarta assembleia, alguns dos encaminhamentos apresentados pela diretoria foram:

Que o APUBHUFMG+ concretize seu processo de aproximação especificamente com o ANDES, que é o Sindicato Nacional de maior representatividade da categoria e que compõe a base do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, FONASEFE, principal fórum de defesa dos nossos interesses; Que o APUBHUFMG+ se comprometa a informar, debater e, caso aprovado em assembleia, que convoque a categoria acerca de mobilizações nacionais referentes à Campanha Salarial 2024; [...] (ANDES/SN, 2023).

Todos os encaminhamentos apresentados foram aprovados pelos presentes, e já sinalizava o interesse da direção do sindicato dos professores da UFMG em ter protagonismo no processo de negociação. A análise sobre os antecedentes da greve e a participação da UFMG será retomada adiante. Destaca-se que essa reivindicação pela participação nos espaços decisórios também se relacionava à disputa entre os coletivos que militavam no interior do Andes-SN e disputavam sua direção, e a UFMG, na figura de sua presidente, representava o Renova ANDES/SN.

Na quinta assembleia do ano, realizada dia 31/10/23, os 13 docentes presentes aprovaram a participação do APUBH na Jornada de Lutas dos Servidores Públicos Federais realizada nos dias 7 e 8 de novembro daquele ano. Essa atividade foi construída a partir da Plenária Nacional de Servidores Públicos Federais e tinha como

objetivo reforçar a mobilização dos servidores para pressionar o governo a incluir o funcionalismo federal na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, e, dessa forma, garantir o reajuste pleiteado pela categoria para o ano seguinte, assim como a reestruturação das carreiras e a equiparação de benefícios entre servidores e servidoras dos diferentes poderes. A mobilização reivindicaria, ainda, o arquivamento da PEC 32/20, herança do governo Bolsonaro. Conforme descrito no Quadro 9, houve a participação apenas de uma diretora do sindicato na atividade, um indicativo de que a jornada não obteve adesão da categoria docente na UFMG. Ainda na assembleia realizada dia 31/10/2023, foi discutido sobre o Decreto nº 48.715/23, assinado pelo governador Romeu Zema (NOVO), que retirava a autonomia da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Esse ponto de pauta foi incluído no início da assembleia, e considerado de extrema importância pela plenária, pois a fundação é responsável pelo financiamento de diversas pesquisas nas universidades mineiras e tal decreto determinava que o governador seria o responsável pela escolha do presidente e o diretor de ciência e tecnologia da Fundação. Antes do decreto, a escolha era feita através de uma lista tríplice elaborada por um Conselho Curador da agência de financiamento. Para além dessa questão da escolha dos dirigentes da FAPEMIG, o decreto a colocava sob controle da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), pois determinava que a presidência do conselho ficasse a cargo de um servidor da SEDE e tirava do Conselho Curador a competência de deliberar sobre o manual, o plano de ação e o orçamento da agência, transformando a FAPEMIG num apêndice do governo. A temática foi debatida pelos docentes presentes na assembleia, que encaminharam da seguinte maneira:

[...] a categoria deliberou que o sindicato deve se engajar na defesa da escolha democrática do presidente da FAPEMIG. Assim, essa bandeira de luta deve ser levantada pelo sindicato, em sua participação na mobilização dos servidores públicos. Da mesma forma, mensagens sobre esse tema serão veiculados na UFMG, através dos totens e outdoors do APUBHUFMG+ nos *campi* da universidade (APUBH, 2023I).

Como desdobramentos desses encaminhamentos, verificou-se a divulgação de uma nota no *site* do sindicato dos professores da UFMG no dia 06/11/23 (APUBH, 2023 I), e a participação de um diretor do sindicato em uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado, que discutiu as consequências da alteração estatutária da Fundação em 20/03/24.

A sexta e última assembleia daquele ano, realizada em 14/12/2023 na sede do APUBH, teve como pauta questões de ordem orçamentária relativas à reforma de uma estrutura do sindicato em Montes Claros e contou com a participação de 13 pessoas.

Conclusões

A partir do levantamento documental apresentado no primeiro item deste capítulo, constatou-se que a temática da organização e luta docente ante a mercantilização apareceu de maneira superficial nas publicações do sindicato. No período de 2007 a 2014, período de implementação do REUNI, de criação da FUNPRESP, por exemplo, a postura da direção do sindicato foi passiva. O contexto aparentemente se altera a partir de 2019 não apenas pela relevância e gravidade das medidas adotadas, como o programa Future-se, que impulsionou as discussões sobre a temática da mercantilização da educação, mas, essencialmente, pela mudança na gestão do Estado brasileiro. No período de 2021, as denúncias contra os cortes e bloqueios orçamentários promovidos pelo governo federal, bem como a alteração da resolução nº10/95 apareceram nas publicações, mas de forma esparsa. Em 2022, as publicações evidenciaram que a prioridade era a campanha contra o governo Bolsonaro, denunciando medidas e convocando para ações contra esse governo e pela campanha para eleição de Lula para a presidência do país.

A observação das ações no período de 2021 a 2023 permitem afirmar que o período foi marcado por intensa mobilização da diretoria do APUBH contra o governo Bolsonaro em prol do governo Lula 3, que extrapolou o âmbito da universidade. A diretoria do APUBH integrou ações, somando forças aos demais movimentos sociais locais e nacionais. Em 2021, nas assembleias, além do debate sobre a participação nos atos contra o governo, a discussão sobre a alteração da resolução 10/95 revelou a relação de proximidade entre direção sindical e Reitoria, relação essa que priorizou o debate institucional em detrimento da mobilização e construção de atividades com docentes para fazer o enfrentamento contra a alteração da referida resolução.

No ano de 2022, houve o maior número de assembleias do período observado, e os ataques à universidade, representados especialmente pelos cortes e bloqueios orçamentários, esteve na pauta da maioria das assembleias. A consigna “Fora Bolsonaro” foi acompanhada da campanha pela eleição de Lula, que foi o principal mote de luta apontado pela direção sindical no período. Já em 2023, a periodicidade das

assembleias cai pela metade se comparada ao ano anterior, as ações do sindicato com os docentes também diminuem e o discurso direcionado ao governo tem tom apaziguador. A luta aberta nesse ano foi direcionada à defesa das medidas do governo Lula - inclusive à relacionada ao pífio reajuste salarial dos docentes - e à disputa pela direção do ANDES/SN.

A atuação passiva, recorrendo, principalmente, aos meios institucionais, observada nas publicações do APUBH entre 2007 e 2023 reflete aquilo que Lênin (1979) identificava como a adaptação de certas frações da classe trabalhadora às estruturas do Estado burguês, resultando em uma luta limitada aos marcos estabelecidos pelo próprio capital. O recuo da mobilização após a eleição de Lula, em 2022, acompanhado de um tom apaziguador da direção sindical, reforça essa tendência, na medida em que a luta sindical passou a ser mediada por interesses de governo, reduzindo a capacidade de enfrentamento dos professores da UFMG. Esse fato se relaciona ao que Marx (1998; 2004) descrevia como a necessidade de independência política da classe trabalhadora, pois a subordinação a interesses externos enfraquece sua autonomia organizativa.

A análise dos dados coletados e apresentados no Capítulo 4 reforça a compreensão da teoria marxista sobre luta de classes como elemento central para entender a dinâmica sindical na UFMG: enquanto o capital avança na mercantilização da Educação Superior, a organização coletiva dos trabalhadores se torna um campo de disputa, onde ora predomina a contraposição, ora a aderência às medidas do governo federal contra os trabalhadores.

CAPÍTULO 5 - A PARTICIPAÇÃO DA UFMG NA GREVE DA EDUCAÇÃO FEDERAL 2024

As observações realizadas em 2024 foram permeadas pela expressão de luta coletiva que, desde 2016, não era protagonizada pelos docentes da UFMG: a greve. Por compreender a importância desse momento na pesquisa sobre a atuação e organização e docente num contexto de mercantilização do ensino superior, analisa-se essa greve, buscando entender e relacionar as disputas na conjuntura em que se apresentam.

No âmbito da UFMG, foram realizadas 12 assembleias da categoria docente, todas convocadas pela diretoria do APUBH. Em 09 delas, temas relacionados à greve docente foram pautados, incluindo assembleias realizadas após a deliberação pelo encerramento do movimento paredista na instituição. É válido retomar, de forma breve, os antecedentes da greve da Educação federal de 2024, para, em seguida, apresentar como a luta se expressou na maior universidade mineira.

O cenário que precedeu a greve da Educação federal de 2024 foi marcado pela continuidade e aprofundamento das políticas de austeridade, pelo governo Lula 3. A principal expressão dessa política foi a substituição da EC nº 95/2016 pelo Novo Arcabouço Fiscal (NAF), que introduziu um novo mecanismo para limitar o crescimento das despesas, através do estabelecimento de metas e previsão de cortes orçamentários em áreas essenciais, como saúde e educação, caso as receitas não cresçam conforme o esperado. Essa medida corrobora a intensificação da mercantilização da educação pública no Brasil. Como dito anteriormente, a década de 1990 marcou o início da inserção mais explícita das políticas neoliberais no Brasil, com a reforma do Estado e a posterior reconfiguração do ensino superior. As universidades públicas, que já enfrentavam desafios financeiros, passaram a lidar com a implementação de políticas de ajuste fiscal, redução de investimentos públicos e incentivo à expansão do ensino superior privado. O NAF mantém as universidades públicas em contexto similar ao vivenciado na década de 1990, de restrição de financiamento, com a novidade de estar sob a égide do presidente Lula, cujo histórico revela sucesso na implementação de reformas não alcançadas por outros governos. Com isso, os impactos percebidos pela menor disponibilidade de recursos para manutenção das instituições, ampliação de vagas, projetos de pesquisa, remuneração e carreira docente geram uma dependência ainda maior de parcerias com fundações de apoio e

empresas privadas para, supostamente, suprir essas lacunas geradas pela falta de financiamento.

Como discutido no primeiro capítulo dessa tese, a chegada PT ao poder, em 2003, marcou uma nova fase nas universidades, com a reforma do ensino superior. A gestão petista foi marcada por um aparente fortalecimento das universidades públicas, com, por exemplo, o aumento do número de vagas, através de programas como o Reuni, que visava uma expansão quantitativa sem o correspondente aumento qualitativo, além de pressões por resultados e metas que, segundo críticos, alinhavam-se com uma lógica de mercado. Outra característica é que nos governos do PT se expandiu e consolidou o apoio financeiro do fundo público às instituições privadas por meio de programas como o ProUni e o Fies. Essa coexistência de investimentos públicos e a promoção do setor privado aprofundou a mercantilização do ensino superior público, algo que se tornou ainda mais evidente nos anos subsequentes.

A partir de 2016, com a destituição de Dilma Rousseff e a mudança na gestão do Estado brasileiro, intensificaram-se os ataques aos setores sociais de forma geral. A aprovação da EC nº 95, que congelou os gastos públicos, agravou os cortes orçamentários na Educação Superior pública, colocando as universidades federais em uma situação de asfixia financeira, com impactos diretos na qualidade da educação e nas condições de trabalho dos docentes. Entre 2017 e 2022, esse cenário se deteriorou ainda mais, com ataques à autonomia universitária e tentativas de controle ideológico, gerando um ambiente de perseguições e insegurança. Durante esse período, as políticas governamentais buscaram reconfigurar o papel das universidades públicas, alinhando-as, progressivamente, aos interesses do mercado. Entre essas políticas destacam-se a redução de investimentos em pesquisa, a ampliação das parcerias público-privadas e a adoção de modelos de gestão voltados à eficiência econômica em detrimento dos valores acadêmicos e sociais, como exemplificado pelo programa Future-se. No entanto, nesse período, não houve greves nacionais docentes protagonizadas pelo ANDES/SN. As mobilizações restringiram-se a paralisações em dias específicos e a algumas greves locais, sem unidade entre as instituições, conforme descrito no capítulo 3.

Após a eleição de Bolsonaro (2018 a 2022) e a pandemia do Covid-19, que demandou isolamento social, o movimento sindical docente nacional sofreu mais arrefecimento em suas ações. Ao retornar às atividades presenciais, a pauta colocada como central foi a eleição presidencial, como referido. A consigna adotada pelo ANDES/SN após seu 40º congresso era “derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas” e sua

diretoria, a partir das deliberações do seu 65º Conad, não declarou explicitamente apoio a Lula. Essa posição foi alterada no 2º turno, quando a diretoria do ANDES/SN conclamou a categoria a votar em Lula, como se eleger Lula fosse capaz de garantir à classe trabalhadora que seus direitos estariam salvaguardados, uma vez que o problema estaria personificado em um candidato. Basta um breve retrospecto do que representou o governo Lula desde o seu primeiro mandato (2002 a 2006) para compreender que as ameaças à classe trabalhadora não são fruto apenas do contexto atual e/ou da correlação de forças existentes no Congresso Nacional. Desde o documento intitulado “Carta ao Povo Brasileiro”, lançado ainda na campanha eleitoral de Lula em 2002, o candidato petista sinalizava que seu governo não representaria uma ameaça aos setores ligados à burguesia (setores empresariais e do mercado financeiro). Fato que se concretizou nos dois mandatos exercidos por ele e na continuidade por sua sucessora. Além de não avançar na pauta histórica de distribuição de terras, via reforma agrária, foi o responsável pelo anúncio e a implementação de reformas importantes que destituíram direitos dos trabalhadores conquistados com lutas, a exemplo da reforma da previdência (2003). Este governo conseguiu, ainda, avanços em pautas que governos anteriores não lograram êxito, como a reforma da Educação Superior e a reforma sindical. Esse avanço é, em parte, explicado pela cooptação de parcela dos movimentos sociais responsáveis pela organização e luta dos trabalhadores.

É nesse contexto de retorno de um governo conhecido por implementar reformas lesivas à classe trabalhadora, com a anuência de parcela do movimento social, sindical e de partidos ditos de esquerda, que a luta se manifesta no movimento docente. A luta no interior do ANDES/SN se acirrou à medida que diferentes frações do movimento docente divergiam sobre as estratégias a serem adotadas em relação ao plano de lutas da categoria. Enquanto alguns defendiam uma postura mais conciliatória, visando negociações pontuais com o governo, outros advogavam por uma luta mais radical, que incluía a deflagração de uma greve nacional como forma de enfrentar as políticas de desmonte da educação pública. Essa disputa interna refletia a tensão entre diferentes concepções de sindicalismo: de um lado, uma abordagem mais pragmática, e, de outro, uma postura classista e combativa, que entendia a luta sindical como parte de um enfrentamento mais amplo contra as forças de mercantilização.

O ambiente de incerteza e a crescente pressão sobre os docentes acabaram por catalisar o apoio a uma greve nacional por parte da base da categoria. A decisão de deflagrar a greve foi resultado de um intenso processo de debate no 42º Congresso do

ANDES/SN, realizado em 2024. As bases foram chamadas a decidir sobre os rumos do movimento. A greve de 2024, portanto, não surgiu de forma espontânea, mas foi o culminar de um processo de lutas que vinha se desenvolvendo há anos e que encontrou eco nas bases, em resposta ao ataque sistemático aos direitos dos docentes e à educação pública.

5.1 A Greve da Educação Federal 2024

Em 2023, parcela do movimento docente acreditou que mudanças substanciais ocorreriam com a mudança do gestor estatal, o que não se concretizou. O governo Lula 3, ao anunciar o NAF, demonstrou seguir contra os interesses da classe trabalhadora e a serviço do capital. Foi amparado nas metas e proposições contidas no NAF que o governo ofereceu 0% de reajuste para os trabalhadores das IFES em 2024. Conforme Meirelles, Melo e Figueiredo (2024, p.8), “este foi o estopim para a deflagração da greve do setor federal, que ocorreu em datas distintas nas três entidades sindicais representativas das trabalhadoras e dos trabalhadores do Ensino Superior Público no Brasil”. É válido mencionar que nem mesmo reivindicações sem impactos financeiros foram atendidas pelo governo Lula, como a retirada dos reitores interventores, nomeados pelo governo Bolsonaro, a extinção da exigência de controle de frequência por ponto eletrônico ou a revogação da reforma do novo Ensino Médio.

A decisão de construção da greve no primeiro semestre de 2024 foi marcada por disputas entre a base e a direção sindical no 42º Congresso do ANDES/SN, isso porque a proposta foi aprovada por uma margem reduzida de votos. Esse resultado evidenciou a heterogeneidade de posições políticas dentro do sindicato nacional, além de indicar que a defesa de uma atuação mais radical e coerente inevitavelmente entraria em conflito com o governo. Na plenária que deliberou sobre a greve, o debate se estabeleceu a partir de três propostas de resolução, conforme descritas por Handfas (2024), delegado da Adunifesp e membro do Renova Andes (Coletivo no Sindicato Nacional ligado ao PT):

- 1) Dar continuidade ao trabalho de unidade de ação com demais SPFs, visando fortalecer as Campanhas Salariais de 2024 e 2025, intensificando a mobilização da base, tendo como horizonte a construção de uma greve unificada no funcionalismo público federal em 2024, persistindo o quadro da ausência de negociação real. [...]
- 2) Dar continuidade ao trabalho de unidade de ação com demais SPFs, visando fortalecer as Campanhas Salariais de 2024 e 2025, intensificando a mobilização da base para uma greve do setor da educação que tenha como horizonte a construção de uma greve unificada

no funcionalismo público federal em 2024, por recomposição salarial imediata e integral [...] 3) Dar continuidade ao trabalho de unidade de ação com demais SPFs, visando fortalecer as Campanhas Salariais de 2024 e 2025, intensificando a mobilização de base, na construção de greve do Andes e do setor da educação no primeiro semestre de 2024, tendo como horizonte a construção de uma greve unificada no funcionalismo público federal em 2024 (Handfas, 2024).

O delegado da Adunifesp, em seu relato, analisa as três propostas a partir das convicções que orientam sua atuação política. No entanto, destaca-se de sua avaliação que ele também reconhece a origem das proposições. A primeira, do grupo Renova Andes colocava a greve do funcionalismo público federal “num horizonte”, caso as negociações com o governo não apresentassem avanço real. A segunda, da diretoria do ANDES/SN, que se assemelhava à primeira em propor a greve “num horizonte”, sem período definido, a partir de um trabalho de base. Essa proposta diferenciava-se da feita pelo Renova Andes por indicar que o horizonte da greve mirasse exclusivamente os trabalhadores da Educação federal em lugar de todos os servidores público federais. A terceira proposta oriunda da base, de autoria de “Companheiros em geral que haviam composto a chapa 2 na última eleição do Andes” (Handfas, 2024), e que obteve maioria dos votos na plenária, indicava o período do primeiro semestre de 2024 para a construção da greve no setor da educação. Essa, diferenciava-se essencialmente das anteriores ao indicar período para a construção da greve e pela sua abrangência que agregava o conjunto do setor federal da educação.

A contradição principal era pela deliberação de construir uma greve ainda no primeiro semestre de 2024, que implicaria no enfrentamento direto com o governo Lula, sem margem para protelações, no período pré-eleitoral das prefeituras municipais. Essa questão afetava dois coletivos que disputam a direção do ANDES/SN, a ALB (ANDES de Luta e pela Base (composto por membros do PSOL e PCB) e o Renova ANDES (composto e apoiado pelo PT). Sobre essa questão, no caderno de texto do 67º Conad (ANDES, 2024), o texto 2 do Tema I (Atualização do debate sobre conjuntura e movimento docente) denuncia que:

[...] a ALB compartilha com o Renova Andes várias avaliações políticas, principalmente aquelas no sentido de evitar ou amenizar críticas ao Governo Lula sob o argumento raso de que elas podem “favorecer a direita e o fascismo”. Essa aliança espúria ficou ainda mais evidente após o acordo entre o PT e o PSOL em torno da candidatura de Boulos, em São Paulo (ANDES/SN, 2024, p.45).

A disputa pela independência do sindicato nas negociações estaria latente durante todo o movimento após a deflagração da greve pela categoria.

De acordo com o que está registrado em carta⁴⁶ encaminhada ao ministro da educação em 11 de abril de 2024, o ANDES/SN a partir do acúmulo de discussões realizadas sugeriu que a mesa negociação priorizasse 22 pautas específicas. Conforme explícita o documento, algumas dessas pautas demandariam apenas a vontade política do governo para realizar, tais como a exoneração dos interventores que atuam em algumas universidades à revelia das escolhas da comunidade acadêmica. No referido documento, o Sindicato Nacional reiterou os pontos programáticos já apresentados em correspondências anteriores e declarou que o trabalho docente se sustenta em seis princípios fundamentais, a saber:

“1. manutenção e ampliação do ensino público e gratuito; 2. autonomia e funcionamento democrático da universidade e das demais instituições de ensino superior, com base em colegiados e cargos de direção eletivos; 3. estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior que promova a pesquisa e a produção intelectual crítica nas universidades; 4. destinação de recursos públicos orçamentários adequados para o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades públicas e demais instituições públicas de ensino; 5. criação de condições que permitam a adequação das IES à realidade brasileira; 6. garantia do direito à liberdade de pensamento no exercício das funções e atividades acadêmicas.” (ANDES/SN, 2024)

Considera-se nesse estudo que a defesa da gratuidade e do financiamento público adequado combate diretamente a lógica de cobrança e de endividamento estudantil, pilares do modelo mercantil. A valorização da autonomia e da gestão democrática das instituições públicas de ensino tensiona as formas empresariais de administração, que desconsideram a participação coletiva e o caráter público das universidades. Do mesmo modo, a promoção da pesquisa crítica e da liberdade acadêmica se opõe à padronização de conteúdos e à neutralização dos debates, próprios de uma educação voltada ao consumo e à formação instrumental.

Nesse sentido, embora a pauta do reajuste salarial estivesse presente nas reivindicações, ela não se configurava como a única demanda, estando a defesa dos princípios acima explicitamente evidenciada ao longo do processo de negociação. Ao deflagrar a greve docente, o ANDES/SN somava-se à greve do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e da

⁴⁶ Carta nº 028/2024 de 11 de abril de 2024, disponível no anexo F desta tese, tratou-se do 17º documento protocolado pelo ANDES/SN na tentativa de negociação com o governo.

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), que já haviam iniciado a greve anteriormente⁴⁷.

Com a greve das três entidades em curso, o governo ofereceu, no dia 19 de abril, uma nova proposta de reajuste: de 0% para 2024; 9% para 2025; e 3,5% para 2026 (Brasil, 2024). Além de manter nenhum reajuste para 2024, tal proposta não cobriria as perdas calculadas pelo sindicato da categoria docente e, por essas razões, foi rejeitada pela categoria, que seguiu fortalecendo a greve. Se na primeira semana do movimento paredista contabilizavam 24 instituições em greve e 7 instituições com indicativo de greve definido, em 23 de abril, a adesão subiu para 28 instituições em greve e 9 com indicativos aprovados. No dia 30 de abril, eram 39 instituições em greve e 11 com deflagração prevista. Em 3 de maio, já eram 46 instituições federais em greve, com 4 deflagrações previstas. Em 14 de maio, quase um mês da deflagração, havia 53 instituições em greve e 3 instituições com deflagração futura. Em 27 de maio, contabilizava-se 59 instituições em greve e 2 instituições com deflagração prevista. Em 06 de junho, conforme comunicado do CNG/ANDES, a greve alcançou um total de 65 instituições paralisadas (CNG/ANDES/SN, 2024a).

Mesmo com quadro de grande adesão ao movimento paredista, em 27/05/24, o governo deu um golpe na categoria docente em greve e assinou um acordo com o PROIFES, numa tentativa de acabar com a greve pela via institucional. O fato foi denunciado por parcela do movimento docente, e esse acordo acabou sendo suspenso pela justiça, em 29/05/24 (SINASEFE, 2024). Após essa tentativa frustrada, o governo recorreu a outra medida de pressão da categoria: reuniu-se com reitores representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, no dia 10/06/24. Nessa reunião, Lula, além de utilizar o espaço para fazer propaganda de seu governo, anunciando parte de investimentos já previstos desde agosto de 2023 no “Novo Pac”⁴⁸ (para dimensionar a valorização do anúncio feito, dos 5,5 bilhões de investimentos anunciados, 4,5 bilhões já estavam previstos desde 2023)⁴⁹, ainda intimou os dirigentes do movimento docente a encerrarem a greve, conforme replicado em canal oficial de comunicação do governo:

⁴⁷ A FASUBRA deflagrou greve em 11/03/24 e o SINASEFE em 03/04/24.

⁴⁸ Conforme consta em propagando no *site* do Partido dos Trabalhadores, já estava previsto o investimento de 4,5 bilhões no ensino superior (PT, 2023).

⁴⁹ Ver mais em Nota de coletivos de oposição no ANDES-SN “Com reajuste 0% em 2024 e reajuste bem abaixo da inflação a greve precisa continuar” difundida durante a greve. (Com zero%..., 2024).

Para Lula, greve tem tempo para começar e também para terminar e é preciso que as lideranças sindicais tenham “coragem de acabar com a greve”. “A única coisa que não se pode permitir é que uma greve termine por inanição, a única coisa que não pode acontecer, porque se ela terminar assim, as pessoas ficam desmoralizadas. Então o dirigente sindical tem que ter coragem de propor, ele tem que ter coragem de negociar, mas ele tem que ter coragem de tomar decisões que muitas vezes não é o ‘tudo ou nada’ que ele apegou”, disse (Verdêlio, 2024).

Essa postura de Lula em manter-se intransigente quanto à reivindicação dos docentes em greve e articular ações para acabar com o movimento, demonstrou, mais uma vez, a necessidade de independência dos sindicatos e seus dirigentes em relação aos governos. Entretanto, denúncias sobre a condução na direção da greve por parte da diretoria do ANDES em aliança com o Renova Andes foram expostas no caderno de texto do 67º Conad. No documento é colocado que:

[...] a aliança entre a ALB e o Renova, que no início era aparentemente tácita, evoluiu para uma aliança essencialmente estratégica, aberta e visível, no CNG e nos CLGs. De fato, a diretoria/ALB e o Renova uniram-se para impedir que os delegados de oposição no CNG pudessem ir para as mesas de negociação com o governo e também para impedir que esses delegados fossem dos coletivos do bloco de oposição classista à diretoria do ANDES-SN (ANDES/SN, 2024).

Dessa forma, o governo que seguiu intransigente nas negociações, encontrou ressonância entre dirigentes sindicais que participavam das negociações, que diante do chamado do presidente para encerrar a greve, baixaram as bandeiras e assumiram o discurso de desgaste do movimento que estava com mais de 60 instituições paralisadas. Na avaliação apresentada pelo CNG do ANDES/SN, o anexo I do comunicado nº 84 (CNG/ANDES-SN, 2024b) demonstra que uma parte dos dirigentes atendeu ao chamado do governo. Embora denunciasse o desrespeito ao movimento sindical demonstrado por Lula na reunião com os reitores, o comunicado destacou os "ganhos" da greve, apontou a ausência de previsão de adesão de novas instituições ao movimento e orientou que as assembleias gerais (AG) avaliassem a proposta do governo, que permanecia inalterada desde 13/05. As AG deveriam indicar se o Sindicato Nacional deveria assinar o acordo com o governo e decidir sobre a continuidade da greve ou a construção de sua saída coletiva. Essa orientação gerou disputas nas bases. Conforme divulgado no anexo do comunicado nº 97 (CNG/ANDES-SN, 2024c), a assinatura do acordo foi referendada por 25 AG de instituições em greve, enquanto 23 se opuseram.

Quanto à greve, 32⁵⁰ AG apontaram a saída, enquanto 20 defenderam sua continuidade. Na avaliação apresentada no comunicado nº 96 (CNG/ANDES-SN, 2024d) indica-se que:

Na forma e no conteúdo, a mensagem política do governo é eloquente, recrudescendo seu ataque ao movimento paredista e demarcando seu compromisso com o grande capital, caracterizando o cenário político, no qual não temos condições de avançar na correlação de forças por meio desta greve.

Dessa maneira, o encaminhamento dado foi, então, o encerramento da greve, com saída coletiva até 03/07/24 e a assinatura do acordo com o governo.

Alguns docentes que faziam oposição à diretoria do ANDES/SN, avaliaram que os encaminhamentos feitos no CNG/ANDES dirigido pela diretoria do sindicato nacional com apoio do Renova ANDES aceleraram o término da greve. Em um trecho dessa avaliação, qualificam-na da seguinte maneira:

A capitulação política da Diretoria/ALB e do Renova ao governo Lula tornou-se um obstáculo para a vitória do movimento paredista. Diziam querer arrancar dinheiro e compromissos políticos do Governo Lula, ao mesmo tempo que procuravam poupá-lo de denúncias e exigências, supostamente para “não fortalecer a direita (ANDES/SN, 2024f, p.47).

A postura do governo, que incluiu desde o destacamento de um negociador experiente para representar o governo na mesa de negociação com o funcionalismo público, e dessa forma preservar a imagem de Lula o quanto foi possível, até a intervenção pública do presidente, intimando os dirigentes a pôr fim à greve na condução do movimento paredista, revelou, além descaso com a categoria docente, que a prioridade do governo não era atender às reivindicações. Esse fato foi encoberto por dirigentes que, de alguma forma, estavam envolvidos com o governo do PT.

A greve, do ponto de vista econômico, pouco conquistou, mas avaliar uma greve apenas pelos resultados imediatos seria reduzir o potencial que esse movimento dos trabalhadores possui. Nesse sentido, é importante identificar e avaliar os avanços políticos e organizativos da classe trabalhadora a partir do movimento de luta empreendido.

⁵⁰ Considerando o número de seções que se encontravam em greve na oportunidade. No comunicado do ANDES/SN, é considerada a deliberação de assembleias que já haviam votado pelo fim da greve, como na UFMG.

5.2 A Greve na UFMG

A greve de 2024, deflagrada por razões que afetam o conjunto dos docentes das instituições federais de ensino superior, encontrou expressões singulares em diferentes universidades. Na UFMG, os desdobramentos da mobilização nacional foram particularmente influenciados pelo contexto local, onde as especificidades institucionais e a atuação do APUBH se evidenciaram na dinâmica do movimento paredista. O cenário nacional impactou diretamente as ações e decisões dentro da UFMG, mas as interações entre o macro e o microcosmo da luta docente se expressaram a partir de diferentes perspectivas.

Como visto, durante e após a eleição para diretoria do ANDES/SN em 2023, as relações entre a diretoria do APUBH e a atual diretoria do sindicato nacional aparentava estar em conflito, quando antes se percebia a explícita aproximação entre elas. Um dos elementos que permitiram considerar tal disputa foi a permanência da relação e orientação da diretoria do APUBH ao Renova Andes, coletivo de oposição à diretoria do ANDES/SN. A candidatura da presidente na Chapa do Renova, no Congresso da entidade, em 2023, foi a evidência mais cabal dessa relação e da ambiguidade presente na suposta aproximação com o ANDES/SN. Em consequência, houve a participação de uma delegação de representantes da UFMG, vinculados ou próximos ao coletivo dirigente do ANDES/SN, a ALB, no 42º Congresso do ANDES/SN, em 2024, aprovada por fora das ações do APUBH. Isso porque no início desse ano, a diretoria do APUBH deixou de ser convidada a participar, como de costume e não convocou assembleia para deliberar sobre a participação no 42º Congresso do ANDES/SN, como vinha sendo realizado nos anos anteriores. A Regional Leste do sindicato nacional foi, então, procurada por alguns professores da UFMG que aspiravam participar do Congresso do ANDES, e, ao seu pedido, convocou e realizou a assembleia na UFMG com o objetivo de eleger delegados. Essa prática já era existente em gestões anteriores do APUBH, quando solicitada por sindicalizados. Segundo a direção do APUBH,

[...] em 2023 após pedir à diretoria do ANDES-SN a ampliação do número dos convidados, a nossa diretoria foi surpreendida em 18 de janeiro deste ano com um comunicado da diretoria do ANDES-SN, em resposta ao pedido de participação do APUBH no 42º Congresso, de que haveria uma assembleia para eleição de delegados do APUBH, chamada pela Regional Leste do ANDES-SN. (APUBH, 2024)

O APUBH chegou a acionar a Justiça do Trabalho, para reverter a situação e impedir a realização da assembleia, sob a alegação de ingerência, mas não teve êxito. Foram eleitos, como delegados, três professores que abertamente apresentavam divergências com a diretoria do APUBH, para participar do 42º Congresso, que aprovou a construção de uma greve.

Apesar das disputas políticas, os fatos que impulsionaram a construção da greve da categoria docente em nível nacional também reverberaram na comunidade universitária da UFMG. No início do ano letivo, os trabalhadores técnico-administrativos em educação da UFMG deflagraram greve. A insatisfação com os cortes orçamentários, as condições de trabalho, a negativa do governo à proposta de recomposição salarial e a falta de propostas para a reestruturação do Plano de Carreira dos Cargos dos Técnicos-Administrativos em Educação estavam entre os motivos que levaram essa categoria a paralisar as atividades. Entre os docentes da UFMG, das quatro primeiras assembleias realizadas pelo APUBH, três pautaram a construção da greve. Pode-se afirmar que os docentes da UFMG iniciaram o ano letivo com uma discussão política sobre a necessidade de construir uma greve, integrando-se ao movimento nacional.

Como dito, o debate sobre a necessidade de construção de uma greve ocorreu na primeira assembleia convocada em 2024 pelo sindicato dos professores da UFMG, em 18/03/2024. Nessa assembleia, que contou com 39 presentes, foi aprovada a constituição de uma comissão de mobilização e conscientização dos professores sindicalizados para construir a greve na UFMG. No relato da assembleia divulgado no site do APUBH, consta, entre as tarefas dessa comissão, “levantar informações sobre o andamento da mobilização da categoria, em nível nacional, nas universidades e demais instituições federais de ensino” (Acontece no APUBH, 2024b). Tal tarefa aproximava a categoria da UFMG da deliberação tomada pelo ANDES/SN, rumo à construção de uma greve nacional da categoria, supostamente de forma unificada com os demais servidores(as) públicos(as) federais, visando fortalecer as Campanhas Salariais de 2024 e 2025. Esta comissão elaborou um panfleto que foi distribuído na universidade, expondo os motivos para a realização da greve, convocando os docentes a participarem da próxima assembleia e a aderirem à paralisação prevista para o dia 03/04/24⁵¹.

A diretoria do APUBH, por sua vez, a partir dos trabalhos da comissão de mobilização constituída na primeira assembleia, convocou a terceira assembleia da

⁵¹ O panfleto pode ser consultado em APUBH, 2024e).

categoria, dia 28/03/24, e na pauta constava a adesão à paralisação dos servidores federais no dia 03/04/2024. Essa assembleia, que contou com 62 participantes, aprovou a adesão à paralisação com a construção de uma programação para a data. A assembleia do dia 28/03 também indicou que nova assembleia deveria ser marcada com o objetivo de discutir a deflagração da greve na UFMG.

A quarta assembleia, convocada uma semana após o dia de paralisação, foi realizada dia 11/04/2024, quando foi encaminhada a decisão da assembleia anterior, e na pauta constava a deliberação sobre a deflagração da greve na UFMG a partir de 15/04/24. A assembleia contou com participação de 470 pessoas. Na votação para deliberar sobre a deflagração da greve a partir de 15/05/2024, 228 docentes votaram a favor, 140 votaram contrários e 25 se abstiveram. A deflagração da greve na UFMG na primeira assembleia convocada para tal deliberação foi um fato que surpreendeu inclusive a alguns diretores do sindicato. Isto porque a UFMG não tinha “tradição” de vanguarda no movimento paredista, e apesar da sua expressão no cenário político não tinha vinculação ao ANDES/SN. Pelos informes e intervenções realizadas durante a assembleia ficou explícito que os professores estavam sentindo os efeitos da precariedade e a pauperização de uma das maiores universidades do país. Queixas sobre a falta de estrutura mínima para realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão na universidade, reflexo da falta de orçamento para as IFES em geral, somavam-se às denúncias sobre os aumentos concedidos a outras categorias do serviço federal, como os setores ligados à segurança pública (Polícias Federal, Rodoviária e Penal) enquanto não havia proposta de reajuste para os docentes. A tônica do debate estava colocada, principalmente, na necessidade de defender a universidade, priorizando seu caráter público e valorizando os docentes e demais servidores. Em contrapartida, algumas falas revelavam que uma parcela dos professores não queria a deflagração da greve e defendia o governo federal com o argumento de que não era o momento de tal mobilização, que as perdas salariais e cortes no orçamento já vinham se acumulando desde governos anteriores e que uma greve poderia desgastar o governo Lula.

A direção do APUBH, ao optar por convocar uma assembleia para deflagrar a greve, possibilitou a expressão das tensões internas entre as diferentes concepções de luta sindical. Este movimento pode ser interpretado à luz da teoria da luta de classes, onde as divergências refletem, não apenas estratégias distintas, mas também visões conflitantes sobre o papel do sindicato frente à organização da luta dos trabalhadores.

Assim, a decisão de deflagrar a greve foi uma resposta às condições objetivas impostas pelo governo e um reflexo das disputas internas sobre o caráter do movimento docente.

Deflagrada a greve, outra tarefa, tão complexa como fundamental, colocou-se na ordem do dia: a construção e ampliação desse movimento dentro da UFMG e sua vinculação com o movimento docente nacional. Foi, então, que se constituiu o Comando de Greve Docente da UFMG (CLG/UFMG), ao final da assembleia que deflagrou o movimento paredista.

Um comando local de greve (CLG), como o próprio nome sugere, tem por finalidade “comandar” ou organizar o movimento paredista em seu local de atuação, e quando se trata de uma greve nacional, articular, de forma integrada, ações com um comando nacional do movimento paredista. Parte-se da concepção de que a mobilização dos docentes através de uma greve exige mais que as disposições individuais dos sujeitos. É necessário que esta disposição coletiva seja direcionada através de ações que visem mobilizar e fortalecer o movimento político em curso para o alcance de logros em relação à pauta de reivindicação. Logo, o CLG é um organismo que os trabalhadores em greve constituem em determinados momentos de luta, no caso, a greve. Ele é um instrumento e não pode ser confundido com o sindicato e sua direção sindical. Os comandos de greve podem ser compostos, no caso da greve dos docentes, por professores sindicalizados ou não, por membros da diretoria sindical ou por membros de oposição à direção do sindicato.

Em geral, os CLG se constituem no decorrer da luta e, por isso, sua origem e relação com a direção dos sindicatos tendem a se diferenciar. Os CLG podem ser constituídos em oposição à diretoria sindical, na maioria das vezes quando esta diretoria se coloca abertamente contra a greve; ou podem surgir como uma oposição ao sindicato e durante o processo de luta subordinar-se à direção sindical. O contrário também ocorre, quando um CLG tem origem a partir da direção do sindicato e no desenvolver do processo de luta opõe-se a esta diretoria. E há casos, ainda, em que os CLG são compostos por membros da direção sindical e seus apoiadores e não há nenhuma divergência no processo de luta que os coloque em questão. É importante ter essas possibilidades em vista para evitar o entendimento equivocado de que sindicato, diretoria sindical e comando de greve sejam a mesma coisa.

Os comandos de greve são formados a partir de decisão assemblear, e em geral organizam-se através de comissões de trabalho. No caso da greve dos docentes das IFES, os CLG constituíram-se em cada universidade, que por sua vez se vincularam ao

comando nacional de greve do sindicato nacional (CNG/ANDES/SN). Conforme consta no Regimento instituído na data de criação do CNG/ANDES/SN, este comando era composto “por delegado(a)s, observadore(a)s, convidado(a)s, devidamente credenciado(a)s pela secretaria do CNG, e diretores(a)s do ANDES-SN” (CNG/ANDES-SN, 2024e). Ainda conforme estabelecido nesse documento, o CNG/ANDES/SN tinha por objetivo “coordenar politicamente e deliberar, em nível nacional, a greve do(a)s docentes das IFES a partir das deliberações tomadas pelas Assembleias Gerais (AGs) das seções sindicais.” (CNG/ANDES-SN, 2024e).

O CLG/UFMG foi constituído, incorporando à comissão de mobilização formada na assembleia realizada no dia 18/03/2024 novos professores que eram de oposição à diretoria do sindicato e/ou independentes, e alguns novos membros da diretoria. A formação do CLG na UFMG, com suas especificidades, e a relação com a diretoria do sindicato oferecem um microcosmo das lutas internas que permeiam o movimento docente. A composição do CLG e as deliberações tomadas em suas reuniões refletiram as tensões entre diferentes frações do movimento que, conforme discutido no capítulo 3, podem ser compreendidas como expressões de interesses de classe em disputa. Essa dinâmica interna revelou a complexidade da organização sindical em tempos de crise, onde as alianças e conflitos internos inflexionam as estratégias de luta.

A relação da direção do sindicato com os demais membros que se posicionavam como oposição e/ou independente à diretoria sindical, mas compunham o CLG/UFMG, demonstrou-se conflituosa desde a sua constituição, pois a diretoria do APUBH compreendia que a tarefa de dirigir a greve seria apenas dele. Esse entendimento era explicado cada vez que ações propostas pelos membros do CLG/UFMG que não participavam da diretoria ou a apoiavam entravam em conflito com as posições assumidas pela direção sindical. Desse modo, a relação entre parte do CLG/UFMG e diretores do sindicato nele atuantes era complexa. Praticamente todas as comissões criadas no CLG/UFMG estavam condicionadas à direção do sindicato para realizar as tarefas. Desde o financiamento para a produção de informativos e panfletos, a utilização das redes sociais, *site* e meios de comunicação com docentes filiados ao sindicato para divulgação da agenda construída, e até a utilização de recursos da entidade, como carro de som e tendas, dependiam de previa aprovação da diretoria do sindicato. Houve momentos em que decisões debatidas e aprovadas no CLG/UFMG eram rediscutidas pela diretoria do sindicato em outros espaços, comprometendo a execução de muitas delas. A diretoria do APUBH buscou apelar as divergências a partir de uma proposta

de regimento interno inspirado no regimento aprovado pelo CNG/ANDES-SN que determinava as funções e atribuições do CLG/UFMG e seus membros e centralizava o poder na direção do APUBH. No entanto, em votação em reunião do CLG foi reprovada a necessidade desse regimento.

Apesar do conflito no CLG/UFMG, ora velado, ora aberto, este se reuniu diariamente durante as duas primeiras semanas de greve na universidade, quando propôs e realizou ações de panfletagem, reuniões nas unidades acadêmicas para a construção da greve, enviou representantes eleitos no CLG para o CNG (um com direito a voto nas decisões e outro na condição de observador) e debateu, incansavelmente, sobre quais as atividades seriam essenciais durante uma greve. Havia o intento de mobilizar os docentes da universidade mineira que ainda não haviam aderido ao movimento, organizar e fortalecer a greve, estabelecer o diálogo com os pares com base nas orientações nacionais para definir quais os serviços essenciais que deveriam permanecer em funcionamento na UFMG e debater, em profundidade, sobre os pontos da pauta. Os docentes que coadunavam com esses objetivos compuseram e fizeram funcionar algumas comissões no CLG/UFMG, entre elas a comissão de comunicação e elaboração de materiais.

Em anexo, disponibiliza-se dois ofícios elaborados pelo CLG/UFMG sobre as atividades essenciais. O primeiro, de 17/04/24, em que o comando apresenta orientações gerais a serem debatidas nas unidades em greve (Anexo B), e o segundo, de 06/05/24, em que o CLG, a partir do retorno das unidades e debates realizados nas reuniões do comando, elencaram, dentro dos quatro eixos (ensino, pesquisa, extensão e gestão), quais as atividades eram consideradas essenciais (Anexo C). Esse esforço fazia parte da construção da greve, para o enfrentamento de práticas que buscavam minar o movimento paredista.

Também nesse sentido foram realizadas reuniões em unidades acadêmicas para construir a greve e enfrentar práticas de desinformação e desmobilização, como as que ocorreram na Escola de Arquitetura da UFMG, após a deflagração da greve. Nesta unidade, professores contrários à greve, além de convocarem os estudantes para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, organizaram um “adesivaço” com cartazes gigantes na unidade, com dizerem “Greve agora não. Estamos em um governo democrático com mesas de negociação em andamento”, “Greve agora não. Com negociação em andamento, não há motivo para desestabilizar um governo democrático”, “Greve agora não. Greve é um direito que deve ser exercido como última alternativa.

Não é uma obrigação”. Imagens desses cartazes encontram-se no Anexo D dessa tese. Nesta unidade, representantes do CLG/UFMG que não eram da diretoria do sindicato realizaram reunião com os docentes para informar sobre a necessidade da greve, demarcar a posição de apoio aos professores que haviam aderido ao movimento e encaminhar atividades na unidade para fortalecer o movimento paredista.

Além das tarefas inerentes à construção de uma greve, o CLG/UFMG, na segunda semana de seu curso, enfrentou o conflito aberto com a direção do APUBH. Em reunião realizada em 23/04/24, que antecedeu a assembleia docente, além de debate relacionado à alteração da pauta da assembleia que já havia sido aprovada no CLG/UFMG, a presidente do APUBH informou que, em assembleia docente, os membros que participariam do CLG/UFMG deveriam ser referendados em plenário, demarcando a divisão clara entre quem eram os diretores e quem não compunha a diretoria naquele comando. Essa ação foi justificada pela necessidade de discutir sobre as posições assumidas no CLG/UFMG para que a diretoria se distanciasse delas. A necessidade de distanciamento de posições ficou mais clara após o informe dado pela presidente do APUBH durante a assembleia realizada em 25/04/24. Na semana anterior, a presidente da entidade esteve em Brasília para participar do CNG/ANDES/SN na condição de observadora, conforme votação no CLG/UFMG. Neste período, reuniu-se à revelia de discussão do comando local com o negociador destacado por Lula para intermediar as negociações com o funcionalismo público, José Lopez Feijóo. Conforme consta em divulgação feita em rede social do APUBH, a presidente relata o encontro da seguinte maneira:

Conversamos longamente e foi um rico momento de diálogo e de atenta escuta por parte do Secretário. Por obvio não levamos propostas, pois isto é papel dos negociadores, mas reforçamos a pauta da categoria e levamos a voz dos professores da UFMG e suas preocupações em relação à proposta econômica do Governo, que precisa ser melhorada para alcançar toda a nossa categoria, e se tornar interessante também para ingressantes e aposentados”, afirmou a Profa. Maria Rosaria (APUBH, 2024).

Essa postura desnudava que as estratégias e métodos de condução do movimento paredista se diferenciavam entre o grupo que compunha o CLG/UFMG. A postura de privilegiar a negociação institucional, apostando em diálogo com representante do governo/Reitoria já era prática da direção sindical na UFMG há anos, como evidenciado no trabalho de Moreira (2020) e também verificado nas ações observadas entre 2021 a 2023. No entanto, essa atitude em meio à greve foi questionada. De um lado, os

membros do CLG/UFMG que não compunham a diretoria defendiam que a mobilização deveria seguir atuando junto aos docentes da base, realizando ações em conjunto com outras universidades em greve, a partir de orientações do CNG/ANDES/SN para pressionar o governo. A partir dessa posição, denominaram a postura da presidente do APUBH de “antigreve” e “governista”. Em contrapartida, a ação foi defendida pela diretoria do sindicato, que argumentou que a presidente da entidade não precisava submeter-se ao CLG/UFMG para realizar ações que seriam de interesse da categoria, uma vez que o APUBH era sindicato autônomo e que se não tinha assento na mesa de negociação, deveria buscar sua representação por outros meios.

A assembleia realizada no dia 25/04/24, no auditório da Faculdade de Medicina, com 341 presentes, demonstrou, a partir dos informes dados, que os professores das unidades acadêmicas da UFMG estavam em uma crescente mobilização. Além do relato das unidades, foi apresentada uma análise da proposta do governo por um representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e informes do ANDES/SN pelo presidente da entidade, que é docente na UFMG. Essa assembleia foi marcada por discussões que evidenciavam as contradições presentes no CLG. Além do informe dado pela presidente do APUBH de sua reunião com Feijóo, em outro momento foi levantado por um membro da chapa que concorria às eleições para a direção sindical a possibilidade de ampliação da participação remota nas votações sobre a greve. Essa proposta foi votada no fim da assembleia e rechaçada pela maioria dos presentes, que interpretaram a atitude como uma forma de desmobilização. Tal proposta já havia sido apresentada anteriormente no CLG/UFMG pela mesma pessoa que a defendeu em assembleia, e na ocasião também foi voto vencido. Outro ponto que demarcou a contradição com a diretoria foi a discussão aberta por membros do CLG/UFMG que eram independentes e/ou de oposição à diretoria, sobre a necessidade de adiamento das eleições para a diretoria do sindicato, que estava marcada para acontecer nos dias 27 e 28 maio daquele ano, para que se priorizasse a greve. O prazo para inscrição de chapas para concorrer ao pleito encerraria no dia seguinte ao da realização da assembleia. Como visto anteriormente, a chapa que ganhou as eleições para diretoria do APUBH, em 2024 concorreu como chapa única, e representava continuidade da gestão que assumiu em 2018, porém com um perfil mais acentuado de aproximação com o governo Lula. As eleições não foram adiadas e a partir dessa assembleia, uma nova configuração dos membros do CLG/UFMG se conformaria.

A partir da terceira semana de greve, o CLG/UFMG passou a se reunir três vezes na semana, e o grupo que compunha este comando foi reconfigurado. Verificou-se que a direção sindical que disputava espaço no CLG/UFMG conformou uma “superdiretoria do sindicato”, composta por docentes da diretoria que exercia o mandato, membros que compunham a chapa de continuidade que concorria às eleições do sindicato e apoiadores. A partir dessa reconfiguração, numericamente as posições da diretoria do sindicato se tornaram majoritárias no CLG/UFMG. Outra mudança identificada foi em relação ao local em que as reuniões ocorriam. A partir da terceira semana, as reuniões passaram a ocorrer, na maioria das vezes, na sede do sindicato, que fica fora da universidade. Apesar dessa nova configuração, os membros do CLG/UFMG que não tinham relação com a diretoria do sindicato permaneceram propondo e realizando as ações deliberadas nas reuniões.

Em maio, apesar das contradições, as reuniões do CLG/UFMG encaminharam diversas atividades de greve. Verificou-se a participação em três atos fora da universidade, e debatida e aprovada a participação no CLG/UFMG. O primeiro foi realizado no dia 01/05, em conjunto com outros movimentos sociais pela ocasião do Dia do Trabalhador, e o segundo ato, realizado no dia 09/05, convocado pelo sindicato dos servidores técnicos-administrativos que também se encontravam em greve. No mesmo dia do segundo ato realizou-se, também, uma mesa na escola de Belas Artes sobre carreira docente na UFMG e saúde dos professores em sua relação com o exercício docente, atividade que não havia sido encaminhada via CLG/UFMG, e que se tratou de iniciativa de diretores do APUBH. Já o terceiro ato, que contou com a participação de uma delegação de estudantes e professores, foi a marcha à Brasília, convocada pela CNG/ANDES/SN, realizada em 22/05/24.

Figura 1 – Registro da intervenção de membro do CLG/UFMG em ato realizado no dia 01/05/24



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Figura 2 - Registro de participação de membros dos CLG/UFMG em ato convocado pelo SINDIFES em 09/05/24



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Houve, ainda, dois atos que ocorreram dentro da universidade, sendo um no dia 15/05/24 e o segundo no dia 27/05/24. O primeiro contou com apoio da diretoria do sindicato, que ofertou lanche para os participantes que se concentraram na praça de serviços e caminharam até a entrada principal da UFMG, passando no trajeto por algumas unidades. Já o segundo ato, proposto e organizado por docentes que não compunham a direção sindical, denominado de “cortejo”, foi realizado no dia em que o governo assinou acordo com PROIFES. O cortejo do dia 27/05 saiu da escola de música e foi até a Reitoria, local onde os docentes e alguns estudantes estenderam uma faixa expressando sua contrariedade pela assinatura do acordo com a entidade governista. Esse segundo ato foi esvaziado, contando com participação apenas de 4 professores, situação em parte explicada pela realização de outra atividade também agendada para o mesmo dia, mas também pela desarticulação em relação à divulgação e adesão da proposta no CLG/UFMG.

Figura 3 – Registro do ato realizado no dia 15/05/24, dentro do *campus* da UFMG



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Figura 4 – Registro do ato realizado dia 27/05/24 em frente à Reitoria da UFMG



Fonte: Foto cedida por Deise Luiza.

Além dessas atividades de mobilização, em maio também foi realizado um ciclo de seminários sobre a temática da carreira e previdência. Esses seminários foram alvo de intensas discussões no CLG/UFMG, devido à postura da diretoria do APUBH de não acatar os encaminhamentos feitos pelo comando. A realização dos seminários foi uma demanda que surgiu a partir de reunião realizada em uma das unidades acadêmicas que estava em greve, e mesmo sendo debatida e aprovada no CLG, a decisão foi rediscutida pela diretoria do APUBH, de maneira apartada do CLG. Em *email* enviado pela diretoria do APUBH registrava-se que:

Em reunião da Diretoria Geral realizada em 02/05 para discutir e deliberar sobre a realização de dois seminários propostos pela professora [...], [do] Comando Local de Greve de Professores da UFMG, a diretoria do sindicato aprovou, por unanimidade, a realização de ambos os seminários com as seguintes considerações: Os seminários deverão ter o formato virtual. O sindicato estará em contato com os técnicos administrativos em educação da FaE, para organizar a transmissão virtual no auditório indicado no primeiro seminário (13/05). O sindicato aguarda a indicação do auditório para realização do segundo seminário para dar sequência às mesmas providências. Aprovou-se ainda, os nomes indicados pelo CLG para ambos os seminários, sendo que a diretoria do sindicato irá sugerir dois nomes (um nome para cada seminário) para representar o movimento Renova Andes no contexto temático dos seminários. Consideramos importante que, nesse contexto de abertura do APUBH em relação ao convite ao Andes pela base, ser necessário

nossa categoria conhecer também, a segunda maior força política do Andes, que é o Renova Andes (*Email* enviado pela secretaria do APUBH em 03/05/2024).

Além de alterar o formato inicialmente proposto, a diretoria colocou, como condição para que o sindicato apoiasse a realização dos seminários, a indicação de que nomes de expositores ligados ao grupo Renova Andes compusessem a programação do ciclo de seminários. O argumento utilizado era de que a diretoria do APUBH queria agregar a formação política dos docentes. Os membros do CLG/UFMG que não compunham a diretoria sindical, por sua vez, apontavam que a proposta se assentava no fato de que os professores indicados inicialmente abordavam a temática na perspectiva crítica, inclusive ao Governo Lula. Os seminários ocorreram nos dias 20/05 e 24/05 no formato presencial, e 27/05 e 11/06 no formato *online*, e em pelo menos dois seminários, houve expositores ligados ao Renova Andes.

Ainda no mês de maio foram realizadas duas assembleias, nos dias 17/05 e 29/05. Na assembleia do dia 17/05, realizada no auditório da Reitoria, registrou-se a participação de 427 participantes. A partir dessa assembleia, o acesso de estudantes, inclusive da pesquisadora para realizar as atividades de observação para esse trabalho passou a ser controlado de maneira mais rigorosa pela direção do sindicato. A mesa da assembleia que era presidida pela presidente do sindicato passou a autorizar a participação apenas após a votação em assembleia. O registro de fotos e vídeos das assembleias por pessoas que não fossem docentes também passou a não ser permitido.

Verificou-se que, nesta assembleia, além da ratificação dos nomes que compunham o CLG/UFMG (mais um episódio que evidenciava a divisão existente naquele grupo), o debate foi marcado pela defesa da proposta apresentada pelo governo por membros da superdiretoria do sindicato. Além de argumentos de que a proposta continha avanços, alguns membros dessa superdiretoria apontavam os problemas que uma greve muito extensa poderia ocasionar, especialmente na reposição dos dias letivos. Falas de docentes mais antigos na universidade em defesa do governo, e de espanto por não reconhecer o cenário de mobilização instaurado na UFMG também marcaram a assembleia. No entanto, a maioria dos docentes presentes recusou a proposta e ainda foi mantida a greve.

Já a assembleia do dia 29/05, realizada no auditório do CAD 2, contabilizou 388 participantes, e foi também expressão da luta para identificar o principal inimigo da categoria durante a greve. A assembleia foi realizada após o golpe dado pelo governo

com a assinatura do acordo com o PROIFES. Esse episódio reverberou entre os presentes e demonstrou a preocupação da direção sindical em blindar o governo Lula. Em determinada intervenção realizada durante o debate, foi entoada a palavra de ordem “A greve continua, Lula a culpa é sua!”. Imediatamente a presidente do APUBH interveio e manifestou o desacordo com a palavra de ordem entoada, argumentando que a greve era por direitos e não contra o governo. A fala foi sucedida pela intervenção de outra diretora do sindicato, que também demonstrou desacordo com o ataque ao governo, argumentando que havia disputa no Congresso Nacional. Nesta assembleia, houve várias manifestações contrárias à greve, alguns responsabilizando o ANDES/SN argumentando que o sindicato nacional investia no conflito. Outro ex-diretor do APUBH argumentou que era preciso dar legitimidade ao PROIFES. No entanto, professores que defendiam a continuidade da greve denunciaram o golpe dado pelo governo, defenderam a unidade no movimento sindical, cindida pela assinatura unilateral com PROIFES, e conclamaram a categoria a intensificar a mobilização.

Antes de encaminhar a votação para assembleia sobre a continuidade da greve, foi realizada intervenção da presidente do APUBH, que externou que apesar das críticas em relação à atual diretoria do ANDES/SN reconhecia que o sindicato nacional era o espaço da disputa, deslegitimando o PROIFES e demarcando essa posição em relação a ex-diretores do APUBH que estavam presentes na assembleia. O debate essencial que se apresentou nessa assembleia era o de compreender que o principal limite da greve, que estava em ascensão com quase 60 instituições paralisadas naquele momento, residia na intransigência do governo. Ao não reconhecer esse fato, buscaram justificativas para frear o movimento na principal universidade mineira. Apesar disso, em votação realizada, os docentes ainda mantiveram a greve e recusaram a proposta do governo.

No mês de junho houve apenas 2 reuniões do CLG/UFMG, que encaminharam além das duas assembleias, duas atividades: a realização de um ato público que extrapolou o *campus* e um seminário que fazia parte do ciclo de seminários iniciado em maio. O ato denominado “Caminhada pela Negociação”, realizado no dia 03/06, era uma demanda que desde o início da greve vinha sendo debatida no CLG/UFMG, principalmente por membros que não tinham vinculação com a direção sindical, e que defendiam a necessidade de realizar atividades de mobilização que dialogassem com a sociedade. Este ato ocorreu tendo o protagonismo de membros do CLG/UFMG que não tinham relação com a direção do sindicato. Isso porque, apesar de garantir o custeio do carro de som para a atividade, a diretoria do APUBH não se envolveu de maneira

orgânica com a atividade, ficando a cargo do grupo que se posicionava de maneira independente e/ou de oposição à diretoria, organizar o trajeto, as intervenções e todo aparato referente à dinâmica da atividade.

Figura 5 – Registro de membros do CLG/UFMG no carro de som durante o ato realizado em 03/06/24



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Figura 6 – Registro de ato realizado em 03/06/24



Fonte: Site APUBH (2024).

Já o seminário, que ocorreu de maneira remota no dia 11/06, após o término da greve, foi realizado em cumprimento à agenda pré-estabelecida e debateu sobre o tema do “Assédio nas IFES”. Destaca-se que um dia antes da assembleia realizada em 05/06, o CLG/UFMG reuniu-se para fazer um balanço do ato e planejar as atividades da semana, o que incluía a assembleia. Durante essa reunião do CLG/UFMG, houve a proposta de construir e encaminhar uma carta à Reitora da UFMG colocando a posição do comando sobre o anúncio da reunião de Lula com os reitores. Parte do comando compreendia que essa reunião se tratava de uma sinalização do governo para que a greve acabasse. No entanto, membros da superdiretoria acreditavam que a carta não era necessária e viam o encontro do presidente com os reitores de maneira positiva, pois, na percepção deles, a Reitora defenderia os interesses da categoria. Uma proposta da carta chegou a ser apresentada, mas não foi encaminhada.

Outro fato que gerou intenso debate na reunião do CLG/UFMG realizada em 04/06 foi a divulgação de nota difundida no dia da realização do ato do dia 03/06, via aplicativo de mensagem, a docentes da UFMG, e assinada por um membro da superdiretoria que compôs a mesa da assembleia anterior. A mensagem convocava os docentes a comparecerem à assembleia do dia 05/06/24 para pôr fim à greve. Esse membro já havia defendido, desde a assembleia do dia 17/05, a proposta apresentada pelo governo e manifestava-se a favor do fim da greve, apesar de participar do CLG/UFMG. Em um trecho da nota difundida, se lê:

Haverá assembleia dia 05/06 e já estão com a conversa de que o governo recuou pois marcou mais uma reunião para o dia 14/06 e já estão pegando este gancho para vender mais ilusão, narrativas radicalizadas e delirantes sobre a necessidade de continuar com a greve, que já entrou claramente no terreno negativo da relação custo x benefício. Em suma: quem não quiser continuar a por (*sic.*) lenha e gasolina na fogueira da extrema direita tem que ir na assembleia. Tivemos uma greve necessária e vitoriosa e agora já passou da hora de por (*sic.*) um ponto final definitivo, inclusive para preservar este instrumento de justa pressão e conquistas (Trecho da nota difundida por *whatsapp*⁵²).

A divulgação dessa nota apenas confirmou que membros da superdiretoria que integravam o CLG/UFMG estavam trabalhando para acabar com a greve. A unidade na luta que conformava o grupo do CLG mostrou-se logo inconsistente. E as posições de apoio ao governo e sua proposta não foram, de fato, combatidas naquele espaço de organização da greve e, por óbvio, reverberaram na assembleia do dia seguinte.

⁵² O texto na íntegra pode ser visto no Anexo E deste trabalho.

A assembleia realizada em 05/06, no auditório do CAD 1, com 426 presentes, iniciou com informes dos representantes do CLG/UFMG no CNG, inclusive do presidente do ANDES/SN, além de representante dos técnicos-administrativos em greve. Nas avaliações apresentadas, o discurso de medo de um possível avanço da extrema direita a partir do desgaste que o governo estava enfrentando com a greve foi levantado por alguns docentes. Membros da diretoria do APUBH defenderam o fim da greve sob a justificativa de que já não havia perspectivas de mudança no cenário apresentado, inclusive um diretor do sindicato que estava na mesa da assembleia e integrava a chapa de continuidade recém-eleita defendeu a proposta do governo, coisa que não era consenso entre os membros do CLG/UFMG. A fala desse diretor não foi contraposta pelo presidente do ANDES/SN que estava no plenário, que se comportou como um docente da base do sindicato. Apesar de intervenções defendendo a continuidade da greve, registrou-se 201 votos a favor de encerrar a greve, 179 votos para permanecer em greve e 16 abstenções. Por 21 votos de diferença, portanto, a posição pelo encerramento da greve ganhou a votação, mas com particularidades. A plenária, apesar de decidir pelo fim da greve, recusou a proposta do governo; e a mesa encaminhou, após o esvaziamento do plenário, a decisão de manter o estado de greve, o que foi aprovado.

O CLG/UFMG teve uma última reunião, dia 09/06/24, para avaliação do período de greve, com apenas cinco docentes presentes, e nenhum ligado à diretoria do sindicato. Dentre os presentes, as análises de que a diretoria do sindicato agiu de maneira a confundir a base, tanto na avaliação das propostas do ANDES/SN e do governo, quanto na prioridade de estratégias de luta. Houve, também, autocrítica da maneira como os membros do CLG/UFMG que não tinham relação com a diretoria do sindicato atuaram no período de luta, de maneira individual, precária e sem organização. Na oportunidade, foi proposto que os membros que não estavam presentes realizassem um novo balanço, com mais presenças, mas essa proposta não se concretizou.

Em 20/06/24, foi realizada outra assembleia, para a qual o sindicato convocou os docentes a fim de analisar as “propostas finais apresentadas pelo MGI e MEC” e encaminhar “acerca da oportunidade do ANDES/SN assinar as propostas finais apresentadas”. Essa assembleia teve quórum de 44 pessoas. A dinâmica de informes do CNG/ANDES/SN contou com representantes das seguintes instituições: Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e da Universidade Federal de Alagoas, integrantes do Coletivo Renova Andes e ALB, que fizeram os

informes de maneira remota. O representante da seção sindical da UFAL, integrante do Coletivo Renova Andes, fez a defesa da assinatura do acordo, argumentou que o NAF era o principal dificultador das negociações e apelou aos docentes para que levassem em consideração o desgaste que o governo estava sofrendo, sem mencionar, no entanto, que a assembleia de sua própria instituição havia considerado a proposta insuficiente e ainda estava em greve. A diretoria do sindicato acompanhou a análise feita e defendeu a assinatura do acordo. Apesar de manifestações do plenário indicando que o acordo não havia melhorias, e que se a greve teve conquistas não foi pelo apoio parlamentar, a maioria dos presentes indicou a assinatura. O estado de greve foi encerrado apenas na assembleia convocada para dia 09/07/24, que foi realizada na Faculdade de Educação e contou com 21 presentes. A UFMG foi a primeira universidade do país a se retirar da greve, e o fez de forma isolada e imediata.

Conclusões

O encerramento da greve na UFMG demonstrou, dentre várias questões, que a precariedade da universidade era latente entre os docentes, com a clara percepção da necessidade de recomposição do orçamento e a valorização do trabalho docente. O papel cumprido pela diretoria do sindicato, que não disponibilizou as atas das assembleias, não cumpria os encaminhamentos do CLG/UFMG, limitava ou atrasava o acesso de estudantes e observadores nas assembleias, apresentava avaliações não debatidas no comando de greve para a assembleia, entre outras questões, revelaram os limites que o sindicato pode impor à organização dos trabalhadores. Do ponto de vista da luta empreendida, a greve na maior universidade mineira revelou que o embate com a burocracia sindical e o governismo que se manifestou dentro do CLG/UFMG foi constante, embora insuficiente.

A greve de 2024 demonstrou, no geral, que a luta de classes não se anula pela institucionalização dos sindicatos. A insatisfação dos docentes com a ausência de respostas do governo catalisou um processo de reorganização e mobilização da base, evidenciando o caráter contraditório das lutas sociais. A luta dos docentes, ainda que fragmentada, expressou a tensão entre um sindicalismo conciliador e um sindicalismo classista, que entende a luta sindical como parte da luta contra a mercantilização da educação e contra o próprio Estado capitalista. Como apontava Lênin (1979), a luta

econômica, quando não vinculada a uma estratégia política mais ampla, tende a ser assimilada pelo sistema, tornando-se reformista e limitada.

A participação da UFMG na greve da Educação federal evidenciou as tensões entre a direção do APUBH e a base docente, especialmente no que se refere à condução das negociações e ao grau de radicalização das pautas. A conformação do Comando Local de Greve (CLG) com participação de docentes que não compunham a direção sindical representou uma tentativa de articulação independente da direção do sindicato, buscando maior alinhamento com as posições históricas de luta da categoria.

O encerramento da greve na UFMG revelou tanto os limites impostos pela burocracia sindical quanto a necessidade de um movimento docente mais articulado e independente. Embora o movimento não tenha conquistado avanços salariais significativos, ele cumpriu um papel fundamental, ao expor as contradições do governo e do próprio sindicato, criando condições para uma reorganização política futura. Dessa forma, os eventos analisados ao longo deste capítulo reafirmam a centralidade da luta de classes na compreensão das dinâmicas sindicais e da luta docente. A disputa entre tendências conciliatórias e classistas dentro do movimento docente é parte do próprio processo histórico da luta dos trabalhadores, e sua superação depende da construção de uma consciência política que vá além da ação pontual, avançando na organização da categoria em uma perspectiva autônoma, combativa e classista.

A partir das observações realizadas, verificou-se que a greve foi um espaço de disputa de projetos para a Educação Superior, colocando em evidência o embate entre uma postura mais institucionalizada e conciliadora e uma perspectiva classista e combativa. O envolvimento da base docente na mobilização variou ao longo do período da greve, refletindo a heterogeneidade política da categoria e os limites impostos pelo contexto de pressões externas e internas.

O Capítulo 5 reafirma, portanto, a importância da luta de classes na análise das greves no setor da educação. Como apontam Marx e Engels (1998; 2010), a luta dos trabalhadores é o principal fator capaz de impor derrotas ao capital e seus projetos de reprodução. A greve de 2024 mostrou que, mesmo em um contexto de avanço da mercantilização da universidade e de enfraquecimento da mobilização por membros da direção sindical em algumas esferas, a capacidade de organização dos docentes segue sendo um elemento essencial para a defesa da educação pública e para o combate à lógica do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou identificar e analisar as ações dos professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e de seu sindicato, o APUBH, em busca de evidências acerca de sua atuação e organização, que expressassem a oposição e/ou aderência diante do processo de mercantilização da Educação Superior em curso no Brasil, com ênfase no período de 2007 a 2024. Para tanto, partiu do referencial teórico marxista.

O propósito era verificar como esses professores e a direção do APUBH vêm atuando na UFMG diante do processo de inserção da Educação Superior como mercadoria, subordinada às demandas do mercado capitalista que se expressa com particularidades nessa universidade, considerada de excelência.

No Brasil, esse processo de mercantilização foi intensificado pelas reformas neoliberais desde a década de 1990, aprofundando-se nos governos posteriores, sobretudo os do Partido dos Trabalhadores (PT), que, sob o discurso da democratização do acesso, implementaram políticas que sustentaram e reforçaram a lógica mercantil na Educação Superior.

A pesquisa evidenciou como o avanço do capital sobre a educação pública tem reconfigurado as universidades públicas e as condições e relações de trabalho docente, ao mesmo tempo em que revelou contradições e potencialidades na luta coletiva dos trabalhadores da educação.

A experiência da UFMG demonstrou que esta instituição pública, de relevância no cenário nacional, está inserida nas dinâmicas de mercantilização de forma célere e com protagonismo, desempenhando um destacado papel de vanguarda nesse processo. A origem e atuação das fundações de apoio, a crescente dependência de financiamento privado e a transformação da pesquisa e extensão em atividades orientadas pelo mercado, atravessada pela gestão financeira dessas fundações, evidenciam a subordinação da universidade às demandas empresariais. A UFMG possui cinco fundações de apoio a ela vinculadas, com destaque para a FUNDEP, que teve origem na universidade mineira e na atualidade atua, também, em outras 32 instituições públicas espalhadas país afora, conforme levantamento realizado. O estudo sobre as fundações

de apoio é crucial para a compreensão das estratégias de reconfiguração estatal das instituições públicas de ensino, sobretudo no contexto neoliberal.

Historicamente, a intervenção do Estado na educação pública tinha como objetivo formal ofertar ensino para a população, o que realizava com limitações, mas de acordo com as demandas do capital. No entanto, no contexto de neoliberalismo, com o fortalecimento dessas fundações desde 1995, observa-se uma transferência de funções que antes eram de responsabilidade direta do poder público para o setor privado, o que reduziu o compromisso do Estado com a educação. Esse deslocamento evidencia uma mudança estrutural na forma como a educação é concebida e gerida, com consequências sobre a finalidade, o trabalho e o ensino nas instituições públicas. Portanto, aprofundar o debate sobre o novo marco das ditas fundações de apoio é imprescindível para compreender como essas organizações contribuem para a perpetuação da lógica de acumulação capitalista dentro do espaço público e do ambiente acadêmico. Essa discussão não só permite identificar os mecanismos pelos quais a educação se transforma em mercadoria, mas também abre espaço para a percepção de ações docentes e sindicais que possam, eventualmente, emergir nesse processo, com indícios de oposição ativa e/ou adesão e seus respectivos potenciais.

Os achados e análises desenvolvidas no capítulo 3 evidenciaram a importância dos sindicatos como instrumentos de luta coletiva para os trabalhadores em geral, revelando que o sindicalismo docente na UFMG reflete as contradições da luta de classes, oscilando entre a oposição e a adesão. O estudo sobre a trajetória do APUBH demonstrou que, ao longo dos anos, a direção do sindicato alternou entre uma postura de ação passiva e uma clara adesão a agendas conciliadoras, especialmente em contextos de maior proximidade com governos federais, por ocasião da gestão do Estado estar sob o comando do PT (Lula 1 e 2, Dilma 1 e 2 e Lula 3). A desfiliação do APUBH do ANDES/SN e sua relação com o PROIFES foram elementos-chave elucidativos dessa inflexão política, indicando a fragmentação da organização sindical dos docentes do ensino superior e a disputa por diferentes modelos de representação.

O PROIFES, por sua natureza de proximidade com os governos do PT, encarna uma proposta de sindicalismo mais institucionalizado e orientado à negociação dentro dos marcos estabelecidos pelo Estado, o que tende a gerar um afastamento das bases e um esvaziamento da luta classista. Esse fato pode ser observado na atuação da direção sindical do APUBH após a desfiliação do ANDES/SN.

A história da luta docente na UFMG também revela momentos de lutas e enfrentamentos. A capacidade de mobilização dos docentes desde 2004, ainda que sem organização coletiva, fragmentada e sem apoio e/ou com a obstrução da direção do APUBH, tem se manifestado em momentos de ataques mais severos à educação pública, como foi no caso da greve de 2012, evidenciando que a luta dos trabalhadores nem sempre é passiva ou linear.

Vale ressaltar que a organização sindical, mesmo atravessada por limites e contradições, continua sendo um espaço fundamental para o enfrentamento à mercantilização da educação e para a defesa dos direitos dos docentes. Dessa forma, a discussão apresentada no capítulo 3 indica que a superação dos desafios impostos pela burocratização sindical passa pela necessidade de fortalecer a perspectiva de um sindicalismo classista, autônomo e combativo na UFMG. Não basta o retorno ao ANDES/SN se a prática do APUBH ainda guardar intrínseca afinidade com a prática do PROIFES. A construção de uma mobilização efetiva dos docentes exige um distanciamento das práticas conciliadoras e uma retomada das bases como espaços fundamentais de decisão e organização. Somente através desse processo será possível enfrentar o avanço da mercantilização da universidade e construir formas de luta que transcendam a luta econômica pontual, conectando-se a um projeto mais amplo de transformação social.

Como evidenciado a partir dos dados analisados no capítulo 4, a burocratização no APUBH foi um dos fatores que limitaram a capacidade de mobilização dos docentes, pois, ao priorizar uma atuação institucional em detrimento da mobilização dos professores, a direção do APUBH controlou e conteve o potencial de enfrentamento ao processo de mercantilização da universidade. O estudo das publicações do APUBH entre 2007 e 2023 demonstrou que a abordagem sobre a mercantilização da Educação Superior foi irregular e, muitas vezes, subordinada às conjunturas políticas externas à categoria. Como a burocracia sindical tende a cristalizar uma estrutura de mediação dos conflitos, muitas vezes desmobilizando a base e afastando o sindicato de sua função primordial de organização da luta de classes, verificou-se longo período sem atuação expressiva diante das medidas executadas. O discurso sindical, em diversos momentos, foi pautado por uma lógica conciliadora, especialmente nos períodos em que a direção do sindicato estava alinhada politicamente com o governo federal, o que resultou em uma postura mais branda em relação aos cortes orçamentários e às medidas de reestruturação das universidades e de tutela com os sindicalizados.

Verificou-se que a postura ativa e propositiva da direção do APUBH esteve atrelada apenas à luta contra o governo Bolsonaro e em prol da campanha eleitoral de Lula, sinalizando o caminho de alinhamento ao governo e afastamento dos seus interesses e da organização dos trabalhadores que o sindicato representa. Os dados analisados neste capítulo também evidenciaram como a burocracia sindical pode representar um fator de falsa estabilidade organizativa. Isso porque a não renovação no quadro de docentes que compõem a direção do sindicato acaba por reproduzir práticas e criar obstáculos permanentes à mobilização docente.

O sindicalismo docente na UFMG, portanto, se apresenta como um campo de disputa entre distintas concepções de organização política: de um lado, um sindicalismo institucionalizado, burocratizado, que privilegia a mediação e negociações de pouco efeito dentro dos marcos da Instituição e do Estado; de outro, um sindicalismo classista e combativo, que entende a luta sindical como parte da luta mais ampla contra a mercantilização da educação e contra o próprio capitalismo e seu Estado. A história recente do APUBH demonstra que essas duas perspectivas coexistem e estão em permanente disputa dentro do sindicato dos docentes e da UFMG.

A greve da Educação federal de 2024 na UFMG explicitou essas contradições. Se, por um lado, ela demonstrou a insatisfação da categoria docente com a precarização do ensino e com as políticas de austeridade, por outro expôs as dificuldades de articulação entre a direção sindical e o conjunto de professores da universidade que se mostraram dispostos a organizar a luta, e que o sindicato, em tese, deveria representar e se organizar em defesa de seus interesses. A greve na UFMG expôs tanto a adesão de setores da categoria à lógica de conciliação quanto ações de docentes que buscaram construir uma alternativa combativa. A relação amistosa entre a direção sindical e a Reitoria da UFMG, reiterada com o representante do governo durante a greve, se manteve, mesmo diante do agravamento das condições de trabalho e financiamento da universidade, demonstrando que a adesão institucional e ao governo não se traduz, necessariamente, em melhorias para a categoria. Ao contrário, elas interditam a luta combativa contra ambos.

Por outro lado, a greve evidenciou a existência de docentes dispostos a tensionar em maior ou menor grau essa relação e a reivindicar um enfrentamento mais contundente. Ainda que a falta de unidade entre os setores combativos, por suas diferenças, tenha dificultado avanços significativos, demonstrou que a luta de classes permanece como uma força propulsora de reorganização sindical, mesmo diante das

limitações impostas pela burocracia sindical e pelas diferenças de concepção e estratégias das forças oposicionistas. A formação do Comando Local de Greve na UFMG (CLG/UFMG) em 2024, por exemplo, refletiu uma tentativa de organização autônoma dos docentes, confrontando a direção sindical e apontando para a necessidade de uma maior democratização interna do APUBH. A atuação de professores independentes e/ou de oposição à direção sindical no CLG/UFMG contribuiu tanto para a construção efetiva do movimento paredista na universidade quanto para realizar o trabalho de conscientização dos pares sobre a necessidade da organização da luta, de forma independente do governo e da Reitoria. Esse movimento dinâmico reforça a análise de Marx (2004) sobre a necessidade de a classe trabalhadora superar suas divisões internas e consolidar uma organização independente dos interesses do capital e do Estado.

A luta sindical na UFMG, portanto, reflete as contradições inerentes à luta de classes, e, possivelmente, pode ser verificada em outras universidades que tenham o mesmo tipo de prática sindical que a direção do APUBH, revelando-se como um problema para o movimento docente em geral. Como indicam Marx e Engels, no decorrer deste estudo, a luta econômica é um dos elementos centrais na organização dos trabalhadores, mas, quando vinculada a uma perspectiva política governista, tende a ser assimilada pelo sistema, tornando-se reformista e limitada. À vista disso, a greve de 2024 evidenciou que, embora os sindicatos sejam instrumentos fundamentais da classe trabalhadora, sua burocratização pode comprometer sua capacidade de mobilização. A saída da greve foi defendida pela direção do APUBH e acompanhada, posteriormente, pela direção do ANDES/SN, sob o argumento de que o governo deveria ser preservado do desgaste ocasionado pelo movimento paredista. A assinatura do acordo de greve, que ao final foi flexibilizado de maneira a contemplar mais o que o governo oferecia do que o que a categoria docente reivindicava, foi também reveladora desse processo. Isso porque esse governo que foi preservado assinou o acordo e não o cumpriu, deixando de ofertar, em janeiro de 2025, o reajuste acordado, o que pode vir a ocorrer somente em maio. Uma das consequências da desmobilização gerada pelo fim prematuro da greve é que a cobrança pelo cumprimento do acordo não tem o mesmo fôlego e participação efetiva da base docente.

Esse processo pode indicar caminhos para o movimento docente, tanto na UFMG quanto nacionalmente. Um caminho da denúncia e do rompimento com a ilusão de que as gestões estatais, sejam elas dirigidas por partidos ditos de esquerda ou não,

estarão ao lado dos trabalhadores. E outro caminho do fortalecimento da luta e mobilização da base, sendo esse mais árduo após o desgaste de uma greve que não obteve ganhos. No entanto, este torna-se necessário, especialmente diante da agenda priorizada pelo governo que segue avançando em seus ataques à área social e aos trabalhadores.

A oposição efetiva contra a mercantilização da universidade pública, capaz de resultar ganhos aos trabalhadores depende, em grande medida, de uma direção sindical classista, autônoma e combativa, capaz de romper com a lógica conciliadora e fortalecer a organização coletiva e o avanço da consciência dos docentes na luta e para lutas futuras da classe em que se insere. A greve de 2024 deixou claro que essa luta não pode ser fragmentada entre os setores. A defesa da universidade pública deve ser construída por meio da unidade entre professores, estudantes e técnicos-administrativos, garantindo que a definição de pautas, a articulação política e a organização de mobilizações sejam feitas de forma coletiva e democrática. Para isso, é fundamental a criação de espaços permanentes de debate e deliberação entre esses setores, como fóruns unificados, comitês intersindicais e comandos de greve representativos. Além disso, a luta conjunta pode se fortalecer a partir de agendas comuns, como a defesa do financiamento público, a valorização das condições de ensino, pesquisa e trabalho e a oposição às políticas de privatização e terceirização. Somente com essa articulação ampla e solidária será possível enfrentar, de maneira eficaz, às políticas de mercantilização e defender um projeto de universidade verdadeiramente pública, gratuita e socialmente referenciada.

Ao longo da tese, ficou evidente que a mercantilização da educação não é um projeto isolado ou recente, mas um processo estrutural e articulado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista em sua fase atual, no qual os recursos e estruturas do Estado são colocados à disposição do capital em sua crise atual. A subordinação da universidade pública às exigências do mercado reflete a lógica da reprodução ampliada do capital, que busca transformar todos os aspectos da vida social em mercadorias. Nesse contexto, as ações de oposição dos docentes, embora permeada por contradições, representam a materialização da luta de classes no campo da educação. Como Marx (2006; 2013) enfatizou, a emancipação dos trabalhadores será obra deles mesmos, e isso exige uma organização política consciente, autônoma e enraizada na classe trabalhadora, o que ainda está por vir.

Um aspecto central que emerge desta pesquisa é a necessidade de avanço da consciência de classe e da independência política dos trabalhadores e de suas

organizações em relação aos governos. A história recente demonstrou que, mesmo sob a gestão de partidos ditos de esquerda, a agenda de mercantilização e desmonte da educação pública foi mantida e, em grande medida, aprofundada. Reformas estruturais, como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a adoção de políticas de austeridade evidenciam que a conciliação com os interesses do capital é um traço recorrente desses governos. O arcabouço fiscal do atual governo sela esse processo com uma sangria agonizante das universidades públicas. Tal constatação reforça a premissa de que a luta dos trabalhadores não pode ser subordinada às agendas governamentais, devendo pautar-se pela autonomia e pelo compromisso com os interesses da classe trabalhadora, sob pena de esvaziar a sua luta ativa e legitimar projetos contrários à educação pública, gratuita e de qualidade e aos trabalhadores.

Assim, esta pesquisa não apenas identificou e analisou os mecanismos de mercantilização da Educação Superior e as ações e formas de luta dos docentes da UFMG e da direção de seu sindicato, mas, também, buscou contribuir para a reflexão crítica sobre os caminhos possíveis para fortalecer a luta em defesa de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. A construção de uma luta coletiva e ativa requer o desvelamento da realidade, o enfrentamento das contradições internas do movimento docente, a superação dos limites impostos pela burocracia sindical, a construção de uma mobilização autônoma e combativa, capaz de enfrentar não apenas a mercantilização da universidade, mas também as dinâmicas internas que limitam a ação sindical. A luta de classes, portanto, se manifesta, também, na arena sindical, e seu desfecho dependerá da capacidade dos docentes de reorganizar sua prática política em direção a uma luta mais efetiva e independente dos interesses governamentais e institucionais

Em síntese, a tese aponta que a luta dos professores da UFMG, inserida no contexto mais amplo das lutas da classe trabalhadora, está longe de apresentar resultados favoráveis à defesa da universidade pública e gratuita e aos professores. Está, portanto longe de ser concluída. O avanço das políticas neoliberais e a captura da educação pelo capital, sacrifica seus trabalhadores e seu público-alvo, sobretudo os estudantes da classe trabalhadora, o que requer uma vigilância constante e uma luta ativa permanente.

O projeto de extinção da universidade pública em curso coloca tanto aos trabalhadores da educação, docentes e não docentes, assim como aos estudantes e aspirantes ao ingresso nessa universidade, o desafio de organização e construção

coletiva, dentro e fora dos sindicatos, de alternativas que rompam com a lógica mercantil e afirmem a educação, tal como as demais áreas sociais, como direito e não como mercadoria.

Nesse sentido, a luta dos docentes, necessariamente, deve se aliar às lutas gerais com os demais seguimentos da classe trabalhadora contra o avanço do capital, para reverter o processo de mercantilização em curso, extrapolando o universo universitário. Essa é uma tarefa em aberto.

Ao encerrar esse estudo, algumas questões permanecem em aberto como indagações a serem respondidas. A primeira delas diz respeito à mudança na legislação das fundações de apoio e o que isso pode gerar nas universidades públicas. Em que medida tal mudança interfere na organização docente? Essa reestruturação demarcará uma nova fase de atuação e intervenção dessas fundações nas instituições públicas?

A segunda questão perpassa a disputa pelo retorno do APUBH à base do ANDES/SN, que se alonga desde 2007, sendo promessa de campanha da diretoria que se elegeu em 2018 e se anuncia para retomada no mês de abril de 2025. Tal retorno será, de fato, intenção da atual direção do APUBH e dos professores de sua base? Se sim, em que condições? Em caso afirmativo, esse retorno sinaliza uma possível reestruturação tanto do APUBH quanto do sindicato nacional, que poderão ter que promover alterações estatutárias e nas suas práticas, e abrigar a reconfiguração das forças políticas no interior de cada um deles.

A terceira questão diz respeito às divisões internas no movimento docente da UFMG. Elas contribuem para a ascensão do movimento governista? A partir do desgaste político do PROIFES, as forças políticas ligadas ao governo não estariam se reorganizando para assumir a direção do sindicato nacional?

Muitas outras questões podem ser levantadas, o que demonstra que o tema é fecundo. Aprofundar a investigação sobre o sindicalismo docente universitário pode auxiliar na compreensão do novo momento histórico que passa o capital, o país, a educação e o movimento docente. Fica o convite!

REFERÊNCIAS

ADUSP. Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. **Informativo 454**. 04 de abril de 2019. Disponível em: <www.adusp.org.br>. Acesso em: 3 out. 2023.

ALMEIDA, Gilson Rozentino de. O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a reforma sindical. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 54–64, jan. 2007.

AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia e financiamento das IFES: Desafios e ações. **Avaliação.**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008.

ANDES/SN. **Cartilha Fundações privadas x universidades públicas**. Uma relação incompatível. Abril. 2008. Disponível em: <<https://www.apesjf.org.br/wp-content/uploads/Cartilha-Fund-X-Univ-de-abril-2008.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2023.

ANDES/SN. **A Luta Sindical a partir das Greves do ANDES-SN ao Longo da História**. 2022a. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2022/maio/Anexo-Circ162-22.pdf>> Acesso em 11 de fev. de 2024.

ANDES/SN. ANDES: Mundo do trabalho e organização sindical em tempos da pandemia. In: **YouTube**. Live gravada em 28/07/2020b. Dur. 01:45:35. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gmobDcBguO8>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

ANDES/SN. APUBHUFMG+ participa do 98º Encontro da Regional Leste do ANDES-SN. In: **Notícias – Andes**, 2023a. Postado em 20/11/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/noticias-andes/apubhufmg-participa-do-98o-encontro-da-regional-leste-do-andes-sn/>>. Acesso em: 21 set. 2024.

ANDES/SN. Assembleia docente aprovou continuidade do processo de aproximação com o ANDES – Sindicato Nacional. In: **Notícias – Andes**, 2023. Postado em 25/08/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/noticias/assembleia-docente-aprovou-continuidade-do-processo-de-aproximacao-com-o-andes-sindicato-nacional/>>. Acesso em: 4 abr. 2024.

ANDES/SN. **Caderno de Textos 67º CONAD do ANDES - Sindicato Nacional**. Belo Horizonte (MG), 26 a 28 de julho de 2024f. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/diretorios/files/CONAD/42congresso/Circ274-2024-%20ANEXO%20-%20Caderno%20de%20Textos%2067%C2%BA%20CONAD.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

ANDES/SN. **Circular nº 016**, de 14 de janeiro de 20/22. Brasília (DF). 14 de janeiro de 2022b. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/diretorios/files/Bruna/Circ016-22.pdf>>. Acesso em: 20 ago.2024.

ANDES/SN. **Circular nº 387**, de 20/19. Brasília (DF). 2019a.

ANDES/SN. EAD, Trabalho remoto e a precarização do trabalho docente na pandemia. In: **YouTube**. Live gravada em 02/06/2020a. Dur. 1:09:14. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BUnOgRy9VDY>>. Acesso em: 12 fev. 2025.

ANDES/SN. Grupo de Trabalho de Política Educacional. **Projeto do capital para a Educação**: Ensino remoto e o desmonte do trabalho docente. Volume 4. S.d. Disponível em: <https://issuu.com/andessn/docs/cartilha_ensino_remoto?fbclid=IwY2xjawlXdYQBHbqkiGEqdd7oajYh9I9Q5K84ozc0kjCdF2_D0meQ9Bx5Fjk6kJ5QtW40CQ>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ANDES/SN. **História**. Página inicial. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/sites/historia>>. 2021 Acesso em: 20 de fevereiro. de 2021.

ANDES/SN. **Nota da diretoria do ANDES-SN sobre o estado de greve**. Brasília (DF). 19/12/2019. 2019b.

ANDES/SN. **Relatório final do 40º congresso do ANDES - Sindicato Nacional**. Porto Alegre/RS. 27 de março a 1º de abril de 2022b.

ANDES/SN. *Carta nº 028/2024, de 11 de abril de 2024*. Brasília: ANDES-SN, 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Alcances e limites do sindicalismo brasileiro no limiar do século XXI**. Aula do Curso de Extensão sobre história do movimento sindical e sociologia do sindicalismo. 2023.Org: HISTRAEB, Instituto Giordano Bruno e o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=hWewRsdTCUI>>. Acesso em: 28 jul./07/ 2023.

APUBH. 2020 inicia com mais um ataque à educação pública, gratuita e de qualidade: nova minuta do Projeto de Lei que visa implementar o Future-se é apresentada. In: **Jurídico APUBH**, 2020. Postado em 24/01/20. Disponível em: <<https://apubh.org.br/juridico/2020-inicia-com-mais-um-ataque-a-educacao-publica-gratuita-e-de-qualidade-nova-minuta-do-projeto-de-lei-que-visa-implementar-o-future-se-e-apresentada/>>. Acesso em: 13 set. 2024.

APUBH. 27/06 foi um dia de luta na UFMG: Não aos cortes em Educação e Ciência! Reposição salarial já! In: **Acontece no APUBH**, 2022d. Postado em 01/07/22. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/27-06-foi-um-dia-de-luta-na-ufmg-nao-aos-cortes-em-educacao-e-ciencia-reposicao-salarial-ja/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

APUBH. A comunidade da UFMG e o movimento nacional deram o recado: “Não aos cortes em Educação e Ciência!”. In: **Acontece no APUBH**, 2022c. Postado em 24/06/22. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/a-comunidade-da-ufmg-e-o-movimento-nacional-deram-o-recado-nao-aos-cortes-em-educacao-e-ciencia/>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

APUBH. Ação Jurídica do APUBH: Sistema CAPES de Avaliação da Pós-graduação. In: **Acontece no APUBH**. Publicado em: 18/06/2021a. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/acao-juridica-do-apubh-sistema-capes-de-avaliacao-da-pos-graduacao/>>. Acesso em: 19 out. 2024.

APUBH. Análise de Conjuntura: cenários internacional, nacional e da educação superior. In: **Acontece no APUBH**, 2021a. Postado em 14/05/21. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/analise-de-conjuntura-cenarios-internacional-nacional-e-da-educacao-superior/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

APUBH. APUBH conversa com Secretário. Brasília, DF. 30 abr. 2024. **Instagram:** @aApubhufmgsindicato. 30 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C6X2ZSiO8g9/?igsh=MTFjaWNtbTkzeTJ0ZQ%3D%3D>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

APUBH. APUBH enviou Carta-Manifesto à Reitora da UFMG contra a proposta de substituição da Resolução 10/95. In: **Acontece no APUBH**, 2021b. Postado em 24/06/21. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/apubh-enviou-carta-manifesto-a-reitora-da-ufmg-contr-a-proposta-de-substituicao-da-resolucao-10-95/>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

APUBH. APUBH participa de encontros e reuniões com sindicatos docentes. In: **Acontece no APUBH**, 2019b. Postado em 09/08/19. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/apubh-participa-de-encontros-e-reunioes-com-sindicatos-docentes/>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

APUBH. APUBH se manifesta contra o Future-se, em audiência pública na ALMG. In: **Acontece no APUBH**, 2019f. Postado em 13/09/19. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/apubh-se-manifesta-contr-a-o-future-se-em-audiencia-publica-na-almg/>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

APUBH. APUBH UFMG+ reúne-se com a Reitora e membros da comissão de alteração da Resolução 10/95, manifestando sua preocupação. In: **Acontece no APUBH**, 2021ec. Postado em 28/05/21. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/apubh-ufmg-reune-se-com-a-reitora-e-membros-da-comissao-de-alteracao-da-resolucao-10-95-manifestando-sua-preocupacao/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

APUBH. Assembleia aprovou a adesão à jornada de lutas dos servidores, defesa da FAPEMIG e discussão sobre carreira EBTT. In: **Notícias APUBH**, 2023b. Assembleia aprovou a adesão à jornada de lutas dos servidores, defesa da FAPEMIG e discussão sobre carreira EBTT, Postado em 1/11/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/noticias/assembleia-aprovou-a-adesao-a-jornada-de-lutas-dos-servidores-defesa-da-fapemig-e-discussao-sobre-carreira-ebtt/>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

APUBH. Assembleia debateu a construção de uma greve da categoria docente da UFMG. In: **Acontece no APUBH**, 2024a. Postado em 20/03/24. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/assembleia-debateu-a-construcao-de-uma-greve-da-categoria-docente-da-ufmg/>>. Acesso em: 18 abr. 2024.

APUBH. Assembleia discutiu campanha de reajuste salarial do funcionalismo público federal. In: **Acontece no APUBH**, 2023e. Postado em 14/03/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/assembleia-discutiu-campanha-de-reajuste-salarial-do-funcionalismo-publico-federal/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

APUBH. Assembleia docente da UFMG delibera apoio à candidatura da Federação Brasil da Esperança no segundo turno. In: **Acontece no APUBH**, 2022e. Postado em 14/10/22. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/assembleia-docente-da-ufmg-delibera-apoio-a-candidatura-da-federacao-brasil-da-esperanca-no-segundo-turno/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

APUBH. Jurídico APUBH, 2019. Assessoria jurídica do APUBH emite nota sobre minuta do projeto de lei do Future-se. In: **Jurídico APUBH**. Postado em 25/10/19. Disponível em: <<https://apubh.org.br/juridico/assessoria-juridica-do-apubh-emite-nota-sobre-minuta-do-projeto-de-lei-do-future-se/>>. Acesso em: 4 ago. 2024.

APUBH. Boatos e fatos sobre Reforma Administrativa. In: **Notícias APUBH**, 2023a. Boatos e fatos sobre Reforma Administrativa. Postado em 6/10/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/noticias/boatos-e-fatos-sobre-reforma-administrativa/>>. Acesso em: 4 maio 2024.

APUBH. Carta à Categoria Docente da UFMG. In: **Acontece no APUBH**, 2023f. Postado em 17/03/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/carta-a-categoria-docente-da-ufmg/>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

APUBH. Carta denúncia da diretoria do APUBH: POR QUE O APUBH NÃO PARTICIPA DO 42º CONGRESSO ANDES-SN? In: **Acontece no APUBH**, 2024b. Postado em 1/03/24. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/carta-denuncia-da-diretoria-do-apubh-por-que-o-apubh-nao-participa-do-42-congresso-andes-sn/>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

APUBH. **Cartilha sobre possível integração do APUBH ao ANDES-SN**. 2025. Disponível em: <<https://apubh.org.br/wp-content/uploads/2020/04/cartilha-andes-2025-online.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2025.

APUBH. Colóquio ‘Educação Superior: dimensões e perspectivas transdisciplinares’ debateu o ‘Future-se’. In: **Acontece no APUBH**, 2019h. Postado em 18/10/19. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/coloquio-educacao-superior-dimensoes-e-perspectivas-transdisciplinares-debateu-o-future-se/>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

APUBH. Comitê executivo do Observatório do Conhecimento se reúne em BH. In: **Acontece no APUBH**, 2019a. Postado em 12/06/19. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/comite-executivo-do-observatorio-do-conhecimento-se-reune-em-bh/>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

APUBH. Comunidade científica se revolta com intervenção antidemocrática de Zema na FAPEMIG. In: **Acontece no APUBH**. Publicado em: 06/11/2023l. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/comunidade-cientifica-se-revolta-com-intervencao-antidemocratica-de-zema-na-fapemig/>>. Acesso em: 03 nov. 2024.

APUBH. Conferência da UNESCO discutiu o papel do ensino superior no desenvolvimento sustentável. In: **Acontece no APUBH**, 2022a. Disponível em: <<https://bit.ly/47mqXE4>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

APUBH. Conjuntura Política apresentada na Assembleia de 14/03. In: **Acontece no APUBH**, 2023g. Postado em 17/03/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/conjuntura-politica-apresentada-na-assembleia/>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

APUBH. Debate: História do APUBH e os Desafios da vinculação nacional. In: **YouTube**. Live gravada em 01/07/2021m. Dur. 02:12:32. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SWe3VVB1Xt8>>. Acesso em: 18 set. 2024.

APUBH. Decreto amplia possibilidades de terceirização no serviço público. In: **Notícias APUBH**, 2018c. Disponível em: <<https://apubh.org.br/noticias/decreto-amplia-possibilidades-de-terceirizacao-no-servico-publico/>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

APUBH. Diretoria da APUBH publica nota de repúdio aos cortes em Educação. In: **Acontece no APUBH**, 2018b. Postado em 03/08/18. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/diretoria-da-apubh-publica-nota-em-repudio-aos-cortes-em-educacao-e-convoca-assembleia-da-categoria/>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

APUBH. Docentes se posicionam contra o retorno das atividades 100% presenciais nos campi da UFMG e a favor da greve nacional do funcionalismo público pela reposição salarial. In: **Acontece no APUBH**, 2022g. Postado em 14/01/22. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/docentes-se-posicionam-contra-o-retorno-das-atividades-100-presenciais-nos-campi-da-ufmg-e-a-favor-da-greve-nacional-do-funcionalismo-publico-pela-reposicao-salarial/>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

APUBH. Em audiência na CMBH, o APUBHUFMG+ debateu a unificação da luta pela valorização da educação pública. In: **Acontece no APUBH**, 2023j. Postado em 09/11/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/em-audiencia-na-cmbh-o-apubhufmg-debateu-a-unificacao-da-luta-pela-valorizacao-da-educacao-publica/>>. Acesso em: 08 dez. 2023.

APUBH. Em audiência pública na ALMG, APUBHUFMG+ defendeu a relevância do investimento público em Ciência. In: **Acontece no APUBH**, 2023i. Postado em 5/09/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/em-audiencia-publica-na-almg-apubhufmg-defendeu-a-relevancia-do-investimento-publico-em-ciencia/>>. Acesso em: 06 out. 2023.

APUBH. Em defesa da Universidade Pública, docentes da UFMG vão paralisar as atividades no dia 18/10. In: **Acontece no APUBH**, 2022f. Postado em 14/10/22. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/em-defesa-da-universidade-publica-docentes-da-ufmg-vaoparalisar-as-atividades-no-dia-18-10/>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

APUBH. Fundo de Previdência complementar FUNPRESP. In: **Notícias APUBH**, 2018a. Disponível em: <<https://apubh.org.br/juridico/fundo-de-previdencia-complementar-funpresp/>>. Acesso em: 21 ago. 2024.

APUBH. FUNPRESP: Associado, fique atento! In: **Notícias APUBH**, 2018b. Disponível em: <<https://apubh.org.br/juridico/funpresp-associado-fique-atento/>>. Acesso em: 04 set. 2024.

APUBH. Future-se? APUBH responde! In: **Acontece no APUBH**, 2019d. Postado em 25/07/19. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/future-se-apubh-responde/>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

APUBH. MEC cria grupo de trabalho para ampliar oferta de EAD nas universidades federais. In: **Notícias APUBH**. 2020. Postado em 26/10/20. Disponível em: <<https://apubh.org.br/noticias/mec-cria-grupo-de-trabalho-para-ampliar-oferta-de-ead-nas-universidades-federais/>>. Acesso em: 13 mar. 2024.

APUBH. MP 839? Somos contra! In: **Acontece no APUBH**, 2018a. Postado em 22/06/18. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/mp-839-somos-contra/>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

APUBH. Na Greve Nacional da Educação, APUBH discute “Future-se” na UFMG. In: **Acontece no APUBH**, 2019g. Postado em 02/10/19. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/na-greve-nacional-da-educacao-apubh-discute-future-se-na-ufmg/>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

APUBH. Nota da Diretoria Executiva: Future-se: o ataque mais recente à autonomia universitária. In: **Acontece no APUBH**, 2019c. Nota da Diretoria Executiva: Future-se: o ataque mais recente à autonomia universitária. Postado em 22/07/19. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/nota-da-diretoria-executivafuture-se-o-ataque-mais-recente-a-autonomia-universitaria/>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

APUBH. Nota de diretoria da APUBH sobre Medida Provisória 849. In: **Acontece no APUBH**, 2018b. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/diretoria-da-apubh-publica-nota-em-repudio-aos-cortes-em-educacao-e-convoca-assembleia-da-categoria/>>. Acesso em: 13 set. 2024.

APUBH. Nota Jurídica sobre o caso FUNPRESP e as Americanas S/A. In: **Acontece no APUBH**, 2023c. Postado em 3/02/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/juridico/nota-juridica-sobre-o-caso-funpresp-e-as-americanas-s-a/>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

APUBH. O desmonte da pesquisa científica brasileira em números. In: **Acontece no APUBH**, 2023d. Postado em 10/02/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/o-desmonte-da-pesquisa-cientifica-brasileira-em-numeros/>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

APUBH. **Ofício N° 16** – APUBH, de 24 de junho de 2021. Disponível em: <https://apubh.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Of%C3%ADcio-16-APUBH-2021-REITORIA_Resolu%C3%A7%C3%A3o-10-95.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

APUBH. ONG ligada a Fundação Leman atuará no Ministério da Educação. In: **Notícias APUBH**, 2023. ONG ligada a Fundação Leman atuará no Ministério da Educação. Postado em 29/09/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/noticias/ong-ligada-a-fundacao-leman-atuara-no-ministerio-da-educacao/>>. Acesso em: 20 maio 2024.

APUBH. Os Custos da Eadização da Educação. In: **Acontece no APUBH**, 2022b. Disponível em: <<https://bit.ly/47hJCRu>>. Acesso em: 7 abr. 2023.

APUBH. Posse marca o início de um período de esperanças e luta. In: **Acontece no APUBH**, 2023a. Postado em 6/01/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/posse-marca-o-inicio-de-um-periodo-de-esperancas-e-luta/>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

APUBH. Reajuste emergencial de 9% é assinado. In: **Acontece no APUBH**, 2023h. Postado em 31/03/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/reajuste-emergencial-de-9-e-assinado/>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

APUBH. Rombo bilionário das Americanas S.A. causou prejuízo à FUNPRESP. In: **Acontece no APUBH**, 2023b. Postado em 3/02/23. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/rombo-bilionario-das-americanas-s-a-causou-prejuizo-a-funpresp/>>. Acesso em: 08 abr. 2023.

APUBH. Sindicato lança a campanha “Future-se? APUBH responde. In: **Acontece no APUBH**, 2019e. Postado em 26/07/19. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/sindicato-lanca-a-campanha-future-se-apubh-responde/>>. Acesso em: 31 ago. 2024.

APUBH. Sistema CAPES de avaliação da Pós-Graduação foi colocado em debate, em mesa redonda do APUBH UFMG+. In: **Acontece no APUBH**, 2021fd. Postado em 15/09/21. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/sistema-capes-de-avaliacao-da-pos-graduacao-foi-colocado-em-debate-em-mesa-redonda-do-apubh-ufmg/>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

APUBH. Todos/as à assembleia do APUBH no dia 28/03/2024! Rumo à Greve Nacional nas Federais/2024! In: **Acontece no APUBH**. Publicado em: 27/03/2024e. Disponível em: <<https://apubh.org.br/acontece/todos-as-a-assembleia-do-apubh-no-dia-28-03-2024-rumo-a-greve-nacional-nas-federais-2024>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

ARAÚJO, R. S.; KATO, F. B. G.; CHAVES, V. L. J. O programa Future-se e o desmonte do financiamento público e da autonomia universitária. Dossiê: “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”. **Revista Eletrônica de Educação**, v.14,1-21, e4543137, jan./dez. 2020.

BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria Inês. O sindicato na sociedade capitalista e as exterioridades do sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil. In: BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria Inês. (org.). **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil**. São Paulo: Paco Editorial, 2013. p. 5-64.

BAUER, Carlos; PAIVA, Luiz. O Sindicalismo docente universitário da Argentina, Brasil, Colômbia, México e sua resistência à contrarreforma universitária. **Rev.hist.educ.latinoam.**, Tunja, v.19, n. 28, p.109-128, jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-72382017000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 ago.de agosto de 2020.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BERNARDO, João. Um duplo desafio. In: **Universidade e Sociedade**, ano XV, n.37, mar. 2006.

BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. **Capitalismo Sindical**. São Paulo, Xamã, 2008.

BOSI, Antônio P. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.28, n.101, p.1503-1523, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de emenda à constituição n. 32**, de 2020. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2262083>>. Acesso em: 4 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm>. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. 9394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Valorização dos servidores: Governo propõe ampliação de reajuste e reestruturação das carreiras das instituições federais de ensino. In: **Notícias**. Publicado em 21/04/2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/governo-propoe-ampliacao-de-reajuste-e-reestruturacao-das-carreiras-das-instituicoes-federais-de-ensino#:~:text=A%20nova%20proposta%20prev%C3%AA%20a,3%2C5%25%20em%202026>>. Acesso em: 13 maio 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório Anual de Atividades**: 2008. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento e Gestão, 87p. 2009.

BRUNO, Lucia. Reestruturação capitalista. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc.**, Campinas, v.31, n.111, p.481-500, Jun. 2010. Disponível em: <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jan. 2023.

CHIROQUE, Sigfredo. Sindicato docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

CHRISPINO, Álvaro. Ensino público gratuito: flexibilidades e desvios. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.13, n.47, p.217-234, jan. 2005.

CNG/ANDES/SN. **Comunicado nº 01**, de 2024. Anexo I Regimento do Comando Nacional de Greve (CNG) das IFES 2024. Brasília (DF), 16 de abril de 2024e. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1ahUWtnrouwOBnblwPLStBNnRdUq5phVq/view>>. Acesso em: 22 out. 2024.

CNG/ANDES/SN. **Comunicado nº 104**, de 2024. Brasília (DF), 27 de junho de 2024a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1LPuWeAvl8NANE-3QLcpoqil-uDz1sN4Q/view?usp=drive_link>. Acesso em: 13 nov. 2024.

CNG/ANDES/SN. **Comunicado nº 84**, de 2024. Anexo I - Texto de Conjuntura do CNG. Brasília (DF), 16 de junho de 2024b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1uC3kfEye5K2XrHF3amJAY9VObrZwk46d/view?usp=drive_link>. Acesso em: 21 set. 2024.

CNG/ANDES/SN. **Comunicado nº 96**, de 2024. Anexo I - Síntese do resultado de consulta às bases para orientar os próximos passos do Movimento Paredista. Brasília (DF), 23 de junho de 2024d. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1zVUBiw0uSB1tw7AZm61dAO-VM8KolRbd/view>>. Acesso em: 20 out. 2024.

CNG/ANDES/SN. **Comunicado nº 97**, de 2024. Anexo - Sistematização do retorno da rodada de AG 17 A a 21 de junho de 2024. Brasília (DF), 25 de junho de 2024c. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1EmYC6MukO9XCr9BNGzGpYlppT9cmNbcK/view>>. Acesso em: 20 out. 2024.

COM ZERO% em 2024 e reajuste bem abaixo da inflação, a greve precisa continuar. Publicação do grupo de coletivos de oposição no ANDES/SN. Publicado em: 20/06/2024. Disponível em:

<<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:857e9a24-533b-4fc7-bdb0-23c9f823b56b>>. Acesso em: 31 ago. 2024.

CONFIES. Em Brasília, CONFIES pede apoio à presidente da ANDIFES em prol do projeto que moderniza a chamada Lei das Fundações de apoio. In: **Notícias**. Publicado em 20/10/2023. Disponível em: <<https://confies.org.br/institucional/em-brasilia-confies-pede-apoio-a-presidente-da-andifes-em-prol-do-projeto-que-moderniza-a-chamada-lei-das-fundacoes-de-apoio-8-958-94/>>. Acesso em: 02 abr. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2 ed. São Paulo. Editora UNESP. 2007.

DAL ROSSO, Sadi. **Contribuição para a teoria do sindicalismo no setor da educação**. Associativismo e sindicalismo docente no Brasil. SEMINÁRIO PARA DISCUSSÃO DE PESQUISAS E CONSTITUIÇÃO DE REDE DE PESQUISADORES, 1. Rio de Janeiro, 17 e 18 de abril de 2009. Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores.

DAL ROSSO, Sadi. Ensino superior público e gratuidade. In: Fórum em defesa da universidade pública e gratuita. DAL ROSSO, Sadi (org.). **Atividades pagas em universidades: caminho para a privatização**. Brasília, DF: ADUNB, 2002.

DAL ROSSO, Sadi; CRUZ, Hélvia Leite; RÊSES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. **Pro-Posições**, Campinas, v.22, n.2. v.65, p.111-131, maio/ago. 2011.

DAMASCENO, Livia Silva. **Grupo Banco Mundial e governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016): harmonia para o desmonte da universidade pública no Brasil**. 2021. 291 f. Tese Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2021.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: Cooptação e resistências. In: OSAL, Fernandes. **Observatório Social da América Latina**, ano VI, n.19. Buenos Aires, Argentina. Jul., 2006.

EBA/UFGM. Escola de Belas Artes. **Sobre a escola**. Disponível em: <<https://www.eba.ufmg.br/index.php/sobre-a-escola/>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: Marx, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. 1968. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/prefacio_engels.htm#topp>. Acesso em: 15 abr. 2024.

FACE UFGM. 2019. A Reforma Empresarial da Educação. **Youtube**. Publicado em 7 de nov. de 2019. Dur. 2:47:20. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xKZHwrnD7Co&t=1770s>>. Acesso em: 05 abr. 2023.

FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, n.28, p. 17-36, jul. 2006.

FCO. Fundação Cristiano Ottoni. **Portal da Transparência: servidores/agentes públicos.** Disponível em: <<https://conveniar.fco.org.br/portaltransparencia/Default.aspx?txtPeriodoServidor=01%2F01%2F2023+a+01%2F01%2F2024&txtNome=&txtDocumento=&pagina=servidore#servidores>>. Acesso em: 24 ago. 2024.

FILARDIS, André Moura Blundi. Desenvolvimento do Reuni: crítica à sua implantação e sua relação econômica. **Linhas Críticas**, Universidade de Brasília. v.20, n.43, set-dez, 2014, p.563-582. nível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193532896005>>. Acesso em: 03 set. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. **UFMG é modelo na captação de recursos.** Publicada em 17/11/2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1711200104.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FUNDEP. Fundação de Apoio à UFMG. **Fundep em números.** Disponível em: <<https://www.fundep.ufmg.br/paineldegestao>>. Acesso em: 08 fev. 2024.

FUNDEP. Fundação de Apoio à UFMG. **Portal da Transparência.** Disponível em: <<https://transparencia.fundep.ufmg.br/>>. Acesso em: 02 maio 2024.

G1 MINAS. **Pesquisa classifica UFMG como a melhor universidade federal do país.** Publicado em 30/03/2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/03/30/pesquisa-classifica-ufmg-como-a-melhor-universidade-federal-do-pais.ghtml>>. Acesso em: 14 set. 2024.

GALVÃO, Andréia. Reformas ou Contra-reformas? As reformas sindical e trabalhista do governo Lula. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 26. **Anais...** Guadalajara. 2007.

GEOCAPES. **Concessão de bolsas de Pós-Graduação da Capes no Brasil. 2022.** Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil.** 5 ed. São Paulo: Ed.Cortez, 2011.

GIOLO, J.; LEHER, R.; SGUISSARDI, V. **Future-se:** ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. São Carlos: Diagrama Editorial, 2020.

GRANERMMAN, Sara. A Reforma da Previdência do governo Lula: argumentos e perspectiva de classe. **Revista Outubro**, n.9, 2003. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-9-Artigo-07.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GUIMARÃES, André Rodrigues;. SILVA, Michelle Karoline Pereira da. Movimento docente universitário no Brasil: análise das greves nacionais do ANDES-SN (1980-

2020). In: MELO, Savana Diniz Gomes; DE MARI, Cezar Luiz. (org.). **Da escola básica à universidade: o trabalho docente e a educação sob pressões**. Curitiba: Appris, 2021.

HANDFAS, Alberto. **Congresso Andes-SN aprova indicativo de greve**. Mas é urgente elevar (a ainda fraca) mobilização e debate na base. Publicado em: 29/02/2024. Disponível em: <<https://adunifesp.org.br/congresso-andes-sn-aprova-por-estrita-margem-uma-greve-ja-elevar-a-ainda-fraca-mobilizacao-e-debate-na-base-sao-urgentes/>>. Acesso em: 22 mar. 2024.

INEP. Instituto Anísio Teixeira. **Estatísticas da Educação Básica no Brasil**. 1996. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/estatisticas_da_educacao_basica_no_brasil.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

JC NOTÍCIAS. Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Em Brasília, Confies apresenta proposta de novo marco legal das Fundações de Apoio às IFES e ICTs**. Edição 7315, 24 de novembro de 2023.

LEÃO, Manuel Luiz. A expansão do Vestibular Unificado. **Educação e Seleção**, n.11, p.9-12. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/edusel/article/view/2577>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

LÉDA, D.; MANCEBO, D. REUNI: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação & Realidade**, [S. l.], v.34, n.1, 2008. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8457>>. Acesso em: 08 abr. 2025.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosemary Soares dos. Financiamento das universidades federais – determinantes econômicos e políticos. **Revista Inter Ação**, [S. l.], v.45, n.2, p.220–239, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/62189>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LÊNIN, Vladimir Illich. **Sobre os Sindicatos**. Traduzido por Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luís Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, 1979.

LOCATELLI, Cleomar. Os professores no ensino superior brasileiro: transformações do trabalho docente na última década. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** [online]. 2017, v.98, n.248, p.77-93. Disponível em: <<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.98i248.2815>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

MAIA, Andrea Casa Nova; MENEZES, William Augusto. **APUBH: 20 anos**. História oral do Movimento docente da UFMG. Belo Horizonte: APUBH, 1998.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação, da Antiguidade aos nossos dias**. 12ed. São Paulo: Cortez. 2006.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Rev. Port. de Educação**, Braga, v.23, n.2, p.73-91, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872010000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MANDEL, Ernest; PERRY, Anderson. A burocracia no movimento operário. **Cadernos Democracia Socialista** Volume V. São Paulo: Editora Aparte, 2005. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mandel/ano/mes/burocracia.htm>>. Acesso em: 17 set. 2024.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v.30, n.106, p.15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 set. 2024.

MARX, Karl. Carta a Weydemeyer, 5 de março de 1852, in: **Obras Escolhidas de Marx e Engels**, Rio de Janeiro, 1963.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução Florestan Fernandes. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon. 3.ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Sindicatos**: Seu Passado, Presente e Futuro. 2004. Disponível em: <<http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireitoCAP54Port.htm>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Teses sobre Feuerbach. 9.ed. São Paulo: Centauro, 2010.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Prefácio de José Paulo Netto. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Cortez, 1998.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de, CARDOSO JÚNIOR, José Celso. Emprego Público no Brasil: Uma Avaliação Em Perspectiva Internacional Comparada. **Revista Brasileira De Administração Política**, n.13, v.2, p.230-267, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/51735>>. Acesso em: 12 set. 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A transição da sociedade escravocrata para o trabalho livre: a formação da classe trabalhadora no Brasil**. 2023. Aula do Curso de Extensão sobre história do movimento sindical e sociologia do sindicalismo. Org: HISTRAEB, Instituto Giordano Bruno e o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), 2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. In: ANPUH, XXIV 24. **Anais...** Simpósio Nacional de História, 2007, p.1-10, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. **Revista Rio de Janeiro**, n.12, p.229-251, jan./abr. 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. Uma greve, várias lições. A greve das universidades federais no Brasil em 2012. **Revista Iberoamericana de Educación Superior(ries)**, México, Unam-iissue/Universia, v.4, n.10, p 135-142, 2013. Disponível em: <<http://ries.universia.net/index.php/ries/article/view/331>>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. **Fundações credenciadas e autorizadas**. [S.d.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=149941-fundacoes-de-apoio-10-07-2020edd&category_slug=2020&Itemid=30192>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MEIRELLES, Catarina Marinho.; MELO, Savana Diniz Gomes.; FIGUEIREDO, Júlio Carlos. O trabalho nas Instituições de Educação Superior: uma análise a partir da greve unificada da educação federal de 2024: **Revista Cocar**, [S. 1.], n.29, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9199>>. Acesso em: 1 mar. 2025.

MELO, Savana Diniz Gomes. TAVARES, Rosilene Horta. (Des)Caminhos do Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Minas Gerais. **RTPS - Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, v.5, n.9, p.563- 586, jul.dez.,2020.

MELO, Savana Diniz Gomes; GINDIN, Julián. Associativismo e sindicalismo em educação. In: DAL ROSSO, Sadi (org.). **Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

MELO, Savana Diniz; TAVARES, Rosilene Horta; CIRINO, Muryel Kathellen Moreira, PINTO, Samilla Nayara dos Santos. (Des)caminhos do Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Minas Gerais (APUBH): Estudos Introdutórios. 2016. SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO, 11. **Anais...** Disponível em: <http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo5/366.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. n.14, mai-ago, 2000, p.131-150 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Rio de Janeiro, Brasil.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, Andressa de Araujo. **A sintonia entre o sindicalismo docente universitário de matriz gerencial e lobista e o paradigma da excelência: a experiência da UFMG (2003-2016)**. 2020. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação), FaE/UFMG, 2020.

MOTTA, Vânia Cardoso da. Ideologias do Capital Humano e do Capital Social: da integração à inserção e ao conformismo. **Trabalho, Educação e Saúde**, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Rio de Janeiro. v.6, n.3, nov. 2008, p. 49-571, nov. 2008.

MOTTA, Vânia Cardoso da; ANDRADE, Maria Carolina Pires de. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educ. Soc.**, Campinas, v.41, 2020.

OBSERVATÓRIO do Conhecimento. **Quem somos**. Disponível em: <<https://bit.ly/3QVJB0t>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

OLIVEIRA, Cinthya. UFMG: Parcerias com iniciativa privada aumentam verba para pesquisa. In: **O Tempo**. Publicada em 27/05/2021. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/ufmg-parcerias-com-iniciativa-privada-aumentam-verba-para-pesquisa-1.2490679>>. Acesso em: 15 maio 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, Campinas, v.25, n.89, p.1127-1144, dez., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2023.

OLIVEIRA, Renato; SANTOS, Pedro Pereira dos. O processo de mercantilização da Educação superior no Brasil e a negação da formação humana: uma análise crítica a partir de István Mészáros. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v.9, n.00, p.e023046, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

OTRANTO, Celia Regina. A reforma da educação superior do governo Lula: da inspiração à implantação. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPED, 29. Caxambu/MG, 2006. [**Anais eletrônicos...**] Caxambu/MG: ANPED, 2006. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt11-1791-int.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

PARTICIPA APUBH. **Panfleto da Chapa 2** ParticIPA APUBH dialogar, criar e resistir. Disponível em: <<https://www.facebook.com/share/18in9GAcYY/>>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1994.

PHILIPPI, Paulo Cesar; LISBOA, Armando de Mello. Perspectivas do sindicalismo nas universidades. **Revista Espaço Acadêmico**. n.123, ano 11, Ago., 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/12725/7610/>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

PICKLER, Cibelli de Medeiros; SILVEIRA, Fabiana Elisa Boff; SOUZA, Irineu Manoel de. A municipalização do Ensino Superior no Brasil: Um Estudo de multicasos

na dimensão estrutural e de gestão de pessoas. **Revista GUAL**, Florianópolis, v.14, n.3, p.228-250, set.-dez., 2021.

PINTO, Almir Pazzianotto. Sindicalismo no Brasil – Breve História - Convenção 87 da OIT. Dossiê: História e Direito. **Representações e Perspectivas**, São Paulo, n.24, v.1, 2020. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/51586/33673>>. Acesso em: 09 de fev. 2024.

PMDB. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 08 fev.de fevereiro 2024.

PRIMO, G. M. G; BORGES, L. O. Trajetória de um hospital universitário: as clínicas associadas à empresa pública. **R. Laborativa**, v.7, n.2, p.90-111, out./2018.

PT. Partidos dos Trabalhadores. **Novo PAC: Educação é prioridade no governo Lula**, reafirma Tereza Leitão. Publicado em 18/10/2023. Disponível em: <<https://pt.org.br/novo-pac-educacao-e-prioridade-no-governo-lula-reafirma-tereza-leitao>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

QUEIROZ, Antônio Fernando de Souza. **Apresentação verbal** do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica na 31ª Audiência Pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) do Senado Federal. 22/11/2023a. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=12153&codcol=1363>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

QUEIROZ, Antônio Fernando de Souza. **Slides** da apresentação do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica na 31ª Audiência Pública da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT) do Senado Federal. 22/11/2023b. Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento/download/36fc5180-afc5-42b0-a5c9-3c5a8a9c3716>>. Acesso em: 13 set. 2024.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. 2008. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2008.

ROCHA, Leonardo Cristian. As Tragédias de Mariana e Brumadinho: É Prejuízo para quem? **Caderno de Geografia**, v.31, Número Especial, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/25541/17777>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

RODRIGUES, Léo. Com timidez do setor privado, universidades lideram patentes no Brasil. In: **Agência Brasil**. Publicado em: 04/07/2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-07/com-timidez-do-setor-privado-universidades-lideram-patentes-no-brasil>>. Acesso em: 29 dez. 2023.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. 1999.

SANTOS, Frank Ferreira dos. Reforma Sindical no Governo Lula: restou algo do consenso? **Em Tese** - Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Blumenau, v.5, n.1, Ago-Dez., 2008.

SANTOS, Oder José dos. Organização do processo de trabalho docente: uma análise crítica. **Educação e Revista**, Belo Horizonte, v.10, p.20-266 a 20. Dez., 1989.

SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. **Sociologias**, Porto Alegre, a.6, n.12, jul/dez 2004, p. 230-273.

SILVA JUNIOR, J.D.R.; FERREIRA, L.R.; KATO, F.B.G. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v.18, n.53, p.435-456, Jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 jan. de janeiro de 2023.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. O professor pesquisador nas universidades públicas no contexto da internacionalização do capital: a produtividade do trabalho imaterial superqualificado. **Revista Portuguesa de Educação**, v.1, n.2, p.145-177, 2009.,

SILVA JUNIOR, João dos Reis. Produtivismo acadêmico: o avesso da responsabilidade social. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM ENFERMAGEM, 17, 2013 jun 3-5. **Anais...** Natal: Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Rio Grande do Norte, 2013.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **The new brazilian university**: a busca por resultados comercializáveis: para quem? Bauru: Canal 6, 2017.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reforma do Estado e mudança na produção. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SILVA, Rafaela Campos Duarte. **A subsunção da universidade pública ao setor mineral**: a experiência da Universidade Federal de Ouro Preto. 2023. 346f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. UFMG, 2023.

SINASEFE IFMG. **Justiça**: acordo entre governo e PROIFES está suspenso. Publicado em 29/05/2024. Disponível em: <<https://sinasefeifmg.com.br/wordpress/justica-acordo-entre-governo-e-proifes-esta-suspenso>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SOUZA, Deyse Cardoso; LIMA, Viviane Meira; SÁ, Tânia Regina Braga Torreão. Reflexões sobre a precarização do trabalho na universidade pública. O exemplo da UESB, entre a alta performance e a alta flexibilidade. CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 1. Rio de Janeiro. **Anais...** do Congresso internacional interdisciplinar em sociais e humanidades Niterói RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 2012.

TAVARES, Rosilene Horta. MELO, Savana Diniz Gomes. Greve docente de 2012 na UFMG e tecnologias digitais: expressão da proletarização e do combate à mais-valia relativa. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL GREVES E CONFLITOS SOCIAIS CRISES DO CAPITALISMO, NOVAS E VELHAS FORMAS DE PROTESTO, 4. Jul. 2018. Disponível em: <<https://www.iassc2018.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZNDoiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZVZlJtzOjM6IjlyMSI7fSI7czoXOiJoljtzOjMyOiJlZWU5NjExZGE3MjBiMTdlOTAxM2IzNjcwN2FjMGVhNyI7fQ%3D%3D>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº2731**, de 26 de novembro de 2008. Disponível em: <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-36093>>. Acesso em: 16 out. 2024.

TEIXEIRA, Ciro. As fundações nas universidades públicas: O caso da Universidade de São Paulo. In: DAL ROSSO, Sadi (org.). **Fórum em defesa da universidade pública pública e gratuita**. Atividades pagas em universidades: caminho para a privatização. Brasília, DF: ADUNB, 2002.

TOKARNIA, Mariana. Mais de mil escolas do país estão ocupadas em protesto: entenda o movimento. In: **Agência Brasil**. Publicado em 25/10/2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento>. Acesso em 27 fev. 2024.

UFMG. **Ata Reunião Conselho Universitário UFMG**. 06 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Conselho-Universitario/Documentos/Atas>>. Acesso em: 18 abr. 2024.

UFMG. **Nota da reitoria sobre a assistência estudantil na UFMG**. 19/08/2008, Disponível em: <http://www.ufmg.br/online/arquivos/anexos/Assistencia%20Estudantil%20na%20UFMG_1.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.

UFMG. Pró-Reitoria de Administração. **Terceirização**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/dlo/terceirizacao.php>>. Acesso em: 13 jun. 2024b.

UFMG. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. **Cursos de Especialização**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/prpg/especializacao>>. Acesso em: 11 fev. 2024c.

UFMG. **Resolução nº 10**, de 30 de novembro de 1995. Estabelece os critérios para a prestação de serviços no âmbito da UFMG. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/2023/03/Resolucao-10-95-Estabelece-criterios-para-a-prestacao-de-servicos-no-ambito-da-UFMG.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2024.

UFMG. **Resolução nº 13**, de 1 de dezembro de 2022. Regulamenta, no âmbito da UFMG, as Atividades Acadêmicas realizadas com recursos externos dos setores público e privado e o ressarcimento à Universidade, bem como revoga a Resolução no 10/95, de 30 de novembro de 1995. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proplan/wp-content/uploads/2023/03/RESOLUCAO-No-13-2022-DE-01-DE-DEZEMBRO-DE-2022.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

UFMG. Somos. **Indicadores**. Disponível em: <<https://somos.ufmg.br/indicadores>>. Acesso em: 19 abr. 2024d.

UFMG. UFMG é a sétima universidade mais bem avaliada da América Latina, segundo o ranking da THE. In: **Notícias UFMG**. Publicado em 07/07/2023. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-e-a-7-universidade-mais-bem-avaliada-da-america-latina-segundo-ranking-da-the>>. Acesso em: 15 out. 2024.

UFMG. **UFMG em números**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/egdi/>. Acesso em: 06 abr. 2024a.

UFMG. UFMG foi pioneira na reforma. In: **Boletim UFMG**, n.1212, a.25, jan., 1970. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/1212/ufmg-foi-pioneira-na-reforma-1>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

USP. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **José Goldemberg** (1928). Disponível em: <<http://acervo.if.usp.br/bio13>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

VALLE, Lílian de Aragão Bastos do. Verbete: Educação., In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

VERDÉLIO, Andreia. Lula critica prolongamento da greve dos docentes federais. In: **Agência Brasil**. Publicada em 10/06/2024. Brasília. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-06/lula-critica-prolongamento-da-greve-dos-docentes-federais>>. Acesso em: 21 set. 2024.

VILELA, Pedro Rafael. Decreto amplia possibilidades de terceirização no serviço público. In: **Agência Brasil**. Publicado em: 26/09/2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-09/decreto-amplia-possibilidades-de-terceirizacao-no-servico-publico>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

APÊNDICE

Apêndice A – Registro das assembleias realizadas pelo APUBH de 2021 a 2024

Data da assembleia	Pauta	Formato e/ou local	Nº de docentes participantes
16/03/2021	1) Informes; 2) Análise de conjuntura; 3) Fora governo Bolsonaro – Reforma Administrativa (PEC186 e PEC 32); 4) Autonomia Universitária – liberdade de ensinar e aprender; 5) Resolução nº 10/95 da UFMG; 6) Ensino Remoto Emergencial (ERE), vacinação e imunização ampla	Virtual	48
31/03/2021	I – Aprovação do Relatório de Atividades da diretoria em 2020, que abrange atividades desenvolvidas pelo sindicato, a prestação de contas de 2020 e o plano orçamentário para o exercício de 2021	Virtual	25
17/05/2021	1. Informes: a) Proposta de alteração da Resolução 10/95; b) Decreto nº 9.991, que regulamenta licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento dos servidores públicos; c) APUBH e a Articulação nacional. 2. Análise de Conjuntura. 3. Definição de critérios para doações de solidariedade de classe do APUBH, conforme previsão orçamentária para o exercício de 2021, aprovada em Assembleia Ordinária de 31/03/2021. 4. PL 5595 e o retorno presencial das atividades acadêmicas na UFMG – horizontes de lutas	Virtual	39
22/06/2021	Informes. 1. Impactos dos cortes orçamentários na UFMG e na Universidade Pública em geral. 1.1. Encaminhamentos. 2. Posicionamento da categoria sobre a Proposta da UFMG de alteração da Resolução 10/95. 2.1. Processo de votação: Aprovação de carta-manifesto. 3. PEC 32 – Reforma Administrativa. 3.1. Encaminhamentos. 4. Recomposição salarial da categoria em relação as perdas salariais. 4.1. Encaminhamentos.	Virtual	52
28/07/2021	1. Informes gerais; 2. Ensino Híbrido Emergencial (Ofício nº 10/2021-PROGRAD-UFMG); 2.1	Virtual	23

	Informes da Diretoria; 2.2. Informes das Unidades; 3. Discussões e Encaminhamentos.		
11/08/2021	Informes. 1. Adesão à Greve Nacional do Setor Público / Dia nacional de mobilização contra a PEC-32 (dia 18 de agosto); 2. Critérios de avaliação da CAPES; 2.1 Proposta de atuação do APUBH; 2.2 Aprovação de GT.	Virtual	38
13/01/2022	Informes. 1. Retorno presencial das atividades administrativas em janeiro 2022 com ocupação de 100% dos espaços dos <i>campi</i> UFMG, e o recrudescimento da pandemia; 2. Reposição salarial e construção de greve geral do funcionalismo público federal: posicionamento dos professores da UFMG; 3. Outros assuntos	Virtual	59
17/02/2022	Informes. 1- Reposição salarial e ratificação do estado de greve. 2 – Em que condições será a nossa volta presencial? 2.1- Posição das unidades. 2.2 – Pesquisa sobre os impactos da mobilidade humana e a circulação do vírus com a volta presencial na UFMG. 3 – Outros assuntos	Virtual	43
08/03/2022	1. Informes; 2. Ingresso do Sindicato em juízo, como substituto processual, em ação coletiva a ser ajuizada em desfavor da Universidade Federal de Minas Gerais e da União Federal – Fazenda Nacional, perante à Justiça Federal para obstar o recálculo da contribuição previdenciária (PSS ou Plano de Seguridade Social do Servidor) apurado pela UFMG e o seu desconto em folha em face dos aposentados e aposentadas portadores de doenças graves e outras providências jurídicas que se fizerem necessárias; 3. Deliberar sobre a deflagração de greve pela categoria, tendo, como início, a data de 23.3.2022; 4. Outros assuntos de interesse da categoria	Virtual	44
16/03/2022	1. Informes; 2. Análise de Conjuntura; 3. Debate e deliberação da categoria sobre a deflagração de greve dos professores da	Sede APUBH	07

	UFMG, em luta nacional pela reposição salarial dos Servidores Públicos e outras pautas, a partir do dia 23/03 e/ou outras ações de mobilização.		
29/03/2022	I- Aprovação do Relatório de Atividades da Diretoria Geral do APUBHUFMG+ 2021, que abrange as atividades desenvolvidas pelo sindicato e a prestação de contas para o ano de 2021; II – Aprovação do Plano Orçamentário do sindicato APUBHUFMG+ para o exercício de 2022	Virtual	15
06/06/2022	1. Informes; 2. Análise de Conjuntura; 3. Deliberação de Paralisação dos Professores da UFMG (<i>campi</i> Belo Horizonte, Montes Claros e UFSJ/Ouro Branco) no dia 09/06/2022 contra o corte orçamentário das Universidades Públicas e em defesa da reposição Salarial da categoria	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	45
09/06/22	1. Informes; 2. Análise de conjuntura; 3. Cortes de verbas, reposição salarial e outros ataques à Universidade Pública – prejuízos da sociedade: próximas mobilizações e paralisações	Praça Afonso Arinos- Centro-Belo Horizonte/MG,	32
23/06/22	1. Paralisação no dia 27/06 contra os cortes orçamentários, contra às privatizações, em defesa da educação pública e pela reposição salarial da categoria. Proposta de encaminhamentos; 2. Ocupa UFMG nos dias 28/06 a 29/06. Propostas de encaminhamentos; 3. Semana de Lutas em Brasília (DF), de 04 a 07/07, contra os cortes orçamentários, as privatizações e em defesa da educação pública. Propostas de encaminhamentos.	Sede APUBH	25
22/08/22	a) Ingresso do Sindicato/APUBH em juízo, como substituto processual dos docentes inativos que recebem a vantagem remuneratória do artigo 192, II, da Lei 8.112/1990, em ação coletiva a ser ajuizada perante a Justiça Federal de Minas Gerais – Foro de Belo Horizonte, para discutir a revisão da citada vantagem remuneratória e as reposições ao erário que estão em vias de serem implementadas pela UFMG, conforme julgamento do TCU; II: b) Avaliação e deliberação acerca do pedido	Sede APUBH	14

	de apoio financeiro (doação e/ou empréstimo) do SIND-UTE (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais)		
27/09/2022	Informes; 1- Aprovação do relatório de atividades da diretoria geral do APUBHUFMG+ 2022 no período que abrange as atividades desenvolvidas pelo sindicato e prestação de contas de 01 de janeiro a 31 de agosto de 2022.	Faculdade de Educação	11
10/10/2022	1. Informes; 2. Análise de Conjuntura; 3. Novos cortes na Universidade e adesão às mobilizações locais e nacionais; 4. Posicionamento da categoria acerca do segundo turno das eleições presidenciais.	Colégio Técnico-COLTEC	63
13/10/2022	1. Informes; 2. Paralisação dia 18/10/2022 contra os cortes em defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade social e científica.	Colégio Técnico-COLTEC	20
14/03/2023	1. Análise de conjuntura 2. Campanha de reajuste salarial dos servidores federais: Encaminhamentos.	Colégio Técnico-COLTEC	33
30/03/2023	Informes; I – Aprovação do Relatório de Atividades da Diretoria Geral do APUBHUFMG+ 2022, no período que abrange as atividades desenvolvidas pelo sindicato e a prestação de contas de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2022; II – Aprovação da previsão orçamentária para o ano de 2023.	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	12
03/04/2023.	Informes. 1 – Participação dos Professores da UFMG filiados ao APUBH nas eleições do ANDES e demais encaminhamentos necessários; 2 – Campanha Salarial 2024.	Faculdade de Letras	28
18/08/2023	1. Análise de conjuntura; 2. Campanha salarial/2024; 3. Ingresso de ação coletiva contra o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em substituição dos professore(a)s da Escola de Arquitetura da UFMG; 4. Informes.	Faculdade de Direito	16
31/10/2023	1. Informes: Informes sobre a vinculação nacional e ANDES-SN; outros informes gerais da diretoria do APUBH	Faculdade de Educação	13

	2. Campanha Salarial e Reforma Administrativa: perspectivas de lutas dos professores da UFMG; 3. Docentes EBTT: condição de trabalho; 4. Uso dos Outdoors e Totens do APUBH.		
14/12/2023	1- Informes; 2- Aprovação de complementação orçamentária para Reforma do PEP/ Montes Claros.	Sede APUBH	13
18/03/2024	Informes. 1. Análise de Conjuntura; 2. Empreendimento Stock Car nas imediações do <i>Campus</i> Pampulha da UFMG; 3. Discussão sobre greve de professores na UFMG.	Colégio Técnico-COLTEC	39
25/03/2024	1. Apresentação do Relatório de Atividades da Diretoria Geral do APUBHUFMG+ 2023 e prestação de contas, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023; 2. Apresentação da Previsão Orçamentária dos gastos para o ano de 2024.	Sede APUBH	20
28/03/2024	Informes. 1. Adesão à paralisação dos servidores federais no dia 03/04/2024; 2. Empreendimento Stock Car nas imediações do Campus Pampulha da UFMG	Faculdade de Letras	62
11/04/2024	1. Informes gerais. Informes das Unidades. 2. Deliberação sobre deflagração de greve dos professores e professoras da UFMG a partir do dia 15/04/2024.	Auditório A102 do CAD2 da UFMG	470
25/04/2024	1. Informes gerais. Informes das Unidades. 2. Análise de conjuntura: avaliação da proposta apresentada pelo governo. 3. Comando de greve: discussão das atividades realizadas, propostas de ações e ratificações. 4. Encaminhamentos	Faculdade de Medicina	341
17/05/2024	1. Informes; 2. Ratificação dos nomes integrantes do Comando Local de Greve dos Docentes da UFMG e Ratificação dos Delegados e Observadores Integrantes do Comando Nacional de Greve das entidades em âmbito nacional; 3. Apresentação e Avaliação das Propostas apresentadas pelo Governo Federal nos dias 13 e 15 de maio de 2024 no Ministério de Educação (MEC) e no Ministério da	Auditório da Reitoria/UFMG	427

	Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); 3.1 Deliberação sobre aceitar ou não a proposta do governo federal; 4. Discussões e encaminhamentos sobre a Greve de docentes da UFMG.		
29/05/2024	1. Informes: Sindifes, DCE; Informes das Unidades acadêmicas que realizaram reunião; Informes do Comando Local de Greve; Informes da Delegada da UFMG no Comando Nacional de Greve; 2. Discussão sobre a conjuntura da greve dos docentes; 3. Deliberação sobre a continuidade ou não da greve na UFMG e encaminhamentos.	Auditório A104 do CAD 2 da UFMG	388
05/06/2024	1. Informes: Sindifes, DCE; Informes das Unidades acadêmicas que realizaram reunião; Informes do Comando Local de Greve; Informes da Delegação da UFMG no Comando Nacional de Greve; 2. Análise de conjuntura e das ações pela reabertura das negociações; 3. Deliberação sobre a continuidade ou não da greve na UFMG e encaminhamentos.	Auditório Nobre do CAD 1 da UFMG	426
20/06/2024	1. Informes da Diretoria; Informes do DCE; Informes do SINDIFES e da FASUBRA; Informes do Comando Nacional de Greve (CNG); 2. Avaliação das propostas finais do governo, apresentadas pelo MGI e MEC; 3. Deliberação e encaminhamentos acerca da oportunidade de o ANDES-SN assinar as propostas finais apresentadas pelo MGI e MEC.	Auditório A104 do CAD 2 da UFMG	44
09/07/2024	1. Informes; 2. Deliberação da assembleia acerca do encerramento do estado de greve dos(as) professores(as) da UFMG; 3. Ratificação dos nomes da Diretoria do APUBH e indicação de filiados(as) do APUBH para participação, na qualidade de convidados(as), no 67º CONAD do ANDES-SN, que ocorrerá em Belo Horizonte, entre os dias 26 a 28 de julho de 2024; 4. Apreciação e deliberação da assembleia acerca da participação do APUBH no rateio das despesas do 67º CONAD-ANDES-SN.	Faculdade de Educação	21
09/10/24	Apreciação e deliberação do retorno do APUBH ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino	Faculdade de Letras	70

	<p>Superior – ANDES-SN, iniciando-se o processo de vinculação do APUBH ao sindicato nacional como Seção Sindical com plenos direitos, incluindo participação nas decisões e nos órgãos deliberativos, além do pagamento das contribuições financeiras, mantendo a sua autonomia política, financeira, administrativa e patrimonial, com atendimento às diretrizes gerais do Estatuto do ANDES-SN. Nesta mesma assembleia, sendo aprovado este ponto de pauta pela categoria de filiados e filiadas, será, também, apreciada e deliberada uma alteração no estatuto do APUBH e a definição de cronograma para dar prosseguimento ao processo de retorno ao ANDES-SN</p>		
12/12/2024	<p>I- Informes; II- Análise de Conjuntura; III- Ações do APUBH contra o Sequestro do Orçamento Público Brasileiro.</p>	Colégio Técnico-COLTEC	17

ANEXOS

Anexo A – Outros registros fotográficos de algumas assembleias

Foto da assembleia do dia 11/04/24 que deflagrou a greve na UFMG



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Foto da assembleia realizada durante a greve, dia 25/04/24. Faculdade de Medicina UFMG



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Reunião do CLG/UFMG na sede do APUBH em 10/05/2024



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Anexo B – Ofícios CLG/UFMG com



OFÍCIO COMANDO DE GREVE N. 005/2024

Belo Horizonte, 06 de maio de 2024.

ASSUNTO: ORIENTAÇÃO SOBRE SERVIÇOS ESSENCIAIS NA GREVE DOCENTE DA UFMG

1) Os Serviços Essenciais são aqueles cuja paralisação trará “risco à vida”, “danos graves, permanentes ou irreversíveis” à instituição, à sociedade ou à própria greve. O Comando Local de Greve e o APUBH UFMG+ elaborou eixos gerais de Serviços considerados Essenciais. Serão estes eixos que conduzirão a avaliação do Comando sobre a essencialidade ou não das atividades.

2) O Comando Local de Greve e o APUBH UFMG+ receberam, no período de 18 à 30 de abril, por meio do e-mail comandodogrevedocenteufmg@gmail.com, as observações e os comentários das unidades acadêmicas sobre a proposta do Comando para o delineamento das atividades consideradas essenciais. Essas contribuições foram analisadas e consideradas para elaboração final do documento.

Eixo Ensino

Graduação

- Disciplinas que envolvem atividades com comunidades externas
- Bancas de defesas de estudantes que possuem todos os créditos já integralizados
- Editais de seleção e distribuição de bolsas em andamento

*Estamos de acordo com o Comando Local de Greve dos Técnicos Administrativos em Educação sobre a **não** essencialidade dos estágios obrigatórios, no entanto orientamos que casos particulares, que acarretem prejuízo irreparável e que contenham a documentação necessária e que o estágio seja a única disciplina a ser integralizada, sejam avaliados pelos professores responsáveis pelas disciplinas, colegiados dos cursos, e comando local de greve docente.

Pós-Graduação

- Realização de Defesas de Mestrado e Doutorado com prazo finalizado.
- Editais de seleção em andamento (bolsas, prêmios, saídas para doutorado sanduiche e/ou equivalente).
- Manutenção de atividades do colegiado, desde que de acordo com as atividades denominadas essenciais.

orientações



Eixo Pesquisa

- Atividades de pesquisas programadas e com verbas já empenhadas.
- Manutenção das instalações de pesquisa envolvendo biotérios ou outras culturas de organismos vivos.
- Atividades que envolvam pagamentos de bolsas já em andamento.

Eixo Extensão

- Atividades de extensão programadas e com verbas já empenhadas.
- Atividades na área de saúde humana e animal.

***Serviços que sofrem paralisação de forma regular dentro dos recessos e interrupções das atividades acadêmicas e de pesquisa não são consideradas atividades/ serviços essenciais.**

- Atividades com comunidades em condições de vulnerabilidade social.
- Atividades com comunidades que não envolvem prestação de serviços.

***Aulas de Especializações (lato senso) não são atividades essenciais**

Eixo Gestão

- Dar continuidade a processos de Editais já publicados: graduação, pós-graduação, concursos públicos e Revalidação de Diplomas
- Dar andamento a processos de Progressão e Promoção Docente, avaliação de desempenho, de estágio probatório, afastamentos, férias.
- Dar encaminhamento aos pedidos de aprovação de Projetos com prazos estipulados por editais públicos.
- Dar prosseguimento a processo de compras do Departamento e/ou unidade.

Saudações Universitárias,

Assinado:

Comando de Greve Docentes UFMG 2024

APUBH UFMG+

Anexo C – Ofício sobre atividades essenciais



OFÍCIO COMANDO DE GREVE N. 002/2024

Belo Horizonte, 17 de abril de 2024.

ASSUNTO: ORIENTAÇÃO INICIAIS SERVIÇOS ESSENCIAIS NA GREVE DOCENTE DAUFMG

1) Os Serviços Essenciais são aqueles cuja paralisação trará danos ou perdas irreversíveis para a instituição, comunidade universitária ou a sociedade. O Comando Local de Greve e APUBH UFMG+ elaborou eixos gerais de Serviços considerados Essenciais. Serão estes eixos que conduzirão a avaliação do Comando sobre a essencialidade ou não das atividades.

2) A obrigatoriedade na lei de greve prevê a realização de, no mínimo, 30% daquilo que for considerado Serviço Essencial pela categoria e pela deliberação do Comando de Greve.

Atenção: os 30% se referem-se ao serviço e não ao quantitativo de pessoas.

3) O Comando Local de Greve APUBH UFMG+ encaminha para debate nas Unidades Acadêmicas as Orientações Gerais sobre Serviços Essenciais. Cabe às docentes e aos docentes reunidos por Unidades classificarem, de modo específico, dentro desses grandes eixos, aquelas atividades consideradas imprescindíveis e retornar ao Comando para considerações e elaboração final do documento pelo e-mail: comandodegrevedocentesufmg@gmail.com até o dia 25 de abril de 2024

Eixo Ensino

Graduação

Disciplinas que envolvem atividades com comunidade externas e convênios, que não podem ser remanejadas, serão avaliadas caso a caso pelo comando.

Bancas de defesas de estudantes que já possuem todos os créditos já integralizados

Pós-Graduação



Processos de seleção de saídas para doutorados sanduíches e/ou equivalentes

Processos de Distribuição de bolsas

Realização de Defesas de Mestrado e Doutorado com prazo finalizado

Atividades Didáticas programadas e com verbas já empenhadas

Eixo Pesquisa

Atividades de pesquisa programadas e com verbas já empenhadas

Eixo Extensão

Atividades de extensão programadas e com verbas já empenhadas

Atividades na área de saúde humana e animal

Atividades com comunidades em condições de vulnerabilidade social

Atividades com comunidades que não envolvem prestação de serviços

[Aulas de Especializações (*lato senso*) **não são** atividades essenciais]

Eixo Gestão

Dar continuidade a processos de Editais já publicados: graduação, pós-graduação, concursos públicos e Revalidação de Diplomas

Dar andamento a processos de Progressão e Promoção Docente

Dar encaminhamento aos pedidos de aprovação de Projetos com prazos estipulados por editais públicos

Aguardamos manifestações das Unidades para compor o documento:

Unidades Acadêmicas

Arquitetura

Escola de Belas-Artes

Escola de Ciência da Informação



APUBHUFMG+
SINDICATO DOS PROFESSORES



Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Escola de Enfermagem

Escola de Engenharia

Escola de Música

Escola de Veterinária

Faculdade de Ciências Econômicas

Faculdade de Direito

Faculdade de Educação

Faculdade de Farmácia

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Faculdade de Letras

Faculdade de Medicina

Faculdade de Odontologia

Instituto de Ciências Agrárias

Instituto de Ciências Biológicas

Instituto de Ciências Exatas

Instituto de Geociências

Coltec

Centro Pedagógico

Teatro Universitário

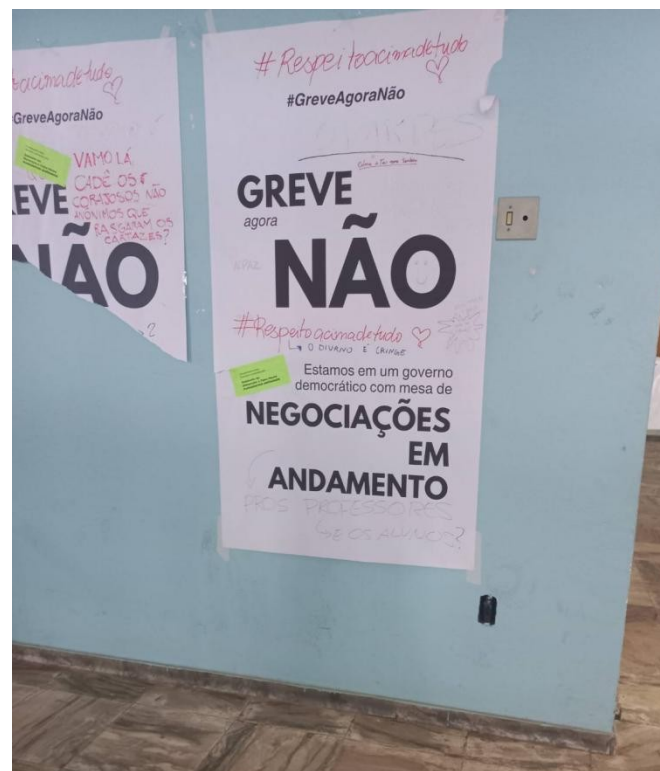
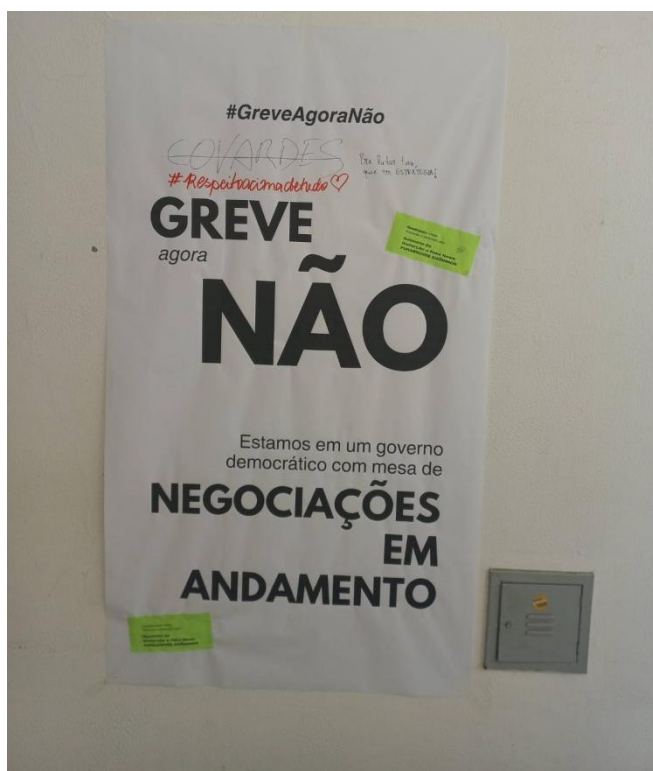
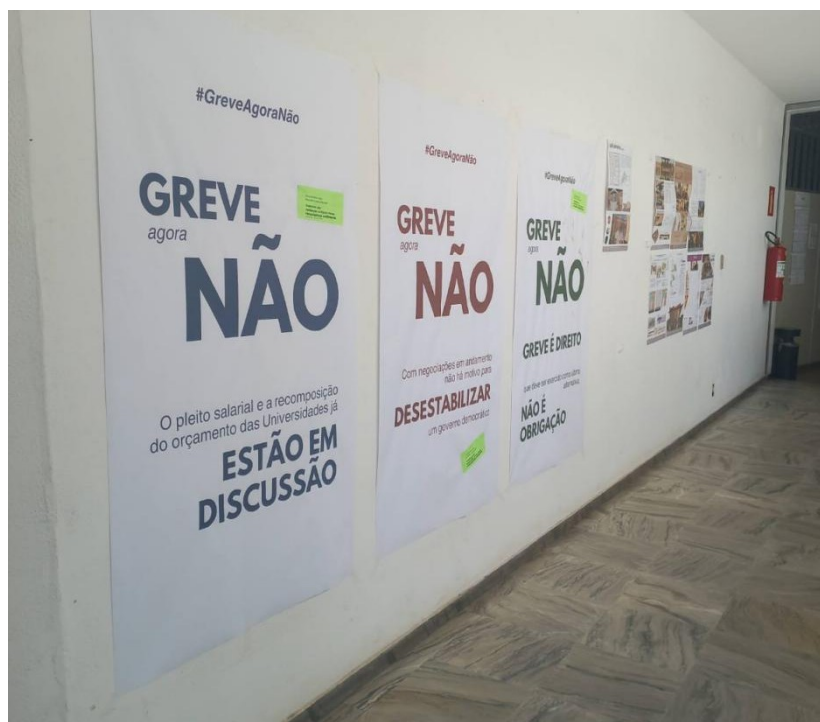
Saudações Universitárias,

Assinado:

Comando de Greve Docentes UFMG 2024

APUBH UFMG+

Anexo D – Fotos dos cartazes na Escola de Arquitetura, durante a greve na UFMG. Registro em 22/04/24. Acervo pessoal.



Anexo E - Mensagem difundida em grupos de aplicativo de mensagens entre professores da UFMG

➡ Encaminhada com frequência

Hoje (03/06) não teve nenhum avanço na reunião com o governo como já era amplamente sabido que aconteceria. Já se sabe disso desde o dia 27/05 que foi a data que o governo colocou para assinatura da proposta. O governo já tinha deixado claro que esta reunião de hoje não era para negociar nada. Saímos de uma proposta com impacto orçamentário de 9,1% para uma com 16,7% de impacto e que basicamente ZERA todas as perdas em 2026 para a categoria de entrada na carreira, um dos nossos maiores problemas. Se isso não é uma vitória, especialmente dentro da conjuntura econômica e política do país, eu não sei o que é. Fomos razoavelmente bem atendidos pelo governo a partir do movimento grevista. É uma loucura e, até má fé, pedir que no terceiro ano do Governo Lula (2026) as perdas acumuladas em 10 anos, com Temer e Bolsonaro no meio, tenham sido zeradas. Com a proposta atual teremos um reajuste REAL significativo até 2026, considerando-se o período do Governo Lula. E ainda temos que negociar com este governo o aumento que será dado em 2027. É este governo que prepara o orçamento de 2027. A contraproposta do Andes é péssima para a categoria de entrada que ficaria com 14,6% de defasagem em 2026. Como eu disse, a do governo basicamente zera esta defasagem (fica pouco mais de 3%). Quem vai falar para as e os quase 7000 docentes da carreira de entrada que elas/eles vão se ferrar? A do Andes, na minha opinião, consegue ser

pior com um impacto orçamentário maior (18,85%). Haverá assembleia dia 05/06 e já estão com a conversa de que o governo recuou pois marcou mais uma reunião para o dia 14/06 e já estão pegando este gancho para vender mais ilusão, narrativas radicalizadas e delirantes sobre a necessidade de continuar com a greve, que já entrou claramente no terreno negativo da relação custo x benefício. Em suma: quem não quiser continuar a por lenha e gasolina na fogueira da extrema direita tem que ir na assembleia. Tivemos uma greve necessária e vitoriosa e agora já passou da hora de por um ponto final definitivo, inclusive para preservar este instrumento de justa pressão e conquistas.

18:25 ✓✓

➡ Encaminhada

Flavio Plentz, professor da Física na UFMG. Conheço ele de várias outras greves. Pessoa tão sensata quanto combativa.

18:25 ✓✓

Anexo F -Carta nº28/2024 e seu respectivo anexo



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

Carta nº 028/2024

Brasília(DF), 11 de abril de 2024.

Ao Senhor Ministro da Educação

CAMILO SANTANA

Ministério da Educação

E-mail: gabineteministro@mec.gov.br; chefiagm@mec.gov.br; chefiagm@mec.gov.br;

gabinetedoministro@mec.gov.br

Assunto: Protocolo da pauta atualizada do ANDES-SN

Senhor Ministro da Educação,

O SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES-SINDICATO NACIONAL), com sede no SCS, Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º andar, Bloco C, CEP: 70.302-914, Brasília-DF, representado, na forma de seu Estatuto, por seu Presidente, Gustavo Seferian Scheffer Machado, vem respeitosamente apresentar a pauta de reivindicações atualizada.

Reiteramos e atualizamos a pauta de reivindicações do ANDES-Sindicato Nacional, apresentada em distintas ocasiões: Carta nº 001, do dia 2 de janeiro de 2023, modificada e ampliada pelas Cartas nº 340, de 28 de agosto de 2023; nº 432 de 5 de outubro de 2023 (Protocolo nº 23123.000009/2023-24 e recebida em mãos); e a Carta nº 513, de 16 de novembro de 2023, além da Carta nº 001, de 17 de janeiro de 2024, respondendo ao pedido de instalação da Mesa Setorial (Protocolo nº 000244.0202168/2024).

Destacamos ainda a Carta nº 012, de 19 de fevereiro de 2023 (Protocolo SEI nº 23123.006058/2023-71) e a Carta nº 332, de 21 de agosto de 2023, respectivamente com número de Protocolo SEI nº 23123.006058/2023-71, ambas com solicitação de audiência urgente, e com objetivo de tratar das reivindicações do ANDES-SN. Mais recentemente, enviamos a Carta nº 004, de 23 de janeiro de 2024, com as mesmas intenções.

Além das Cartas acima, seguem outras também direcionadas ao MEC:

- Carta nº 203, de 21 de junho de 2023 e Carta nº 207, de 29 de junho de 2023, ambas direcionadas ao chefe de Assessoria de Participação Social e Diversidade no Ministério da Educação - APSD/GM/MEC – com a pauta do ANDES-SN;
- Denúncia ao MEC, de 21 de dezembro de 2023, relativa a ilegalidades cometidas pela gestão interventora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), solicitação com protocolo de nº 000244.0196263/2023 e Protocolo nº 230000.44571/2023-56 tratando das deliberações da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, registrada com Protocolo nº 23000.044005/2023-44;



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

- Carta nº 002, de 17 de janeiro de 2024, que trata do controle de frequência, por meio do ponto eletrônico, determinação da Portaria do MEC nº 983/20, que aumentou para 14 horas semanais, correspondentes a 16,7 horas aulas de 50 minutos, a carga horária mínima de aulas para as e os docentes de EBTT (Protocolo n.º 23000.001619/2024-12).
- Carta nº 004, de 23 de janeiro de 2024 e Carta nº 016, de 6 de março de 2024 – Relativa ao custo da carreira docente (Protocolo SEI nº 000244.0218818/2024, que reitera solicitação de dados para fins de estudo acerca de estimativas de custos em relação a um possível reenquadramento de docentes aposentado(a)s, que sejam contemplado(a)s com o disposto na Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006.
- Carta nº 017, de 06 de março de 2024, direcionada à SESU, com Protocolo nº 000244.0218820/2024, que trata da autonomia e da democracia universitárias atacadas em nome de suposta orientação jurídica; trata também do apoio e incentivo às instituições de ensino para criação de protocolos (resoluções) próprios de prevenção e combate aos diferentes tipos de assédio: moral, individual, coletivo, virtual, institucional, sexual, entre outros no serviço público e que estes considerem as marcações de: classe, raça, gênero, sexualidade, xenofobia, capacitismo, etarismo, dentre outros atravessamentos, com suas garantias consideradas.
- Carta nº 019, de 14 de março de 2024, que solicita apoio do MEC em relação ao processo encampado pela Reitoria da UNIFAP contra o SINDUFAP (Protocolo SEI nº 000244.0221789/2024).

Infelizmente, até então não tivemos retorno do governo e esperamos avançar em nosso diálogo e negociação na Mesa Setorial.

Para quaisquer contatos e informações complementares, indicamos as dirigentes do ANDES – SN abaixo relacionadas:

- [Raquel Dias Araújo](mailto:1vicepresidenta@andes.org.br) (e-mail: 1vicepresidenta@andes.org.br / cel.: (85) 9.8537-9786)


- [Francieli Rebelatto](mailto:secgeral@andes.org.br) (e-mail: secgeral@andes.org.br / cel.: (45) 9.9107-6301)

- [Gustavo Seferian Scheffer Machado](mailto:presidente@andes.org.br) (e-mail: presidente@andes.org.br / cel.: (11) 99108-3143)

Agradecemos desde já vossa atenção, nos colocando à disposição para maiores informações que se façam necessárias.

Solicitamos a gentileza de acusar o recebimento desta carta.

Atenciosamente,


Gustavo Seferian Scheffer Machado
 Presidente do ANDES-SN

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º Andar, Bloco C - CEP 70.302-914 - Brasília - DF
 Telefone: (61) 3962-8400 | E-mail: secretaria@andes.org.br



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
fundado em 19 de fevereiro de 1981

DOCUMENTO ANEXO I

Carta nº 028/2024, de 11 de abril de 2024.

Em primeiro lugar, o ANDES-SN explicita a insatisfação com o enorme atraso do MEC no processo de diálogo e negociação sobre sua pauta de reivindicações. Desde o dia 2 de janeiro de 2023, o Sindicato Nacional apresentou a pauta geral e as questões específicas para discutir com representantes do MEC e solucionar problemas e desafios decisivos para a defesa de uma educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Este é o 17º documento que protocolamos, desde que o atual governo tomou posse. Nenhum dos 16 documentos anteriores foram respondidos. Nenhuma reunião foi marcada. Nenhum diálogo foi estabelecido. Nenhuma medida concreta foi realizada. Com tudo isso, acumulou-se uma longa lista de reivindicações, de diferentes naturezas e abrangendo diferentes aspectos da educação federal. O ANDES-SN espera, com essa primeira mesa de negociação com o MEC, estabelecer um calendário de reuniões para tratar dos mais diversos temas. Imediatamente, propõem-se reuniões temáticas para tratar sobre: recomposição do orçamento, revogação, políticas educacionais, condições de trabalho e aposentadoria, dentre outros temas.

Há inúmeras medidas que podem ser tomadas apenas com base em vontade política (por exemplo, exonerar os interventores que ainda atuam em algumas universidades à revelia das escolhas da comunidade acadêmica). Outras são mais complexas e exigem reuniões, mas para isso o governo deve mostrar efetivo interesse em dialogar e construir democraticamente com as entidades representativas da educação. Espera-se que a partir de agora haja, de fato, um processo de negociação e avanço na discussão da pauta do movimento docente.

Em primeiro lugar, reafirmam-se todos os pontos programáticos protocolados em cartas anteriores. Também afirma que o trabalho docente assume seis princípios: 1. manutenção e ampliação do ensino público e gratuito; 2. autonomia e funcionamento democrático da universidade e demais instituições de ensino superior, com base em colegiados e cargos de direção eletivos; 3. estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior que estimule a pesquisa e a criação intelectual críticas nas universidades; 4. dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades públicas e demais instituições públicas de ensino; 5. criação de condições para adequação das IES à realidade brasileira; 6. garantia do direito à liberdade de pensamento no exercício das funções e atividades acadêmicas.

Porém, a partir de acúmulos recentes do ANDES-SN, sugere-se que a presente mesa de negociação priorize:



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
fundado em 19 de fevereiro de 1981

Compromissos básicos

1. Que o MEC, no seu projeto de lei do novo Plano Nacional de Educação, estabeleça 10% do PIB para a educação pública já e que verbas públicas sejam destinadas exclusivamente para o setor público.
2. Não homologar e revogar qualquer projeto que mantenha o Novo Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da nova proposta de Diretrizes Curriculares para Formação de Professore(a)s, baseada no parecer CNE nº 04/2024, por estar articulada com a Reforma do Ensino Médio e a BNCC da educação básica, que rebaixam a formação universitária do(a)s docentes da educação básica, do(a)s estudantes desde a educação infantil até a formação da juventude;
3. Revogação da Portaria MEC nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, que autoriza a oferta de até 40% da carga horária na modalidade de Ensino à Distância – em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.
4. Que o MEC exija dos governos estaduais, municipais e distrital a desmilitarização das instituições existentes.
5. Que o MEC debata na Mesa Setorial as formas, o significado e o sentido do processo de curricularização da extensão nas diversas experiências universitárias, a partir da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, visando garantir financiamento e condições de trabalho adequadas para efetivar o projeto.
6. Pela Revogação imediata da Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que determina que professores e professoras de escolas públicas e privadas devam apresentar certidão de antecedentes regularmente, a cada 6 meses.
7. Que o MEC abra debate democrático para subsidiar a construção de políticas para estudantes com deficiência, assegurando Atendimento Educacional Especializado na educação básica e no ensino superior, concurso público para docentes e profissionais com formação específica para a área de Atendimento Especializado, capacitação e formação ao(à)s docentes das IES para o Atendimento Educacional Especializado para o(a)s estudantes com deficiência e elaboração de políticas de ação afirmativa das IES em relação ao(à)s estudantes com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento.
8. Pela interrupção de qualquer tentativa de criação de "agência reguladora" do ensino superior.
9. Revogação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, para que recursos públicos possam ser destinados para a Ciência e Tecnologia desenvolvida em instituições públicas.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

10. Exoneração imediata de interventores nomeados por Bolsonaro e pelo imediato andamento dos requerimentos protocolados sobre o conjunto das intervenções, assim como os casos da UFPB, da UFRGS e da UNIFAP.
11. Revogação imediata das nomeações de interventore(a)s com garantia de nomeação do(a)s mais votado(a)s pela comunidade acadêmica em cada instituição, acabando com o instrumento da Lista Triplice, em respeito à plena autonomia universitária e promovendo condições para a gestão democrática nas IFES, ao garantir que o processo de escolha se inicie e se encerre na própria instituição.
12. Revogação da Portaria MEC nº 983, de 18 de novembro de 2020, que amplia a jornada de trabalho do(a)s docentes vinculado(a)s a Institutos Federais, CEFETs, bem como a suspensão imediata de toda e qualquer forma de controle de ponto de professore(a)s das escolas e colégios de aplicação vinculados às universidades.
13. Abertura de debate para estabelecer mecanismos de inibição do uso de aplicativos de mensagens, plataformas de controle da produção e das atividades administrativas realizadas por docentes. Tais recursos têm sido utilizados para submissão do(a) docente a jornadas ininterruptas de trabalho, com inúmeros prejuízos à sua saúde, além do desvio de atividades específicas de competência.
14. Revogação da Instrução Normativa nº 66, de 20 de setembro de 2022, do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que trata da uniformização de entendimentos referentes à concessão de progressão funcional a docentes das Instituições Federais de Ensino, bem como a anulação dos efeitos resultantes destes atos normativos.
15. Garantia de que, nas Instituições Federais de Ensino Superior, as datas que finalizam os interstícios docentes não poderão ser modificadas, independente da data da solicitação ou de finalização do processo ou de promoção/progressão e que sejam garantidos os efeitos financeiros retroativos.
16. Garantia de que as IFES considerem o direito à progressão, a partir da data que o(a) docente completou o interstício, inclusive os seus efeitos financeiros.
17. Garantia da progressão múltipla, que ocorre quando há acúmulo de interstícios diferentes, nos quais não foram requeridas as progressões ou as promoções funcionais devidas.
18. Reposicionamento do(a)s docentes na carreira nas IFES onde as progressões e promoções funcionais foram canceladas, anulando as portarias que ilegalmente atingiram progressões e promoções funcionais, assegurando o consequente pagamento dos retroativos devidos.
19. Aumento das vagas para a juventude trabalhadora nas Universidades Públicas, Institutos Federais e CEFETs, atreladas ao aumento de vagas para docentes e TAE, bem como pela garantia e ampliação das condições de permanência, estudo e trabalho,

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.

SEDE NACIONAL ANDES-SN: Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Edifício Cedro II, 5º Andar, Bloco C - CEP 70.302-914 - Brasília - DF
 Telefone: (61) 3962-8400 | E-mail: secretaria@andes.org.br



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

defesa e ampliação das políticas de cotas, prezando pela gratuidade, o caráter laico, a qualidade, a integralidade do ensino, pesquisa e extensão.

20. Implementação de vagas para estudantes indígenas em todos os cursos de pós-graduação, além da adoção de Política de incentivo à publicação e utilização de materiais didáticos bilíngues produzidos por indígenas nas redes das escolas de ensino fundamental e médio.
21. Abertura de discussões para a definição de um protocolo para prevenção e combate aos diferentes tipos de assédio: moral, individual, coletivo, virtual, institucional, sexual, entre outros no serviço público e que estes considerem as marcações de: classe, raça, gênero, sexualidade, xenofobia, capacitismo, etarismo, dentre outros atravessamentos, com suas garantias consideradas.
22. Defender e lutar pelos Cursos de Licenciatura Intercultural e Cursos de Licenciatura Quilombola, e pela garantia de orçamento e funcionamento das Licenciaturas Indígenas e Licenciaturas em Educação do Campo, respeitando as dinâmicas sociais das diferentes etnias indígenas e quilombolas.

Brasília (DF), 11 de abril de 2024.